



Ciências Humanas:

Caráter Polissêmico e
Projeção Interdisciplinar

Antonio Carlos da Silva
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2021



Ciências Humanas:

Caráter Polissêmico e
Projeção Interdisciplinar

Antonio Carlos da Silva
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadores)

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências humanas: caráter polissêmico e projeção interdisciplinar 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
Antonio Carlos da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências humanas: caráter polissêmico e projeção interdisciplinar 2 / Organizadores Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, Antonio Carlos da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-131-9

DOI 10.22533/at.ed.319210406

1. Ciências humanas. I. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon (Organizadora). II. Silva, Antonio Carlos da (Organizador). III. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

“Não creio que possa haver qualquer processo de pensamento sem experiência pessoal. Todo pensamento é repensa” (ARENDT, Hannah. A vida do espírito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2012, p. 41).

Entramos em um momento histórico que somente com abordagem crítica, pluriversa, multireferenciada e plural poderemos assinalar o que fizemos de melhor como também anunciar o porvir. Os sujeitos sociais experimentam e narram vivências que exigem caráter polissêmico em prol de direitos, bem como matizam novas abordagens sobre exclusões, vulnerabilidades, assimetrias, subalternidades, tendências e interpretações de textos, contextos e agentes interseccionais.

A realidade – por meio de investigação teórica e análise histórica - está sempre em construção e as adaptações se realizam a partir da consciência dos processos mundiais e relacionais de vida social. Deste modo, com projeção interdisciplinar, confirmam emergências de temas, sujeitos e problemas que caracterizam as Ciências Humanas como um campo do conhecimento essencial para desenvolvimento social. São olhares sobre existências, resistências e processos que configuram o objetivo dessa obra.

Tomando esse argumento, o livro resulta de caminhos individuais e coletivos, de pesquisa, ensino e extensão. Tal percurso reflete intenções, desejos e, sobremaneira, trilhas que se cruzam - interdisciplinarmente e compondo partes que versam para além do senso comum - enveredando por bases científicas como instrumento de transformação.

Os dados apresentados e analisados são pontas de iceberg, denotando rigor e metodologias múltiplas. Destacam-se contributos de várias regiões desse país-continental e em diversas modalidades. São esforços para compreender, analisar, demonstrar e criar análises rigorosas e metodologicamente pautadas em fontes e vertentes argumentativas.

Nesse sentido, focalizando nas linhas gerais e valorizando o processo construção de saberes, esse livro faz uma análise dos fluxos e dos conteúdos concernentes aos processos que, em prol da descrição densa, engendram interfaces para compreensão dos fenômenos que nos cercam ao sugerir recomendações para um mundo justo.

Apreender que a totalidade das Ciências Humanas e Sociais fornecem um olhar atento sobre a consistência dos instrumentos, sejam das políticas já existentes como, sobretudo, de avaliação empregados nestes registros de desempenho dos projetos e programas. Os chamados “problemas retorcidos” (Rittel & Webber, 1973), podem não só servir de instrumento, problematizando e oferecendo visão crítica e avaliativa, tendo como centralidade também a aproximação com sujeitos “de carne e osso”, de subjetividades, pessoas (mulheres, idosas, deficientes, privadas de liberdade) e expressões de Humanidade (em suas múltiplas áreas) que tomam a responsabilidade e assumem compromisso ético oferecendo oportunidades para desenvolvimento de ações pertinentes e distantes das “incertezas”.

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
Antonio Carlos da Silva

REFERÊNCIAS

RITTEL, H.W. & WEBBER, M. Dilemmas in a General Theory of Planning. In: Policy Sciences 4. Amsterdam: Elsevier Scientific Publishing Company, 1973, pp. 155-169.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

DIÁLOGO ABERTO: TEORIA LIBERTÁRIA E CRÍTICA EMANCIPATÓRIA

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Antonio Carlos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.3192104061

CAPÍTULO 2..... 15

CONFLITO E IDENTIDADE NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO: O CASO DE NAGORNO-KARABAKH

Danielle Amaral Makio

Larissa de Castro Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.3192104062

CAPÍTULO 3..... 31

PRECARIEDADES (DES)MASCARADAS. TRAMAS ONTOLÓGICAS, RECONHECIMENTOS E GIROS PELAS ABORDAGENS DE JUDITH BUTLER

Angela Virgínia Brito Ximenes

DOI 10.22533/at.ed.3192104063

CAPÍTULO 4..... 45

PROJETO SIM (SERVIÇO DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR): PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES

Fernanda das Chagas Valente

Flávia Bascuñan Timm

Heloisa Maria de Vivo Marques

Rúbia Cristina Porto

DOI 10.22533/at.ed.3192104064

CAPÍTULO 5..... 57

A CONDIÇÃO DA MULHER EM CONFINAMENTO: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA PETROBRAS DURANTE A GREVE DOS PETROLEIROS

Mariana Marujo Velloso

Marinete dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.3192104065

CAPÍTULO 6..... 67

A PROTEÇÃO INTEGRAL DAS PESSOAS IDOSAS EM TEMPOS DE PANDEMIA POR CORONA VÍRUS: UM ESTUDO A PARTIR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS

Ulisses Campos de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.3192104066

CAPÍTULO 7	92
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO	
Hádria Samille Palhano Galvão	
Jeovana Nunes Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.3192104067	
CAPÍTULO 8	104
A FUNÇÃO DA ESPIRITUALIDADE E DA RELIGIÃO NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS RECUPERANDOS DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE PARACATU-MG	
Renato Paulino Borges	
DOI 10.22533/at.ed.3192104068	
CAPÍTULO 9	111
AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL DE 1967 A 2019 E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO FORTIFICADO	
Marina da Silveira e Melo	
Pedro Gomes Januário	
DOI 10.22533/at.ed.3192104069	
CAPÍTULO 10	120
O CENTRO HISTÓRICO E A EXPANSÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS: PROTEÇÃO, HABITAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL	
Marina da Silveira e Melo	
Pedro Gomes Januário	
DOI 10.22533/at.ed.31921040610	
CAPÍTULO 11	130
HOOK, LINE, OR SINKER?: CHOICES IN ARCHAEOLOGICAL EPISTEMOLOGIES - TWO SOUTH AMERICAN CASE STUDIES	
John Gabriel O'Donnell	
Klaus Kristian Hilbert	
DOI 10.22533/at.ed.31921040611	
CAPÍTULO 12	148
ARQUEOLOGIA SOCIAL INCLUSIVA E CONSERVAÇÃO DA ARTE RUPESTRE DOS SÍTIOS BARRO BRANCO I E TEMPLO DOS PILARES – ALCINÓPOLIS – MS	
Maria Conceição Soares Meneses Lage	
Benedito Batista Farias Filho	
Igor Linhares de Araújo	
Wellington Lage	
Danyel Douglas Miranda de Almeida	
Pablo Meneses Lage	
DOI 10.22533/at.ed.31921040612	

CAPÍTULO 13	162
“COTIDIANO” DE RONALDO MIRANDA: IMAGINAÇÃO VISUAL E CONSTRUÇÃO DA PERFORMANCE DE CANÇÃO DE CÂMARA COM TEMÁTICA CONTEMPORÂNEA E MÚSICA PÓS-TONAL	
Gisele Pires Mota	
DOI 10.22533/at.ed.31921040613	
CAPÍTULO 14	173
INTERDISCIPLINARIDADE: PERSPECTIVAS E DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO NO ENSINO DE FÍSICA ATRAVÉS DA HISTÓRIA E TECNOLOGIAS	
Tathiana Moreira Diniz Ribeiro Cotta	
DOI 10.22533/at.ed.31921040614	
CAPÍTULO 15	184
A IMPORTÂNCIA DAS DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO DOS LICENCIANDOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO IFTO- <i>CAMPUS</i> ARAGUATINS	
Idrlan Alves Batista	
Rafael de Jesus Costa	
Maiara Sobral Silva	
DOI 10.22533/at.ed.31921040615	
CAPÍTULO 16	196
ESPERANÇA E CONSOLO: UMA HERMENÊUTICA DO LIVRO DE APOCALIPSE PRESENTE NA TEOLOGIA DE MARTINHO LUTERO	
Maelite Costa de Araújo	
João Inácio Bezerra da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.31921040616	
CAPÍTULO 17	203
PARA ALÉM DO CORAÇÃO AQUECIDO: FRATURAS E PEQUENAS CRISES NUMA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA COM JOHN WESLEY	
Álvaro Nunes Lorangeira	
Tarcis Prado Junior	
Moisés Cardoso	
Franco Iacomini Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.31921040617	
SOBRE OS ORGANIZADORES	214
ÍNDICE REMISSIVO	215

CAPÍTULO 1

DIÁLOGO ABERTO: TEORIA LIBERTÁRIA E CRÍTICA EMANCIPATÓRIA

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 25/04/2021

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica de Salvador e Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a mulheres, gênero e feminismo (PPGNEIM/UFBA)
Salvador - Bahia
<http://lattes.cnpq.br/6538283866214716>
<http://orcid.org/0000-0002-5689-8206>

Antonio Carlos da Silva

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica de Salvador (PPGPSC/UCSal) e Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL)
Salvador-Bahia
<http://lattes.cnpq.br/2735855153608701>
<http://orcid.org/0000-0003-1584-7784>

RESUMO: O presente capítulo busca elucidar que qualquer alternativa voltada à emancipação deve, prioritariamente, romper com os grilhões da alienação e do fetiche. Em outras palavras, da mercantilização de todos os aspectos da vida, que contradiz o desenvolvimento do sujeito e a realização de Justiça Social. Deste modo, a Teoria Crítica é a vertente epistemológica para descrever a linhagem emancipatória para suplantar a tese do absurdo, um constante buscar dialético por sentido e unidade em um mundo no qual a valorização do valor é o sujeito

automático da sociedade. Para tanto, propomos o retomar à crítica da Economia Política, como instrumental teórico, para apreender o processo de desenvolvimento da humanidade. Uma conciliação entre o sujeito e o resultado de sua ação (*práxis*) ao estabelecer o papel histórico do sujeito em detrimento do contínuo consagrar do consumidor predicado neste sistema de reprodução social do capital. Tal alusão crítica, não se fundamenta sob os auspícios do tradicional “marxismo do movimento operário”, mas sob a crítica do fetichismo moderno e da crítica da produção de mercadorias como sistema, seguindo o contributo teórico do pensador alemão Robert Kurz (1943-2012). Afinal, a globalização de uma nova crítica social deve ser tão transnacional como o próprio capital para o pensamento crítico triunfar frente a torpeza e redefinir o conceito de humano, do simplesmente humano.

PALAVRAS - CHAVE: Emancipação, Alienação, Teoria Crítica, Robert Kurz, Economia Política.

OPEN DIALOGUE: LIBERTARIAN THEORY AND EMANCIPATORY CRITICISM

ABSTRACT: This chapter seeks to elucidate that any alternative aimed at emancipation must, primarily, break with the fetters of the alienation and the fetish. In other words, the commercialization of all aspects of life, which contradicts the development of subject and social justice realization. Thus, Critical Theory is the methodological and epistemological north of this emancipatory “adventure” to supplant the absurd thesis, a constant search for dialectic for meaning

and unity in a world in which the valorization of value is the automatic subject of society. To this end, we propose to return to the criticism of Political Economy, as a theoretical tool, to apprehend the process of development of humanity. A reconciliation between the subject and the result of his action (praxis) by establishing the subject's historical role to the detriment of the continuous consecration of the consumer predicated in this social reproduction system of capital. This critical allusion is not based on the auspices of the traditional "Marxism of the workers' movement", but on the criticism of modern fetishism and the criticism of the production of commodities as a system, following the theoretical contribution of Robert Kurz (1943-2012). At last, the globalization of a new social critique must be as transnational as capital itself for critical thinking to triumph over turpitude and redefine the concept of human, of the simply human.

KEYWORDS: Emancipation, Alienation, Critical Theory, Robert Kurz, Political Economy.

A crítica colheu nas algemas as flores imaginárias, não para que o homem suporte as amarras sem cuidado ou conforto, mas para que lance fora as algemas e colha a flor viva.

Karl Marx (Manuscritos Econômico-Filosóficos, 2004, p. 46)

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Karl Marx (18 Brumário de Luís Bonaparte, 1997, p. 19)

VENTOS, VENTANIAS... PRENÚNCIOS

Se pudéssemos antever o nosso devir histórico, tal como a Sibila de Cumas¹, a busca pela emancipação seria um pesar ou um desfrutar da aventura? Conscientes ou não de que as circunstâncias não nos pertencem, podemos ser, tal como asseverou Marx (2013), os determinantes de nossa própria História?

Em tempos de intensas manifestações sociais, violações dos Direitos Humanos e uma adequação ilimitada ao Mercado e suas leis, qual tomada de decisão e busca por uma agenda de promoção de justiça social podem os sujeitos históricos tomarem como metas coletivas de construção presente? Não obstante, como recriar o espaço público àquela parcela da sociedade dos sem parte e engendrar ações primacialmente políticas?

O desvelar desta jornada, aqui uma certeza de aporia não um refratário axioma, está dependente do legado daqueles que escreverem os parágrafos desta narrativa dialética e em constante conflito com os arautos de uma "modernidade" que insistem em relatar o fim da história. Modernidade aqui entendida como o "campo" histórico que constitui o "moderno

1 Na mitologia grega, a Sibila de Cumas anotava em folhas as previsões de Apolo sobre o porvir. As folhas eram lançadas ao vento e os sacerdotes do templo buscavam coletá-las.

sistema produtor de mercadorias, a forma da mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e, com isso, na forma de um processo, a “valorização” ou a economização abstrata do mundo”. (KURZ, 1997, p. 93)

Desde os anos 1980, o prenúncio de um novo estágio da crise estrutural do capital ganhou pautas e letras, sobretudo por críticos das humanidades. Debates intensos, abordagens teórico-epistemológicas sobre os ciclos da crise delinearão o que se convencionou chamar de convulsões do tempo presente².

Esse contexto de “movidas” estruturais apontava ainda o retornar de indagações que marcaram registros desde o século XIX, como atestam a “Era das Revoluções” (1789-1848) e a “Era do capital” (1848-1875) nos estudos críticos do historiador britânico Eric J. Hobsbawm.

Neste sentido, elencar representações literárias e historiográficas que se ocuparam desses embates é objeto central desse ensaio. Mary Shelley³, em “O último homem” procurou, por intermédio do absurdo metafísico, identificar o sentido e a unidade em um mundo desprovido de razão. Se para o romance, publicado originalmente em 1826, a peste era a personagem icônica, a partir do século XX é a mercantilização de todos os aspectos da Vida a protagonista de uma sociedade em que a valorização do valor é o seu sujeito automático⁴.

Em contextos diversos há muito mais do que supõe a vã filosofia fundada na querela de um mundo assistido pela organização política democrática e a lógica do mercado, buscando no fetiche, valor e mercadoria seus mais certos elementos. O que Robert Kurz caracterizou como a “razão sangrenta” (2010) que se transporta em pigmentações de ontologia negativa e aceitação acrítica do positivismo ocidental.

A separação do sujeito e o resultado de sua ação é uma representação espetacular do sistema de produção moderno, o que torna a lógica subjacente do capitalismo, ou seja, o critério de rentabilidade, uma ameaça à humanidade. Dentro da “razão” instrumental e mercantil, consoante o apregoado pelo Banco Mundial e aludido aos quatro ventos na adaptação mitológica de Jeffrey Sachs (2021) sobre o papel do Estado neste frenesi da economia empresarial, o estigma do crescimento econômico é a peste de nossos tempos – o absurdo transformador em ordem.

Em outras palavras, o reconhecimento de si para si, que a cultura promovia na criação dos povos em nação, é substituída pela simples e brutal rentabilidade dos sujeitos, não mais históricos, mas como um fenômeno natural, a transcendência de um mundo no qual o trabalho humano serve apenas ao insaciável dever de valorização irracional do capital.

2 Com forte influência do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), criado em França, no final da década de 1970. Destaque para os contributos de Henry Rousso, René Rémond e Jean Pierre Rioux (AREND; MACEDO, 2009).

3 Antecipando em mais de um século a proposição existencialista de Albert Camus sobre “O mito de Sísifo” (2021).

4 Entretanto, sob os efeitos da COVID-19, que continuam a devastar os alicerces político-econômicos mundiais, o alerta de Walter Benjamin – em seus ensaios “Sobre o conceito de História” (2020) - é indispensável para realizar outro devir: escovar a história a contrapelo para suplantarmos as vicissitudes da totalitarização do capital e do fetiche da mercadoria.

Os defensores do capital gostam de descrever a ordem existente como uma espécie de predestinação divina para a qual não houvesse alternativa civilizada. Muitos deles arbitrariamente projetam as relações capitalistas de troca até a aurora da história, eliminando assim sua contingência e capacidade histórica de transcendência para poderem idealizar (ou pelo menos justificar) até seus aspectos mais destrutivos (MÉSZÁROS, 2015, p. 181).

O crescimento econômico é a esperança de inserção dos países periféricos em um grupo privilegiado de países desenvolvidos. Oito ou vinte, pois depende do clube em que a industrialização é sinônimo de riqueza. A própria palavra desenvolvimento remete ao entendimento de novíngua orwelliana, isto porque não há qualquer referência ao real desenvolvimento no sentido filosófico do termo, tanto em Platão como Aristóteles, de fazer do sujeito um elemento de transformação, passível de agir tanto sobre a sociedade como sobre si mesmo, em contrapartida ao ambiente público propício para ampliar suas habilidades e capacidades (FURTADO, 2013).

Tal assertiva corrobora com a tese defendida por Celso Furtado, economista e intelectual brasileiro, na qual toda e qualquer reflexão sobre o desenvolvimento requer uma abstração filosófica, uma necessária crítica radical do ser, em sua complexidade e completude. Portanto, ser social e político em contraposição ao tripé masculino, branco e ocidental que determina as estruturas do atual sistema de produção social e, por conseguinte, busca alienar questões de gênero, raça, etnia e territorialidade do debate emancipatório (BUTLER, 2018; FEDERICI, 2019).

Neste contexto, a Teoria Crítica ou crítica radical está presente. Em artigo de 1997, com o curioso título de “A estupidez dos vencedores”, Robert Kurz questionava se a (aparente) vitória da economia de mercado livre sobre a economia planificada de Estado não era uma recorrente vitória de Pirro (mais uma alusão ao dicotômico interpretar neoliberal da formação de preço e valor com uma “entidade” única). Isto porque, se para enfrentar as variações cíclicas de um sistema em que a circulação do capital não pode cessar, ao custo de uma derrocada sistêmica, quais são os êxitos do neoliberalismo?

É importante destacar que o questionamento de Kurz é sustentado pelos estudos de Angus Maddison (2014) sobre a história da acumulação de capital, em que há um consenso tácito de que o crescimento econômico deve manter-se em 3% para garantir a lucratividade; abaixo de 1% a economia mundial está em recessão (leia-se risco sistêmico)⁵. Isto porque, destaca o economista britânico, o reinvestimento constante de parte significativa do excedente de capital é condição *sine qua non* para manter a lucratividade.

Desde a década de 1980, as taxas de crescimento global não superam os 2,5 % (THE WORLD BANK, 2019) e a manutenção do sistema neste ritmo de crescimento é dependente da ampliação do crédito.

⁵ O risco sistêmico é o tema principal dos livros de David Harvey “17 Contradições e o fim do capitalismo” (2016) e “O enigma do capital” (2011) publicados no Brasil pela editora Boitempo.

Desde o fim dos anos 80, assistimos em todo o mundo à agonia do marxismo, do socialismo, do movimento operário, dos movimentos de libertação nacional, e não só. Também o clássico Estado de bem-estar social burguês está em desintegração, o paradigma keynesiano não passa agora duma nostalgia e os regimes do «desenvolvimento» no Terceiro Mundo desmoronam-se, também nas suas variantes pró-ocidentais. Já nem sequer os revivalistas nostálgicos do romantismo revolucionário terceiro-mundista têm uma perspectiva social própria sobre a história mundial [...] Os velhos paradigmas de esquerda de reforma e revolução no entendimento tradicional tornam-se caducos à escala da sociedade mundial, uma vez que já não existe qualquer horizonte de regulação e de transformação organizadas estatalmente. Em toda parte as instituições que restam da antiga luta de interesses sociais içam a bandeira branca da rendição. O conceito de “reforma social” transformou-se no seu exato oposto e foi semanticamente ocupado pela contrarreforma neoliberal, que aos poucos vai reduzindo todas as conquistas sociais, sistemas de segurança social e serviços públicos ao núcleo repressivo que sempre lhes foi inerente. O paradigma neoliberal já não é uma posição peculiar, mas um consenso suprapartidário, que atinge grande parte da esquerda, a qual mais não consegue que dar expressão às ideologias retrógradas de uma época passada, como oposição aparente, ou a fracas adaptações delas. (KURZ, 2007, grifos nossos).

Tal como indicado nos grifos acima: por etapas, por regiões e com intensidade diferentes os últimos quarenta anos consubstanciam reformas e “consensos” desde estruturais aos culturais.

O resultado disto é uma constante resignação e conformismo com lampejos sociais como podem ser exemplificados pelos protestos que assolaram o mundo em 2011, com destaque para “Primavera Árabe” (Egito), “*Occupy Wall Street*” (Estados Unidos) e “Indignados” (Espanha).⁶ O direito à revolução, tal como asseverado por Thoreau (2016), de que todo indivíduo deve lutar contra um Estado no qual a tirania e a incompetência são insuportáveis não pode coexistir sem a afirmação do sujeito histórico (CAVALCANTI & SILVA, 2021).

PERÍODO OUTONAL: OS DIÁLOGOS ENTRE HARVEY E KURZ E A ALTERNATIVA EM PIKETTY

O questionar de David Harvey - como o capitalismo sobrevive é por que é tão propenso a crises? (2011, p. 41) - determina ou desvela o nosso devir histórico? As folhas lançadas pela Sibila de Cumas podem elucidar e/ou obscurecer o porvir. No entanto, ainda somos os responsáveis por nossa própria história - apesar das circunstâncias. Assim, retornar à crítica da Economia Política (em especial, das suas categorias em relação à estatalidade) é o nosso instrumental para apreender o processo de desenvolvimento dialético da humanidade como uma aporia e estabelecimento da *práxis* em oposição a

⁶ Sem olvidar dos expressivos movimentos “Geração à rasca” (2011) e o “Passe Livre” (2013) que dominaram a agenda política em Portugal e Brasil, respectivamente.

*poíesis*⁷.

Não sob os auspícios do tradicional “marxismo do movimento operário”, mas priorizando a crítica do fetichismo moderno, da crítica da produção de mercadorias como sistema, da crítica da valorização do valor como sujeito automático da sociedade. Neste pronunciamento teórico é relevante elucidar que

esta dimensão profunda de toda modernidade tem como consequência deixar de ver as categorias básicas do moderno sistema produtor de mercadorias como objetos positivos ontológicos (...) para submetê-las a uma crítica radical, como objetos negativos e históricos (KURZ, 2007, p. 2).

Deste modo, em resposta ao questionar do geógrafo britânico supracitado, deduzimos em Kurz (2007) que o capitalismo, em sua composição antagônica, somente está a sobreviver em decorrência de um paradoxo: a Economia Política da Simulação. Em outras palavras, na ampliação do sistema de crédito que afetará sobremaneira o consumo, o não sustentável, o colapso da modernização⁸. O que podemos confirmar com o surpreendente e atual manifesto de Marx, presente no volume três de “O Capital”, em que o trabalho produtivo é transformado em moeda e substituído pelo simulado crescimento da base monetária.

O processo econômico moderno pode ser definido como a inesgotável transformação desse trabalho em moeda. Toda moeda que não espelha um trabalho precedente é moeda sem substância e, por isso, simulada. (KURZ, 1997, p. 129).

Aqui, vale a ressalva, não estamos a centrar o debate em uma atualização da luta de classes, pois não há uma oposição sociológica imanente (no sentido kantiano) entre os representantes do capital e do trabalho assalariado, mas um sistema de referência comum para essas classes: o insaciável processo de transformação do trabalho humano em mais-valia.

Não importa a classe social, sob os auspícios do atual “campo” histórico, todo o trabalho tem apenas a função de aumentar o nível de rentabilidade.

Enquanto o marxismo tradicional da luta de classes tinha problematizado apenas a apropriação jurídica superficial da mais-valia pelo capitalista, nós abarcamos a forma social de sujeito automático que serve de base. A mais-valia deixa de ser um objeto positivo, que uns têm e outros não têm, e que se possa exigir ou tirar [...] Tal como o valor, como forma de acumulação sem fim, também o trabalho abstrato, como seu conteúdo, se torna igualmente um

7 Não separar o sujeito do resultado de sua ação é uma premissa básica para reestabelecer o papel histórico do sujeito em detrimento do avassalador desenvolvimento do consumidor predicado. A *poíesis*, diferente da *práxis*, elucidada Aristóteles (2013), está intimamente ligada à ideia de trabalho como técnica, portanto, em oposição à prática em que o sujeito e a ação são inseparáveis.

8 Em alusão ao título homônimo do primeiro livro de Kurz publicado no Brasil (1992), a abstração do valor pode ser apreendida por meio da comparação entre os dados do “PIB Mundial” e do “Mercado Global de Derivativos” para 2019: US\$ 87,73 trilhões e US\$ 640 trilhões, respectivamente. Fonte: The World Bank e Bank for International Settlements (<https://www.bis.org>).

fim em si irracional, indiferente a qualquer qualidade social ou material [...] O programa da crítica não deve ser a distribuição justa do valor, mas sim a sua abolição, por ser a forma irracional de uma riqueza abstrata destrutiva. Não são o “ponto de vista do trabalho” nem o “orgulho pela criação de valor” que conduzem para além do capitalismo, mas, pelo contrário, é a crítica radical das modernas “abstrações reais” de trabalho e valor. (KURZ, 2007, p. 3)

Um resquício explícito desta simulação do capital de si próprio é como controlar o aumento dos ativos financeiros sem compreender que a desvalorização da moeda sem substância pode ocorrer independente do cenário inflacionário ou deflacionário na economia mundial.

À medida que mais capital excedente entrou na produção na década de 1980, particularmente na China, a concorrência intensificada entre os produtores começou a colocar pressão sobre os preços. Os lucros começaram a cair, apesar da abundância de trabalhadores com baixos salários. Como resultado, cada vez mais dinheiro entrou na especulação em ativos, porque era onde os lucros eram mais passíveis de serem realizados (HARVEY, 2011, p. 32).

A taxação progressiva e a tributação da riqueza, parte das soluções apresentadas, por exemplo, em Thomas Piketty (2014), apenas arranham a superfície do problema, pois apesar de concentrar esforços legítimos para reduzir a desigualdade social crescente em termos globais, não atenta para a definição processual do capital: o contínuo movimento/circulação. O capital não é apenas, como avalia Piketty, o estoque de todos os ativos em mãos diversas (entre eles os Estados, as empresas transnacionais e os indivíduos isolados) que podem ser interpenetrados na lógica do Mercado.

O movimento tautológico do capital, transformar o dinheiro de um meio de circulação em um fim em si mesmo, não pode ser ignorado. O progresso técnico somente serve aos interesses de manutenção do processo de competição (leia-se acumulação e reprodução do capital) que podia ser assessorado pelos Estados Nacionais nesta lógica da economia empresarial quando os custos eram externalizados em contraposição ao processo de diminuição do trabalho abstrato inserido na produção.

Entretanto, como observou o sociólogo alemão Burkart Lutz (*apud* Kurz, 1997), essa assimetria entre a racionalização microeletrônica e a globalização dos mercados e do trabalho impede o Estado nacional de financiar o processo de civilização moderna e centrada na competição, portanto, na redução dos níveis de desigualdade.

Não é o aumento das taxas de crescimento econômico⁹ que poderá contornar as restrições aludidas (ambientais, de mercado, de rentabilidade e espaciais) e garantir os 3% necessários para o recorrente processo de lucratividade mundial.

A produtividade aumenta com rapidez cada vez maior, ao passo que a expansão do modo de produção, considerada na sua totalidade, chegou ao fim. Por isso, a esperança por um novo surto de acumulação é bastante

⁹ O mecanismo de compensação apregoado pelo pensamento neoclássico. A base para Thomas Piketty elaborar suas proposições críticas sobre o “Capital no Século XXI”.

ingênuas. A partir de agora, fica claro que a autocontradição fundamental, segundo a qual essa sociedade se baseia na transformação incessante de *quanta* abstratos de trabalho em dinheiro, chegou a um ponto no qual não se pode mais mobilizar rentavelmente *quanta* suficientes de trabalho no patamar dos padrões de produtividade, criados pela própria sociedade. Já não é mais um fenômeno cíclico, mas um fenômeno estrutural. (KURZ, 1997, p. 113).

Para justificar o Estado nacional, tal como o conhecemos, prevalece mais um movimento tautológico: o fomento de um contrato social vertical em uma sociedade de consentimento¹⁰. Para além da leitura hobbesiana, em que o indivíduo abdica de todos os seus direitos em nome de um contrato de segurança com o Estado, há um arrefecer da área de regulamentação deste mesmo Estado, que necessita ampliar sua dependência monetária frente ao mercado para financiar esse modelo.

No entanto, não podemos olvidar que o meio de regulação do Estado nacional é o dinheiro. Um sensível paradoxo, pois a fonte real de financiamento do Estado, para garantir a infraestrutura econômica e a realização de Políticas Públicas, é a taxação de lucros e salários.

Quanto mais fraca se tornar a acumulação real, tanto menos o crédito estatal será financiável, e, quanto menos o Estado puder ser financiado, tanto maiores se tornarão as suas tarefas em virtude da crise estrutural da acumulação. É nesse círculo vicioso que a própria modernidade produtora de mercadorias se aprisionou. (KURZ, 1997, p. 113).

UM FENÔMENO ESTRUTURAL, NÃO CONJUNTURAL OU A-HISTÓRICO

Aqui a coleta das folhas, espalhadas pelo vento - em analogia a Sibila de Cumas - está intrinsecamente relacionado com o pronunciar de Marx na abertura deste ensaio, pois o objetivo é assumir a responsabilidade por seu próprio destino ao lançar fora as algemas e colher a flor viva. O devir histórico, para além do capital e do Estado nacional, é sustentado por um desvelar atípico.

O embate dialético e histórico entre, no mínimo, dois princípios, revela o outro pólo do sistema de fetiche moderno: as categorias econômicas e político-jurídicas não são, em verdade, antagônicas, mas ao longo da história do moderno sistema produtor de mercadorias, as duas faces de um mesmo campo histórico. Mercado e Estado; Economia e Política; capitalismo e socialismo; *homo economicus* e *homo politicus*.

Neste contexto, a panacéia criada para alocação do excedente de capital (lembrar dos 3% em Maddison), em distintos estágios da crise estrutural do capital, foi e continua a ser o fomento de uma economia de guerra, que precisa sempre de um antagonista. Um inimigo comum que, mais um paradoxo, ao invés de alimentar o processo de crescimento

10 Denominação presente nos estudos de Hannah Arendt sobre a desobediência civil (2013). A dissidência está em consonância com a tese VIII de Walter Benjamin sobre a necessidade histórica em instaurar um real estado de exceção capaz de fazer frente ao recrudescer da barbárie e, por conseguinte, da liberdade como a razão de ser da política (2020).

econômico, torna-se refém de uma política mundial de valorização do valor sem substância¹¹.

Estamos lidando realmente com uma profunda “ruptura de época” e com uma crise secular da sociedade (...) O modo de viver capitalista é demasiado unilateral, o mercado é demasiado débil, para que esse sistema pudesse sobreviver sem a existência de um pólo oposto (...) o fundamentalismo é o castigo merecido pela soberba da economia de mercado, bem como pelo fracasso do socialismo ou do pólo da modernização através do Estado, da economia planificada e do coletivismo. (KURZ, 1997, p. 92).

FETICHE, ESPETÁCULO E ALIENAÇÃO: FORTES MATIZES CONTEMPORÂNEOS

A espetacularização da vida, parafraseando Guy Debord (2021), não será suplantada apenas pelo restabelecimento do sujeito e do resultado da ação, mas com a eliminação de suas contradições. Neste contexto, é contraproducente insistir em uma alternativa reformista de humanização do capitalismo¹².

A diferença é que a criatura tem nome: capital. O criador adquire, não obstante o processo de simulação, uma única e sombria faceta, pois o sujeito, tal como elucidado, não é o dominador, mas o submetido aos interesses de reprodução e acumulação de sua própria criatura.

Com uma ressalva, aqui o problema não é mais de identificação do sujeito ético-moral e sim o da espetacularização do ser político:

A decadência global da política enquanto instância reguladora da vida social manifesta-se de várias maneiras: como recusa da política e das ideologias tradicionais por parte dos cidadãos; como perda da soberania por parte dos Estados Nacionais; como redução neoliberal das competências do Estado. A política encontra-se reduzida ao papel indispensável, mas subordinado, que é estruturalmente o seu na sociedade da mercadoria, ainda que, durante boa parte do século XX, as necessidades ligadas à fase ascendente dessa sociedade (superação das formas pré-capitalistas, integração de toda a população na lógica da mercadoria) tenham feito parecer mais importante o papel da política. (JAPPE, 2014, p. 28-29).

O repensar da política é uma necessidade emergencial. O reconhecimento de todos os sujeitos à revolução, reiterando o aludido em Thoreau, não pode ser confundido (apenas) como o recrudescer da organização democrática desta mesma política. Vale ressaltar que a tese dos meios, presença marcante em Aristóteles, enuncia um papel conciliador nas

11 Neste limiar de uma nova Era, na qual as consequências da irracionalidade econômica são manifestas nas relações com a natureza (da variedade de doenças aos recorrentes desastres naturais), a precariedade da vida humana será uma constante. Situações pandêmicas, como as vivenciadas pela COVID 19, confirmarão que se os limites da valorização do capital não forem redefinidos a expansão mundial financiada pelo crédito resultará em (cada vez mais) regiões miseráveis abandonadas (KURZ, 2015).

12 Uma paradoxal relação de criador e criatura, tal como em “Frankenstein ou o Prometeu Moderno” (2019) de Mary Shelley, que estabelece os pilares para a filosofia do absurdo (que aludimos anteriormente como o cerne do pensamento de Albert Camus - ao questionar a relação do sujeito ético-moral com a crescente mercantilização de todos os aspectos da vida).

formas mistas de governo. Para tanto, ao evitar a derrocada do sistema para uma tirania sem precedentes, algo mais próximo da barbárie, necessitamos discordar do sistema jurídico vigente, pois como sabemos, “a lei realmente pode estabilizar e legalizar uma mudança já ocorrida, mas a mudança em si é sempre resultado de uma ação extralegal” (ARENDDT, 2013, p. 72).

Para isso, a democracia, como ideologia legitimadora da lógica de Mercado, é o destituir do sujeito ético-moral. A democracia, em tempos espetaculares (DEBORD, 2021) molda o consumidor-predicado alienando-o da capacidade de consciência e reconhecimento do outro como sujeito ético-moral. Não obstante, esse consumidor-predicado sobrevive em um constante dilema: sua existência está em constante ameaça se não for uma existência rentável.

Como alude Kurz (2015), não basta o lucro por si só, é preciso atender aos anseios ilimitados da criação de riqueza. Contudo, o paradoxo mais uma vez está presente, o capital necessita de trabalho humano para justificar sua valorização irracional por mais capital. Aqui está a mácula do sistema: a contradição interna do moderno sistema de reprodução do capital não comporta a emancipação em decorrência da eliminação do fetichismo da mercadoria e da valorização do valor como sujeito automático da sociedade.

O capitalismo, entretanto, é uma composição estrutural. Passível de mudança e real transformação (MESZÁROS, 2015). Destarte, ressaltamos a proeminência da crítica radical da Economia Política para apresentar um contributo teórico para emancipação da sociedade regida pelos ditames do capital em contínua confrontação com a emancipação da criatura: o capital.

Nesta crise social mundial, desenvolver a crítica categorial do moderno sistema produtor de mercadorias e da sua metafísica real não significa para a “EXIT!” elaborar conceitos de curto prazo para vencer a crise e oferecê-los numa venda ambulante de ideias. A crítica tem que poder ser por princípio negativa e só a partir da negação dos fundamentos pode surgir uma prática alternativa. Trata-se de organizar conscientemente a utilização dos recursos e possibilidades humanos em novas instituições sociais, em vez de seguir cegamente as “leis” duma “segunda natureza” fetichista. Se no passado a crítica categorial foi uma possibilidade não cumprida, agora ela tornou-se uma necessidade de sobrevivência. Nesta nova situação histórica, ainda mais perigosa se torna a constituição de ideologias e mais necessária ainda se torna a crítica da ideologia (sem abdicar da análise da dinâmica objectiva da crise). Pois da crise fundamental da moderna relação de valor e dissociação não se segue necessariamente a libertação do fetichismo; pelo contrário, esta está entregue à acção humana. Do mesmo modo, o caminho para a barbárie e para o “afundamento colectivo” (Marx) é igualmente possível. A saída está em aberto. (KURZ, 2007, p. 6).

BRISAS EMANCIPATÓRIAS

Não há regresso ao modelo de sociedade anterior ao sistema de reprodução social do capital. Precisamos, antes de tudo, construir a base ontológica positiva para triunfar frente à crise de valores advindos do iluminismo e a crença da inalienação da propriedade. Todavia, negando as perspectivas iluministas de uma racionalidade da economia empresarial, em que a criatura emancipada de seu criador (o capital), agora coisificada em consumidor-predicado, continue a se propagar independente da dicotomia saudável/nocivo. A economia empresarial estará sempre em busca de menores custos e das vantagens inerentes a uma organização política carente de estabilidade.

A emancipação do sujeito histórico dos grilhões da economia de mercado, adornadas pelo Estado regulamentador da atividade econômica, depende da libertação do domínio monetário. Não há regresso para a história da emancipação por meio dos movimentos operários, uma ilusão de ótica para a reorganização do Estado, sob orientação neoliberal, que aparenta libertar a sociedade consumidora da mão-invisível smithiana.

A reflexão sobre a política deve tornar-se uma reflexão sobre o fim da política e sobre a forma da totalidade que reveste a sociedade moderna, isto é a forma mercadoría. O fato desta constituir, para a consciência burguesa, "uma forma a priori", aparentemente natural e indiscutível, nunca apreendida de maneira consciente, não impede que essa forma-mercadoría condicione toda a vida política. (JAPPE, 2014, p. 29).

A linha de argumentação seguida não se trata de um revisionismo histórico, mas de identificação dialética do processo de emancipação social em uma sociedade fetichista (LOSURDO, 2017). Deste modo, compreende a missão civilizadora do capital como tarefa histórica para controle e assimilação do movimento operário.

A luta de classes, portanto, precisa ser avaliada para além da fragilidade sociológica e em consonância com a universalidade abstrata na forma mercadoría. Aqui o papel da política não pode ser reduzida à esfera dos Estados nacionais¹³.

Se o fim da política não for assumido de modo consciente como uma tarefa a levar a cabo e como possibilidade de nos libertarmos de uma categoria fetichista, é de temer que formas ainda mais terríveis substituam a política [...]. É necessário que as correntes teóricas e práticas da crítica radical da sociedade mercantil, pouco numerosas até agora, se encontrem. Só uma tal crítica é realista, pois se podemos eventualmente abolir a sociedade espetacular mercantil, já não é possível reformá-la. (JAPPE, 2014, p. 36).

A não-valorização da vida como opção é uma afronta ao sujeito ético-moral. O não-reconhecimento (absoluto ou relativo) do indivíduo retira de sua essência o valor mais precioso: a humanidade. O totalitarismo presente nesta assertiva, a eliminação do sujeito

¹³ Apesar de reconhecer a importância das lutas defensivas, travadas no espaço e reorganização do público – como os já citados movimentos “*Occupy*” e “*Indignados*” -, elas não apreendem uma perspectiva libertária universal. Para tanto, vale conferir o provocativo capítulo “Política sem política”, em “*Crédito à morte*” (JAPPE, 2013).

como proprietário de sua própria história, desvelado pelas circunstâncias exteriores a ele, mas factíveis de mudança, é a mutação do ser em um nada¹⁴.

O absurdo desta constatação está em incorrer na formulação do sujeito como ser abstrato e não real e passível de agir sobre a sociedade e sobre si mesmo. O real desenvolvimento propriamente dito infere ao recorrer na essência da humanidade. Na emancipação de toda e qualquer espécie de coisificação. A crítica do próprio conceito de política é uma condição *sine qua non* para superar a *peste/capital* e poder interpretar as folhas de nosso devir histórico como algo novo e histórico.

As objeções e o indignar-se frente à violência ética são um pressuposto à crítica. O suplantar da abordagem ontológica do ser - o atentar para uma crítica categorial identitária presente nas contradições inerentes do sistema vigente - o caminho para análise histórica. Pois, seguindo a observação daqueles que escreveram os parágrafos de uma narrativa dialética da história, não basta apenas interpretar o mundo de várias maneiras: a emancipação depende de mudanças estruturais.

Neste caminhar para criação de outro devir histórico (o desfrutar da aventura) não olvidemos do alerta:

Se nenhuma categoria social correspondeu às projeções daqueles que procuravam o portador da emancipação, por outro lado, sempre surgem de novo oposições às condições desumanas da vida no capitalismo. Essa paisagem cheia de falsos amigos e de ajudas inesperadas constitui o campo, de difícil leitura neste momento, onde toda “recomposição política” deve tomar posição desde já (JAPPE, 2013, p. 100).

Afinal, a globalização de uma nova crítica social deve ser tão transnacional como o próprio capital. Isso, anunciam os ventos mais críticos, possibilitaria o triunfo do pensamento crítico, especialmente escrito diante da torpeza e da necessidade de redefinir o conceito de humano, do simplesmente humano. Destarte, a convocatória da Teoria Crítica coaduna, sobremaneira, com a promoção de direitos e da Ética como caminho possível.

REFERÊNCIAS

AREND, Sílvia M. Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a história do tempo presente: entrevista como o historiador Henry Rousso. **Revista Tempo e Argumento**, volume 1, número 1, 2009, pp. 201-2016. Disponível em <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3381/338130370013/html/index.html>

ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ARISTÓTELES. **Ética e Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História**: edição crítica. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

14 A angústia revelada por Sartre em “A náusea” (2019), em nada se compara ao suicídio em Vida apregoada por Camus em “O mito de Sísifo” (2021).

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembléia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. São Paulo: Record, 2021.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon & SILVA, Antonio Carlos da. Entre necropolíticas e rumos para vidas vivíveis: Ética e Teoria Crítica como instrumentos. **Revista Inclusiones**, vol. 8, n. 2 (2021), pp. 157-172. Disponível em <https://revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/2444>

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Lisboa: Antígona, 2021.

FEDERICI, Silvia. O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FURTADO, Celso. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as cries do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

JAPPE, Anselm. **Uma conspiração permanente contra o mundo**: reflexões sobre Guy Debord e os situacionistas. Lisboa: Antígona, 2014.

JAPPE, Anselm. **Crédito à morte**: a decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial**: crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

KURZ, Robert. **Razão Sangrenta**: 20 teses contra o chamado Iluminismo e os “valores ocidentais”. São Paulo: Hedra, 2010.

KURZ, Robert. **Com Marx para além de Marx**: o Projecto Teórico do Grupo “EXIT!”. Lisboa, 2007. Disponível em http://www.obeco-online.org/exit_projecto_teorico.htm. Acesso em 25 de abril de 2021.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOSURDO, D. **Guerra e revolução**: o mundo um século após outubro de 1917. São Paulo: Boitempo, 2017.

MADDISON, Angus. **Economic Growth in the West**: Comparative Experience in Europe and North America (English Edition). London: Routledge, 2014.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 (esboços da crítica da Economia Política). São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SACHS, Jeffrey. *The Ages of Globalization – Geography, Technology, and Institutions*. New York: Columbia University Press, 2021.

SARTRE, Jean-Paul. **A náusea**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

SCHELLEY, Mary. **O último homem**. São Paulo: Editora Plutão, 2020.

SCHELLEY, Mary. **Frankenstein ou o Prometeu Moderno**. São Paulo: Penguin, 2019.

THE WORLD BANK. **The World Bank Annual Report 2019**: Ending Poverty, Investing in Opportunity. Washington, 2020. Available in <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32333>.

THOREAU, Henry D. **Desobediência civil**. São Paulo: Edipro, 2016.

CAPÍTULO 2

CONFLITO E IDENTIDADE NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO: O CASO DE NAGORNO-KARABAKH

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 06/05/2021

Danielle Amaral Makio

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (Unesp, Unicamp, Puc-SP),
Universidade de Glasgow
Glasgow – Escócia
<http://lattes.cnpq.br/2928282643018425>

Larissa de Castro Nogueira

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/7096912460222433>

RESUMO: Este capítulo tem por intuito analisar as dinâmicas envolvidas no conflito de Nagorno-Karabakh desde seu início até aproximadamente o final dos anos 2000, a fim de obter maior entendimento acerca das particularidades dos conceitos de Estado e nação no espaço pós-soviético e vislumbrar perspectivas de resolução do embate. Para tanto, parte-se da hipótese de que as construções de identidades, nesse contexto, atuam, junto de consequências de fenômenos históricos ligados à égide da URSS, como grandes fontes de complexidade e, ainda, como grandes norteadores dos desdobramentos do litígio. Com o objetivo de demonstrar o exposto, será realizada uma breve contextualização do caso escolhido, seguida de uma análise tripartida das características materiais e imateriais da região irredentista. A seguir, serão realizadas uma breve exposição teórica acerca da relação

entre Estado e identidade e um relato histórico das negociações de paz. Enfim, analisar-se-á, a partir dos parâmetros determinados, as perspectivas de superação do conflito colocado.

PALAVRAS - CHAVE: Nagorno-Karabakh. Estudos pós-soviéticos. Identidade. Statebuilding.

CONFLICT AND IDENTITY IN THE POST-SOVIET SPACE: THE CASE OF NAGORNO-KARABAKH

ABSTRACT: The present chapter aims to analyze the dynamics involved in the Nagorno-Karabakh conflict from its beginning until approximately the end of the 2000's, in order to better understand the particularities of the concepts of state and nation in the post-Soviet space and to envision perspectives for resolving the conflict. We shall base our arguments on the hypothesis that the construction of identities, in this context, act, together with the consequences of historical phenomena linked to the aegis of the USSR, as great sources of complexity and, still, as great drivers of the unfolding of the litigation. In order to demonstrate the above, a brief contextualization of the chosen case will be carried out, followed by a tripartite analysis of the material and immaterial characteristics of the irredentist region. Next, there will be a brief theoretical presentation on the relationship between state and identity and a historical account of the peace negotiations. Finally, the perspectives of overcoming the conflict will be analyzed, based on the parameters determined.

KEYWORDS: Nagorno-Karabakh. Post-Soviet studies. Identity. Statebuilding.

1 | INTRODUÇÃO

A narrativa que permeia as relações internacionais dos anos 1990, constituída pela diáde do fim da Guerra Fria e da hegemonia estadunidense, ao passo em que se coloca enquanto consenso inesgotável no Ocidente, não representa uma abordagem analítica que permita o devido entendimento da nova conjuntura instaurada na região da antiga URSS, cujos processos de reorganização político-territorial vêm à tona e se materializam, sobretudo, na erupção de demandas nacionalistas substancialmente distintas daquelas que se encontra em demais localidades e temporalidades. Nesse ínterim, o próprio conceito de “Estado-nação”, demanda, quando transplantado à Eurásia, um outro tipo de tratamento analítico. Como descreve o célebre sociólogo Anthony D. Smith, o Estado-nação corresponde ao cenário de compatibilidade entre o território estatal e o grupo étnico homogêneo que o habita, sendo ele o único tipo de entidade política permitida e exigida no mundo moderno (SMITH, 1986, p. 228).

Surpreendentemente, a evidência empírica demonstra que a congruência entre *ethnos* e território é a exceção, e não a regra, no tabuleiro internacional, sendo o enclave de Nagorno-Karabakh (doravante N-K), também conhecido como República de Artsakh, em língua armênia, um dentre os inúmeros casos de incompatibilidade entre Estado e nação. Dos esforços empregados a fim de suplantiar tais lacunas conceituais características dos estudos pós-soviéticos emana o conceito de Estado *de facto*, que, segundo Scott Pegg (1998), aplica-se a regiões formalmente pertencentes a um Estado-nação, mas que possuem anseios autonomistas. Imbuídos por processos correntes de *nation* e *state-building*, estes espaços são comandados por uma liderança política internamente legitimada pelo apoio popular e contam com capacidade de organização política que lhes permite, destarte a ausência de reconhecimento internacional, prover serviços de natureza governamental à população.

As particularidades do contexto político e identitário que envolve a região tratada são especialmente evidenciadas no caso do conflito de N-K, Estado *de facto* que luta por sua independência do Azerbaijão, dado o longo processo negocial que, em vista de atingir uma resolução pacífica, reverbera fenômenos político-sociais característicos do espaço pós-soviético. Este estudo se propõe, portanto, a desvelar as dinâmicas de um conflito que usualmente escapa às análises tradicionais do campo das Relações Internacionais no Brasil, almejando, de modo mais específico: (i) compreender de que forma os conceitos de Estado e Nação operam e são definidos nas unidades políticas da região pós-soviética e (ii) quais as reverberações de tal dinâmica nas perspectivas de atingimento da paz. A fim de promover uma análise mais minuciosa, o estudo se limitará a abordar o conflito desde seu início, no começo dos anos 1990, até, aproximadamente, o final dos anos 2000, sendo 2006 o principal momento a ser destacado em nossas considerações. Dessa forma, parte-se da hipótese de que o conflito em N-K representa mais do que um mero embate

entre Armênia e Azerbaijão: as forças internas à N-K, sobretudo no que diz respeito à sua formação identitária, são de grande importância à compreensão dos motivos que fomentam a continuidade do confronto e dos seus possíveis desdobramentos.

2 | O CONFLITO EM NAGORNO-KARABAKH

Nos anos 1920, as nações transcaucasianas, nomeadamente armênios, geórgicos e azeris, buscaram se consolidar como Estados independentes, iniciando um turbulento processo de demarcação territorial. Neste contexto, os conflitos entre Armênia e Azerbaijão, que já haviam lutado pela posse do enclave de Nagorno-Karabakh antes de tornarem-se Repúblicas Soviéticas, escalariam substancialmente. O *turning point* desta disputa ocorreria no cenário de redesenho das fronteiras do Cáucaso pela URSS: em 1923, o *Politburo*, comitê de comando da União Soviética, viria a declarar que, a despeito da maioria étnica armênia em N-K, o enclave passaria a estar formalmente vinculado ao território do Azerbaijão. Como forma de amenizar as animosidades dos armênios de Karabakh, o Politburo concederia à região o status de província autônoma (*Oblast*) da União Soviética. A despeito dos arranjos formais que previam a relativa autonomia deste espaço, é notável que o governo azeri passou a desempenhar um papel assertivo em seus assuntos internos, constringendo não apenas os anseios do vizinho rival, como os da própria população de N-K (GEUKJIAN, 2012, p. 24-26).

Gradualmente, estas intervenções se traduziriam em sistemáticas políticas discriminatórias, que visavam sufocar as potenciais demandas da região por autonomia. No âmbito cultural, a ameaça às características étnicas do enclave se deu através da proibição, pelas autoridades do Azerbaijão, de qualquer referência à Armênia em livros escolares e em meios de comunicação. Ainda mais, as altas posições do governo seriam destinadas à etnia azeri, um tratamento preferencial visível não apenas nas esferas da vida pública, mas também na constituição nacional. A ameaça às raízes étnicas de N-K seria agudizada, também, por uma forte política de migração à região, a qual visava compensar a dominância armênia por meio de uma igual proporção de nativos do Azerbaijão. No campo econômico, as vilas de N-K seriam sistematicamente privadas de projetos e investimentos estruturais. Tais comportamentos discriminatórios constituem, inegavelmente, um elemento crítico das demandas de N-K por secessão (GEUKJIAN, 2012).

O desmantelamento da URSS representou, portanto, o fim do elemento de autoridade que assegurava a relativa estabilidade na região: durante a era soviética, as demandas do enclave eram verdadeiramente negligenciadas pelo Politburo, que temia que a concessão de maior autonomia a N-K pudesse fornecer o precedente para a revolta de outros grupos nacionais. No pós-1991, contexto da onda independentista das Repúblicas Soviéticas, os sucessivos confrontos entre armênios e azeris pela ocupação e controle de N-K escalarão ao nível do embate violento e do isolamento absoluto dos dois grupos

étnicos. Em 1992, no episódio conhecido como Massacre de Khojaly, os armênios de Karabakh se rebelaram contra as vilas do enclave de maioria étnica azeri, assassinando e expulsando massivamente o grupo rival. Desde então, o enclave se caracteriza pela população monoétnica, de origem *exclusivamente* armênia. Neste cenário, atesta-se que, a despeito do cessar-fogo acordado em 1994, a ausência de um confronto direto não se traduziu no estabelecimento da paz (DE WAAL, 2003, p. 169-172).

3 I NAGORNO-KARABAKH: TRÊS ABORDAGENS ANALÍTICAS

A complexidade das dinâmicas políticas de N-K, somada à multiplicidade de atores e processos envolvidos, permite que inúmeras dimensões do conflito sejam exploradas: o enclave pode ser analisado enquanto região do Azerbaijão, enquanto Estado *de facto*, como região informal da Armênia, como objeto de disputa entre Estados rivais ou mesmo como entidade internacional ambígua, cuja capacidade de ação é limitada pelos princípios do direito internacional (PANOSSIAN, 2001). Para os fins deste estudo, três dimensões da região serão exploradas, nomeadamente i. as suas potencialidades enquanto nação; ii. a sua caracterização enquanto produto da era soviética; e iii. os seus atributos em termos de capacidades materiais e estruturas estatais.

3.1 A nação Karabakh

No seio das grandes correntes teóricas que concernem ao nacionalismo, identidade nacional e etnicidade, repousa a ideia de que os mitos de ancestralidade, símbolos e narrativas históricas são cruciais à gênese de qualquer nação. Seguindo o argumento de Anthony Smith, o qual atesta que nações são criadas e fortalecidas por meio da mobilização social, vê-se que a dimensão ideológica de uma comunidade é o que fornece significado e propósito ao processo de *nation-building* e o que contribui para a percepção da coesão nacional (SMITH, 1986). No caso em questão, faz-se importante perceber que Armênia e Azerbaijão desenvolveram suas próprias narrativas sobre a gênese do seu povo na região, relacionando seus mitos intrinsecamente ao território de Nagorno-Karabakh (LEAR; WHITING, 2008).

A narrativa armênia sobre o seu passado étnico prova ser uma tentativa de atestar que a sua presença na região precedeu a aparição dos azeris no enclave. Em contraste, as narrativas nacionalistas do Azerbaijão argumentam que, ainda que os azeris não sejam o primeiro grupo a se estabelecer na Transcaucásia, consideram N-K como parte integrante do seu processo de *nation-building*, e mesmo intrínseca à formação do próprio Estado. É notável, portanto, que a Armênia construiu suas percepções sobre N-K sob a ideia de que sua etnia deve ser protegida de ameaças externas e integrada ao espaço da grande nação armênia, enquanto o Azerbaijão, uma formação política mais recente, enfatiza a necessidade de manter a sua integridade territorial. Desta forma, ambos os Estados moldam e promovem suas narrativas nacionalistas como forma de legitimar o seu controle

sobre o enclave (GEUKJIAN, 2012).

Ao invocar o passado étnico, a significância histórica e os mitos sobre o enclave, Armênia e Azerbaijão confirmam que N-K possui uma característica fundamental enquanto nação: esta comunidade é vista “em termos passados e futuros, como entidade que possui história e destino independentes de aspirações individuais” (SMITH, 1976, p. 244). O vínculo dos armênios de Karabakh frente ao seu grupo étnico, seja em termos linguísticos, históricos ou mesmo emocionais, configura, portanto, um poderoso instrumento político para a reafirmação do seu senso de territorialidade.

3.2 N-K enquanto produto da era soviética

Faz-se importante salientar, contudo, que o desenvolvimento de percepções nacionalistas entre os armênios de Karabakh não é apenas o resultado da retomada destes mitos étnicos, mas também do próprio modo como a União Soviética lidou com as inúmeras nacionalidades que constituíam a sua área de influência. Como argumenta Roger Brubaker (1994), a acomodação dos diversos grupos étnicos pela URSS ocorreu por meio da chamada “multinacionalidade institucionalizada”, o que significa que o Estado soviético não apenas tolerava a heterogeneidade de grupos nacionais, como codificava sistematicamente estas diferenças étnicas (BRUBAKER, 1994, p. 49-63).

A formação de identidades na URSS foi marcada por um evidente paradoxo: por um lado, o Politburo promovia o internacionalismo e o socialismo enquanto princípios norteadores do dito “homem soviético”, a aclamada identidade transnacional que deveria subsumir todo e qualquer indivíduo; por outro, argumentava-se que a estrutura governamental do Estado soviético seria federalista, formada pela união voluntária de Estados independentes. Neste sentido, o reconhecimento de inúmeros grupos nacionais pela URSS pode ser visto como uma tentativa de, simultaneamente, enfraquecer o senso de Estado-Nação das quinze Repúblicas e fortalecer a identificação destes grupos com o Estado soviético (O’LEAR, WHITING, 2008).

Estas concepções soviéticas sobre multinacionalidade se traduziriam em um tipo específico de organização do espaço: o etnofederalismo territorial. A solução articulada pelo Politburo frente às distintas nacionalidades que constituíam a URSS guiou-se pelo estabelecimento de diferentes níveis de autonomia para cada entidade política: no topo desta hierarquia, estariam as Repúblicas Soviéticas, seguidas pelas Repúblicas Autônomas e Oblasts (BRUBAKER, 1994; HILL, 1992). Ainda que as Repúblicas Soviéticas limitassem, por vezes, o exercício da autonomia por parte dos Oblasts, é inegável que a articulação de arranjos formais e distintos para estes espaços viria a fornecer as bases institucionais para as suas futuras demandas por independência (LYNCH, 2004, p. 24).

Sob a perspectiva de Svante E. Cornell (2002), a solução etnofederalista para o espaço soviético teria sido o fator responsável por fornecer a capacidade de ação e a disposição às minorias étnicas para questionar, após o fim do regime, as fronteiras

territoriais vigentes. Ainda mais, argumenta o autor que o desenvolvimento de instituições e processos exclusivos aos Oblasts, como políticas linguísticas distintas, procedimentos burocráticos e estruturas singulares de processo decisório, viria a aumentar o senso de legitimidade política destas regiões. No caso de Nagorno-Karabakh, cujas fronteiras étnicas se mostram incompatíveis com as fronteiras políticas, este legado institucional tornar-se-ia um importante instrumento de resistência às decisões do governo central do Azerbaijão (CORNELL, 2002, p. 252-253; GEUKJIAN, 2012, p. 83).

3.3 O “Estado” em Nagorno-Karabakh

Após a compreensão do modo como a ideia de nação se insere em N-K, faz-se necessário perceber em que medida é possível explorar a região em termos estatais. Considerando a natureza política específica do local, a abordagem *institucional* de *state-building*, que enfatiza a capacidade administrativa do Estado em prover serviços, parece ser insuficiente para compreender o fenômeno no enclave. Ainda que o controle sobre as fronteiras, a provisão de bens, a garantia da segurança pública e nível de desenvolvimento econômico sejam elementos essenciais à construção do Estado (LEMAY-HÉBERT, 2009), estas não parecem ser as bases da afirmação de N-K enquanto entidade soberana. Deste modo, a abordagem da *legitimidade* mostra-se mais apropriada a este estudo de caso.

Como atestam Berg e Mölder (2012), a devastação causada pelos conflitos no sul do Cáucaso limitou consideravelmente a capacidade dos governos secessionistas de garantir condições sociais e econômicas satisfatórias ao seu povo. Entretanto, é notável que, a despeito dos inúmeros problemas enfrentados pelos líderes destas entidades, estes se mostram capazes de legitimar sua autoridade política frente à população e, ainda mais, de traduzir esta legitimidade interna em vigorosas demandas por autodeterminação (BERG; MÖLDER, 2012). Torna-se claro, então, que as percepções dos armênios de Karabakh sobre o caráter estatal do enclave não são moldadas pela eficiência das instituições governamentais, mas pela habilidade de suas autoridades em comandar a lealdade do povo contra a grande ameaça externa: o Azerbaijão (HOLSTI, 1996 apud LEMAY-HÉBERT, 2009).

No que tange ao controle e à defesa territorial, elementos-chave do processo de *statebuilding*, nota-se que N-K passou a controlar não apenas a porção do território que vislumbra autonomia, mas também áreas do seu entorno consideradas estratégicas para o Azerbaijão. Dado que a ameaça azeri se coloca como o grande desafio imposto ao enclave, a força de defesa de N-K tornara-se a instituição militar mais desenvolvida do sul do Cáucaso, especialmente porque a mesma conta com a assistência das forças armadas da Armênia. Ao contrário das fronteiras permeáveis de outros Estado *de facto* da Transcaucásia, como aquelas vigentes na Abkhazia e na Ossétia do Sul, os limites de Nagorno-Karabakh são definidos e militarmente protegidos (PANOSSIAN, 2001).

Por fim, a performance do regime em termos de provisão de condições econômicas

e sociais ao povo se coloca como outra complexa questão: por um lado, a ausência de reconhecimento internacional limita o emprego de indicadores socioeconômicos por agências externas e, por outro, a avaliação feita pela população, imbuída de percepções ideológicas, parece não refletir a real conjuntura do enclave. É sabido, contudo, que os danos causados pelos contínuos embates frente aos nativos azeris foram significantes: os custos sociais da vitória étnica armênia sobre o território podem ser percebidos por meio das altas taxas de desemprego e das condições precárias de habitação. A política econômica do governo no período pós-guerra provaria ser insuficiente para a reconstrução de N-K, sendo a Armênia e a diáspora armênia os grandes atores envolvidos na recuperação e manutenção da infraestrutura da região (BERG; MÖLDER, 2012, p. 539-541).

4 I PERSPECTIVAS DE RESOLUÇÃO DO CONFLITO

A multidimensionalidade do enclave de N-K conta com diferentes níveis de complexidade. Destes, destacamos os seguintes: (i) as raízes identitárias que norteiam os desdobramentos do litígio à medida em que criam antagonismos que afastam a possibilidade de convivência pacífica entre as partes envolvidas e suas agendas; (ii) a diversidade de atores envolvidos, que engrossa a lista de demandas e interesses, dificultando a unificação das mesmas em favor da paz; (iii) a constituição de N-K enquanto entidade revestida por processos de *nation-building* e *state-building* e sua busca por legitimidade; e, por fim, (iv) as atuais dificuldades de conciliação de interesses em prol da resolução da situação colocada. A sobreposição de temáticas tão sensíveis colabora para a manutenção do status de congelamento do conflito e apresenta diversos percalços na busca pela paz. Estes, por sua vez, materializam-se, sobretudo, no enclave entre autodeterminação dos povos *versus* integridade territorial, na constituição de N-K enquanto entidade política revestida de identidade definida, e nos esforços por ajustes internos que resultem em reconhecimento internacional. Assim, a fim de melhor esclarecer as consequências de tais fontes de complexidade no andamento do conflito, esta seção apresentará uma exposição dos orientadores teóricos da análise, seguida de uma breve retomada das negociações para a paz realizadas entre as partes envolvidas e, finalmente, buscará analisar, por meio da detecção de processos identitários e políticos, as atuais perspectivas de resolução do litígio a partir de problematizações em âmbitos externo e interno.

4.1 Estado e identidade

A complexidade da relação entre Estado e identidade reside na subjetividade da qual emana a materialidade. Compreender as relações entre elementos da *psique* humana e as reverberações desta no seio do concreto aparato estatal representa um desafio do qual surgem conceitos de grande riqueza para a compreensão dos fenômenos políticos internacionais. Entre os autores que se propõe a clarificar tais aspectos, Lene Hansen (2006)

destaca-se ao afirmar que a construção de identidades nacionais embasa a formulação de políticas públicas à medida em que as relações de aproximação e oposição criadas por tais formações identitárias legitimam certas ações da parte de Estados. Tal processo constitutivo dá-se, pois, a partir da construção de identidades de agentes externos: é a partir da concepção que se tem do *outro* que se delimita o *self* - sou *eu* pois não sou *tu* -, e, por conseguinte, a atuação deste, que se pautará na natureza da significação construída acerca daquilo que é exterior: se antagônica, propiciará a efetivação de relações violentas; se similares, propiciará a construção de relações pacíficas e harmoniosas. O esforço envolvido no revestimento de significado do que é externo, portanto, é tão menor quanto mais fluida e inconsistente for a identidade deste, pois tal representa o tamanho da margem de manobra na qual se podem criar narrativas que propiciem a formalização da concepção que se tem do outro (HANSEN, 2006; ORLANDI, 2005).

De forma similar, Heather Rae (2002) conceituará que a construção de interesses coletivos, facilitada pela formação identitária, representa um aspecto crucial na formação de um Estado à medida em que legitima as ações por ele tomadas e, em última instância, reconhece sua própria existência. Assim, a busca pela constituição de uma identidade bem delimitada seria a base para a homogeneização do arcabouço subjetivo e material que garante a criação de uma comunidade política unificada, elemento do qual imprescinde o Estado nacional. Tal argumento dialoga com a definição de Shannon O'Lear e Robert Whiting (2008) segundo a qual os processos de *nationbuilding* e de *statebuilding* relacionam-se de forma interativa em uma matriz na qual ambos se complementam para a existência sólida e indubitável de um corpo estatal. Segundo tais autores, contudo, a materialidade inerente aos fenômenos ligados ao segundo processo [*statebuilding*] faz com que seja ele mais proeminente e central, uma vez que se trata do fator que garante a organização institucional da comunidade nacional, de seus interesses e de suas determinações. Assim, tem-se que a formação identitária representa um importante processo de formação e de agência estatal uma vez que garante tanto a legitimação do Estado através da formação de uma sociedade una, quanto a organização sistemática e a materialização dos interesses da nação (O'LEAR; WHITING, 2008; RAE, 2002).

4.2 Histórico das negociações de paz

Em virtude da exposta complexidade envolvida no caso analisado, o enclave irredentista de N-K tem sido mediado pela atuação da OSCE desde 1992. Criada em 1975, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa é uma entidade regional que foi concebida como um dos pilares da arquitetura de segurança no pós-Guerra Fria. Inicialmente idealizada como uma conferência que se propunha a promover um espaço de diálogo para a cooperação política e econômica na Europa Ocidental, a OSCE passaria também a atuar em um contexto regional mais alargado. Dentre as suas várias dimensões de atuação, a prevenção, a gestão e a resolução de conflitos colocam-se como componentes

fundamentais da organização (BOTHE et. al, 1997).

Diante do cenário de “no war, no peace” estabelecido em N-K, as ações da OSCE procuram dismantlar o ambiente de demandas totalizantes e desconfiança com vistas a apontar uma alternativa consonante aos princípios, nem sempre conciliáveis, da organização: a integridade territorial dos Estados e o direito dos povos à autodeterminação. Tal postura vai ao encontro da extrema polarização criada pela construção identitária na qual se insere a região, cujas percepções e ações norteiam-se a partir da irreconciliação de identidades substancialmente antagônicas de azeris e armênios. Em termos práticos, dessa forma, tem-se uma constante vigilância acerca da tomada de decisões unilaterais vindas de qualquer uma das partes envolvidas no conflito, fato este que, à medida em que impede uma maior aproximação pacífica, é visto pela OSCE como pilar fundamental de sua atuação (MYCHAJLYSZYN, 2001; POKALOVA, 2015).

A criação do Grupo Minsk em 1992, comissão *ad hoc* composta por França, Rússia e Estados Unidos, marca o início da atuação da OSCE no contexto da Transcaucásia. No mesmo ano, entretanto, a primeira reunião dos componentes do corpo arbitral falha no âmbito diplomático, levando à permanência da ação militar, a qual prevaleceria até 1994, ano em que se dá a assinatura do Protocolo Bishkek, que marca o cessar-fogo negociado e assinado pelas três partes ativamente envolvidas no conflito. O acordo estabelecido permitiria, então, a delimitação dos princípios norteadores da atuação da OSCE no local. Definidos em 1996, são eles: (i) a afirmação do status legal de N-K baseado em seu direito à autoafirmação, o que lhe concederia maior autonomia em relação ao Azerbaijão; (ii) o direito à integridade territorial de ambos Armênia e Azerbaijão; e a (iii) garantia de segurança à população de N-K. No ano seguinte o Grupo lançaria novo pacote de propostas para a resolução pacífica do conflito, as quais girariam em torno da simultaneidade do tratamento dos objetivos do fim das hostilidades e da definição do *status* definitivo da região irredentista. Tais ambições seriam permitidas, respectivamente, através (i) da criação de zonas tampão nas quais tropas armênias, karabakhs e azeris seriam substituídas por tropas de *peacekeeping* enviadas pela OSCE, e (ii) através da determinação de N-K enquanto Estado territorial do Azerbaijão protegido pelas Constituições karabakh e azeri. A segunda proposta, que enquadra N-K na jurisdição do Azerbaijão, foi totalmente recusada pela parte separatista (MYCHAJLYSZYN, 2001; POKALOVA, 2015).

Ainda em 1997, em virtude da falência das propostas iniciais e da maior inclinação das partes para atingirem uma resolução, o Grupo Minsk lançaria nova proposta para o atingimento da paz. A nova diretriz contava com um formato de implementação gradual de recomendações, as quais se dividiriam em um primeiro momento de desmilitarização, e um segundo, de delimitação do *status* de N-K. De acordo com as propostas, assim, o Azerbaijão retomaria controle e posse de territórios então ocupados por população karabakh e armênia e o status formal de N-K apenas seria discutido após o sucesso da primeira empreitada. Destarte a boa recepção das partes azeri e armênia, os separatistas

novamente negam a medida proposta pela OSCE. A boa receptividade do presidente Pretosyan acerca das novas intentadas resolutivas, contudo, causou más impressões na Armênia, gerando instabilidades que culminariam em sua abdicação do cargo em 1998 e na sucessiva posse de Robert Kocharyan, antigo presidente da autodeclarada República de N-K. Tal acontecimento representou uma fusão das demandas armênias e karabakhs, o que, por sua vez, culminou na retirada de N-K das negociações formais, representando uma substancial queda da soberania da região ao longo dos diálogos acerca de seu próprio futuro (POKALOVA, 2015).

Uma nova proposta foi lançada em 1998, segundo a qual a região de N-K seria proclamada uma República e corresponderia a um Estado comum ao Azerbaijão, ou seja, uma entidade política soberana localizada dentro dos limites territoriais deste. Tal medida, aceita por Armênia e N-K, é prontamente refutada pelo governo azeri sob a justificativa de representar uma clara violação à sua integridade territorial. Dada a nova falha da OSCE no âmbito do litígio, tem início, em 1999, um novo momento de maiores aproximações bilaterais entre Armênia e Azerbaijão, das quais emanaria, em 2001, uma nova proposta. De acordo com esta, N-K seria reintegrado à Armênia e o Azerbaijão receberia um corredor de terra que o ligaria a Nakhichevan através de território armênio. Inicialmente, o exposto foi aceito por ambas as partes, entretanto, o governo azeri mudaria sua postura em seguida. As novas frustrações envolvendo as perspectivas de resolução do conflito levariam a um certo período de estagnação, o qual apenas seria superado em 2004, quando tem o início o chamado Processo de Praga. Este, proposto pelo Grupo Minsk, previa a criação de uma zona livre de diálogo entre as partes como forma de suplantar os *gaps* encontrados (POKALOVA, 2015).

A partir de meados dos anos 2000, a posição de N-K em relação ao conflito passa a sofrer profundas inflexões motivadas, sobretudo, por um referendo - não reconhecido internacionalmente - feito pelo governo irredentista acerca da inclinação da população a apoiar a busca pela declaração de uma república independente de N-K. Dado o resultado da pesquisa, o governo karabakh afasta-se da Armênia e volta a demandar sua total independência, marcando uma nova fase no decorrer do conflito, que, sob a ótica da atuação de N-K, pode ser dividido em quatro diferentes momentos: (i) a busca por uma reunificação com a Armênia ao longo da égide da implementação da *glasnost* nos primeiros anos de governo Gorbachev; (ii) a escalada das tensões dada a declaração de independência da República de N-K e as recusas desta às propostas iniciais do Grupo Minsk; (iii) o alinhamento de N-K à Armênia ao longo das negociações, buscando aprovar resoluções que promovessem uma reintegração e/ou reaproximação política de ambos; (iv) a busca estrita pela independência de N-K, afastando-se tanto das demandas azeris quanto armênias (MYCHAJLYSZYN, 2001; POKALOVA, 2015).

O ano de 2006 marca, portanto, uma ruptura com o processo pendular de aproximação e afastamento de N-K da Armênia ao longo da busca do primeiro por autodeterminação.

Diante de tais desdobramentos, os Princípios de Madrid passam a ser debatidos em 2007. A nova proposta recomendava uma gradual desmilitarização e a promoção de novos referendos e consultas populares para que o futuro de N-K fosse definido. A fim de facilitar as negociações que se seguiram, o então presidente russo, Medvedev, convida ambos os chefes de Estado de Armênia e Azerbaijão para participarem de uma reunião que culminaria na assinatura, em 2008, da “Declaração da Regulação do Conflito de N-K”, na qual os presentes comprometiam-se a formular um acordo final com base nos Princípios de Madrid. São eles: a concessão de um status provisório a N-K; a concessão de um corredor que ligue território separatista à Armênia; um futuro acordo que delimite em definitivo o status de N-K; o direito de retorno a seus Estados de origem a refugiados e demais grupos deslocados; a garantia de segurança às populações envolvidas. O ano de 2011 marcou um aparente acordo acerca da aplicação dos Princípios de Madrid, porém, destarte as grandes esperanças e a crescente preocupação da comunidade internacional com o andamento do conflito, as negociações chegaram a um impasse dadas as mútuas alegações, entre Azerbaijão e Armênia, de posicionamentos pouco cooperativos de ambas as partes (GEUKJIAN, 2012; MYCHAJLYSZYN, 2001; POKALOVA, 2015).

4.3 Limites para a paz

As perspectivas de resolução do conflito de N-K dividem-se em dois grandes fronts: (i) o âmbito externo, representado pelo processo negocial arbitrado pelo Grupo Minsk e estruturado sobre a busca pela acomodação das demandas azeris, armênias e karabakhs; e (ii) o âmbito interno, que diz respeito aos desdobramentos domésticos que buscam conferir reconhecimento internacional à região. Acerca do primeiro, uma breve análise do histórico das negociações para a paz que se deram no âmbito do conflito estabelecido em N-K permite a identificação de uma profunda irreconciliabilidade das demandas colocadas: ao passo em que o Azerbaijão clama pela garantia de seu direito à integridade territorial, a luta karabakh por autodeterminação não se dá sem que a soberania azeri seja questionada. Dessa maneira, a participação da Armênia atua como um catalisador de antagonismos à medida em que representa, por si só, uma nova demanda que atua em favor do direito previsto a N-K em detrimento da manutenção das fronteiras políticas do território do Azerbaijão. Frente aos princípios da atuação da OSCE enquanto organismo arbitral do litígio, tal enclave parece apontar a um cenário de impossibilidade de resolução pacífica, uma vez que esta apenas seria possível a partir de uma improvável conciliação entre as conflitantes demandas por autodeterminação e integridade territorial (MYCHAJLYSZYN, 2001; POKALOVA, 2015).

As perspectivas externas de resolução do enclave, porém, não se limitam à análise e contraposição das expectativas que permeiam o posicionamento dos atores ao longo das negociações. Há, ao longo do histórico destas, elementos que permitem a identificação de novos níveis de complexidade envolvidos no processo arbitral, dentre os quais se destaca,

nomeadamente, a formação da identidade karabakh. O relato histórico do desenrolar do litígio, desde suas raízes até seu contexto atual, demonstra, sobretudo a partir de 2006, uma sensível alteração da lógica que permeia a manutenção do enclave: ao passo em que até o referido ano a situação de N-K esteve estritamente condicionada às expectativas de Azerbaijão e Armênia - salvo o período que se alonga de 1992 a 1998 -, a busca por independência que começa a ser melhor sistematizada em 2006 marca o início de um período de reivindicações genuinamente karabakhs. Tem-se, assim, a superação de um período em que a luta de N-K por autodeterminação era substancialmente tratada como elemento desprovido de uma identidade própria e, por conseguinte, propício a ser instrumentalizado e gerenciado por atores externos. Tal se justifica, em certa medida, pela própria construção da identidade de N-K enquanto entidade política *sui generis*. (HANSEN, 2006; ORLANDI, 2005, POKALOVA, 2015).

Ao analisar o contexto de N-K sob a ótica proposta por Hansen (2006), nota-se que, até o marco de 2006, a identidade karabakh constituía um elemento ainda pouco estabelecido, cuja fluidez permitia uma maior instrumentalização da mesma por parte de Armênia e Azerbaijão, que a moldavam de acordo com seus próprios interesses. Tal se explicita na maneira com que a própria existência de N-K, e conseqüentemente seu futuro, era tratado pelos demais atores envolvidos: ora a região era tida como entidade étnica ancestralmente pertencente à Armênia, ora como parte integrante do território azeri, porém, nunca enquanto comunidade política genuinamente diferente dos Estados que brigavam por sua posse. O tratamento cedido a N-K, nesse contexto, encontra elementos explicativos na própria constituição política da região, cujo passado soviético, revestido pelo característico etnofederalismo e pela primazia dos mandos do Azerbaijão perante a *oblast* karabakh, limitaria a capacidade de solidificação de uma identidade clara e forte, fato que se manteria por anos após a queda da URSS (POKALOVA, 2015).

Dessa forma, a existência de N-K enquanto entidade dividida entre um legado soviético que apontava a uma realidade azeri e raízes étnicas armênias propiciava maior margem de manobra para que sua identidade fosse instrumentalizada e seu futuro condicionada a interesses externos. O fim da égide do regime instaurado pelo *Politburo*, contudo, permitiria o início de um processo de definição identitária mais concreto por parte de N-K, o qual encontra sua maior expressão em 2006, momento que define a significação da região enquanto Estado *de facto* revestido por uma identidade genuína, não mais condicionada à Armênia. A busca definitiva por independência e a negação karabakh acerca da continuidade da aceitação do posicionamento armênio ao longo das negociações de paz é, pois, consequência da percepção - permitida por uma construção identitária mais sólida - de que N-K não mais limita-se a existir enquanto uma extensão das pretensões e das significações armênias (HANSEN, 2006; POKALOVA, 2015).

À luz das contribuições de Rae, O’Lear e Whiting (2008), o marco da formalização da construção de uma identidade karabakh corresponde, ainda, ao início de uma nova fase

no processo de *statebuilding* da região. O enclave de N-K, assim, passa, a partir de 2006, por uma nova fase deste último fenômeno, posto que conta, agora, com uma construção identitária mais sólida da região irredentista, cuja capacidade de ação escala à medida em que são atingidos maiores níveis de potência estatal. Tal fenômeno, contudo, aumenta ainda mais os impasses que tolhem as perspectivas de sucesso das negociações acerca da resolução do conflito pois representa a inclusão de uma nova agenda de demandas específicas ao escopo do contexto, o qual é, então, alargado para um universo que inclui, simultaneamente, três atores distintos e igualmente envolvidos (MYCHAJLYSZYN, 2001; RAE, 2002).

Em contrapartida, no contexto interno do enclave, constatada a primazia do elemento da legitimidade nas dinâmicas estatais em N-K, faz-se importante analisar qual é o papel do reconhecimento internacional neste processo político. Sob a perspectiva de Scott Pegg (1998), a legitimidade frente aos atores externos não apenas constitui uma mudança nominal, mas também material: as possibilidades de inserção do enclave em organizações internacionais e em programas de empréstimos e cooperação ao desenvolvimento estão intrinsecamente relacionadas ao reconhecimento de sua soberania pela comunidade internacional. Considerando que grande parte das instituições multilaterais e dos órgãos financeiros mundiais são majoritariamente comandados por atores ocidentais, e uma vez que o argumento da autodeterminação se mostrou insuficiente para a legitimação externa, a região enfrenta o desafio de se adequar aos princípios democráticos liberais e estabelecer um regime em consonância com o modelo ocidental como forma de findar a cimeira através da obtenção do reconhecimento internacional (PANOSSIAN, 2010, p. 148).

Na base da doutrina liberal repousa a ideia de que as instituições devem operar democraticamente. Neste sentido, eleições diretas, liberdade de imprensa e uma sociedade civil participativa se inserem como importantes requisitos para que o regime seja considerado democrático. No caso de N-K, nota-se um crescente comprometimento com a articulação de instituições políticas que sigam estes parâmetros: desde o *referendum* secessionista e a subsequente declaração de independência da dita República de Karabakh em 1992, três eleições parlamentares e duas eleições presidenciais foram promovidas. O último destes processos foi considerado livre e justo, composto por partidos políticos plurais (PANOSSIAN, 2010, p. 148-150).

É preciso salientar, contudo, que o funcionamento do regime e a apreciação da democracia aos moldes ocidentais contrastam com outras questões políticas complexas em N-K, como aquelas referentes aos deslocados no pós-conflito de 1992, à aversão das autoridades a críticas de opositores e à primazia dos militares na elaboração das leis - elementos que impõem sérias limitações ao processo de democratização do enclave (BERG, MÖLDER, 2012). Dessa forma, torna-se claro que o paradoxo envolvendo legitimidade e capacidade constitui um dos grandes desafios no horizonte político de N-K: na percepção de Razmik Panossian (2001), a incongruência entre as instituições formais,

como ministérios e parlamentos, e as práticas informais, como as lutas por poder, casos de censura e comportamento político semi-autoritário, continuarão a impor sérias barreiras ao reconhecimento da soberania do enclave.

5 | CONCLUSÃO

O enclave de N-K tem mostrado significativos avanços em seu processo de construção do Estado e nação no contexto da transição pós-soviética. No que tange ao processo de *nation-building*, vê-se que a construção de uma narrativa de cunho histórico e mitológico que atesta a singularidade dos armênios de Karabakh *vis-à-vis* aos nativos azeris tem fornecido um poderoso instrumento de mobilização social, ora para demandas irredentistas, ora para demandas separatistas. No âmbito da formação do Estado, comprova-se que o passado soviético fornecera as bases para os anseios de N-K por autonomia, uma vez que o grupo nacional foi institucionalmente vinculado a um território específico pelo *Politburo*. A despeito das instáveis condições econômicas e sociais do enclave, a percepção de que é preciso garantir a segurança frente às ameaças externas continua a ser a lógica fundamental por trás da formação do Estado e da nação karabakh.

A evidente legitimidade interna em N-K contrasta, entretanto, com a legalidade de suas demandas, que têm sido refutadas desde o período soviético. Ainda que o princípio da autodeterminação dos povos seja um dos pilares das relações internacionais contemporâneas, a ideia da inviolabilidade da integridade territorial continua a ser a grande doutrina na política internacional. A territorialização da região de N-K nestas construções mutuamente exclusivas prova ser, portanto, um dos motivos principais do congelamento do conflito.

A postura assumida por N-K a partir de 2006 marca o início de uma nova fase do processo de *statebuilding* do Estado *de facto* à medida em que representa um momento de construção identitária que, superadas as amarras e condicionantes representadas pelo passado soviético e pela instrumentalização da região perpetuada por Armênia e Azerbaijão, inaugura um período de maior consistência da identidade karabakh, o que se evidencia à medida em que N-K opta por se afastar dos pretensiosos posicionamentos assumidos pelos armênios. A conseqüente expansão da pauta de demandas representada pela sistematização da busca karabakh por independência, assim, reveste a seara externa do processo negocial do conflito de novas camadas de complexidade, agudizando a irreconciliação entre as expectativas dos atores envolvidos. Ademais, no âmbito interno (mais facilmente alterado pelas elites políticas e pela população do que os elementos exteriores aos limites políticos da região), os esforços de acomodação de N-K ao modelo liberal ocidental como forma de resolver o embate por meio do reconhecimento internacional parecem vivenciar um momento dúbio, no qual convivem elementos favoráveis e contrários ao objetivo colocado. As perspectivas de resolução do conflito em termos pacíficos

parecem, assim, razoavelmente mais limitadas no âmbito externo do que no interno, uma vez que a conjugação das problemáticas da irreconciliabilidade das demandas envolvidas e do endurecimento da posição de N-K representam questões de mais difícil superação do que a adequação unilateral de questões domésticas que flertem com a possibilidade de conquista de reconhecimento de N-K da parte da comunidade internacional.

REFERÊNCIAS

BERG, E.; MÖLDER, M. Who is entitled to 'earn sovereignty? Legitimacy and regime support in Abkhazia and Nagorno-Karabakh. **Nations and Nationalism**. Estonia, v. 18, n. 3, p. 527-545, 2012

BOTHE, Michael; RONZITTI, Natalino; ROSAS, Alan. **The OSCE in the maintenance of peace and security: conflict preservation, crisis management and peaceful settlements of disputes**. The Hague, 1997.

BRUBAKER, R. Nationhood and the national question in the Soviet Union and post-Soviet Eurasia: An institutionalist account. **Theory and Society**. Los Angeles, v. 23, n. 1, p. 47-78, 1994.

CORNELL, S. Autonomy as a Source of Conflict. Caucasian Conflicts in Theoretical Perspective. **World Politics**. Cambridge, v. 54, n. 2, p. 245-276, 2002.

DE WAAL, T. **Black Garden: Armenia and Azerbaijan through Peace and War**. New York: New York University Press, 2003.

GEUKJIAN, O. **Ethnicity, nationalism and conflict in the South Caucasus: Nagorno-Karabakh and the legacy of Soviet nationalities policy**. England: Ashgate Publishing, 2012.

HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

HILL, R. J. The Soviet Union: From "federation" to "Commonwealth". **Regional Politics and Policy**. Londres, v.3, n.1, p.96-122, 1993.

LEMAY-HÉBERT, N. Statebuilding without Nation-building? Legitimacy, State Failure and the Limits of the Institutionalist Approach. **Journal of Intervention and Statebuilding**. Londres, v.3, n.1, p. 21-45, 2009.

LYNCH, D. **Engaging Eurasia's separatist States**. Unresolved conflicts and de facto states. Washington DC: US Institute of Peace Press, 2004.

MYCHAJLYSZYN, Natalie. **The OSCE and Regional Conflicts in the Former Soviet Union**. Regional & Federal Studies, 11:3, 194-219, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

PANOSSIAN, R. The Irony of Nagorno-Karabakh: Formal Institutions versus Informal Politics. **Regional & Federal Studies**. Londres, v. 11, n. 3, p. 143-164, 2001.

PEGG, S. **De Facto States in the International System**. Institute of International Relations, The University of British Columbia, Working Paper No. 21, 1998.

POKALOVA, Elena. **Conflict Resolution in Frozen Conflicts: Timing in Nagorno-Karabakh**. Journal of Balkan and Near Eastern Studies, 17:1, 68-85, 2015

RAE, Heather. **State identities and the homogenisation of peoples**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

O'LEAR, S.; WHITING, R. Which comes first, the nation or the state? A multiple scale model applied to the Nagorno-Karabakh conflict in the Caucasus. **National Identities**. Londres, v. 10, n. 2. p. 185-206, 2008.

SIMÃO, L. **Engaging Civil Society in the Nagorno-Karabakh Conflict: What Role for the EU and its Neighbourhood Policy?** Brighton: MICROCON, 2010.

SMITH, A. D. State making and nation building. In: HALL, J.A. **States in History**. Londres, Basil Blackwell, 1986.

CAPÍTULO 3

PRECARIEDADES (DES)MASCARADAS. TRAMAS ONTOLÓGICAS, RECONHECIMENTOS E GIROS PELAS ABORDAGENS DE JUDITH BUTLER

Data de aceite: 21/05/2021

Angela Virgínia Brito Ximenes

Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador. Integrante do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq) e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).
Salvador – Bahia
Orcid 0000-0003-1249-2172
<http://lattes.cnpq.br/6276225094167283>

A autora foi celebrada neste texto a partir dos múltiplos movimentos intelectuais projetados pelos professores Antônio Carlos da Silva e Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti nas disciplinas: Ética e Direitos Humanos e Família, Ética e Direitos Humanos, respectivamente, durante o mestrado em 2020.

RESUMO: O presente artigo tem como foco visitar o conceito de precariedade na produção de Judith Butler, considerando um pensar ético sob a dimensão-chave da sobrevivência e alteridade. Trata-se de uma inspiração pessoal - durante tempos sombrios e suspensos - em larga medida provocada pela associação da Teoria Crítica e de estudos feministas com o contexto pandêmico mundial provocado pela COVID-19. Sem a pretensão de esgotar o debate acerca da urgência do resgate das Humanidades, a iniciativa apresentada é mais um passo para disseminar trabalhos e críticas acadêmicas

para a sociedade em geral. Aos leitores e às leitoras que buscam adentrar nas narrativas interseccionais e temas como: identidade, reconhecimento, alteridade, indivíduo, (re)existir e resistir na consubstancialidade entre raça, classe e gênero, encerrado pela revisão de literatura contemporânea a partir de base teórica elaborada por Judith Butler.

PALAVRAS - CHAVE: Teoria Crítica, precariedades, ética do cuidado, lutas e lutos.

ABSTRACT: This article focuses on revisiting the concept of precariousness in the production of Judith Butler, considering ethical thinking under the key dimension of survival and otherness. It's a personal inspiration - during dark and suspended times - largely caused by the association of Critical Theory and feminist studies with the global pandemic context caused by COVID-19. Without the intention of exhausting the debate about the urgency of rescuing the Humanities, the initiative presented is another step to disseminate academic work and criticism to society in general. To readers and readers who seek to enter into intersectional narratives and themes such as: identity, recognition, otherness, individual, reexist and resist in the consubstantiality between race, class and gender, closed by the review of contemporary literature based on an elaborated theoretical basis by Judith Butler.

KEYWORDS: Critical Theory, precariousness, ethics of care, struggles and mourning.

"A razão pela qual a repetição e a resignificação são tão importantes para meu trabalho

tem tudo a ver com o modo de eu conceber a oposição como algo que opera do interior dos próprios termos pelos quais o poder é reelaborado. A ideia não é baixar uma proibição contra o uso e termos ontológicos, mas ao contrário, usá-los mais, explorá-los e resgatá-los, submetê-los ao abuso, de modo que não consigam mais fazer o que normalmente fazem.” (BUTLER, 2002, p.159).

“Para mim, a ontologia não se situa em outro nível senão o social nesse tipo de debate, porque eu tento dizer que as “criaturas” humanas – e não somente os humanos – dependem fundamentalmente das instituições sociais para sua sobrevivência e subsistência. Isso significa que quaisquer que “sejam” esses seres, o que eles “são” é constituído no cruzamento dessas relações, o que implica também que, quando as instituições sociais falham, eles ficam ameaçadas de “não ser” ou de formas de morte social. Poderíamos chamar esse processo de uma ontologia social, mas as formas de dependência e vulnerabilidade a respeito das instituições sociais têm tendência a variar, e uma análise que se ativesse a um “único nível de ontologia” não seria possível.” (PAGÈS & TRACHMAN, 2012, p. 2).

11 O SIMBÓLICO E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO NO DISCURSO

A filósofa pós-estruturalista estadunidense Judith Butler (1956) e suas obras de textualidades densas provocaram reflexões para além dos estudos feministas e de gênero, alcançando a contemporaneidade de temas ligados à política, linguagem, ética, reconhecimento e distribuição de precariedade. Aqui o termo “precariedade” recontextualizado por diversos autores modernos, tais como Robert Castel (França), Ulrich Beck e Klaus Dörre (Alemanha) e a própria Judith Butler, em sintonia com o novo capitalismo globalizado que articulou novas conjunturas nas sociedades do trabalho e das classes (MACIEL, 2018).

Para compreender a produção da filósofa importa fazer um rápido passeio na sua biografia tendo em conta que a sua figura muitas vezes surge em seus textos de maneira recôndita - bem inspirada pela Teoria do Discurso. Sem a pretensão de aprofundar, os preceitos teóricos e discursivos acerca da Teoria do Discurso, algumas rápidas noções conceituais contribuirão para o entendimento das abordagens butlerianas em suas construções metodológicas em defesa de uma linguagem muito mais performática do que construtivista.

Em linhas gerais, a Teoria do Discurso (TD) se atenta com a compreensão e interpretação dos significados socialmente produzidos, e não pelas explicações causais reais, neste contexto um dos principais objetivos da pesquisa social é delinear as regras e as convenções historicamente específicas que estruturam a produção de significados em contextos históricos também específicos. A ontologia é uma dimensão fundamental da TD, tendo em vista que o “ser” só pode ser compreendido dentro do campo discursivo (CUNHA, 2016).

Em 1996, em entrevista dada ao *Journal of Women in Culture and Society*, Butler

afirma que até mesmo a distribuição de efeitos ontológicos pode se tornar instrumentos de poder para fins de hierarquia e subordinação. Uma provocação a filosofia cartesiana ao propor a inauguração de um novo domínio ontológico (PRINS & MEIJER, 2002).

O “*cogito, ergo sum*” (“Penso, logo existo”) de René Descartes revisitado e reformulado por Butler na medida em que o sujeito é por si só discursivo, portanto, opera na ação e se produz no seu discurso. Ao tomar o discurso como ação a noção de precariedade emerge como realidade compulsoriamente interligada. Na sua visão crítica, a expressão “penso, logo existo” seria a relação mais adequada quando buscamos discutir a materialidade dos corpos.

Para a antropóloga feminista Rita Segato (2003), que também aborda os estudos de gênero em sua fluidez, a simbologia dos discursos está presente independentemente das culturas e das épocas analisadas:

“Lo que es observable es el mayor o menor grado de opresión de la mujer, el mayor o menor grado de sufrimiento, el mayor o menor grado de autodeterminación, el mayor o menor grado de oportunidades, de libertad, etc., mas no la igualdad, pues ésta pertenece al dominio de la estructura, y la estructura que organiza los símbolos, confiriéndoles sentido, no es del orden de lo perceptible a primera vista, sin el uso de las herramientas de “escucha” adecuadas que llamamos, en su variedad, de “análisis del discurso”. El poder se revela, a veces, con infinita sutileza” (SEGATO, 2003, p. 56).

A contribuição de Judith Butler na articulação de novas formas de interpretação dos signos (as performatividades), bem como sua luta pela resignificação de normas legitimadoras como transformação social, sugere uma nova compreensão das estruturas heterocentradas de poder. O reconhecimento da violência praticada contra determinadas comunidades marginalizadas através do complexo processo discursivo potencializando estratégias para um contradiscurso de resistência e subversão em larga medida dialoga com problematizações ético-políticas do pensamento da filósofa Hannah Arendt (2007).

Levando-se em conta que ambas desenvolveram críticas direcionadas ao repensar da ação e do discurso como condicionantes da pluralidade humana, e considerando ainda que suas reflexões no campo da ética, da política e da ontologia proporcionaram intersecções entre as suas vozes o resultado desse encontro de pensamentos móveis e criativos pode ser ilustrado a seguir:

“A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferísse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas” (ARENDRT, 2007, p. 188).

Ao propor que os discursos fazem parte dos próprios corpos dos indivíduos Butler

abre espaço para as possibilidades identitárias deslocadas que ultrapassam os limites de sexo e de gênero. Repensar as construções discursivas (linguagem e interpretação) possibilitou a autora investigar a performatividade inserida em outros contextos universais e subversivos de poder, bem como nos movimentos de resistência à opressão e coalisão das políticas de reconhecimento das pessoas como forma de alianças.

2 | AS INFINITAS INQUIETAÇÕES DE BUTLER

"Uma flor nasceu na rua!

Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.

Uma flor ainda desbotada

ilude a polícia, rompe o asfalto.

Façam completo silêncio, paralitem os negócios,

garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.

Suas pétalas não se abrem.

Seu nome não está nos livros.

É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde

e lentamente passo a mão nessa forma insegura.

Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.

Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.

É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio." (ANDRADE, 2002 p. 118-119)

Judith Butler, nascida em Cleveland, Ohio, no ano 1956 e mesmo descendente de judeus russos e húngaros nunca se declarou religiosa. Sua família fugiu para os Estados Unidos por conta do holocausto o que certamente a motivou rumo às considerações acerca das excludentes de pertencimento ao Estado e pelos não nacionais. As problematizações críticas sempre permearam a vida da autora e serviram de nutrientes para a sua atividade

vocacional resultando, em 1984, o seu Ph.D. em filosofia na *Yale University*.

Por volta de 1990, com a publicação e repercussão do livro “*Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*” e que somente veio a ser traduzido no Brasil em 2003 (“Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade”) Butler ultrapassa as fronteiras da academia e invade espaços de resistência contra os mais diversos mananciais de Poder. Ao abordar questões como: sexo binário, heterossexualidade, identidades, construções de gênero/sexo e regras que governam as práticas sexuais a autora promove o esfacelamento de conceitos e pré-conceitos relacionados aos corpos humanos.

Em 1993, a obra “*Corpos que Importam*” o pensamento intelectual acerca do debate sobre gênero, sexo e sexualidade ganha exames mais destacados, nela Butler explora tal comportamento como uma ação coletiva de repetição das convenções normativas inseridas numa dada sociedade e que exclui as identidades classificadas como marginais.

Surgida no final dos anos 80, a teoria Queer através dos desdobramentos de algumas análises feitas por acadêmicos e grupos ativistas, sem dúvida ganha reforço com a tal performatividade propagada. “Queer adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (BUTLER, 2002, p. 58).

A elasticidade da performatividade e sua vinculação com a precariedade dos sujeitos - aqui mesmo colocada como as condições ontológicas de sobrevivência/reconhecimento humano – ultrapassou os limites de outros territórios em temas políticos sensíveis como os desafios da globalização e o neoliberalismo. Será mesmo que discurso como prática social protagoniza tamanho domínio? Para quem olvida tomemos o exemplo o discurso neoliberal que fomenta o empreendedorismo como um novo modelo de sucesso financeiro e profissional.

Em verdade, a autonomia racional e a responsabilização individual trazem consigo a lógica perversa dos agentes políticos interessados em legitimar a ausência de investimentos estatais em serviços públicos básicos para seus cidadãos. “O indivíduo moderno, a que se qualificava como sujeito de direitos, transmuta-se, assim, num indivíduo-microempresa: Você S/A” (COSTA, 2009).

Os atentados terroristas aos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, e seus rescaldos confrontados pelas vulnerabilidades reproduzidas e pelo valor dos discursos políticos forneceram os enquadramentos para a obra “*Vidas Precárias*” (2004). Nos cinco ensaios que compõem a obra Butler examina com atenção as novas questões ético-políticas do cenário mundial advindas das tensões provocadas por guerras, terrorismos e, violências impostas por fronteiras materiais e identitárias.

“A estrutura do discurso é importante para a compreensão de como a autoridade moral é introduzida e sustentada se concordarmos com o fato de que o discurso está presente não apenas quando nos reportamos ao Outro, mas que, de alguma forma, passamos a existir no momento em que o discurso

nos alcança, e que algo de nossa existência se prova precária quando esse discurso falha em nos convencer. Mais enfaticamente, no entanto, aquilo que nos vincula moralmente tem a ver com como o discurso do Outro se dirige a nós de maneira que não podemos evitá-lo ou mesmo dele desviar” (BUTLER, 2011, p. 15).

3 | A PRECARIEDADE EM SEUS (RE)SIGNIFICADOS

“A perda de algumas vidas ocasiona o luto; de outras, não; a distribuição desigual do luto decide quais tipos de sujeitos são e devem ser enlutados, e, quais tipos de sujeitos não deve; opera para produzir e manter certas concepções excludentes de quem é normativamente humano: o que conta como uma vida vivível e como uma morte passível de ser enlutada?” (BUTLER, 2019, p.13).

O termo precariedade ganhou popularização e novas facetas nos anos 80 através da sociologia francesa representada, por exemplo, pelo pesquisador Robert Castel (1933-2013). Porém, como todo terreno propício, a sementeira de controvérsias, as investigações revelaram o sindicalismo italiano como sendo o lócus da sua verdadeira origem.

O sociólogo brasileiro Ruy Braga em entrevista concedida à Amanda Pupo e Lauriberto Pompeu do jornal O Estado de São Paulo, em 2012, ao responder sobre o significado do termo precariado apontou:

“O conceito sociológico de precariado data dos anos 80. É uma expressão que surge na Itália, com o setor do movimento social autonomista, que começa a fazer uma análise de trabalho atípico. Tenta entender o porquê de as novas gerações, quando entram no mercado de trabalho, não encontrarem as mesmas políticas de bem-estar, sejam públicas ou privadas, que as gerações anteriores haviam experimentado, em especial no tocante à estabilidade. As novas gerações na Itália estavam situadas num mercado de trabalho com mais instabilidade, uma trajetória sócio-ocupacional entrecortada por períodos de desemprego, mais ou menos longos, ou de subemprego.” (BRAGA, s/d).

Obviamente significa muito mais as derivações e influências acerca da palavra “precariedade” do que problematizar a sua gênese. As contribuições do francês Robert Castel admirador das obras do sociólogo Émile Durkheim (1858-1917) e do historiador Fernand Braudel (1902-1985) - além de parceiro de trabalho de Pierre Bourdieu (1930-2002) – que, motivado pelos interesses nos sujeitos marginalizados pelas normas coletivas, sobretudo nos exames da precariedade latente no mundo do trabalho assalariado e das políticas sociais, enfatizavam a urgente necessidade de proteção social do Estado em favor da massa de desempregados.

Ao propor aspectos transversais entre as pessoas marginalizadas e suas vulnerabilidades amplia a compreensão acerca das excludentes impostas às pessoas nas sociedades modernas para além das causas econômicas e profissionais surgidas após

a Revolução Industrial. Para ele, o ser humano marginal organiza para si uma existência precária, nos interstícios da vida social. (CASTEL, 1997).

Butler também bebeu da fonte de Emmanuel Lévinas (1906/1995) com ênfase em muitas reflexões sobre temas ligados a ontologia, valores éticos, autoridade moral, discursos, autossuficiência humana, alteridade e, precariedade (humanização/ desumanização). Sentido do rosto para Lévinas apreendida em sentido muito mais extenso e profundo, como uma espécie de figura de linguagem (catacrese) que empresta o seu conceito para o entendimento a respeito da precariedade da vida.

Em um ensaio intitulado “Vida precária” (2011), Judith Butler recorre a trechos de obras de Lévinas para estabelecer uma relação entre o rosto humano e a captura do sofrimento agonizante que ele carrega com o corpo e com a alma, ressaltando que “o rosto não é exclusivamente um rosto humano”.

“... uma vez que o “rosto” não fala no mesmo sentido que a boca fala; o rosto não é nem reduzível à boca nem, de fato, a qualquer coisa que ela possa balbuciar. Algo ou alguém diferente fala quando o rosto é *comparado a certo tipo de discurso; é um discurso que não vem de uma boca ou, se o faz, não tem uma origem ou, significado último, nela mesma*” (BUTLER, 2011, p.17) (grifos meus).

A imersão de Butler para tentar traduzir a importância dos rostos na produção de uma maior inteligibilidade das pessoas nas abordagens críticas das verdadeiras - e falsas - humanidades prossegue no ensaio com a exemplificação dada pelo próprio Lévinas em que ele faz referência ao texto *Life and fate*, de Vassili Grossman:

“A história... das famílias, esposas e pais de detentos políticos viajando para Lubianka, em Moscou, para as últimas notícias. Uma linha se forma frente a um guichê, uma linha na qual apenas se pode ver as costas do outro. Uma mulher espera por sua vez: [Ela] nunca imaginou que as costas humanas poderiam ser tão expressivas e que poderiam exprimir estados mentais de forma tão penetrante. À medida que se aproximavam do guichê, as pessoas tinham uma maneira peculiar de estender a cabeça e as costas, seus ombros levantados com as omoplatas movendo-se para cima e para baixo em tensão, os quais pareciam chorar, soluçar e gritar” (LÉVINAS, 1996, p. 167).

Assim, Butler nos convida a não apenas contemplar os rostos indefesos, e sim com bastante responsabilidade escutá-los na tentativa de responder às suas agonizantes demandas. Uma relação de interdependência fundamental em relação ao Outro submetida em virtude do correto entendimento da linguagem (narrativa, discurso) construída na relação do sujeito humano/social com os Outros – alteridade – capaz de promover, talvez, a autotransformação.

4 | INTERDEPENDÊNCIA E VULNERABILIDADE X COEXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

“Ser humano implica várias coisas, uma das quais o fato de que somos seres que precisam viver em um mundo onde conflitos de valor ocorrem e ocorrerão, e que tais conflitos são um sinal da formação de uma comunidade humana. Como lidamos com esses conflitos também será um sinal de nossa humanidade, um que está, mais significativamente, sendo construído. *Se vamos ou não continuar a impor uma concepção universal dos direitos humanos em momentos de indignação e incompreensão, justamente quando achamos que outros se retiraram da comunidade humana como a conhecemos, é um teste de nossa própria humanidade.* (BUTLER, 2019, p. 115) (grifos da autora).

O pensamento crítico de Butler na problematização da heteronormatividade e a necessidade de um feminismo interseccional, por certo, alvo de exames de alguns teóricos e teóricas influentes, tais como: Seyla Benhabib, Wendy Cealy Harrison e John Hood Williams, não sucumbiu, pelo contrário, gerou reparos nas omissões, interpretações e imperfeições. Para autor, tão imersa nas questões da linguagem discursos e na ação, tal fato em nada surpreende, Butler não foge ao debate.

É totalmente apropriada a compressão de que as contribuições dadas por Butler ao abordar sexo, gênero e feminismos em geral nos anos 90, bem como ao explorar a ética das humanidades em sentido concreto, e não abstrato – violência e responsabilidade – no pós-ataentados do 11 de setembro nos EUA, se entremeiam sob os fios da vulnerabilidade humana.

Para ela, a performatividade pode tranquilamente transitar para além do universo das identidades de gênero e ocupar o campo das ações políticas coletivas. Assim, quando os agentes destituídos de direitos e garantias fundamentais assumem movimentos de resistência à normatividade social imposta, em verdade eles estão performatizando a função de agentes políticos transformadores.

Eis, pois, explicitada a importância da inter-relação dos agentes em detrimento aos conceitos valorativos de autonomia/subsistência humana para Butler. O deslocamento teórico da referida ideia transita livremente através de vários cenários contemporâneos, senão vejamos: no contexto das políticas neoliberais adotadas por vários países do mundo resultando no sucateamento da saúde, educação e seguridade públicas simultaneamente responsabiliza os cidadãos pelos próprios erros em discursos de empreendedorismo.

O movimento de resistência social “*Occupy Wall Street*” (OWS) que começou em setembro de 2011 no distrito financeiro de Manhattan em Nova York, se espalhou por diversos estados americanos mobilizando milhares de pessoas contra o sistema político vigente nos oferece a dimensão da importância da coletividade na defesa de pautas públicas.

Na ocasião, corpos físicos dos mais diversos segmentos etários, profissionais e sociais ocupando os espaços públicos, sem estratégias de atos de violências ou enfrentamentos, representando a força da ação enquanto discurso de dimensão conjunta: ativismo. Quando Butler ao participar do movimento discursou e sua voz mais uma vez reverberou:

“I came here to lend my support to you today, to offer my solidarity, for this unprecedented display of democracy and popular will. People have asked, ‘So what are the demands? What are the demands all these people are making?’ Either they say there are no demands and that leaves your critics confused - or they say that the demands for social equality and economic justice are impossible demands. And impossible demands, they say, are just not practical. If hope is an impossible demand, then we demand the impossible. (BUTLER. Discurso na ocupação de Wall Street em New York, 23/10/2011).

5 | PANDEMIAS E AS DEBILIDADES DO PASSIVO SOCIAL E HUMANO

Questões como a vulnerabilidade, precariedade e vidas passíveis e dignas de luto surgem no pensamento de Butler com a epidemia do vírus HIV/Aids nos anos 80 e 90. Neste sentido, precisamos abrir aqui uma importante consideração pertencente a obra “*Antigone’s Claim*” (2002), traduzido para o português em 2014 para: “O Clamor de Antígona, Parentesco Entre a Vida e a Morte”, na medida em que nela a autora fornece as primeiras pistas sobre o direito ao enlutamento.

Neste contexto, o que Butler reivindica é o devido reconhecimento ético da vida perdida pela morte e a vida que fica presente apesar das constantes validações dos discursos necropolíticos (humanos X não humanos).

“A narrativa da tragédia grega, corroborando a filósofa norte-americana, expõe (para além dos atributos da vontade e do pensamento) uma manifesta relação de poder e hierarquia na forma social. Qual o propósito de quem fala? Há uma identificação manifesta com os interesses e liberdades individuais ou a ênfase encobre a legitimação da violência por intermédio do *ethos* coletivo? O direito a ter direitos, que se torna o cerne da ação política empregada por Antígona ao confrontar as Leis que definem quem tem o direito ao luto – aqui um preâmbulo totalitário que repercutirá nas guerras de ordenamento mundial do final do século XX e início do século XXI – não difere da exclusão das mulheres do espaço público destinado ao fazer política” (CAVALCANTI & SILVA, 2020, p. 5).

Afinal, quem merece morrer e quem merece viver? A comoção do luto não deveria ser pública uma vez que todas as pessoas estão expostas à morte? Em que medida a relação entre o vírus da Aids os problemas de gênero potencializam a estigmatização e a discriminação social da comunidade LGBTQI?

O luto silencioso e contido, a cremação dos corpos abjetos (corpos que não importam em sua materialidade e cujas vidas não são consideradas “vidas”), propagação da ideia de

vírus como castigo de Deus, dão a extensão da ameaça que assombra uma morte em decorrência da Aids.

“A questão que me preocupa, à luz da recente violência global recente, é: quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? E, finalmente, o que *concede a uma vida ser passível de luto*? Apesar de nossas diferenças de lugar e história, minha hipótese é que é possível apelar a um “nós” porque todos temos uma noção do que é ter perdido alguém. A perda nos transformou em um tênuo “nós””. (BUTLER, 2019, p. 40) (grifos da autora).

No livro *“Precarius Life: The Power of Mourning and Violence”* (2004), traduzido para *“Vida precária: os poderes do luto e da violência”* (2015), que foi uma espécie e reação de Butler aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA, o luto dentre outras reflexões, emerge com maior força.

A reação bélica dos EUA na luta contra o terrorismo revelando a intenção do país em se impor como invulnerável e absoluto diante do resto do mundo. A recusa da publicação em obituários dos mortos combatentes, a usurpação de direitos dos prisioneiros de guerra e a grave interferência à soberania das nações exemplificam, epistemologicamente, o processo de desumanização após os atentados.

“...em nível mais radical, como se as palavras que eram ditas 30 anos atrás – mundo livre, imperialismo, opressão, resistência – não se aplicassem mais, como se nenhuma outra linguagem, nenhum outro contexto de pensamento, existisse para expressar e avaliar a situação atual” (RANCIÈRE, 2001).

Hoje, o cenário mundial encontra-se marcado pela pandemia da COVID-19 - uma doença expansão geométrica gigantesca e que trouxe à baila desigualdades sociais e econômicas jamais abolidas. Assim como o vírus HIV reconheceu os “rostos” dos gays, travestis, transexuais, gays, prostitutas e usuários de drogas como os alvos mais vulneráveis, a COVID-19 colocou: as pessoas idosas e as portadoras de doenças pré-existentes como pressão alta, doenças cardíacas, doenças pulmonares, câncer ou diabetes no rol de vítimas de sua preferência.

O contexto em ambas as pandemias inserido nas precariedades econômicas, sanitárias, sociais e políticas presentes nas políticas públicas de governamentalidade do massacre, em comum, elegem as vidas descartáveis e as vidas que merecem sobreviver.

Butler enfatiza a necessidade de problematizar a noção de uma “substituição histórica” da soberania clássica (o direito sobre a morte) pela governamentalidade (gestão das coisas e dos viventes).

“... o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força

que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

Fato é que tanto o vírus HIV quanto COVI-19 nos iguala enquanto seres vivos com medo da morte, no entanto as políticas de indução de precariedade nos diferenciam enquanto vidas. O direito ao luto se apresenta como marca desde o nascimento da pessoa. O cuidar de uma vida, sob a égide do Estado e da sociedade, reconhece e individualiza seus eleitos, somente as vidas que são passíveis e dignas de luto são vidas que importam no processo seletivo.

Uma espécie de normatização de condutas que assegurem minimamente a perpetuação da “vulnerabilidade insuportável”, expressão da própria autora em “Vida precária”. A ode ao individualismo e autossuficiência que promove a desconstrução do Outro que não é considerado nem ser vivo e, nem ser morto, captura nitidamente o enquadramento da performatividade, da vulnerabilidade e da precariedade social e humana tão presentes nas pandemias.

Consoante Butler, os enquadramentos funcionam a partir das normas que estabelecem, de forma seletiva e diferenciada, quais são os sujeitos “reconhecíveis” em uma determinada sociedade, “molduras pelas quais apreendemos ou, na verdade, não conseguimos apreender a vida dos outros como perdida ou lesada (suscetível de ser perdida ou lesada)” (BUTLER, 2015, p. XX). As dificuldades na definição justa e correta das subjetividades produzidas pela morte e pelo luto ganham musculatura quando se morre duplamente: em morte real pela doença e em morte simbólica pelas invisibilidades sociais e políticas.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O medo cega (...) são palavras certas, já éramos cegos no momento em que cegamos, o medo nos cegou, o medo nos fará continuar cegos” (...) “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”. (SARAMAGO, 1995, p. 131)

Em breves relatos sobre temas que compõem as diversas visões interseccionais do saber, bem como exaltando as inegáveis contribuições de Butler para além da imaginação científica e política podemos repensar os direitos humanos como instrumentos transformadores e de irreversível apelo de tolerância.

A vida ou condição precária é fundamentalmente uma questão aberta, que nos interroga e nos abre para os outros. Nesse sentido, podemos assimilar a vida como sendo

uma inquietação, uma preocupação, um esforço coletivo em direção ao qual nós devemos estender nossa imaginação científica e política. (KRAUS, 2017)

Por fim, não há como deixar de ressaltar a importância de Judith Butler para a literatura interessada na abordagem da interseccionalidade e dos seus múltiplos sistemas de opressão. A autora com suas investigações teóricas múltiplas sobre identidade de gênero, corpos, precariedades, imigração, poder, política, lutas e lutos provoca uma espécie de reflexão em forma de resistência necessária e urgente para os Direitos Humanos em suas interfaces transdisciplinares.

Buscar a verdadeira identidade pressupõe ressignificações e performatividades em exercícios constantes de solidariedade. O desafio já está posto. Políticas sociais e privadas necessitam ser pensadas como interdependentes, o entrelaçar da economia com a saúde, da produtividade com a qualidade de vida, do lucro com assistência social, o meio-ambiente com sustentabilidade, a morte com o luto, resultando quem sabe, num despertar do estado de apatia social no qual nos descobrimos em pelo século XXI.

“A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma” (COLASSANTI, 1996, p.9)

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. A flor e a náusea. In: Poesia Completa. Introdução de Silviano Santiago. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

ARENDDT, Hannah. A condição humana. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BRAGA, Ruy. Exploração e desemprego definem precariado. O Estado de São Paulo, s/d. Entrevista concedida a Amanda Pupo e Lauriberto Pompeu. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/focas/planeje-sua-vida/exploracao-e-desempregodefinem-precariado-diz-sociologo-ruy-braga>>. Acessado em 10 de dezembro de 2020.

BUTLER, Judith. Vida precária: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2019.

_____. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. Sexualidades transgressoras. Una antologia de estudios queer. Barcelona: Icaria editorial, 2002, pp. 55-81. Disponível em: <https://kolektivoporoto.cl/wp-content/uploads/2015/11/M%C3%A9rida-Jim%C3%A9nez-Rafael-Sexualidades-Transgresoras.pdf>. Acessado em 08 abril de 2021.

_____. Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. Vida precária. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33. Disponível em <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18>. Acesso em 07 abril de 2021.

CASTEL, Robert Castel. A Dinâmica Dos Processos De Marginalização: Da Vulnerabilidade à “Desfiliação”. Caderno CRH, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan. /dez. 1997. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664>. Acesso em 07 de abril de 2021

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon & SILVA, Antônio Carlos da. Reconhecendo gêneros, desconstruindo poderes: a literatura como transgressão verbal. Revista Tempo & Argumento, 12(31), 2020, e0202. Disponível em <https://doi.org/10.5965/2175180312312020e0202>. Acessado em 07 de abril de 2020.

COLASSANTI, Marina. Eu sei, mas não devia. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. Disponível em: <https://www.marinacolasanti.com/p/biografia.html> Acesso em 08 de abril de 2021.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. Educação & Realidade, vol. 34, n. 2, 2009, pp.171-186. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8299>. Acesso em 06 de janeiro de 2021

CUNHA, K. Silva. Teoria do discurso e conceito de campo: categorias para análise das políticas educacionais. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 1, n. 2, 2016, pp. 265-293. Disponível em www.relepeenrevista.org. Acesso em 04 out. 2020.

DEMETRI, Felipe Dutra; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Performatividade contra a precariedade: modulações do sujeito político na obra de Judith Butler. Rev. psicol. polít. São Paulo, v. 17, n. 39, p. 318-326, ago. 2017. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8299> Acesso em 04 out. 2020.

DUARTE, André. Judith Butler e Hannah Arendt em diálogo: repensar a ética e a política. In: CANDIOTTO, Cesar & OLIVEIRA, Jelson. (Org.). Vida e Liberdade: entre a ética e a política. 1ed. Curitiba: PUCPRESS, 2016, v. 1, pp. 311-336.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KRAUS, Cynthia. Como Se Coalizar? Corpos Aliados e Democracia. Dissonância: Teoria Crítica e Feminismo, Campinas, vol.1, nº 2, Dezembro de/ 2017. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/2991>

LÉVINAS, Emmanuel. “Peace and Proximity”. In: PEPERZAK, Adriaan T.; CRITCHLEY, Simon & BERNASCONI, Robert (Eds.). Basic Philosophical Writings. Bloomington: Indiana University Press, 1996.

MACIEL, Fabrício. A generalização da precariedade: trabalho e classes no capitalismo contemporâneo. Sociedade e Estado, Brasília, v. 33, n. 3, p. 755-777, Dec. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922018000300755&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 Oct. 2020.

MORETTI, Cheron Z. & ROSA, Graziela. Descautivar o pensamento pedagógico latino-americano: (Des)colonização e (Des)patriarcalização a partir da crítica feminista. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, Tocantinópolis, N.4, 2018, pp. 1105-1127. Disponível em istemias.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/5398. Acesso em 5 de abril de 2021

PAGÈS, Claire & TRACHMAN, Mathieu. Une analytique du pouvoir. Entretien avec Judith Butler. *La Vie des idées*, 4 décembre 2012. Disponível em <http://www.laviedesidees.fr/Une-analytique-du-pouvoir.html>. Acesso em 07 de abril de 2021.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os tornam materiais: entrevista com corpos de Judith Butler. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp. 155-167, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 de dezembro de 2020.

PUAR, Jasbir. Palestra sobre a precariedade: uma mesa redonda virtual com Lauren Berlant, Judith Butler, Bojana Cvejić, Isabell Lorey, Jasbir Puar e Ana Vujanović. *TDR (1988-)*, vol. 56, no. 4, 2012, pp. 163–177. Disponível em, www.jstor.org/stable/23362779. Acesso em 7 abril de 2021.

RANCIÈRE, Jacques. A história em pedaços. *Folha de São Paulo*, 11/11/2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1111200107.htm>. Acesso em: 28 dez. 2020 Acesso em 16 de dezembro de 2020.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEGATO, Rita Laura. *Las Estructuras Elementales de la Violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

CAPÍTULO 4

PROJETO SIM (SERVIÇO DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR): PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES

Data de aceite: 21/05/2021

Fernanda das Chagas Valente

Bacharel em Direito pela Universidade Paulista e mestranda pela Universidade Católica de Brasília

Flávia Bascuñan Timm

Psicóloga, mestre e doutora pela Universidade Católica de Brasília

Heloisa Maria de Vivo Marques

Psicóloga pela Universidade Mackenzie e mestre em psicologia pela Universidade Católica de Brasília

Rúbia Cristina Porto

Bacharel em Direito e mestre pela Universidade Católica de Brasília

RESUMO: Este texto tem como objeto a descrição um projeto de extensão universitária transdisciplinar, na área da violência doméstica e familiar contra mulheres, nomeado Projeto SIM (Serviço de Atendimento Integral às Mulheres em situação de violência doméstica e familiar). Com o objetivo de compreender como o projeto foi estruturado, baseado e como funcionou, os seguintes temas foram abordados: violência doméstica e familiar contra mulheres, extensão universitária e transdisciplinaridade.

PALAVRAS - CHAVE: Projeto, Extensão Universitária, Transdisciplinaridade, Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres.

ABSTRACT: This text has as its description a transdisciplinary university extension project, in the area of domestic and family violence against women, called Project SIM (Service of Integral Assistance to Women in situations of domestic and family violence). In order to understand how the project was structured, based and how it worked, the following themes were addressed: domestic and family violence against women, university extension and transdisciplinarity.

KEYWORDS: Project, University Extension, Transdisciplinarity, Domestic and Family Violence against Women.

INTRODUÇÃO

Durante mais de duas décadas, Maria da Penha Maia Fernandes foi alvo de agressões e tentativas de assassinato cometidas pelo próprio marido – entre elas afogamento, eletrocussão e disparo de arma de fogo, que a deixou paraplégica. Ela se tornou vítima emblemática de uma violência que mata e deixa sequelas em milhares de mulheres no Brasil, todos os dias. Em busca de justiça, Maria da Penha se tornou ativista da causa e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, condenou o Brasil por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Mas somente em 7 de agosto de 2006, foi sancionada a tão conhecida Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006), em sua homenagem (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2018a).

Embora a lei já tenha completado 14 anos em 2020, grande parte das vítimas ainda não

conseguem romper com as situações de violência que vivenciam, por inúmeras questões, mas principalmente pela raiz da violência estar ligada a questões sociais, que são reflexo da cultura machista, misógina, sexista, patriarcal que assola as sociedades, quase que mundialmente. Portanto, não se trata apenas de um problema jurídico e criminal. Ele é extremamente complexo e para tanto, deve ser tratado de forma integral. Desta forma, muitas Instituições, públicas e privadas, das áreas da saúde, justiça, educação, assistência social, entre outras, articulam-se em redes a fim de atuar desde a prevenção ao atendimento de mulheres que vivenciam a violência doméstica, seus familiares e agressores.

O presente artigo tem como objetivo principal descrever um projeto de extensão universitária na área da violência doméstica e familiar contra mulheres, que ocorreu durante quase três anos (entre abril de 2017 a dezembro de 2019), em uma Universidade localizada no Distrito Federal, na região Centro-Oeste do país. Atividades extensionistas e transdisciplinares são fundamentais para o contexto universitário e a temática trabalhada e desenvolvida, além de ter grande relevância social, apresenta um fator multidisciplinar para o atendimento integral da mulher que vivencia a violência doméstica. Neste contexto, praticamente diversos cursos de graduação e pós-graduação de uma Universidade podem se beneficiar com projetos deste tipo. Além de estarem cumprindo o dever do tripé institucional, qual seja: ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, iremos falar sobre violência doméstica e familiar contra mulheres, discorrer sobre a importância de atividades extensionistas para Universidades, citar a transdisciplinaridade que é a forma de tratarmos uma temática de forma integral e por fim apresentar o Projeto SIM (Serviço de Atendimento Integral às Mulheres em situação de violência doméstica e familiar), objetivando justificar a importância e a relevância de projetos voltados às questões sociais.

QUESTÕES SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES

A violência contra as mulheres é uma forma de violação de direitos humanos. Segundo Barbosa (2007), existem várias formas de agressão praticadas contra as mulheres, dentre elas a violência intrafamiliar, refletida nos altos índices de homicídios, lesões corporais, agressões psicológicas, morais e patrimoniais, cujos autores podem ser maridos, companheiros, noivos e/ou namorados. Ainda de acordo com a mesma autora há também outras formas de violência que provocam graves danos físicos e psicoafetivos nestas mulheres, dentre eles o assédio sexual e o assédio moral, mesmo que se apresentem de forma mais sutil e silenciosa aos olhos da sociedade.

Compreendendo a violência contra mulheres como uma das expressões da questão social, ela não atinge apenas classes sociais, religiões, etnias e culturas específicas. Possui uma estrutura central que se configura na naturalização dos estereótipos de gênero, que, conseqüentemente, se expressa nas relações de poder entre os sexos e nas

relações afetivas homo ou heterossexuais. São relações permeadas por desigualdades e cerceamento de direitos que possuem na violência seu instrumento de imposição e controle.

De acordo com os dados da Central 180¹, foram registrados no 1º semestre de 2016 67.962 relatos de violências e 86,64% destes se referiram a situações de violência previstas na Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha². O relatório sinaliza, ainda, “[...] que 78,72% das vítimas de violência doméstica possuem filhos/as e que 82,86% desses (as) filhos (as) presenciaram ou sofreram violência.”

O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), em edição especial sobre a violência de gênero, reuniu diferentes dados sobre homicídios contra mulheres, sobretudo na área da saúde, e identificou que 4.762 mulheres foram assassinadas em 2013 no Brasil. Destes assassinatos “[...] 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex”. Conforme o mesmo documento pode-se inferir que ocorrem 13 homicídios femininos diários. De 1980 a 2013 106.093 mulheres brasileiras foram assassinadas. O documento, embora não objetive alcançar um diagnóstico preciso da realidade brasileira, evidencia um grave problema social: o da letalidade intencional violenta por condição de sexo.

De acordo com a socióloga Lourdes Bandeira, o crime contra mulheres por razões de gênero enquadra-se no feminicídio e este, segundo a autora,

[...] representa a última etapa de um continuum de violência que leva à morte. Seu caráter violento evidencia a predominância de relações de gênero hierárquicas e desiguais. Precedido por outros eventos, tais como abusos físicos e psicológicos, que tentam submeter as mulheres a uma lógica de dominação masculina e a um padrão cultural de subordinação que foi aprendido ao longo de gerações.³

Eleonora Menecucci, ex-ministra chefe da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República diz que:

Trata-se de um crime de ódio. O conceito surgiu na década de 1970 com o fim de reconhecer e dar visibilidade à discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte. Essa forma de assassinato não constitui um evento isolado e nem repentino ou inesperado; ao contrário, faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizam o uso de violência extrema. Inclui uma vasta gama de abusos, desde verbais, físicos e sexuais, como o estupro, e diversas formas de mutilação e de barbárie (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2018b).

1 Refere-se à Central de Atendimento à Mulher. Trata-se de um telefone de serviço utilidade pública, gratuito, confidencial, criado em 2005. O serviço era oferecido, até 2016, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania. A Central recebe denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher e orienta as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário.

2 Do total de atendimentos do 1º semestre de 2016, 12,23% (67.962) corresponderam a relatos de violência. Dentre os relatos, 51,06% corresponderam à violência física; 31,10%, violência psicológica; 6,51%, violência moral; 4,86%, cárcere privado; 4,30%, violência sexual; 1,93%, violência patrimonial; e 0,24%, tráfico de pessoas.

3 O supracitado trecho de Lourdes Bandeira foi transcrito de um texto divulgado no Instituto Patrícia Galvão (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2018b).

Em março de 2015 foi sancionada a Lei 13.104/2015, a Lei do Feminicídio, que classifica como crime hediondo e com agravantes à violência contra mulheres em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos etc.). A lei define como feminicídio a violência provocada por razões da condição de sexo feminino nas seguintes situações: I – violência doméstica e familiar e II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Diante de uma realidade tão covarde e cruel, é necessária a criação de propostas adequadas, integrais e funcionais, para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres (Cf. CUNHA; PINTO, 2018, p. 155-156). É o que se propôs o projeto de extensão universitária SIM.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A universidade desempenha importantes papéis, além de possibilitar aos estudantes uma formação profissional. Ela deve ser reconhecida como uma instituição capaz de produzir conhecimentos aplicáveis à realidade social, em diversos níveis, podendo desenvolver projetos compatíveis com as reais necessidades da população em benefício comum, buscando solucionar os problemas da sociedade atuais. Para tal, os projetos de extensão universitária vêm cumprir com essa função social.

Podemos definir extensão universitária como:

[...] ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2021).

Santos (2012) refere em seu artigo que as atividades extensionistas surgem, portanto, da interação universidade-sociedade, tornando-se obrigatórias no sistema de ensino superior brasileiro a partir da Lei da Reforma Universitária (Lei federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968). A Constituição Federal, em seu artigo 207º, define o papel, o dever e a missão das universidades brasileiras, nas quais devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), que regulamenta o sistema educacional público e privado, também cita esta função considerando cada um dos pilares do Tripé Universitário, assim como sua indissociabilidade e sua articulação (Cf. VIGNALI, 2020).

Diante dos aspectos apontados, é possível compreender a dimensão extensionista como um “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (Nogueira, 2000).

Outro aspecto fundamental que deve ser citado, de acordo com Santos (2012), seria o envolvimento de professores, técnicos administrativos e acadêmicos na prática das atividades extensionistas, a fim de que seja cumprido um conjunto de ações integradas e acadêmico-científicas, com padrões estruturados de conceitos e normas, com planejamento e avaliação dos métodos, com resultados a serem alcançados e impactos sociais, tendo em vista, o cumprimento do papel social da universidade não somente como uma ação assistencialista ou caritativa. A atividade extensionista deve ser executada de modo eficaz, eficiente e ético.

Além de todos os aspectos referendados, vale ressaltar ainda a importância da formação e da aprendizagem profissional do estudante estarem intimamente vinculadas à prática. Para atuar no mercado de trabalho, o indivíduo deve ter um perfil profissional que saiba construir uma intervenção metodológica, a partir do conhecimento teórico, crítico e reflexivo. Neste sentido, Santos (2012) coloca a extensão universitária como:

[...] um espaço privilegiado de formação e aprendizado profissional, tendo em vista que proporciona o desenvolvimento de uma relação umbilical entre teoria e prática, realizando um “ir” e “vir” permanente à realidade social, o que contribui significativamente com o progresso cultural, político e econômico do país.

Cabe ressaltar ainda a questão da transdisciplinaridade nas atividades extensionistas como forma de se desfazer limites, integrar conhecimentos e estimular uma nova compreensão de realidades complexas, articulando elementos que passam entre, além e através das disciplinas (Cf. TEIXEIRA, 2015).

TRANSDISCIPLINARIDADE

A existência de questões não penais na Lei Maria da Penha demanda a integração entre diversas disciplinas, criando um diálogo entre elas, com o fim de fortalecer o combate à violência doméstica e familiar contra mulheres. O reconhecimento de aspectos que ultrapassam a ordem jurídica e ingressam na ordem social exige a adoção de medidas diferenciadas dentro de uma seara não só repressiva, mas também preventiva, de apoio e de assistência, as quais exigem que a junção de diversos saberes para uma finalidade comum.

A seção III da Lei 11.340/2006, que trata das medidas protetivas de urgência, traz regras gerais de ordem procedimental, seguida de medidas repressivas ao agressor e, por fim, dispõe de medidas de assistência e amparo às mulheres em situação de violência. Neste ponto, a lei prevê a inserção da mulher, dos seus dependentes e familiares em programas sociais, bem como a atuação de uma equipe multidisciplinar composta de psicólogos e assistentes sociais.

A transdisciplinaridade une o mundo “não universitário” ao universitário, possibilitando

que várias disciplinas acompanhem questões vinculadas às políticas públicas e sociais, com a participação de diversas áreas, resultando na formação de profissionais mais completos e mais preparados para contribuir com a mitigação e exclusão da violência no âmbito doméstico.

A questão da violência doméstica no Brasil mostra-se, notoriamente, complexa e exige dos estudantes e profissionais de diversas áreas, não apenas o conhecimento acerca das questões inerentes às suas respectivas disciplinas, mas uma visão macro da problemática.

Assim, um estudante de Direito, por exemplo, ao enfrentar um atendimento a uma mulher em situação de violência, não terá como suficiente apenas o seu conhecimento jurídico, mas também a cognição sobre psicologia e sociologia. Outrossim, estudantes e profissionais de áreas diversas deverão deter conhecimento do disposto em diversos ramos da Ciência Jurídica, especialmente no que se refere aos aspectos constitucionais e penais.

Em artigo sobre a identificação e conduta da violência doméstica contra a mulher sob a ótica dos estudantes universitários, docentes da área de enfermagem descrevem um estudo com abordagem qualitativa, realizado com 32 estudantes que cursavam os dois últimos semestres dos cursos de graduação em fisioterapia, enfermagem, odontologia e medicina (Cf. SIMÕES, 2019).

Segundo os docentes elaboradores do referido estudo:

[...] os dados demonstraram que os estudantes universitários apresentam conhecimento incipiente sobre a identificação e conduta da violência doméstica contra a mulher, além de apontarem o sentimento de despreparo na identificação e no manejo deste agravo. Conclui-se que os estudantes universitários nos cursos de graduação da área de saúde, ainda em seu processo de formação, precisam ter um conhecimento mais aprofundado sobre a temática da violência doméstica contra a mulher de forma transdisciplinar, com competências e habilidades que os permitam atuar no enfrentamento e encaminhamento de mulheres em situação de violência.

Tal constatação demonstra a necessidade da transdisciplinaridade, ou seja, a inserção do estudante e profissional em um universo de conhecimento lato, transcendente às noções restritas às disciplinas oferecidas na sua graduação, já que a sua atuação exigirá conhecimento na identificação de casos de violência contra a mulher e na conduta frente aos casos.

Ao final do referido artigo, os docentes concluem que há que se aprimorar o conhecimento a partir das realidades epidemiológicas, socioculturais e políticas, assim como práticas onde os estudantes universitários possam vivenciar de maneira mais direta a temática, de modo a instrumentalizá-los na identificação e manejo adequados frente aos casos vivenciados na graduação e na futura atuação profissional.

Sob essa ótica, o Projeto SIM contempla uma atuação integrativa dos estudantes e profissionais de diversas áreas, exigindo a transposição de barreiras impostas entre as

diversas disciplinas que devem se fundir para otimizar o combate à violência doméstica contra a mulher.

Assim, a mulher em situação de violência tem o seu primeiro contato, ainda na delegacia, com profissionais e estudantes da área de Direito, Psicologia e Serviço Social, em uma atuação conjunta de orientação, cuidado e apoio. A atuação dos profissionais e estudantes se mantém para além da audiência de justificação, havendo uma ação efetiva durante todo o processo, com auxílio, se necessário, de profissionais da odontologia, medicina, gastronomia e outros.

No que se refere aos profissionais e estudantes de Direito, além de orientar e apoiar, tem um papel efetivo na repressão à violência, tendo em vista que são responsáveis por provocar a decretação de medidas protetivas de urgência, representar ou pleitear a decretação de prisão ou medidas cautelares, além de instrumentalizar eventual ação penal para buscar a criminalização do agressor e pleitear na esfera cível a fixação de alimentos e regulamentação de guarda e visita de menores, tudo com a colaboração dos profissionais e estudantes da área de psicologia e serviço social.

O artigo 30 Lei 11.340/2006 é claro ao indicar as competências da equipe de atendimento multidisciplinar, apontando como suas atribuições, dentre outras, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

O legislador salienta ainda que, quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar. Acerca da atuação multidisciplinar nas audiências dos Juizados Especiais de Violência Doméstica, preleciona Rogério Sanches Cunha (2018, p. 124):

A exemplo do que já acontece na área da Infância e da Juventude, a equipe multidisciplinar aparece como precioso auxiliar na busca da Justiça. A Psicóloga Renata Mancini, lembrada por Paulo Lúcio Nogueira, relata que “a audiência interdisciplinar se constitui no momento de integração entre as contribuições do psicólogo e do assistente social no estágio formativo da convicção da autoridade judiciária. A audiência interdisciplinar representa, assim, o momento de união entre três formas de conhecimento, com o objetivo único de colocar à disposição do juiz dados revelados não apenas pela utilização da ciência psicológica e da ciência social, mas sobretudo da integração destas visões, enquanto material informativo das decisões.

O Projeto SIM efetiva, portanto, não só o que é previsto pelo legislador, mas antecipa a atuação da equipe multidisciplinar, composta por profissionais e estudantes universitários, para iniciarem a atuação desde a Delegacia e, prolonga e amplia essa força tarefa de apoio, orientação, direcionamento, cuidado e defesa das ofendidas para além do judiciário.

Dessa forma, o projeto SIM busca com a transdisciplinaridade desenvolver um trabalho jurídico e psicossocial desde o primeiro contato com a mulher; acolher orientar às mulheres e famílias que sofrem com a violência a outros órgãos locais de apoio; acompanhar os encaminhamentos; elaborar fluxograma da violência; desenvolver atividades sócio-educativas junto à comunidade acerca da violência doméstica contra a mulher; oferecer apoio e orientação psicológica à mulher; oferecer orientação e patrocínio jurídico à mulher e familiares afetados pela violência, dentre diversas outras ações que tornam imprescindível a colaboração de todos os profissionais e estudantes envolvidos.

APRESENTANDO O PROJETO SIM

O projeto SIM nasceu da afirmação: Sim, a denúncia! Sim a uma vida livre da violência de gênero! E foi resultado de uma parceria entre o Núcleo de Prática Jurídica (do curso de Direito da Universidade) com os cursos de Psicologia e de Serviço Social.

O principal objetivo foi oferecer um serviço de atendimento integral às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, com foco na prevenção, orientação jurídica, acolhimento, orientação e intervenção psicossocial. Tratou-se de um projeto de caráter extensionista, que procurou oferecer aos/às estudantes da Universidade uma ação transdisciplinar, integrada à diversas áreas do conhecimento, tais como: Direito, Saúde, Serviço Social e Segurança Pública.

Desta feita, com o objetivo de inovar e trabalhar de maneira diferenciada no apoio e assistências às mulheres em situação de violência doméstica, e compreendendo a necessidade de se prestar um serviço relevante e de qualidade, é que se inseriu a proposta de um projeto transdisciplinar, que pretendeu integrar às ações de assessoria jurídica desenvolvidas pelo curso de Direito as práticas de cuidado e atendimento psicossocial desenvolvidas pelo curso de Psicologia. A proposta inicial foi de criar uma atividade prática transdisciplinar, com uma matriz de conteúdo que dialoga com diferentes áreas do saber/ conhecimento. Vale ressaltar que o projeto se pautou em bases teórico-metodológicas adequadas.

Os princípios norteadores do projeto são o fortalecimento dos Direitos das mulheres, o respeito e a promoção da igualdade de gênero, liberdade e cidadania. Tais valores estão apoiados nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher – “convenção de Belém do Pará”.

Os objetivos específicos foram os seguintes: 1. Oferecer orientação e atendimento jurídico as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; 2. Oferecer acolhimento e atendimento psicossocial às mulheres em situação de violência doméstica e familiar; 3. Realizar palestras e eventos de promoção aos Direitos das Mulheres; 4. Estabelecer

parcerias com diferentes cursos e instituições que contribuam para o fortalecimento das mulheres.

O projeto SIM teve como metas: a) Contribuir para o desenvolvimento de ações de humanização do atendimento no campo da Saúde, da Assistência Social, da Justiça e da Segurança Pública (projeto NUIAM) articulados com o Programa Mulher Viver sem Violência; b) Garantir a ação integral do atendimento que visa o tratamento respeitoso, digno, com qualidade e acolhimento humanizado; c) Oferecer um conjunto de ações que vão desde a prevenção até a assistência jurídica; d) Validar e acolher as histórias pessoais e a vivência da violência; e) Promover a valorização pessoal e a percepção das mulheres como agente de mudanças; f) Promover reflexões acerca das crenças legitimadoras da violência a partir da perspectiva de gênero.

As legislações nacionais e políticas públicas norteadoras para o desenvolvimento das ações são: Lei 11.340/2006, lei 13.104/2015 e Decreto, (Programa “Mulher, Viver sem Violência”); Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2017); Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM e Norma Técnica Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes, 2012, Ministério da Saúde.

Propôs-se uma ação articulada entre os cursos de Psicologia, Direito e Serviço Social; além de outros cursos vinculados ao Projeto SIM, onde as mulheres assistidas e seus familiares possam ser encaminhados de acordo com a demanda apresentada (Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Biomedicina, Nutrição, Fisioterapia, Educação Física, Pedagogia, Gastronomia, Administração de Empresas, entre outros), ou seja, foi criada uma rede de atendimento; da Justiça e da Segurança Pública, para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres para que juntos sejam capazes de proporcionar um espaço de acolhimento e escuta para a vivência de processos de vitimização, sem julgamento e culpabilização. Além disso, o projeto visa criar um espaço que viabilize o fortalecimento, a troca de experiências, a (re) construção de relações e vínculos saudáveis, o autoconhecimento, o reconhecimento do outro e dos limites dos relacionamentos, contribuindo para a promoção do bem-estar psicológico, social e físico sempre numa perspectiva de promoção dos direitos.

Muitas das ações do projeto SIM aconteciam no Núcleo de Prática Jurídica da Universidade que é o órgão ligado ao Curso de Direito que tem por seu objetivo envolver a teoria e a prática forense aos estudantes que cursam os últimos semestres da graduação.

A unidade do Núcleo de Prática Jurídica da Cátedra para a Cultura da Paz da Universidade localizado num dos Fóruns da região administrativa do DF, além das práticas referidas acima, contou com atendimento transdisciplinar, envolvendo os cursos de Psicologia e Serviço Social da Universidade, nos casos de violência doméstica contra mulheres.

Os atendimentos jurídicos e psicossociais aconteciam também em delegacias, quando a mulher registra e lavra a ocorrência da violência doméstica (outro projeto foi idealizado advindo deste trabalho, o Projeto NUIAM) e nos fóruns, principalmente nas audiências de instrução e julgamento, onde era acompanhada por estudantes, advogada e psicóloga antes, durante e depois das audiências. Posteriormente, diante da demanda apresentada pela mulher assistida e sua família, encaminhamentos dos mais diversos aconteciam (atendimentos jurídicos – pensão alimentícia, divórcio etc., atendimento psicológico, atendimento odontológico, atendimentos diversos na área da saúde, participação em oficinas, entre outros). Estes atendimentos poderiam acontecer na Universidade ou em outros locais, como Institutos. Além do atendimento jurídico e psicossocial ofertado às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, outras ações ligadas a prevenção da temática também aconteceram, tais como: Campanhas (Laço Branco: Homens pelo fim da violência de gênero), 16 dias de ativismo pelo fim da violência de gênero pela ONU com diversas atividades, Exposição de artes desenvolvidas por estudantes de diversos cursos da Universidade, Eventos (Mulheres Plurais, semana das mulheres, entre outros), Oficinas de Gastronomia, Palestras para diversos públicos (inclusive para colaboradores da Universidade), Elaboração de materiais para divulgação, PIBIC/Ensino Médio, etc.

CONCLUSÃO

De acordo com a 8ª. Edição da Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizada pelo Instituto de Pesquisa Data Senado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, o percentual de mulheres agredidas por ex-companheiros, ex-maridos ou ex-namorados subiu de 13% para 37% entre 2011 e 2019, revelando um aumento de quase três vezes em oito anos e representam um aumento de 284% desses casos (Cf. PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, 2019).

Mesmo com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República em 2011 e com as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres ampliadas, passando a incluir ações de prevenção, de garantia de direitos e inclusive de responsabilização dos agressores (combate), os dados tiveram um grande aumento, demonstrando a necessidade cada vez mais pungente de existirem programas e projetos, sejam eles públicos ou privados, que atuem de forma mais eficaz, coerente e ética na prevenção e na pós-venção da violência doméstica e familiar contra mulheres.

Durante quase três anos o Projeto Extensionista SIM aconteceu, beneficiando a sociedade no geral, representada por inúmeras mulheres e suas famílias na superação das situações de violência doméstica vivenciadas de forma integral e transdisciplinar. Docentes, estudantes, colaboradores, ou seja, a sociedade acadêmica também se beneficiou com as práticas e com o conhecimento relativos à temática durante este período. A Universidade também foi beneficiada, por ter sido amplamente envolvida pelo Projeto, além de ter

cumprido o dever do tripé institucional, qual seja: ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, houve muitos ganhos!

Desta forma, a criação e a implantação do Projeto SIM, descrito neste artigo, veio trazer a ideia de ser possível que as Universidades, em sua grande maioria, sejam grandes aliadas na luta contra a violência familiar e doméstica realizada em mulheres.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Reconhecendo a violência doméstica contra a mulher. In: *INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO*. São Paulo, 2018a. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/reconhecendo-a-violencia-domestica-contra-a-mulher/>>. Consulta em: 19/02/2021.

_____. Femicídio: 10,7 mil processos aguardavam decisão da justiça em 2017. In: *INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO*. São Paulo, 2018b. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/femicidio/>>. Consulta em 19/02/2021.

BARBOSA, B.J. *A problemática da violência contra a mulher*. Revista Eletrônica da PRPE - Criminal - Novembro de 2007. BRASÍLIA: 2015. Disponível em: < https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Consulta em: 19/02/2021.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. *Violência doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Título do texto/item. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/violencia/pacto-nacional>>. Consulta em: 20/02/2021.

NOGUEIRA, M. D. P. *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER. Violência doméstica e familiar contra a mulher – 2019. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2019>>. Consulta em: 19/02/2021.

SANTOS, M. P. *Extensão universitária: espaço de aprendizagem profissional e suas relações com o ensino e a pesquisa na educação superior*. Revista Conexão UEPG, vol. 8, núm. 2, julho-diciembre, 2012, pp. 154-163. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514151728002>. Consulta em: 19/02/2021.

SIMÕES, Aline Vieira et al. Identificação e conduta da violência doméstica contra a mulher sob a ótica dos estudantes universitários. *Enfermería Actual de Costa Rica*, San José, n.37, Jul.-Dec. /2019. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514151728002>. Consulta em: 19/02/2021.

TEIXEIRA, Hélio. *O que é Transdisciplinaridade?* [S.l.]: [s.n.], 2015. 5. Disponível em: <<http://www.helioteixeira.org/ciencias-da-aprendizagem/o-que-e-transdisciplinaridade/#:~:text=A%20transdisciplinaridade%20%C3%A9%20uma%20abordagem,busca%20de%20compreens%C3%A-3o%20da%20complexidade>>. Consulta em: 19/02/2021.

VIGNALI, Carolina. *Tripé Universitário – Princípio da indissociabilidade: a tríade que rege o Ensino, Pesquisa e Extensão nas IES*. Bauru: UNESP, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2020. Disponível em: <<https://www.faac.unesp.br/#!/noticia/1873/tripe-universitario>>. Consulta em: 19/02/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. *O que é a extensão universitária*. 2021. Disponível em: <<https://proex.ufes.br/o-que-e-extensao-universitaria>>. Consulta em: 19/02/2021.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Organização Pan-Americana da Saúde – Organização Mundial da Saúde. 1. ed. OPAS/OMS. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015.

CAPÍTULO 5

A CONDIÇÃO DA MULHER EM CONFINAMENTO: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA PETROBRAS DURANTE A GREVE DOS PETROLEIROS

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 03/05/2021

Mariana Marujo Velloso

Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro
Campos dos Goytacazes, RJ
<http://lattes.cnpq.br/0390595716847709>

Marinete dos Santos Silva

Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro
Campos dos Goytacazes, RJ
<http://lattes.cnpq.br/3823340653193976>

RESUMO: A pandemia do novo coronavírus confinou muitas famílias no espaço doméstico em tempo integral e, com isso, o trabalho doméstico e de cuidados passou a ser centrado, com exclusividade, na unidade familiar. As mulheres destas famílias são, neste contexto, sobrecarregadas, na medida em que suportam com maior intensidade a imposição do trabalho reprodutivo. A partir da experiência de coletivização de cuidados durante a ocupação de uma sala no edifício sede da Petrobras na greve deflagrada pela categoria petroleira em fevereiro de 2020, proponho algumas reflexões acerca dos desafios que a pandemia e a superação de seus efeitos impõem à sociedade, especialmente no que diz respeito à opressão da mulher na divisão sexual do trabalho em tempos de isolamento, a partir da teoria de gênero e da prática de comuns na experiência sul-americana.

PALAVRAS - CHAVE: Coronavírus. Divisão sexual do trabalho. Comuns.

THE CONDITION OF WOMEN IN
CONFINEMENT: CONTRIBUTIONS FROM
THE OCCUPATION OF PETROBRAS
HEADQUARTERS BUILDING DURING
THE OIL WORKERS' STRIKE

ABSTRACT: The pandemic of the new coronavirus has confined many families to the domestic space full-time and, because of this, domestic and care work has become solely focused on the family unit. In this context, women in these families are overburdened, as they support the imposition of reproductive work with greater intensity. Based on the experience of collectivization of care during the occupation of a room in the Petrobras headquarters building during the strike triggered by the oil category in February 2020, I propose some reflections on the challenges that the pandemic and the overcoming of its effects impose on society, especially with regard to the oppression of women in the sexual division of labor in times of isolation, based on gender theory and the practice of commons in the South American experience.

KEYWORDS: Coronavirus. Sexual division of labor. Commons.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, em virtude da pandemia do novo coronavírus, muitas famílias habitam o espaço doméstico em tempo integral, de modo que o trabalho doméstico e de cuidados

– até então compartilhado com empregadas domésticas, creches e outras prestadoras de serviço de cuidado – é agora centrado unicamente na unidade familiar. Neste contexto, mulheres são sobrecarregadas, na medida em que sobre elas recai com maior intensidade a imposição do trabalho reprodutivo.

Em fevereiro de 2020, a categoria petroleira deflagrou movimento grevista e uma das estratégias de luta foi a ocupação do edifício sede da Petrobrás, na cidade do Rio de Janeiro, por cinco diretores sindicais. A greve durou vinte dias e, entre a/os ocupante/s, havia apenas uma mulher. Esta experiência peculiar de confinamento, anterior à pandemia, é capaz de oferecer ferramentas importantes para o debate sobre os desafios que a pandemia e as superação dos seus efeitos impõem à sociedade, especialmente no que diz respeito à opressão da mulher no seio da divisão sexual do trabalho em tempos de isolamento. Isto porque, apesar de relatos dos momentos prévios à ocupação indicarem a diretora como referência no que diz respeito às iniciativas ligadas à reprodução, o período da ocupação não denotou a sua opressão em relação à divisão do trabalho. A isto, atribuímos a existência de uma rede externa que coletivizou o trabalho de cuidado direcionado à/aos ocupante/s.

Para a realização da pesquisa aqui comunicada, que ainda se encontra em fase de desenvolvimento, foram realizadas entrevistas com a/os diretora/es da Federação Única dos Petroleiros envolvidos na ocupação, a fim de traçar uma análise preliminar de como se deu a divisão do trabalho na sala ocupada, a partir da teoria de gênero, com o objetivo de viabilizar, a partir do material extraído do campo, um enfoque especial nas teorias acerca da divisão sexual do trabalho e da prática de comuns dentro da experiência sul-americana.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A referência teórico-metodológica adotada para o desenvolvimento da presente pesquisa é a teoria de gênero. Trata-se de uma categoria que põe em questão a construção social das noções tradicionais sobre homens, mulheres e as possibilidades que lhes são socialmente franqueadas enquanto tais. Neste ponto, é importante considerar a definição de gênero formulada por Scott (2019, p. 67), que indica que

o núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

Na seara das pesquisas sobre gênero, a questão da subordinação das mulheres intriga teóricas/os e militantes já há muito tempo. Ao pensamento feminista, em especial, preocupa entender esta problemática, cuja compreensão se mostra extremamente complexa. Retomando as iniciativas dos movimentos feministas, notadamente da década de 1960, Piscitelli (s.d., p. 2) reforça a questão central de suas pautas: “se a subordinação

da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?”. Apesar das múltiplas vertentes do pensamento feminista, há algo central e comum às abordagens desenvolvidas neste período histórico, no sentido de que todas “consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos” (ibidem). De acordo com a crítica formulada pela autora, contudo, esta subordinação é assumida como algo universal, de modo que estaria presente, portanto, em todos os espaços e períodos históricos.

Souza-Lobo (1991b, p. 8), em artigo que se volta ao estudo do gênero no trabalho, admite se tratar de um “falso problema” a busca pela causa original da subordinação das mulheres. Quanto a isto, pontua a autora:

Isto significa o abandono de uma lógica causal fundada numa estrutura fatalmente determinante, por uma análise compreensiva que constrói significações. Trata-se pois de pesquisar *como* a subordinação das mulheres se construiu historicamente, nas práticas, nas culturas, nas instituições.

No mesmo sentido, Saffioti (1992, pp. 183-184) afirma que é inútil se debruçar sobre a hipótese de ter ou não havido sociedades com dominância feminina em vez da masculina, e sublinha que o que realmente deve impulsionar os estudos é o fato de que “todas as sociedades realmente conhecidas revelam dominância masculina, ainda que esta dominância varie de grau”.

É proposto, assim, um deslocamento do foco, um movimento que leva à investigação da estrutura que presta sustentação à subordinação das mulheres, em vez de prestigiar o estudo das suas fontes históricas em si. Importa saber como se mantém a subordinação muito mais do que dar conta de explicar as suas origens e causas primeiras.

Por estar inserido no debate acerca da divisão sexual do trabalho, a categoria de gênero é especialmente útil ao presente trabalho, porque “a relação de trabalho é um dos muitos locus das relações de gênero” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 11). Assim, a categoria de gênero, tomada na multidimensionalidade que lhe é intrínseca, fornece ao estudo acerca da divisão sexual do trabalho as ferramentas aptas a investigar, além das estruturas, as subjetividades envolvidas no objeto de análise.

O conceito de gênero, amplamente disseminado nas últimas décadas, foi recebido com entusiasmo especialmente pela academia voltada às discussões feministas, por ser considerado “um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria ‘mulher’” (PISCITELLI, op. cit, p. 1), que até então tinha prevalência. Sobre o assunto, são esclarecedoras as ponderações de Piscitelli (ibidem, pp. 7-8):

Na atualidade é comum opor os “estudos sobre mulher” aos “estudos de gênero”. Ao mesmo tempo, ainda é frequente a confusão entre “gênero” e “mulher”. As duas situações são compreensíveis quando se pensa na história do pensamento feminista. Quero dizer que o conceito de gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre “mulher” e compartilhando vários

dos seus pressupostos. Mas a formulação do conceito de gênero procurava superar problemas relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres.

Isto fica claro quando prestando atenção à publicação do ensaio que marcou o pensamento feminista ao introduzir o conceito de gênero no debate sobre as causas da opressão da mulher. Embora o termo gênero já fosse utilizado, foi a partir da conceitualização de Gayle Rubin que este começou a difundir-se com uma força inusitada até esse momento. O ensaio *O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*, publicado em 1975, escrito quando sua autora era uma aluna de pós-graduação, se tornou uma referência obrigatória na literatura feminista.

No marco do debate sobre a natureza, gênese e causas da opressão e subordinação social da mulher, Rubin definiu o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas. Perguntando-se sobre as relações sociais que convertem as fêmeas em mulheres – “a passagem de fêmea, como se fosse matéria prima, à mulher domesticada”, a autora elabora o conceito sistema de sexo/gênero – “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana” – localizando essa passagem no trânsito entre natureza e cultura, especificamente, no espaço da sexualidade e da procriação.

De acordo com a conceitualização formulada por Rubin, portanto, a natureza forneceria às pessoas aquilo que conhecemos como sexo que, ao ser apropriado e significado socialmente tomaria sentido em torno do gênero. Rubin definia, então, o sistema sexo/gênero como “o sistema de relações sociais que transformava a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual são satisfeitas as necessidades sexuais específicas daí historicamente resultantes” (HARAWAY, 2004, p. 223). A grande relevância desta perspectiva, situada no binarismo sexo/gênero e natureza/cultura, é a de categorizar o gênero como um produto histórico, social, e, por este motivo, passível de “ser transformado através da luta política” (ibidem).

Buscando conceituar o gênero, Connell e Pearse (2015, pp. 46-49) iniciam por lembrar o seu uso mais comum, segundo o qual gênero é “a diferença cultural entre homens e mulheres, baseada na divisão entre fêmeas e machos”. Asseveram, por outro lado, que a vida humana não obedece os padrões binários sobre os quais se funda tal definição, de modo que as autoras propõem uma mudança de foco, que seria deslocado das diferenças para as relações. Este enfoque nas relações permite observar “o que a teoria social chama de ‘estrutura’”. Com base nestas considerações, as autoras formulam, então, relevante conceito para gênero, que seria “a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (ibidem).

No contexto da teoria de gênero, utiliza-se em especial o recorte que se volta às possibilidades de uma economia feminista – que “permite compreender as formas específicas de exploração das mulheres e dos corpos feminizados na sociedade capitalista” (GAGO, 2020, p. 143) –, a partir da qual é ampliado o próprio conceito de economia, de modo que seja incluída a divisão sexual do trabalho e superada a oposição entre trabalho produtivo e reprodutivo. Segundo Gago (ibidem), “é preciso situar hoje a pergunta pelo diferencial de exploração como tarefa da economia feminista”, tendo como ponto de partida o trabalho de reprodução, que configura, afinal, “o lugar concreto de início desse diferencial”.

Neste sentido, a partir das experiências de economias populares e práticas de comuns, presentes da obra de Gago (2020), que politizam e coletivizam as tarefas reprodutivas em vez de confiná-las ao lar, é possível pensar alternativas para a superação dos inúmeros percalços opressivos atualmente experimentados pelas mulheres no contexto de isolamento social em virtude da pandemia do novo coronavírus.

Além disso, importa ao presente trabalho o conceito de interseccionalidade, proposto por Kimberlé Crenshaw na virada dos anos 1980 e 1990, embora, mesmo antes deste marco, autoras como Angela Davis, Lélia González, Audre Lorde e bell hooks já formulassem reflexões acerca das diferentes opressões que atravessam a experiência das mulheres (MACHADO, 2019, p. 27). Machado (ibidem) explica o contexto de surgimento do conceito:

O termo foi cunhado diante de um impasse jurídico que inviabilizava a garantia dos direitos das mulheres negras. Como a legislação norte-americana e os documentos de direitos humanos produzidos até então trabalhavam com as ideias de raça/racismo e gênero/sexismo como elementos independentes entre si, era possível garantir direitos relacionados ao primeiro par (para homens negros) e ao segundo par (para mulheres brancas) sem reconhecer a experiência única das mulheres negras enquanto sujeito coletivo.

A categoria da interseccionalidade cunhada por Crenshaw lança luz sobre os entrecruzamentos da raça e do gênero, “abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidade, que podem ‘contribuir para estruturar suas experiências (as das mulheres de cor)’” (HIRATA, 2014, p. 62; CRENSHAW, 1994 apud HIRATA, idem). Autora brasileira que também volta a sua produção intelectual e militância contra o “esquecimento da questão racial” na teoria e na prática feministas, é Lélia Gonzalez, ao reivindicar um “feminismo afrolatinoamericano”, por meio do qual lança luz sobre as problemáticas de gênero, raça e classe a partir de uma perspectiva situada na realidade da América Latina (GONZALEZ, 2018, p. 307-320).

Se, por um lado, é inegável a existência da opressão de gênero suportada pelas mulheres, por outro, não se pode afirmar que haja algo como “um elo comum entre todas as mulheres” (hooks, op. cit., p. 31). Por este motivo, a abordagem interseccional é indispensável a qualquer trabalho que pretenda se debruçar sobre a problemática do gênero, como o presente.

Entendo mesmo que a interseccionalidade é a própria essência da teoria de gênero. Considerando que não há uma mulher passível de apreensão em abstrato, como uma categoria assumida por essência, é imprescindível às pesquisas que se pautam pelo gênero identificar as múltiplas diferenças e opressões que atingem os indivíduos pontual e materialmente observados.

3 | RESULTADOS ALCANÇADOS

A pesquisa foi realizada a partir do trabalho de campo e da análise, com base no arcabouço teórico-metodológico anterior e sucintamente apresentado, dos dados obtidos pela oitiva das pessoas envolvidas na questão social aqui suscitada. Neste sentido, foram realizadas entrevistas com a diretora e os diretores da Federação Única dos Petroleiros que ocuparam a sala de reuniões no Edifício Sede da Petrobras durante o movimento de greve deflagrado em fevereiro de 2020 – isto é, três do total de cinco ocupantes.

Neste trabalho, filiei-me à noção de indispensabilidade da subjetividade na pesquisa social, a partir da perspectiva de que é nela mesma que se encontra o verdadeiro motivo das investigações aqui realizadas. A preocupação com uma pretensa universalidade do conhecimento não pode se sobrepor à importância que as subjetividades têm na produção das ciências sociais.

Interesso-me, neste artigo, pela experiência e pela impressão pessoal dos/as entrevistados/as e, por se tratar de assunto relativo à subjetividade das pessoas, é evidente que não há ninguém mais apto/a a informar do que elas mesmas. Neste ponto, vale destacar o paradoxo trazido por Michelat (1982, p. 197) segundo o qual “é a partir do que há de mais individual e de mais afetivo que vamos tentar alcançar o que é sociológico”. Construir um trabalho sociológico que verse sobre pessoas deve, portanto, passar necessariamente pelas pessoas afetadas, investigando diretamente quem elas são e permitindo que elas se coloquem ativamente na investigação. As entrevistas serviram a este propósito.

Inicialmente, busquei compreender como se deu a preparação para a ocupação então pretendida pela direção da federação. Verifiquei, desta forma, que a expectativa era que a ocupação da sala durasse, no máximo, cerca de sete dias – e não vinte, como de fato ocorreu. Nestes momentos de preparo, a figura da diretora despontou como forte articuladora e organizadora. Todos os relatos deram conta de que ela fez contato com cada um dos demais ocupantes para lembrá-los de levar alimentação e demais artigos necessários para pernoitarem na sala. Parte do relato da diretora narra as perguntas que ela direcionou aos outros diretores quanto a estes cuidados: “Você já pegou uma mantinha? Já pegou um travesseiro? Já pegou as coisinhas que você gosta?”.

E, além disso, o que é mais relevante para o presente estudo, a diretora foi de fato a responsável por garantir, por meio de mensagens de texto ou ligações por ela realizadas, que os demais diretores lembrassem dos cuidados que deveriam tomar ao se equiparem

para a ocupação – antes de sua provocação, um dos diretores, por exemplo, não havia se dado conta de que era importante providenciar cobertores para uso noturno. Quanto a isto, as ponderações da própria diretora, abaixo transcritas:

Esse olhar do preparo, desse cuidado, e daí você vê que isso é um perfil mais feminino, né, nas divisões de trabalho nossa, quem cuida dessa parte sempre, porque é o equivalente ao cuidado do lar, né, fazer a cama, a comida, então não é à toa que fui eu que mais me preocupei com isso.

O que parecia se configurar como um período de forte sobrecarga para a diretora, entretanto, ao longo da ocupação assumiu diferentes contornos. Tanto o relato da diretora quanto os dos demais ocupantes da sala deram conta de que a ocupação transcorreu de maneira que a divisão de tarefas na sala ocupada se deu de maneira orgânica e equilibrada – a cada um, basicamente, cumpria cuidar de seus pertences de uso pessoal e do espaço onde os deixava. Não se vislumbrou, desta forma, uma divisão do trabalho que colocasse a diretora em prejuízo em relação aos demais diretores, como os preparos iniciais inspiraram prever.

Durante o período da ocupação, embora o confinamento se limitasse a uma única sala de reunião, havia outros dois ambientes de uso rotineiro: um vestiário, utilizado para a higiene pessoal, e uma sala para refeições. A alimentação, por sua vez, considerando a impossibilidade de preparo de comida por parte da/os ocupante/s, foi promovida pelos movimentos sociais e funcionários/as da Federação Única dos Petroleiros que prestaram apoio à greve. O grupo da direção que ocupava a sala, portanto, recebia as refeições já prontas, fornecidas pelos coletivos que externamente as preparavam. O vestiário e a sala de refeições, por serem espaços da própria empresa, tinham sua limpeza e manutenção por ela promovidos, de modo que à/aos ocupante/s cumpria apenas o uso pontual.

Esta perspectiva ampliada permite enxergar o modo como a divisão do trabalho, essencialmente reprodutivo, para os cuidados e a subsistência da/os ocupante/s, foi politizada e compartilhada coletivamente. Houve verdadeira rede de apoio externa que desempenhou o trabalho de reprodução e cuidados de que necessitavam a/os ocupante/s.

Apesar de sua curta duração, a experiência de coletivização dos cuidados, observada na ocupação realizada pelas/os petroleiras/os, traz importantes contribuições acerca das possibilidades de superação da perspectiva individual para os trabalhos de reprodução. A pandemia do novo coronavírus, ao confinar famílias e, desta forma, sobrecarregar mulheres já historicamente sobrecarregadas, não deixa dúvida de que a pauta dos cuidados desponta como uma das principais em lutas pelo fim da opressão – em suas várias forças: de classe, de gênero e de raça. A partir do aporte teórico que trata das práticas de comuns pela América do Sul, como estratégias de combate à precarização da vida imposta pelas crises econômicas, a pesquisa aponta, então, a coletivização do trabalho reprodutivo como premissa fundamental em torno de uma sociedade que pretenda dar fim à opressão contra as mulheres.

A análise dos relatos acerca do momento pré ocupação, durante o qual cada ocupante deveria providenciar os seus próprios preparativos, contrasta com o que ocorreu durante o período da ocupação, em que as necessidades de subsistência extrapolaram a preocupação e responsabilidade individuais e foram admitidas por iniciativas coletivas externa à sala onde estavam os diretores. Se, no primeiro momento, a diretora figurou como a pessoa que alertava e aconselhava sobre os cuidados necessários aos demais ocupantes, no segundo momento, essa centralidade da sua figura foi mitigada. É possível vislumbrar, neste ponto, a mudança da carga de trabalho, inclusive mental, da diretora a partir da coletivização do trabalho reprodutivo.

Além disso, reconhecendo os limites do estágio atual da presente pesquisa, destaco a necessidade de aprofundamento deste estudo, de modo que sejam conhecidas e pesquisadas também as iniciativas externas à sala ocupada, no seio das quais foram promovidos os cuidados que foram dedicados à e aos ocupante/s. Com inspiração na prática de comuns, é viável pensar que indivíduos situacionalmente fragilizados – como a diretora e os diretores sindicais ocupante/s da sala – atuem de maneira mais passiva na rede de cuidados coletivizados. Não podemos admitir, por outro lado, que esta condição seja permanente, tampouco que signifique a opressão de outras pessoas – e é historicamente seguro pressupormos que, nesse caso, as pessoas oprimidas seriam mulheres.

Assim, caberá a aprofundamento futuro, com o qual estou comprometida, buscar conhecer como se deu a coletivização externa dos cuidados durante a ocupação da sala da Petrobras, de modo que possamos analisar até que ponto a coletivização verificada na ocupação efetivamente desestruturou ou não a tradicional divisão sexual do trabalho. É preciso, neste sentido, lançar perguntas fundamentais a este campo, tais como: quem deu conta do trabalho de que foram poupados a/os ocupante/s? Ainda: as pessoas que deram conta deste trabalho são pessoas que vivem condições históricas de opressão – mulheres, negras, pobres?

Considero importante anotar, portanto, que a pesquisa seguirá seu curso ampliando o rol de interlocutores, de modo que sejam ouvidas também as pessoas que se engajaram externamente na reprodução da/os ocupante/s da sala, especialmente o grupo de funcionárias/os da federação que estabeleceram os contatos – e eventualmente os contratos – necessários para tanto.

De qualquer forma, desde já, é possível afirmar que, na experiência dos interlocutores que estiveram na sala ocupada a divisão sexual do trabalho não foi uma problemática de relevo, nem mesmo para a única diretora presente. E, ainda, me parece seguro atribuir este fato ao apoio externo que se manteve presente durante todos os dias da greve.

A experiência de confinamento familiar, por seu turno, como verificada em muitos lares em virtude da pandemia do novo coronavírus, aponta na direção contrária, isto é, na sobrecarga das mulheres em virtude da intensificação do trabalho de reprodução. Se, no cenário pré pandemia, o trabalho doméstico e de cuidados era passível de compartilhamento

com empregadas, creches e outras prestadoras de serviço, durante o período de isolamento social, centrou-se unicamente na família. Esta rede externa – que, é importante pontuar, configura possibilidade restrita em geral às famílias de classe média ou alta, de maneira que exclui a experiência da maioria da população brasileira – foi retirada e a consequência foi o deslocamento deste trabalho de reprodução para a responsabilidade das mulheres.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente comunicação trata de pesquisa que se encontra em fase de desenvolvimento e tem importantes etapas ainda a percorrer. Neste ponto, destaco a necessidade de conhecimento e análise de como se deu a experiência aqui estudada a partir da perspectiva externa, dos coletivos e funcionárias/os envolvidas/os nas demandas da ocupação. É fundamental conhecer quem foram as pessoas que promoveram toda a rede de cuidados e reprodução que permitiu à/aos ocupante/s a satisfação de suas necessidades de subsistência, a fim, inclusive, de verificar se a experiência de fato rompe com as lógicas da opressão e da divisão sexual do trabalho ou apenas as reproduz.

Desde já, contudo, considero possível afirmar que a coletivização do trabalho reprodutivo foi necessária à permanência da/os diretora/es da Federação Única dos Petroleiros na sede da Petrobras, e fundamental para que a ocupação tenha transcorrido da maneira pacífica e sem sobrecarregar a única diretora presente na sala.

A partir disto, vislumbro reflexões que apontam para as possibilidades de superação da opressão da mulher a partir de uma economia feminista e da prática de comuns, como estratégias para ultrapassar os efeitos nefastos da pandemia do novo coronavírus na jornada de trabalho doméstico das mulheres.

REFERÊNCIAS

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

HARAWAY, Donna. “**Gênero**” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu, n. 22, 2004: pp. 201-246.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça**: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo soc.* [online]. 2014, vol.26, n.1, pp.61-73.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MACHADO, Bárbara Araújo. Articulando utopias: algumas possibilidades do encontro entre feminismo negro e o marxismo da reprodução social. **Lutas Sociais**, [S.l.], v. 22, n. 40, p. 23-35, dez. 2019. ISSN 2526-3706. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/46647>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MICHELAT, Guy. **Sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia**. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, 1982, pp. 191-212.

PISCITELLI, Adriana. **Re-Criando a (categoria) mulher?** Disponível em: <https://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>. Acesso em: 5 ago. de 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. In: Audre Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 49-80.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho**. BIB, Rio de Janeiro, n. 31, pp. 7-16, 1º semestre de 1991.

CAPÍTULO 6

A PROTEÇÃO INTEGRAL DAS PESSOAS IDOSAS EM TEMPOS DE PANDEMIA POR CORONA VÍRUS: UM ESTUDO A PARTIR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 28/04/2021

Ulisses Campos de Araújo

Universidade Católica do Salvador, Ministério Público do Estado da Bahia.

Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq). Salvador, Bahia
<https://orcid.org/0000-0002-0455-9464>
<http://lattes.cnpq.br/7973424194655697>

RESUMO: Em tempos pandêmicos, cuja mitigação recaiu – em primeiro momento sobre pessoas idosas – a proteção e o acesso à cidadania deveriam estar garantidos e seguindo preceitos dos Direitos Humanos e fundamentais. Neste contexto e com recorte temporal atual, o estudo trata de uma leitura aleatória de Procedimentos Administrativos em curso ou já arquivados em uma das Promotorias de Justiça de Direitos Humanos, na comarca de Salvador, Estado da Bahia durante a Pandemia de Coronavírus, abril de 2020 a abril de 2021. Com revisão de literatura, fontes legislativas e processos como fontes primárias, descritores sobre o biênio e atendimento serão enfatizados, destacando os resultados ocorridos em tempos de crise sanitária, como é descrito em 2020/2021.

PALAVRAS - CHAVE: Direitos Humanos, Pessoas Idosas, Justiça Social, Bahia

SENIOR'S INTEGRAL PROTECTION BY CORONA VÍRUS IN PANDEMIC TIMES: A STUDY IN A HUMAN'S RIGHTS PROSECUTOR'S OFFICE

ABSTRACT: In pandemic times, whose mitigation reflect- in a first moment over seniors- the Protection and the access to cidadany should be guaranteed and following fundamentals and Human's Rights precepts. In this contexto and with an actual time snip, the study is a randomic reading of administratives procedures ongoing or already archived in one of Humans' Rights Prosecutor's Office, in Salvador's county, Bahia's State during Coronavírus, april 2020 to april, 2021. With literature revision, legistlative sources, and procedures as primary sources, descriptors about the biennium and attendance will be emphasized, highlighting the results, in sanitary crisis' times, as it is described in 2020/2021.

KEYWORDS: Human Rights – Elders – Social Justice - Bahia

1 | INTRODUÇÃO

“Já basta que o mundo em que vivemos esteja cheio de privações de diferentes tipos que vão do passar fome a ser-se tiranizado. Mais terrível ainda, seria que não fôssemos capazes de comunicar, replicar ou alterar”.

Amartya Sen, 2011, p. 17.

Em contexto de crise sanitária e pandêmica, desde 2020 e em esfera global, o acesso à justiça e à cidadania foram tomados por ações e normativas diferenciadas, inscritas em “momento de exceção”¹, seja pela autoridade legal², seja pela imprensa em geral. Para a realidade brasileira, apesar de já cinco décadas de construção democrática e de marcos legais-institucionais que consolidem tais esforços, grupos vulneráveis e vulnerabilizados sempre foram foco de preocupação e letras jurídicas.

Quando os olhares firmaram atenção redobrada para pessoas idosas, na conjuntura de crise estrutural, a mitigação e a busca de proteção integral para tal grupo se fez presente e prioridade máxima. Os problemas abissais – aliados à corrupção sistêmica brasileira, uma cidadania de e no papel -, matizam para além de nuances pontuais, as emergências de situações interseccionais (classe, etnia/cor, gênero, territórios e moradias - ou falta delas, etc).

O resultado desse somatório de perversos ambientes e sociais é a injustiça social³ como baliza de um país que distancia os pobres de patamares aceitáveis de sobrevivência.

Permanecem sem saneamento básico, renda mínima, educação de qualidade, atenção à

1 Para combater a pandemia, o Congresso Nacional aprovou Decreto Legislativo n. 6 de 2020, que reconhece a ocorrência de Estado de Calamidade Pública, dispensando o atingimento das metas fiscais desse ano para atender a necessária alocação de recursos públicos para controle do Covid-19. No plano constitucional, as medidas de exceção estão previstas na Constituição da República. Tratam-se do Estado de Defesa (art. 136 da CR) e Estado de Sítio (art. 137 da CR). No caso do Estado de Defesa, a pandemia do Covid-19 poderá ensejar decreto, com implicações aos direitos de reunião, ocupação e uso de serviços públicos. Conforme a redação do § 2º do art. 136 da CR, tal medida poderá ser decretada por período não superior a 30 dias, podendo ser prorrogada. Caberá ao Congresso a apreciação do decreto, podendo rejeitá-lo, implicando na consequente cessação do Estado de Defesa. Já quanto ao Estado de Sítio (art. 137 da CR), medida extremada, apenas poderá ser adotada caso se mostrem ineficazes as medidas tomadas no estado de defesa. Até o presente momento, não há razões que levem à sua decretação, mas há rumores que o Palácio do Planalto estuda a ação. (Rodrigo Valgas dos Santos em internet <https://ibda.com.br/noticia/direito-administrativo-de-excecao-e-covid-19>)

2 Congresso Nacional. Marco legal: Decreto Legislativo n. 6 de 2020. Verbis: “Art. 1º Fica reconhecida, exclusivamente para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.”. Enquanto o Congresso Nacional não prorrogou o Decreto Legislativo n. 06 de 2020, diversos estados, isoladamente, o fizeram, como o estado do Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Movida pelo partido político Solidariedade O Ministro Lewandowski, em decisão monocrática prorrogou o estado de calamidade no âmbito federal, na (ADI) 6625 em internet <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=457989&ori=1>.

O Conselho Nacional do Ministério Público é órgão de controle e fiscalização dos Ministérios Públicos dos Estados e União. “O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) atua em prol do cidadão executando a fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público no Brasil e de seus membros, respeitando a autonomia da instituição. O órgão, criado em 30 de dezembro de 2004 pela Emenda Constitucional nº 45, teve sua instalação concluída em 21 de junho de 2005” (Página Institucional do CNMP, em Internet <https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/o-cnmp/apresentacao>. Acesso em 15 de abril de 2021, 22h22).

3 Percebe-se, com efeito que as desigualdades se manifestam no espaço geográfico do país, expondo a história social, econômica e cultural de cada região, estado ou município. Nos grupos sociais mais vulneráveis (população rural, negros e índios), as desigualdades refletem a exclusão histórica desses grupos, existente até hoje. Para o enfrentamento dessas condições adversas faz-se necessária a identificação e definição não só das necessidades e demandas em saúde, mas também das condições institucionais para viabilização das ações e dos caminhos a serem percorridos — o que inclui a formação adequada dos profissionais de saúde para atuar no SUS e nos seus diferentes níveis — especialmente na atenção básica —, de modo a torná-los capazes de enfrentar os problemas resultantes da pobreza e da desigualdade social tão presentes no cotidiano brasileiro. (COTTA, 2007).

saúde básica e alimentação satisfatória.

Verifica-se, assim, que o Brasil não é um país pobre, mas um país injusto e desigual, com uma elevada concentração de renda, além de iniquidades de inclusão econômica e social. Esta desigualdade no Brasil, e em muitos países da América Latina, apresenta caráter histórico-estrutural — que se estende desde o período da colonização do continente — agravado pelo processo de globalização, que por sua vez ocasionou a dependência econômica dos países centrais, de onde surgem grupos populacionais com alto grau de discriminação, sem acesso ao trabalho e ao consumo, cujos direitos sociais e humanos foram regredindo. Assim, percebe-se que tais direitos não estão enraizados nas relações sociais enquanto valores coletivos. (COTTA, 2007).

Dentre as pessoas mais sofridas por esse ambiente de injustiça social, estão aquelas que dedicaram uma vida, acima dos 60 anos, nas relações sociais, familiares e de convivências múltiplas. Aposentadas, com doenças e co-morbidades, contribuintes ao longo da vida laboral, cuidadoras e provedoras de suas famílias poderiam ser configuradas e descritas como protagonistas.

A preocupação surge da constatação de que 74,7% das mortes registradas por Covid-19 até 13/08/2020 ocorreram em indivíduos com 60 anos ou mais, dos quais 56,4% eram homens. Por exemplo, de acordo com estimativas da autora, aos 60 anos um indivíduo do sexo masculino ainda poderia esperar viver mais 18,1 anos, dadas as condições de saúde vigentes em 2018. (CAMARANO, 2020).

Camarano (2020) mostra o elemento definidor e demonstrativo da renda das pessoas idosas nas famílias. Desde os proventos de aposentadoria (de qualquer fonte) até o Benefício Progressivo Continuado (BPC), em especial, assumem papel estruturante no sustento dos lares, ante o envelhecimento da população. E, sendo dependentes da assistência social, são mantenedores e sustentadores dessas residências, ainda que coexistam com os demais membros da família.

É comum também que a renda dos idosos desempenhe um papel importante na dos domicílios onde moram aqueles com perda de autonomia, mesmo que contem com a presença de filhos, netos ou outros parentes. Mesmo na condição de dependência aportam uma contribuição importante no orçamento destes domicílios, alcançando 73,8% em 2013. Ou seja, por um lado necessitam de ajuda e, por outro, proveem ajuda. Pode-se falar de um sistema de transferências intergeracionais intermediado por políticas públicas.

Em aproximação com Amartya Sen (2011), o embasamento teórico como referencial interdisciplinaridade assinala caminhos sobre ética econômica e justiça social. Temas como desenvolvimento social e pobreza, renda e miséria e desassistência entrelaçam-se a distintos dizeres contidos na Constituição Federal⁴ e no Estatuto do idoso. É nesse

⁴ A Constituição Federal de 1988 (art. 227 e parágrafo 1o.) traduz, por normativa programática uma obrigatória ação de Familiares, Sociedade e Estado para estabelecimento de direitos objetivamente tratados para a Proteção Integral de Crianças e adolescentes. Em seu bojo, direitos como alimentação, educação, cultura, lazer, vida, liberdade e saúde são de mínimos efetivos para seus destinatários. Assim, toda criança deve ter comida, escola, habitação e atenção a

sistema de interseções que se estabelecem dizes sobre pobreza como conceito relativo: ter alguma coisa, porém, menos que o suficiente para o mínimo de segurança alimentar equivale a miséria absoluta em padrões globais. Ou seja, em qualquer lugar, sob qualquer circunstância semelhante onde isso ocorra, o sujeito é miserável. Ocorre que a relatividade dessa situação é confrontada ante a pronta efetividade da Ação Social do lugar e de acolhimento. Ao ser prontamente socorrido e retirado dessa situação, agora o sujeito pode ser pobre, mas, não miserável.

O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los. Para o estabelecimento dos limites de pobreza utilizam-se diferentes enfoques, quer sejam o biológico, o das necessidades básicas ou o dos salários mínimos. O enfoque biológico define a linha de pobreza a partir dos requisitos nutricionais mínimos da dieta alimentar, definindo o valor aproximado para a renda a ser gasta para o atendimento desses requisitos. Por básicas entendem-se necessidades como alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais: água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas. Já o enfoque dos salários mínimos lida com a ideia de que exista um salário mínimo oficial que deve ser uma boa aproximação do montante em dinheiro necessário para o nível de vida mínimo. (CRESPO, 2002).

Em outra vertente, Sen (1999) acrescenta, ademais, “sobre Ética e Economia”:

A riqueza de considerações éticas que poderiam ser importantes tanto para a economia do bem-estar como para a economia do bem-estar como para a economia preditiva é, portanto, muito maior do que tradicionalmente tem sido aceito ou proposto nessas áreas. As restrições impostas pelo “welfarismo” e pelo “consequencialismo”, bem como pelas demandas de decisões racionais estreitamente concebidas, têm tornado muitos tipos de considerações relevantes inadmissíveis na avaliação econômica ou previsão do comportamento (SEN, 1999, p.94).

A conceituação de pobreza é categorizada como “juízo de valor” quando se trata de uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável. O indivíduo expressa sentimentos e receitas, de caráter basicamente normativo, do que deveriam ser os padrões contemporâneos da sociedade quanto à pobreza. Não sua saúde. E, como se vê, a “olho nu”, no Brasil, a realidade é muito diferente. Crianças vivem nas ruas, abandonadas, famintas e exploradas. Sem educação e sem condição de educar-se. Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

leva em conta uma situação social concreta, objetivamente identificável, caracterizada pela falta de recursos. Tal enfoque não esconde sua fragilidade, embora seja bastante óbvio que mesmo uma conceituação objetiva da pobreza não se furta à presença de algum juízo de valor. (CRESPO, 2002).

O Congresso Nacional discute, há mais de 10 anos, para aprovar a chamada “PEC da Felicidade”⁵, de autoria do Senador Cristovão Buarque. A PEC (Proposta de Emenda à Constituição), tem por objetivo, incluir na Constituição Federal a busca pela felicidade por todo indivíduo. No entender do legislador os chamados “direitos sociais” são essenciais para que a pessoa conquiste a felicidade.

Inicialmente, por erro da grande imprensa, o projeto foi considerado uma galhofa, uma brincadeira, por seu enunciado. Mero engano. Nela, propõe o Senador, que a educação, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados integra direitos sociais, essenciais à busca da felicidade.

A justificativa da PEC, informa que a busca da felicidade individual pressupõe a felicidade coletiva e, completa, uma sociedade mais feliz é uma sociedade mais bem desenvolvida em que todos tenham acesso aos serviços básicos públicos de saúde, educação, lazer, previdência social, cultura e outros (PEC 19, 2010).

Uma pessoa que teve uma vida de infortúnios, com pouquíssimas oportunidades e quase sem esperança, pode conformar-se mais facilmente com as privações do que outras que foram criadas em circunstâncias mais afortunadas e abastadas.

A Economia, como ciência que utiliza a matemática aplicada não deixou despercebida essa variável de felicidade, porém como outro nome: Bem-Estar. E, a partir das doutrinas do *Welfare* e *Laissez-Faire*, compreende o bem-estar como utilidade para os indivíduos e com resultados para o coletivo. Dessa maneira, pessoas mais satisfeitas podem refletir uma sociedade mais satisfeita. A limitação dessas teorias esbarra justamente nos anseios individuais em detrimento do anseio coletivo.

Julgar o bem-estar de uma pessoa exclusivamente pela métrica da felicidade ou satisfação de desejos tem algumas limitações óbvias. Essas limitações são particularmente prejudiciais no contexto das comparações interpessoais de bem-estar, pois o grau de felicidade reflete o que uma pessoa pode esperar e como o “trato” social se afigura em comparação com essa expectativa (SEN, 1999, p. 61).

A problemática está em se valorar pequenas satisfações de quem pouco ou nada tem, diante da riqueza que se produz. Aos que pouco ou nada tem, a mediocridade de serviços públicos, sua inadequação e sua linearidade, a expressão qualquer coisa pode ter muito significado.

5 Proposta de Emenda à Constituição No. 19-Altera o artigo 6º da Constituição Federal para incluir o direito à busca da Felicidade por cada indivíduo e pela sociedade, mediante a dotação pelo Estado e pela própria sociedade das adequadas condições de exercício desse direito.

Sentir prazer com pequeninos deleites e conseguir suprimir o sofrimento intenso diante da necessidade de continuar a sobreviver, mas seria eticamente um grande erro atribuir um valor correspondentemente pequeno à perda de bem-estar dessas pessoas em razão de sua estratégia de sobrevivência. O mesmo problema surge com a outra interpretação de utilidade, ou seja, a da satisfação de desejos, pois as pessoas desesperadamente carentes não têm coragem de aspirar a muita coisa, e suas privações são abafadas e anestesiadas na escala de satisfação de desejos (SEN, 1999, p. 62).

Crianças e adolescentes carentes brasileiras, são estimuladas em uma sociedade do espetáculo (DEBORD, 2003) a um consumo de coisas, aparentemente importantes a elas e, quando frustradas, sofrem. Seu sofrimento pode ser assimilado ou cooptado e, nesse caso, o apoio do tráfico de entorpecentes (Brasil) é imediato. Pouco lhes é dado e pouco lhes é oferecido, sem que se precise que este valor pode significar o resultado entre sua vida e a morte.

Também os idosos. Após uma vida de trabalho e de muitos esforços (lembrando que os idosos acima de 60 anos atravessou o período da ditadura militar que, nascida em 1964, arrefece em 1985, inclusive com enfrentamento daquela que o economista Stephen Kanitz chama de “Década Perdida”, em forma de livro-ensaio “O BRASIL QUE DÁ CERTO Novo Ciclo de Crescimento 1994-2005” (KANITZ, 1994. Nas décadas seguintes, houveram avanços, mas, ainda com problemas estruturais nas assistências a esse público. Nesse contexto, o Estatuto do Idoso, como marco legal, estabelece um programa econômico, social e assistencial como sujeitos de direitos.

O estudo trata de uma leitura aleatória de Procedimentos Administrativos em curso ou já arquivados em uma das Promotorias de Justiça de Direitos Humanos, na comarca de Salvador, estado da Bahia. São procedimentos⁶ iniciados no ano de 2020 (no mês de abril, portanto no início *oficial* da pandemia por Corona Vírus em escala mundial)⁷.

A partir desse dia, o Ministério Público da Bahia instituiu o Ato Normativo Portaria 519/2020, de 13/03/2020, que teve a formatação voltada exclusivamente para dar direcionamento ao funcionamento da Instituição durante esse período. Nesse momento,

6 Procedimento Administrativo é um instrumento de processo (com notável semelhança), formado a partir de decretação de uma *Portaria* (por sua vez um ato declaratório de que o procedimento está iniciado, com narrativa do que se trata e das providências que serão adotadas. A Resolução 174 de 04 de julho de 2017, no artigo 8o. diz a natureza jurídica e a finalidade do Procedimento: “Art. 8º O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim”. Diz ainda em quais situações o procedimento deve ser instaurado e apresenta um rol, que se não é taxativo ou exaustivo é, ao menos, indicativo de quais situações deve ser o procedimento proposto pela Promotoria de Justiça (artigo 8o. I –acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado; II –acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; III –apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis; IV –embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil. Parágrafo único. O procedimento administrativo não tem caráter de investigação civil ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico. E, em seu artigo 9o. A citada Resolução mostra ainda a forma de instauração do procedimento e a aplicação de princípios do Direito Administrativo Brasileiro: Art. 9º O procedimento administrativo será instaurado por portaria sucinta, com delimitação de seu objeto, aplicando-se, no que couber, o princípio da publicidade dos atos, previsto para o inquérito civil. (Resolução 174, de 4 de julho 2017. Brasília: CNMP. Disponível em <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Resolucoes/Resolucao-174-1.pdf>(permitimo-nos grifar).

7 Oficialmente, no Brasil, o estado de Pandemia foi declarado em, e, no Estado da Bahia, no dia, pelo Decreto do Governador da Bahia, Ruy Costa e pelo Prefeito Municipal de Salvador, ACM NETO, no Decreto Municipal.

ainda novo para boa parte da população, não se poderiam apresentar previsões do quanto poderia ocorrer em face do desconhecimento geral sobre a Pandemia.

No Brasil, os primeiros casos foram associados às classes economicamente favorecidas, devido às viagens internacionais, as quais se infectavam e, posteriormente, retornavam ao país. De acordo com o Ministério da Saúde, o primeiro caso de brasileiro infectado foi notificado no dia 26 de fevereiro de 2020 em um paciente que havia retornado recentemente de uma viagem à Itália.

Na periferia, os relatos foram de empregadas domésticas, motoristas de aplicativo, entregadores de alimentos que, em contato com aqueles que viajaram, se infectavam e levavam para suas casas. As pessoas de baixa renda, moradoras em bairros periféricos de Salvador, estão expostas à doença pelo fato de trabalharem nos locais mais nobres da cidade, onde há o maior percentual de pessoas infectadas pelo SARS-COV-2. (ESTRELA, 2020).

Na Bahia, o município de Salvador, através da Nota Técnica Nº 04/2020, orientou sobre a forma de facilitar o acesso das pessoas em situação de rua aos cuidados de saúde frente a pandemia do COVID-19. Esta norma orienta a respeito do acolhimento, da definição do caso, notificação, diagnóstico, manejo clínico, acompanhamento em Unidade de Acolhimento ou domiciliar, ações sobre o Consultório de Rua e medidas de prevenção e controle. Em caso de haver a necessidade de isolamento social, a equipe que acolheu este paciente fica responsável pela identificação de um possível domicílio no qual possa repousar. Também deve obter contato telefônico e endereço, a fim de garantir o seguimento do tratamento/cuidado. Caso não exista um domicílio é necessário que haja um contato com o serviço de Abordagem Social, a fim de regular o caso para o auxílio-moradia. (ESTRELA, 2020).

Nesse contexto, novo em realidade, as Instituições de apoio e defesa da Sociedade, em especial o Ministério Público Brasileiro, cuja missão precípua encontra-se no artigo 129 da Constituição Federal⁸, não poderia a elas renunciar sem que fizesse o devido enfrentamento. Nesses enfrentamentos foram determinados atos ordinatórios alusivos a Pandemia, bem como a criação de GT's (grupos de trabalho) com destinação exclusiva 8 **Art.129.**São funções institucionais do Ministério Público:I-promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;II-zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; III-promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;IV-promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;V-defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;VI-expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;VII-exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;VIII-requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;IX-exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.§1ºA legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.§2ºAs funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

de análise e monitoramento das questões envolvendo demais órgãos públicos (e com eles irmanados) e Promotorias de Justiça na capital e interior. Diversos documentos de caráter informativo e relatoriais foram expedidos e recebidos, principalmente Recomendações aos outros setores governamentais e privados envolvidos nos aspectos de segurança sanitária, alimentar e de acolhimento.

O Grupo de Defesa das Pessoas Idosas e com Deficiência (GEIDEF), era, naquele momento, um aglomerado composto de 05 (cinco) Promotorias de Justiça, que integrava o complexo de demais Grupos e Promotorias de Direitos Humanos, sob o apoio do CAODH-Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Direitos Humanos do MPBA. A partir das tratativas do CAODH (como elemento de ligação com a Procuradoria-Geral de Justiça) e da observação das diretrizes gerais emanadas da Administração Superior do Ministério Público (Atos Normativos) o GEIDEF, por suas Promotorias de Justiça representadas, reuniu-se, de maneira virtual, para também emitir seus atos de fiscalização (a exemplo da Recomendação conjunta N.05 de 2020) e acompanhamento das Instituições de Longa Permanência (ILPI'S) e Instituições de apoio e acolhimento de pessoas com deficiência, o que foi efetivamente feito⁹.

Em março de 2021, atendendo a determinação do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, a Administração superior do Ministério Público extinguiu o GEIDEF e apresentou nova denominação às suas Promotorias. A Terceira Promotoria de Direitos Humanos- 2º. Promotor de Justiça, à época era denominada 14ª. Promotoria da Cidadania. Essa Promotoria era e ainda é composta de um Promotor de Justiça e um assessor jurídico e tem como suporte administrativo uma Secretaria Processual Geral (um organismo de apoio burocrático formado por servidores do Ministério Público, sendo 01 supervisor e demais assistentes administrativos) que serve a todas as demais Promotorias ex-integrantes do GEIDEF.

De imediato, no início, todas as Promotorias de Justiça do GEIDEF encontram-se, fisicamente, instaladas no prédio do Ministério Público da Bahia no bairro de Nazaré, no andar térreo. Todas essas Promotorias eram não digitais, com todo o seu acervo em procedimentos físicos, na forma de processos impressos em papel e capa.

Seu controle, no entanto, já poderia ser realizado (nessa fase ainda temos como recorte o mês de abril de 2020) pelo sistema de integração de dados do Ministério Público

9 RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N° 001/2020 Recomenda às Secretarias de Saúde Estadual e dos municípios de Salvador e Madre de Deus/BA, bem assim às respectivas estruturas de Vigilância Sanitária, que editem normas sobre o enfrentamento da doença COVID-19 para orientação de gestores e profissionais de Instituições de Longa Permanência para Idosos -ILPI's, em respeito ao disposto na Lei n° 10.741/2003. RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N° 002/2020 Recomenda às Instituições de Longa Permanência para Idosos -ILPI's situadas nos municípios de Salvador/BA e de Madre de Deus/BA a adoção de providências para o enfrentamento da doença COVID-19, em respeito ao disposto na Lei n° 10.741/2003. RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N° 03/2020 -3ª PJC/10ª PJC/14ª PJC/18ª A DEATI-DELEGACIA DE DEFESA DOS IDOSOS DE SALVADOR. RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N° 04/2020 -3ª PJC/10ª PJC/14ª PJC/18ª PJA A DELEGACIA CIRCUNSCRICIONAL DE MADRE DE DEUS-BA. RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N.º 05/2020 -3ª PJC/10ª PJC/14ª PJC/18ª PJA A SEMPRE SALVADOR. RECOMENDAÇÃO CONJUNTA NO. 06/2020 À SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA -SEMPRE

da Bahia chamado de IDEA (sistema integrado de informações do Ministério Público da Bahia). Esse sistema - subutilizado dado a sua potencialidade – servia como elemento de controle da movimentação dos procedimentos com informações tanto para o público em geral, tanto para os demais departamentos do Ministério Público, inclusive a Corregedoria Geral (órgão de orientação e correição das Promotorias de Justiça). No entanto, com o decorrer do estado de Pandemia, a Procuradoria-Geral de Justiça, através do Ato 002/2020¹⁰,

10 ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 002/2020 Dispõe sobre a implantação do procedimento extrajudicial eletrônico e sua gestão documental no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia. A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E A CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia, CONSIDERANDO que o regime de progressiva implantação da gestão documental dos procedimentos eletrônicos, instituído por meio do Ato Normativo nº 013/2018, estabeleceu a implementação do procedimento extrajudicial eletrônico no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia; CONSIDERANDO que as atividades de atuação finalísticas devem ser cadastradas no Sistema Integrado de Dados, Estatística e Atuação (IDEA), instituído por meio do Ato Normativo nº 022/2016; CONSIDERANDO que foi instituída no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia a assinatura eletrônica de documentos produzidos por membros e servidores, por intermédio de ferramenta disponibilizada no Sistema Integrado de Dados, Estatística e Atuação (IDEA), conforme Ato Normativo nº 015/2018; CONSIDERANDO que foi instituído, em caráter oficial, o envio e recebimento de mensagens de correio eletrônico como procedimento formal de comunicações internas, da área finalísticas, por meio do Sistema Integrado de Dados, Estatísticas e Atuação (IDEA), disciplinado pelo Ato Normativo nº 022/2016. CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar e uniformizar a rotina de trabalho das Procuradorias/Promotorias de Justiça com os procedimentos extrajudiciais eletrônicos; CONSIDERANDO a Tabela de Temporalidade de Documentos das áreas institucional, finalística, Corregedoria e Secretaria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia, aprovada por meio da Portaria nº 306/2015, RESOLVEM: TJBA –DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO –Nº 2.587 -Disponibilização: sexta-feira, 27 de março de 2020 Cad. 1 / Página 655 DA ADESÃO AO PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL ELETRÔNICO Art. 1º. O procedimento extrajudicial eletrônico finalístico caracteriza-se pela existência de autos virtuais, com tramitação exclusivamente eletrônica. É o procedimento sem papel, em que os atos procedimentais, como representações, despachos, decisões e votos, são praticados, comunicados, armazenados e disponibilizados por meio eletrônico, e se aplica aos procedimentos extrajudiciais do Ministério Público previstos nas Tabelas Unificadas do Conselho Nacional do Ministério Público e outros, conforme permitido no IDEA. §1º. A implantação do procedimento extrajudicial eletrônico pela Promotoria de Justiça, enquanto não instituída a sua obrigatoriedade, dependerá de prévia manifestação do membro e autorização da Procuradoria-Geral de Justiça. §2º. Autorizada a implantação, os novos procedimentos extrajudiciais deverão, obrigatoriamente, ser cadastrados, distribuídos e ter sua tramitação de forma exclusivamente eletrônica, utilizando o Sistema Integrado de Dados, Estatística e Atuação (IDEA). §3º. O ato de autorização da Procuradoria-Geral de Justiça da adesão ao procedimento eletrônico definirá acerca da conversão, ou não, do acevo físico em formato digital. §4º. Os procedimentos extrajudiciais eletrônicos serão identificados pelo símbolo localizado ao lado esquerdo do nº IDEA. DO RECEBIMENTO E DA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FÍSICOS Art. 2º. Os procedimentos extrajudiciais físicos de origem interna ou externa, recebidos pelos órgãos do Ministério Público que tiverem implantado o procedimento extrajudicial eletrônico, deverão ser digitalizados, inseridos e movimentados no IDEA. Art. 3º. Os documentos em papel recebidos pelo MPBA serão convertidos para o meio eletrônico e restituídos ao interessado, exceto quando não possa ser restituído por força de legislação específica ou, a critério do membro, deva ser preservado por conveniência da instrução probatória, conforme Tabela de Temporalidade do Ministério Público do Estado da Bahia, ou, no caso de ajuizamento de ação, no prazo do § 3º, artigo 11 da Lei 11.419/2006. §1º. O processo de digitalização deverá ser realizado de forma a manter a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digital. §2º. Na hipótese de ser impossível ou inviável a digitalização do documento recebido, este ficará sob a guarda do órgão/unidade, com a devida certificação nos autos, sem prejuízo do trâmite do procedimento no formato eletrônico. Art. 4º. O documento digital e a sua reprodução, em qualquer meio, realizada de acordo com o disposto na legislação específica, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito. Art. 5º. Os arquivos de áudio e vídeo produzidos na instrução do procedimento extrajudicial pelo membro serão registrados em termo próprio. Parágrafo único. Os arquivos de áudio e vídeo serão inseridos nos autos do procedimento eletrônico mediante termo de juntada assinado eletronicamente pelo responsável do ato. Art. 6º. Os documentos assinados por terceiros, tais como termo de ajustamento de conduta, termo de audiência, termo de declaração, deverão ser digitalizados e inseridos no sistema. O original deverá ser preservado pelo seu detentor, conforme Tabela de Temporalidade do Ministério Público do Estado da Bahia, ou, no caso de ajuizamento de ação, no prazo do § 3º, artigo 11 da Lei 11.419/2006. Art. 7º. Nas hipóteses de declínio de atribuição, no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, os documentos recebidos ou produzidos,

estimulou que fosse realizada a digitalização de todos os procedimentos administrativos no âmbito das Promotorias, o que ocorreu com todas as Promotorias do GEIDEF ainda no ano de 2020. Em abril de 2020, a terceira promotoria de direitos humanos, segundo promotor, tinha um acervo não digitalizado de 115 (cento e quinze) procedimentos.

A problemática deste trabalho é a localização, discriminação e análise de procedimentos administrativos, originados por notícias de fato (essa formulação é o que chama a grande imprensa e a colloquialidade de *denúncia*, termo impróprio tecnicamente, pois que essa denominação é exclusiva de uma peça processual penal que dá início a um processo penal e, que, também pode ser chamada, mais uma vez, de maneira imprópria de *queixa*, que também se trata de uma peça inaugural de um processo penal, mas, que dessa feita, dá início a uma ação penal privada) onde, uma vez recebidas e deferidas, foram autuadas (transformadas em procedimento) e investigadas pela Promotoria de Justiça.

A integralidade dessas notícias de fato são trazidas ao MP de muitas formas: por via preservados por conveniência da instrução probatória, ou por força de legislação específica, deverão ser encaminhados imediatamente ao órgão ministerial de destino, com os devidos registros no sistema IDEA. §1º. Se o órgão destinatário suscitar o conflito, este preservará a guarda dos documentos eventualmente recebidos até a sua resolução. §2º. Se fixada a atribuição ao órgão de execução suscitado caberá a este, ao tomar ciência da decisão, solicitar a devolução dos documentos eventualmente enviados. §3º. Nas hipóteses de declínio de atribuição, fora do âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, os documentos recebidos ou produzidos, preservados por conveniência da instrução probatória, ou por força de legislação específica, deverão ser encaminhados imediatamente ao órgão ministerial de destino, ou ao Conselho Superior quando submetido ao seu referendo, com os devidos registros no sistema IDEA. TJBA –DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO –Nº 2.587 –Disponibilização: sexta-feira, 27 de março de 2020 Cad. 1 / Página 656 DAS COMUNICAÇÕES/REQUISIÇÕES/SOLICITAÇÕES Art. 8º. Nas requisições e solicitações encaminhadas a órgãos, entidades, pessoas jurídicas e/ou pessoas físicas, o membro deve recomendar que a resposta seja efetuada, preferencialmente, na forma digital, por meio de dispositivos de armazenamento de dados, ou via e-mail institucional, dentre outros meios destinados ao protocolo eletrônico de documentos. DA ASSINATURA ELETRÔNICA Art. 9º. Os documentos produzidos ou juntados deverão ser assinados eletronicamente por meio da ferramenta disponível no IDEA, mediante uso de login e senha pessoal, terão validade para todos os efeitos legais, e poderão ter sua autenticidade verificada através de link contido nas suas páginas. Parágrafo único. Na impossibilidade de utilização da assinatura eletrônica pelo usuário, os documentos poderão ser assinados em meio físico, hipótese em que deverá ser providenciada sua digitalização e inserção nos autos digitais, mediante utilização de assinatura digital própria, certificando o ocorrido nos autos. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA E DA PRÁTICA ELETRÔNICA DE ATOS Art. 10. Os atos praticados por meio eletrônico serão considerados realizados no dia e hora de sua inserção no IDEA. Art. 11. O registro de qualquer expediente no IDEA deverá ser realizado com a indicação precisa dos seus dados, observando a respectiva classificação taxonômica de classes, assuntos e movimentos, conforme Tabela Unificada do Ministério Público. Art. 12. O órgão do Ministério Público deverá organizar seu arquivo dos documentos físicos, digitalizados e insuscetíveis de digitalização, e determinar o local de guarda, o tempo de descarte dos objetos arquivados, entre outras ocorrências específicas, respeitando a lei, os atos e as resoluções que regulamentam a gestão documental da área finalística do Ministério Público do Estado da Bahia. DA REMESSA DOS AUTOS AO CONSELHO SUPERIOR Art. 13. O procedimento extrajudicial eletrônico quando remetido ao Conselho Superior do Ministério Público preservará sua tramitação em meio eletrônico. REMESSA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA QUE AINDA NÃO IMPLANTOU O EXTRAJUDICIAL ELETRÔNICO Art. 14. A remessa de procedimento extrajudicial eletrônico a órgão de execução do Ministério Público que não tenha aderido ao extrajudicial eletrônico será feita mediante movimento de encaminhamento ao órgão interno destinatário, registrado no sistema IDEA, sendo imprescindível o envio, por meio físico, de ofício, acompanhado da capa do procedimento. Parágrafo único. O procedimento extrajudicial eletrônico recebido por órgão sem tal implantação passará a tramitar em formato físico. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 15. O Sistema Integrado de Dados, Estatística e Atuação (IDEA) será utilizado para tramitação e gerenciamento dos procedimentos físicos e eletrônicos. Art. 16. Os órgãos do Ministério Público envolvidos na virtualização dos procedimentos deverão ter a sua disposição equipamentos de apoio para digitalização de documentos. Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradoria Geral de Justiça. Art. 18. Este Ato Normativo Conjunto entra em vigor na data de sua publicação. GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 26 de março de 2020. NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI Procuradora-Geral de Justiça ZUVAL GONÇALVES FERREIRA Corregedor-Geral

eletrônica (narradas em e-mail, por aplicativos, em redes sociais do Ministério Público, pela Ouvidoria, mais raramente, pela Corregedoria, pelos serviços federais de comunicação de fatos atentatórios aos Direitos Humanos, em especial os chamados “disque denúncia” ou “disque 100” (onde os cidadãos, por si ou por terceiros, narram fatos que ocorreram ou ocorrem sobre violação de direitos humanos disponibilizando dados que sejam suficientes para a investigação do dito fato).

A metodologia, por sua vez, é qualitativa e quantitativa, com o estudo aleatório de cerca de 3% (três por cento) dos procedimentos iniciados na Promotoria no período compreendido entre 01 de abril de 2020 e 30 de abril de 2021, ou seja, 02 (dois) procedimentos (foi necessário realizar a aproximação técnica), considerando-se o total de 66 (sessenta e seis) procedimentos no período.

A problematização busca produzir um “retrato” (um descritivo) dos procedimentos administrativos investigatórios iniciados na Promotoria nesse período (01 de abril de 2020 e 30 de abril de 2021). A ideia é coletar dados nos procedimentos e, a partir deles traçar um perfil dos idosos que necessitam de apoio do Ministério Público, revisar as vulnerabilidades que tenham como causa o apontamento de demais atores que possam ter relação direta de convivência com o idoso, ou de laços afetivos (familiares e afins), ainda que não convivam na mesma residência. Além disso, faz uma leitura dos atos ordinatórios e decisórios do procedimento (análise dos dados), com documentos possíveis disponibilizados. Por preceito ético moldura a omissão de nomes e dados de possível identificação dos envolvidos.

2 | PESSOAS IDOSAS E A PANDEMIA DA COVID-19

Uma das faces da Pandemia de Covid-19 é a agressividade aos grupos mais vulneráveis, e, entre eles, os idosos. No início do período de submissão da doença, a população idosa demonstrou ser a mais exposta e passível de desenvolvimento da doença, inclusive com óbito. O desafio de Hospitais, Centros de Atendimento de Saúde Básica e Instituições de Longa Permanência (com maior destaque a esses últimos) foi a tomada de decisões de medidas preventivas para preservação da vida dos idosos, principalmente por conta dos cuidados depreendidos em razão das suas limitações e dependência de outras pessoas, sejam cuidadores ou parentes.

A atual pandemia da COVID-19 tem afetado desproporcionalmente as populações mais velhas. As atuais transições demográficas e epidemiológicas na Região exigem mudanças na maneira como tratamos e respondemos às necessidades das pessoas idosas, especialmente em emergências. A pandemia da COVID-19: enfatizou as necessidades e vulnerabilidades das pessoas idosas em relação ao seu direito à saúde; tem apresentado taxas de mortalidade mais altas em pessoas idosas com comorbidades e comprometimento funcional; e expôs a fragilidade dos sistemas de saúde para apoiar as pessoas idosas e considerar suas necessidades específicas, entre outras. O desafio da pandemia é proporcionar uma abordagem

diferenciada e intervenções adequadas às pessoas idosas, que considerem a diversidade de estados funcionais e características de saúde específicas dessa população, e não apenas a idade cronológica. Este momento pode se transformar em uma oportunidade única de garantir que as mudanças necessárias sejam implementadas, para que nossa sociedade e instituições ofereçam às populações idosas a transformação necessária em seus cuidados, para que possam alcançar uma vida mais longa e saudável. (OPAS, Organização Pan-Americana de Saúde), em internet <https://www.paho.org/pt/topicos/envelhecimento-saudavel/covid-19-e-pessoas-idosas>.

Foi evidente que a adaptação a essa realidade, por mais urgente que se fizesse, foi se consolidando à medida em que mais se aprendia sobre a doença e sobre o vírus e, isso fez nascer “manuais”, “termos de orientação” e adaptação da legislação vigente.

A pandemia da COVID-19 afetou desproporcionalmente os idosos, principalmente aqueles que vivem em instituições de longa permanência. Em muitos países, as evidências mostram que mais de 40% das mortes relacionadas à COVID-19 foram ligadas a instituições de longa permanência, chegando a 80% em alguns países de alta renda. Além disso, nas instituições de longa permanência, a taxa de letalidade de residentes com COVID-19 pode ser maior do que na população da mesma idade que vive fora de instituições de longa permanência. Os residentes de instituições de longa permanência frequentemente enfrentam alto risco, baixas medidas preventivas e recursos inadequados para se recuperar da COVID-19, bem como acesso reduzido a serviços essenciais de saúde em um contexto no qual os sistemas de saúde se deparam com restrições durante o surto da COVID-19. Além disso, o impacto da COVID-19 foi alto nos prestadores de serviços de assistência de longa permanência, em instituições de longa permanência e em outros locais. Um estudo de 2020 do Escritório de Estatísticas Nacionais do Reino Unido sobre mortes e atividade profissional constatou que a força de trabalho de assistência social tinha uma taxa de mortalidade significativamente aumentada associada à COVID-19. Até agora, a COVID-19 afetou desproporcionalmente as instituições de longa permanência. No entanto, é necessária uma ação conjunta para mitigar o impacto em todos os aspectos da assistência de longa permanência, incluindo cuidados domiciliares e comunitários, uma vez que a maioria dos usuários e prestadores de cuidados são aqueles que são vulneráveis à COVID-19 grave. As ações de resposta para a assistência de longa permanência serão uma das etapas fundamentais e essenciais para mitigar a pandemia da COVID-19 em muitos países. Somente abordando a assistência de longa permanência os países poderão realmente incluir todas as pessoas na resposta à COVID-19. (OPAS, 2020).

Dentre tantos efeitos produzidos pela Pandemia no cotidiano das Instituições de Longa Permanência, talvez o mais emblemático seja o controle ostensivo e rígido de visitas de parentes e amigos de residentes. Se, em tempos sem crise, a realidade de preservação e manutenção de vínculos mostra-se com contextos de esgarçamento social, durante a pandemia, o simples controle pôde agravar essa condição.

A institucionalização do idoso conduz a um distanciamento progressivo da família, às vezes resultando no abandono (Silva, Carvalho, Santos, & Menezes, 2007). Entretanto, antes de apenas enumerar críticas a esse *status*

quo, é necessário analisar o contexto familiar no qual o idoso estava inserido anteriormente. Em muitos casos, é melhor que eles vivam sob as regras impessoais de uma instituição total do que em casa com a família. Não se pode desconsiderar a importância das instituições de longa permanência para idosos, afinal eles se tornam um lar, um lugar de proteção e cuidado. Observa-se a necessidade de fiscalização desses locais para que sejam cumpridas as normas mínimas exigidas para o funcionamento adequado (ALVES-SILVA, 2013).

Também foram expressas preocupações em relação aos direitos humanos, tanto na potencial negligência para com a população que depende de (e fornece) assistência de longa permanência, quanto nas medidas adotadas na tentativa de reduzir o risco de infecção (por exemplo, a proibição de visitas e de atividades físicas). É obrigatório que a resposta à pandemia inclua a assistência de longa permanência, de modo que medidas apropriadas e adaptadas sejam implementadas e que sejam abordadas questões específicas para a assistência de longa permanência. (OPAS, 2020).

Em Salvador, a SEMPRES (Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer) é considerada uma das “portas de entrada” no socorro socioassistencial ao idoso em vulnerabilidades (dentre outras pessoas em condições análogas), conforme a sua destinação¹¹. Nesse caminho, é através da SEMPRES SALVADOR que o Ministério Público Estadual efetua o seu contato de intervenção assistencial que se lhe apresentam na forma de requerimentos ou notícias de fato sobre situações que envolvam idosos em vulnerabilidade, em geral, ainda não institucionalizados, sem que esses últimos sejam excluídos.

Em Salvador, o Serviço de Vigilância Sanitária, órgão com responsabilidade preventiva e repressiva no resguardo das ações sanitárias e de saúde pública, integra a Secretaria de Saúde do município, sendo uma de suas subcoordenações, com permissivo legal em recente normativo¹². Também é na página da Vigilância Sanitária de Salvador, que o órgão apresenta uma definição sobre os objetos de sua missão:

Entende-se, por vigilância sanitária, um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.” (Secretaria de Saúde de Salvador, em internet <http://www.saude.salvador.ba.gov.br/vigilancia-sanitaria/apresentacao-2/>, acesso em 14 de abril de 2021, 15h:46).

11 A Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer – SEMPRES tem como finalidade planejar, propor e coordenar a execução da política municipal de assistência social, articular e mobilizar as ações voltadas à promoção da cidadania e à redução e erradicação da pobreza, garantir a manutenção dos direitos e necessidades básicas do cidadão e das pessoas com deficiência, promover políticas de prevenção e combate ao uso de drogas, bem como propor, coordenar e acompanhar a execução das políticas públicas de esportes e lazer. (SEMPRES SALVADOR, em internet <http://www.sempres.salvador.ba.gov.br/quem-somos-2/>, acesso em 14 de abril de 2021, 15h19).

12 LEI N° 9.525/2020 Institui o Código Municipal de Vigilância em Saúde do Município de Salvador.

Nesse contexto, o Código de Vigilância Sanitária autoriza o ingresso dos agentes de fiscalização em qualquer local, inclusive ILPI'S (Instituições de Longa Permanência):

Art. 4º A Secretaria Municipal da Saúde, isoladamente ou em articulação com os demais órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, atuará de forma a zelar pela saúde e bem-estar da coletividade.

Parágrafo único. Na ocorrência de calamidades públicas, a Secretaria Municipal da Saúde promoverá a utilização de todos os recursos e meios disponíveis para a prevenção de agravos e controle de epidemias.

Art. 9º A Autoridade Sanitária Municipal poderá ingressar em todos os locais sujeitos à fiscalização, públicos ou privados, municipais, estaduais ou federais, quando no exercício de suas atribuições, observados os limites legais, podendo utilizar-se de todos os meios necessários à avaliação sanitária, incluídos os recursos audiovisuais.

Art. 11. As ações da Vigilância em Saúde compreendem: I- a utilização das informações em saúde com a produção de análises que subsidiem o planejamento, o estabelecimento de prioridades e estratégias, o monitoramento e a avaliação das ações de saúde coletiva; II- a detecção oportuna e adoção de medidas adequadas para a resposta aos eventos e às emergências de saúde pública; III- a vigilância das doenças transmissíveis. (LEI DO MUNICÍPIO DE SALVADOR, Nº 9.525/2020).

O Ministério Público Estadual, através de suas Promotorias de Defesa de Pessoas Idosas, realizava suas inspeções em instituições de longa permanência de forma individualizada, sem um cronograma pré-estabelecido, mas, em cumprimento a determinação do CNMP que emitiu Resolução nesse sentido. No entanto, ante a situação sanitária emergencial, foi emitida Recomendação pelas Promotorias de Justiça, para os órgãos sanitários (Secretarias de Saúde, principalmente) com vistas a atenção a esses locais. Apesar do conceito misto em Proteção Integral aos Idosos (em ações coletivas e individuais indisponíveis), as ações individuais sempre consumiram o maior volume de recursos e tempo ante às crescentes violações de direitos dessas pessoas, seja por seus familiares ou por terceiros.

A análise dos procedimentos durante a pandemia, demonstrou que essas violações mantiveram uma constância e, fato observado desde anos anteriores, com as fragilidades da rede de apoio imediata em repressão a fatos criminosos, como é o caso da DEATI-DELEGACIA DE ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA, órgão da SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. Essa Delegacia é objeto de Inquérito Civil promovido pela 14ª. Promotoria de Cidadania (hoje, 3ª. Promotoria de Direitos Humanos, 2º. Promotor), mas que não será analisado nesse artigo. Da mesma forma uma ACP (Ação Civil Pública) promovida pela mesma Promotoria contra a SEMPRE SALVADOR, também por recusas em cumprimentos de suas obrigações, em data anterior ao período da Pandemia,

ainda em curso e em sede de *agravo de instrumento*. Tais relações institucionais, não raro são objeto de demandas judiciais, por entendimento de suas missões: em geral, o Poder Público não cumpre ou interpreta de forma divergente do Ministério Público a sua missão legal. Esgotadas as negociações (reuniões, mediações, recomendações) resta o recorrer ao Poder Judiciário para o julgamento da demanda.

Em última razão porquanto é certo que uma demanda judicial é quase sempre longa e desgastante para as partes, mas, por vezes é o único modo encontrado pelo Promotor de Justiça para resolver a questão. Os canais de *notícia* utilizados pelo cidadão para informar e buscar socorro junto ao Ministério Público já foram acima informados, mas, não custa informar: e-mail, telefone, ouvidoria, corregedoria, organismos de denúncia nacional, seja de forma anônima ou de identificação.

3 I ESTUDOS DE CASOS: A PROMOTORIA EM SALVADOR

Todos os casos analisados (02) são do recorte temporal entre 01 de abril de 2020 e 01 de abril de 2021. São de acesso público pelo sistema IDEA do Ministério Público Estadual. No entanto, decidiu-se por omitir nomes, dados e quaisquer identificadores.

CASO 1

Procedimento administrativo iniciado na 14ª Promotoria da Cidadania, onde uma Instituição de Longa Permanência (*omissis*), informa que, em suas dependências, um idoso apresentou quadro de febre (38,7 graus) e diarreia, que, em tempos de pandemia pode ser sugestivo de contaminação por coronavírus. Informou também que a família não autorizou a remoção do idoso para um hospital. O Promotor determinou a instauração de procedimento administrativo por Portaria. O procedimento recebeu um número de identificação de acesso público (o Promotor poderia tê-lo declarado sigiloso, o que faria com que o grande público não o pudesse acessar). O Promotor fez uma breve análise e, entendeu que o caso merecia intervenção da equipe de saúde do estado, município e do Ministério Público, além da própria ILPI.

“PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO IDEA No.(omissis), O Doutor (omissis), Promotor de Justiça titular da 14a . Promotoria de Justiça da Cidadania com atuação no GEIDEF, no uso de uma de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da CF/88 e pelo art. 73, inciso I, da Lei Complementar nº 11/96, instaura o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS com o fito de apurar possível negligência para com o idoso “omissis”. CONSIDERANDO a necessidade precípua de apuração do fato ora narrado, para fins de posterior adoção das providências cabíveis, RESOLVE ADOTAR AS SEGUINTE MEDIDAS COM URGÊNCIA:

- Secretariará o feito servidor sorteado pela SECRETARIA PROCESSUAL;
- Autuação do feito, com a Portaria imediatamente após a capa e devida

atualização no sistema IDEA; c) Publicação de minuta da Portaria de instauração no DJE; d) Oficie-se, por e-mail, a ILPI "(omissis)" (omissis) para que informe quanto as providências já adotadas, independentemente de autorização familiar. Dentre elas: deslocamento imediato para unidade hospitalar; e) Oficie-se também para que a ILPI informe a essa Promotoria o número de idosos lá institucionalizados e, se houve contato prévio com seus familiares, por qualquer meio. f) Oficiem-se às SECRETARIAS DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA E DO MUNICÍPIO DE SALVADOR, requerendo imediata intervenção e adoção de providências; g) Comunique-se, por e-mail, ao GT de combate a COVID-19 desse Ministério Público, bem como a Coordenação de Defesa da Saúde na pessoa de sua coordenadora sobre esse caso e as providências adotadas. h) Tudo acima mencionado com prazo de 20 (vinte) dias para resposta." (PORTARIA DO PROCEDIMENTO IDEA).

Nesse aspecto, o Promotor destacou como urgente, o procedimento (para adoção de suas medidas), determinou a remoção do idoso para uma unidade hospitalar sem a necessidade de anuência da família e, as necessárias informações aos órgãos de saúde do estado e do município. Essas informações foram feitas e remetidas por e-mail a esses órgãos e todas comprovaram o seu recebimento, o que mostra que o serviço de comunicação eletrônica entre os órgãos públicos funciona e trouxeram maior agilidade para suas ações.

Outra observação a ser feita é que, a determinação da forma de agir do Ministério Público já se encontra abrigada na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso:

"Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida." (Constituição Federal de 1988).

Ou seja, a interpretação da defesa do bem-estar e a garantia de vida se sobrepõe à autorização de terceiros, sejam filhos, cuidadores ou curadores. Trata-se de um direito inalienável, ainda no Brasil, indisponível e que não exige maiores discussões. A aparência da determinação ministerial, pode ser, a princípio, autoritária, mas, não se parece com isso.

A comunicação trouxe inúmeras possibilidades de omissão. Seja de caráter sanitário, pessoal ou comunitário, o que mais tarde se constatou foi a contaminação do idoso pelo coronavírus e, a negativa dos parentes (que não foi apurada) se mostrou injusta e aflitiva. Tanto que a determinação do Promotor não evocou maiores equações legais.

Por sua vez, o Estatuto do Idoso, também apresenta dispositivos legais sobre o tema:

"Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade." (Estatuto do idoso. Em internet http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm, acesso em 19 de abril de 2021, 14h41).

Nesse aspecto, o Estatuto do idoso foi detalhista, com previsões de situações de omissão ou negativas dos familiares.

Art. 17. Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.

Parágrafo único. Não estando o idoso em condições de proceder à opção, esta será feita:

I – pelo curador, quando o idoso for interditado;

II – pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil;

III – pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar;

IV – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.

Portanto, de acordo com o artigo 17 do Estatuto, o Ministério Público agiu com a rapidez que a situação exigia, até para que se ouvisse a opinião médica. Se o idoso teve a sua ida ao hospital negada pelos familiares, mostra-se evidenciado que não dispunha de capacidade decisória (pelo menos momentânea). No entanto, o que se tornou determinante para o arquivamento (que é o encerramento do procedimento) foi a resposta da Secretaria de Saúde do Município de Salvador, que apresentou resposta contundente e precisa quanto às providências adotadas.

“Em resposta ao Ofício nº13512020 — 14º PJC/GEIDEF, oriundo do Ministério Público Estadual da Bahia / (SMS/Externo — 145/2020), que requer intervenção imediata e adoção de providências relativamente ao encaminhamento para unidade hospitalar, do idoso (omissis) institucionalizado na ILPI (omissis), contaminado com COVID 19, cumpre-nos esclarecer que esta Diretoria de Atenção à Saúde, através do Campo Temático de Saúde do Idoso, o setor de Epidemiologia e Análise da Informação em Saúde do Distrito de Itapuã, buscou averiguar o fato registrado, e em contato com a enfermeira (omissis) (profissional da ILPI) citada nos anexos do referido ofício. Deste modo, de acordo com informações prestadas, a mesma sinalizou que houve a transferência do idoso para o hospital do Exército, em 06/06/2020 e o mesmo retornou à ILPI em 17/06/2020 apresentando quadro clínico estável. Ademais, segue anexo, encontra-se registro das informações da ILPI, sobre o envio de relatório de alta médica e instrutivos do caso clínico do idoso, para o Ministério Público. Salvador, 28 de julho de 2020. Atenciosamente (omissis) Técnica do Campo Temático Saúde da Pessoa Idosa e (omissis) Coordenadora da Atenção Primária do Município de Salvador. (documento do procedimento IDEA, fls.05).”

Com a leitura do documento, assomam-se outras conclusões: 1) A determinação do Promotor foi cumprida (o idoso foi removido para o hospital do Exército), o que se acredita, ser um militar aposentado daquela força. 2) A constatação de contaminação por COVID-19.3)

A intervenção pontual da Secretaria de Saúde Municipal, com retorno aos pedidos formulados. Assim, a comunicação da Secretaria Municipal de Saúde apresentou fatos que ensejaram o arquivamento do procedimento, ou seja, a sua finalização. E, apresentou por conclusão:

“Essa Promotoria, de imediato, acionou o CESAU, através de sua ilustre coordenadora para que, apoiasse o contato com a SESAB, Secretaria de Saúde do Estado da Bahia para intervenção sanitária que se fizesse necessária, além de apoio a saúde do idoso. Nessa data, foi trazido o e-mail da Procuradoria Geral do Estado narrando das providências adotadas de imediato, com pronta investigação do ocorrido (aparentemente ainda em curso), monitoramento da ILPI, intervenção na saúde do idoso independente da autorização dos familiares, internação do idoso e seu pronto restabelecimento, tudo no processo SEI no. (omissis). Dessa forma, cessa a intervenção do GEIDEF pronto que, em conjunto com a intervenção do CESAU, foram realizados procedimentos necessários a manutenção e cuidados para com a saúde dos idosos. Por outro lado, deve ser instaurado procedimento investigatório quanto as condições de funcionamento da ILPI (se já não houver, o que deve ser visto) em razão do ocorrido. Portanto, baixe-se Portaria nesse sentido.”

CASO 2

Trata-se de um Procedimento Administrativo iniciado por Portaria, por determinação do Promotor de Justiça. Isso significa que a notícia recebida foi analisada e, além dos requisitos mínimos de aceitabilidade, significa que sua narrativa tem verossimilhança.

“PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO IDEA Nº (omissis) O Doutor (omissis), Promotor de Justiça titular da 14a. Promotoria de Justiça da Cidadania com atuação no GEIDEF, no uso de uma de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da CF/88 e pelo art. 73, inciso I, da Lei Complementar nº 11/96, instaura o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS com o fito de apurar possível negligência e maus-tratos perpetrados por (omissis), à sua genitora a idosa (omissis). CONSIDERANDO a necessidade precípua de apuração do fato ora narrado, para fins de posterior adoção das providências cabíveis, RESOLVE ADOTAR AS SEGUINTE MEDIDAS COM URGÊNCIA: a) Secretariará o feito servidor sorteado pela SECRETARIA PROCESSUAL; b) Autuação do feito, com a Portaria imediatamente após a capa e devida atualização no sistema IDEA; c) Publicação de minuta da Portaria de instauração no DJE; d) Cópia do Procedimento com remessa à DEATI para imediata adoção de providências, com comunicação a essa Promotoria no prazo de 20 (vinte) dias; e) Emita-se ofício à SEMPRE para que proceda Relatório Social quanto a situação da

Idosa, em 20 (vinte) dias, com cópia do procedimento; f) Deve o procedimento ser trazido a mesa desse Promotor de Justiça no prazo máximo de vinte e cinco dias. Salvador, 24 de julho de 2020.”

A narradora, identificada como neta, refere-se a outro procedimento de 2013, acrescidos de novos fatos. A redação, apesar de confusa, aponta que um neto a agride contínua e frequentemente. Também ficam descortinadas agressões e abusos vividos pelos idosos que vivem com pessoas ou familiares que usam álcool e outras drogas. Não se ateuve a identificação da relação de convivência entre eles, transparecendo que essa noticiante não residia com a idosa.

“Meu nome é (omissis), venho aqui através desse e-mail pedi ajuda para o processo n 003.0.253424/2013 Referente a agressões psicológicas e mais tratos de uma idosa cujo nome é (omissis), o indivíduo é (omissis), filho da vítima. A idosa tem 83 anos de idade mora na mesma casa que ele sendo que ele é alcoólatra e usuário de drogas, eu sou neta da vítima dei queixas mais não compareci no dia por que o mesmo escondeu as correspondências que encontrei depois nas coisas dele. A casa da idosa é na rua Primero de Setembro, n.35 b primeiro andar, bairro Liberdade, Salvador Bahia. A mesma e o agressor reside no mesmo local, sendo que cada vez mais a vítima na idade avançada está sem forças pra lutar contra o mesmo.”. (PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO MP/BA IDEA Nº 003.9.124993/2020)

A ideia vigente da convivência das pessoas idosas com seus parentes, pode ser até confortante ao se imaginar a situação de abandono e pouca atenção que se lhes possa ser dada em Instituições de Longa Permanência e nos antigos abrigos. No entanto, essa percepção vem mudando ao longo do tempo. As Instituições de Longa Permanência devem se preparar para uma outra realidade: a motivação e autonomia das pessoas idosas como ensejadores de uma melhor velhice.

Na busca de uma melhor qualidade de vida, fruto de um envelhecimento com independência e autonomia, de um envelhecimento saudável e ativo, tem-se investido no desenvolvimento de programas sociais e de saúde voltados para preservação da independência e autonomia, sendo metas fundamentais nas políticas públicas. Como uma estratégia para alcançar tal desafio, destaca-se o Programa de Saúde da Família, desenvolvido nas Unidades de Saúde da Família, sendo apontado como eficiente para atingir medidas de promoção e prevenção da saúde, cuidando de idosos que vivem na comunidade (FERREIRA, 2012).

As experiências de manter o bem-estar e lidar com o adoecimento são constantes na vida de idosos, sendo necessário promover a saúde e estimular comportamentos visando a manutenção da autonomia e o envelhecimento bem-sucedido. O envelhecimento bem-sucedido deve ser considerado como uma condição a ser atingida por quem lida com as mudanças inerentes ao envelhecer. Esse tipo de envelhecimento é mais do que a ausência de doença e a manutenção da capacidade funcional, sendo fundamental a sua combinação com o engajamento ativo e com a vida, o que representa o conceito mais amplo do bom

envelhecer (FERREIRA, 2012).

Para a Anvisa (ano), ILPIs são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania. É comum associar ILPIs às instituições de saúde, apesar de não serem estabelecimentos voltados à clínica ou à terapêutica, apesar de os residentes receberem - além de moradia, alimentação e vestuário - serviços médicos e medicamentos.

Os serviços médicos e de fisioterapia são os mais frequentes nas instituições brasileiras, encontrados em 66,1% e 56,0% delas, respectivamente. No entanto, 34,9% dos residentes são independentes. A oferta de atividades que geram renda, de lazer e/ou cursos diversos é menos frequente, declarada por menos de 50% das instituições pesquisadas. A função das atividades é o de promover integração entre os residentes e ajudá-los a exercer um papel social. Sumarizando, entende-se ILPI como uma residência coletiva, que atende tanto idosos independentes em situação de carência de renda e/ou de família quanto aqueles com dificuldades para o desempenho das atividades diárias, que necessitem de cuidados prolongados. (CAMARANO, 2010).

A ILPI se projeta para além de um local hotel-residência, mas, como um local de acolhimento, refúgio e de resgate da dignidade de pessoas idosas em situação de risco e em vulnerabilidade ante seus próprios familiares e os que os circundam. Não que seja um local onde os atos de riscos cotidianos estejam totalmente eliminados, mas, sobretudo e mais importante: reduzidos. Seja por iniciativa da própria instituição, seja por políticas públicas de fiscalização pelos órgãos de controle de convivência comunitária, dentre eles, o Ministério Público Estadual. Neste caso aqui descrito, a idosa sofria constantes agressões (aparentemente, também de natureza física) de um seu neto, descrito como pessoa abusiva.

No entanto, a solução que se aparecia como mais imediata e necessária, o acolhimento da idosa em uma ILPI, não se fez necessário. A intervenção de uma assistente social do MP, trouxe essa conclusão. O diálogo se deu por e-mail.

“Bom dia Sra. (omissis), Me chamo (omissis) e sou assistente social do Ministério Público do Estado da Bahia. Integro uma equipe de profissionais que assessora os Promotores de Justiça no âmbito de temas relacionados aos Direitos Humanos. Sobre as situações que envolvem a idosa (omissis) e que foram relatadas em e-mail pela senhora no dia 14/07/2020, gostaria de compreender melhor como ela está atualmente. De imediato já sinalizo que é importante que a equipe do MP tenha acesso aos contatos telefônicos de familiares próximos de D. (omissis), que convivam com ela e possam de alguma forma contribuir para entendermos melhor a situação narrada. Se possível, me indique alguns nomes e números para contato. Agora falando denúncia que a senhora realizou, gostaria de saber o seguinte: 1) se a idosa ainda está na mesma casa que o Sr. (omissis); 2) Se o sr. (omissis) realiza ou já realizou algum acompanhamento sobre a dependência de álcool/drogas (se já tiver realizado e a senhora souber onde foi, por favor, sinalize); 3) se a

Sra. (omissis) tem filhos/as, se estes moram perto ou moram com ela; 4) se a Sra. (omissis) foi a Delegacia ou outra instituição nesse ano de 2020 para tratar desse assunto. Vou aguardar seu retorno e informo que estou disponível também no número abaixo.” (Procedimento IDEA Nº 003.9.124993/2020).

A ação do Serviço Social (contato com a notificante), requerida pelo Ministério Público, na Portaria, pautou-se em requerimentos de informações básicas para requisição, pelo Promotor de Justiça, ou requerimento do próprio Serviço Social do Ministério Público para a intervenção dos demais integrantes da Rede de apoio socioassistencial (inicialmente do Município, através da SEMPRE).

A forma coloquial para tratar do assunto, foi apresentar a notícia como “Denúncia”. Como já explicado anteriormente, esse termo não pode ser compreendido pela técnica ou ótica jurídica. A expressão coube no e-mail para melhor compreensão pela notificante contactada. Para essa, sua comunicação ao MP é uma “Denúncia”. A abordagem foi objetiva e com requerimentos de informações claros. As perguntas demonstraram dois interesses básicos: 1) quanto à vulnerabilidade da idosa; 2) possibilidade de acolhimento da idosa por outros filhos acaso existentes; 3) se foi realizada notícia a polícia; 4) condição de possível tratamento do neto que foi acusado de agressor.

A resposta foi encaminhada também por e-mail, pela mesma neta notificante e, trouxe elementos conclusivos, mas, sem responder com dados suficientes para maiores intervenções pelo Serviço Social.

“Boa tarde Meu nome é (omissis) eu sou neta da idosa. Venho informa que a mesma está bem, residindo no mesmo endereço...Sr (omissis) da mesma foi afastado do imóvel desde de agosto através de uma ordem judicial. Não sabe se (omissis) está fazendo algum tratamento para se libertar das Drogas e do Alcool. (omissis) (referindo-se a idosa) mora próximo a residência de 2 filhos que reside no mesmo bairro na Liberdade.

A resposta da neta da idosa, informando que o neto fora afastado do local por “ordem judicial”, mostrou estranheza à assistente social que apresentou esse questionamento na resposta do e-mail. No ensejo, solicitou os contatos que não foram anteriormente enviados.

“Faltou você me passar seus telefones ou telefone de quem está diretamente no dia a dia com (omissis) (se referindo a idosa), pra gente poder ligar e ter mais informações. Uma coisa fundamental é saber agora que ordem judicial foi essa do afastamento do (referindo-se ao neto). Aguardo seu retorno”

A resposta não contemplou o assunto da “ordem judicial”. Limitou-se a informar números de telefones com nomes de pessoas que poderiam ser contactadas. Essa reação leva a conclusões:1) desconhecimento concreto do assunto (possivelmente soube ou foi informada da “ordem judicial”. Com o afastamento do neto, pode ter concluído pela veracidade da informação. O fato é que o assunto, para resposta, foi ignorado por ela.).

A CATI (Central de Assessoramento Técnico Interdisciplinar) órgão que congrega

assistentes sociais e psicólogos do Ministério Público da Bahia reunidos em núcleo de análise de casos solicitados por Promotores de Justiça, encaminhou um relatório a Promotoria que cuida desse caso com conclusões. Essa Central informou que fez os contatos telefônicos indicados pelo e-mail da neta da idosa. Em um deles, atendeu uma filha da idosa que se mostrou resistente a perguntas, mas confirmou o afastamento do neto por ordem judicial, mas, sem declinar detalhes. Informou também sobre o aparente o bem-estar da idosa.

Relatou que seu irmão, (nome), foi afastado da residência por força de ordem judicial e atualmente mora na Ilha de Itaparica, perto da localidade Caixa Pregos e não tem contato físico com a mãe. Não sabe informar se alguém na família tem cópia da ordem judicial (medida protetiva) de afastamento do irmão. Sra. Maria pareceu não estar disposta a contribuir com mais informações.

O segundo contato telefônico foi realizado diretamente com a idosa. Mostrou-se lúcida e colaborativa. Confirmou a ordem judicial, a partir da DEATI (Delegacia de defesa do idoso). (Na Portaria o Promotor de Justiça remeteu ofício a esse órgão policial com cópia da notícia solicitando providências).

“que o filho (omissis) foi afastado do convívio familiar por Medida Protetiva em virtude de queixa registrada na DEATI. Em seguida, informou que recebe visita mensal da equipe da Delegacia da Mulher para acompanhamento da medida.”.

A CATI confirmou a existência de uma medida protetiva concedida por ordem judicial, em Processo Criminal, e, concluiu o seu documento:

“Em face da queixa apresentada pela idosa no contato mantido com esta equipe (necessidade de prótese auditiva) e da possível existência de conflito familiar subjacente, especialmente relacionado à medida protetiva em vigor, esta equipe propõe que sejam adotados os meios jurídicos para oitiva da (omissis), cujo acesso pode ocorrer por e-mail. Importante assegurar à idosa, caso necessário, o cumprimento do parágrafo 2º do artigo 15 do Estatuto do Idoso, relativo ao acesso à prótese auditiva, bem como pactuar com familiares a união em torno do cumprimento da medida protetiva como fator indispensável para assegurar a integridade física. Cabe destacar que não havendo consenso entre os familiares, especialmente os que residem mais próximos à ela, a mesma poderá ainda estar exposta à situação de risco.”

O Promotor de Justiça resolveu arquivar o procedimento. O Ministério Público tem o órgão de assessoramento como indicador de possíveis ações que possa adotar para auxiliá-lo em seu trabalho, mas, não está subordinado a isso. E, essa providência, mostra que apesar da aproximação de trabalhos, o detalhamento das funções ministeriais, fazem segura análise do trabalho do Serviço Social.

O significado social do trabalho do assistente social depende das *condições* e relações estabelecidas com seus contratantes, no caso, do Ministério Público, agentes

do Estado, administradores da instituição. Os empregadores determinam as necessidades sociais a serem atendidas, a matéria sobre a qual incide o trabalho (recortes das expressões da questão social), as suas condições (intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, produtividade e metas) e efeitos na reprodução das relações sociais (TEJADAS, 2013).

As sugestões do Serviço Social mostram-se preventivas para um futuro que já se encontra solucionado no presente. A seguinte oração “bem como pactuar com familiares a união em torno do cumprimento da medida protetiva como fator indispensável para assegurar a integridade física da idosa. Cabe destacar que não havendo consenso entre os familiares, especialmente os que residem mais próximos à ela, a mesma poderá ainda estar exposta à situação de risco”, usada na “Síntese” da CATI, assinala que aquele órgão tem dúvidas quanto a estabilidade da situação, seja por crença na fragilidade da medida protetiva, seja pelo entendimento de que a família deva estar envolvida em torno do cumprimento da medida.

No seu arquivamento, o Promotor de Justiça formou o seu convencimento no principal motivo da notícia: a situação de risco da idosa e a sua vulnerabilidade. Convenceu-se de que, afastadas essas hipóteses, fica terminada a intervenção ministerial. Nesse aspecto, o Promotor de Justiça trabalhou na situação de risco passada e na situação de afastamento de risco presente, sem considerar possíveis ocorrências futuras. E o fez, porquanto, a chamada medida protetiva tem por objetivo precípua o de afastar preventivamente o agressor, antes até de o punir por atos agressivos anteriormente praticados. Ou seja, a reunião com os familiares propostos pelo Serviço Social tem até cabimento, mas, não no âmbito estritamente jurídico e, mas, como uma forma de composição de vínculos e fortalecimento de propósitos.

Nessa medida, de acordo com as informações da CATI MP BA, foi afastado o neto da idosa da convivência com a mesma, tendo sido imposta a ele, medida protetiva de distanciamento, o que resultou em saída do lar. Por todas as informações, a idosa está em segurança e fora de risco ou vulnerabilidade que a tornem exposta. Além do formalizado, existe a informação da já ajuizada medida protetiva que, com natureza penal, trará ao acusado as consequências de seus atos.

O Arquivamento, como instrumento de finalização do procedimento, obriga que a parte noticiante seja informada da decisão e lhe faculta a possibilidade de insurgir-se contra tal decisão e apresentar recurso voluntário ao Conselho Superior do Ministério Público que poderá manter a decisão, reformá-la ou determinar que sejam adotadas outras providências. A parte noticiante não apresentou recurso, concordando com a decisão do Promotor de Justiça. Existe, nos autos, uma Certidão que confirma isso.

Certifico que já decorreu o prazo, para ciência e manifestação de interessados referente à notificação/publicação de Parecer de ARQUIVAMENTO do Procedimento em epígrafe, publicado no DOJ/expedida notificação com referência a esta 14ª Promotoria de Justiça da Cidadania, em 24/02/2021. Salvador/BA, 11 de março de 2021.

Só então, após essa certificação, o procedimento poderá ser arquivado.

4 | CONCLUSÕES

A Pandemia de Covid-19 mostrou-se inesperada e letal para humanidade. Embora se tenha previsão de possíveis ocorrências de tempos em tempos, não se pode negar que houve surpresa para órgãos sanitários e de fomento à saúde em escala mundial.

A população idosa, no início da pandemia (a chamada “primeira onda”) foi duramente atingida e, até o surgimento dos primeiros lotes de vacina, muitos idosos perderam suas vidas. As autoridades de fomento, fiscalização e controle das políticas públicas, entre elas os Ministérios Públicos (Estaduais, da União e de Contas) tiveram pouco tempo para reagir e se organizar a fim de enfrentarem os desafios de funcionamento e manutenção de suas missões constitucionais.

Instrumentos legais e supralegais, em todas as esferas do Poder Público foram publicados: Leis, Atos, Resoluções, Decretos, Portarias etc. foram amplamente utilizados no intuito de regulamentarem-se novos padrões de comportamento ante ao inesperado: medidas sociais de afastamento e não aglomeração de pessoas até a restrições de direitos sociais previstos na Constituição Federal e outros ainda que envolvem as liberdades individuais.

A população idosa, evidentemente vulnerável ou em estado de vulnerabilidade, institucionalizadas ou não, mereceram destaque nessa nova proteção, seja pela ótica das ações socioassistenciais ((proteção, resguardo e acolhimento), seja pela ótica da saúde pública (prioridade de atendimento). Nesse último aspecto, em determinado momento, a situação mostrou-se incontrolável: como determinar ao profissional de saúde quem teria direito ao atendimento prioritário.

Afastando-se do aspecto meramente sanitário, as intervenções do Ministério Público, especialmente quando demandado na defesa das pessoas idosas não poderiam interromper-se. Coube à Administração Superior do órgão emanar medidas assecuratórias para não haver solução de continuidade em seus trabalhos.

Ainda que, de forma remota e digital, o Grupo de Defesa dos Idosos, órgão do Ministério Público da Bahia, manteve canais de comunicação com a população meios eletrônicos e telefônicos atendendo-a e realizando intervenções para salvaguarda de direitos de pessoas idosas.

A adoção de medidas de escuta direta ou indireta, o acionamento dos elementos de Rede, do Serviço Social interno, de instauração de Procedimentos Administrativos depois de análise de notícias de fato, e demais instrumentos jurídicos, tal como a Recomendação, mostrou-se de imperioso acerto metodológico.

Os dois casos analisados indicam a efetividade das ações da Promotoria. No primeiro a determinação direta para a remoção do idoso a um hospital quando da suspeita

de contaminação por COVID-19, fundamental para pronta recuperação da sua saúde, ante o receio da ILPI, após a negativa de autorização da família. No segundo caso, o requerimento de providências junto a Delegacia de defesa da pessoa idosa (DEATI) que resultou em ordem de afastamento do lar por pedido de medida protetiva para a idosa contra seu neto, por aquele órgão. Os dois casos resultaram como satisfatoriamente arquivados. Dessa forma, a metodologia utilizada pelo órgão durante a Pandemia mostrou-se satisfatória, mesmo diante de seus percalços, traduzindo-se em referência como apoio a essa população.

REFERÊNCIAS

ALVES-SILVA, Júnia Denise; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Idosos em instituições de longa permanência: desenvolvimento, condições de vida e saúde. *Psicol. Reflex. Crit.*, v. 26, n. 4, pp. 820-830, 2013.

CAMARANO, Ana Amélia. Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 2, p. 4169-4176, 2020.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. *Rev. bras. estud. popul.*, v. 27, n. 1, pp. 232-235, 2010.

COTTA, Rosângela et al. Pobreza, injustiça, e desigualdade social: repensando a formação de profissionais de saúde. *Rev. bras. educ. med.*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, pp. 278-286, 2007.

CRESPINO, Antônio Pedro; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE*, São Paulo, v. 1, n. 2, pp. 1-12, Dec. 2002.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Ebooks libris, 2003.

ESTRELA, Fernanda et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 25, n. 9, pp. 3431-3436.

FERREIRA, Olívia et al. Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 21, n. 3, pp. 513-518, 2012.

OPAS. *Prevenção e manejo da COVID-19 nos serviços de assistência de longa permanência*. Sumário de política. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2020.

SEN, Amartya. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TEJADAS, Sílvia da Silva. *Serviço Social e Ministério Público: aproximações mediadas pela defesa e garantia de direitos humanos*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 115, pp. 462-486, 2013.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 14/05/2021

Hádria Samille Palhano Galvão

Universidade Federal do Maranhão
São Luís-Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/4676177200675521>

Jeovana Nunes Ribeiro

Universidade Federal do Maranhão
São Luís-Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/7133765389946801>

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar as condições de permanência dos alunos com deficiência na Universidade Federal do Maranhão- UFMA. O estudo tem como eixo central a abordagem dialética que assimila a ideia permanente de movimento da sociedade marcada pelas contradições, também faz uso da pesquisa exploratória dos dispositivos normativos da educação inclusiva no ensino superior e dos documentos institucionais que versam sobre as estratégias implementadas pela universidade em favor da permanência do aluno com deficiência. Os resultados atestam que a UFMA vem empregando medidas para o enfrentamento das barreiras arquitetônicas, instrumentais, comunicacionais, programáticas, metodológicas e atitudinais; mas ainda apresenta caminhos a percorrer para consolidação do processo nos termos da política de inclusão defendida pela instituição.

PALAVRAS - CHAVE: Educação Inclusiva. Ensino Superior. Pessoa com Deficiência.

THE INCLUSIVE EDUCATION POLICY IN PUBLIC HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: This article aims to analyze the conditions of permanence of students with disabilities at the Federal University of Maranhão-UFMA. The study's central axis is the dialectical approach that assimilates the permanent idea of society's movement marked by contradictions, it also makes use of exploratory research of the normative devices of inclusive education in higher education and of institutional documents that deal with the strategies implemented by the university in favor of the permanence of the student with disabilities. The results attest that UFMA has been using measures to face the architectural, instrumental, communicational, programmatic, methodological and attitudinal barriers; but it still presents ways to go to consolidate the process in terms of the inclusion policy advocated by the institution.

KEYWORDS: Inclusive Education. Higher Education. Disabled People.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da monografia: **“A permanência do aluno com deficiência no ensino superior: um estudo na Universidade Federal Maranhão”** (UFMA), que teve por finalidade analisar a política de educação inclusiva, lastreado no entendimento da pessoa com deficiência enquanto ser dotado

de direitos, principalmente, ao acesso e permanência no ensino superior¹. A análise dessa instituição enquanto espaço de efetivação de direitos desses cidadãos parte da análise exploratória dos documentos institucionais que versam sobre as ações implementadas pela UFMA em favor da garantia de permanência dos alunos com deficiência no Campus de São Luís.

A sinopse estatística da educação superior (2017) atesta o universo de 38.272 alunos com deficiência matriculados nos cursos de graduação presenciais e a distância das instituições de ensino superior pública (federal, estadual e municipal) e privada. Os números do cenário nacional revelam que 63% desses discentes estão alocados nas instituições privadas de ensino superior e 37% nas públicas.

O estado do Maranhão apresenta dinâmica peculiar quanto à distribuição dos alunos com deficiência nestas instituições. O Censo (2017) mostra 692 pessoas autodeclaradas com deficiência matriculadas nas redes de ensino superior maranhense, aproximadamente 78% estão alocados nas instituições de ensino público e 22% nos estabelecimentos de educação privada.

Os dados apontam a relevância das instituições de caráter público para o processo de inclusão da pessoa com deficiência no Maranhão, em especial, a Universidade Federal do Maranhão que em (2017) recebeu 84 novos alunos com deficiência, e que até primeiro semestre de 2019, o Núcleo de Acessibilidade² registrou somente no Campus de São Luís o atendimento de 341 alunos autodeclarados com deficiência nos cursos de graduação ofertados pela instituição.

É diante desse contexto, que objetiva-se apresentar o estudo acerca das estratégias adotadas pela UFMA para efetivação do direito à educação no ensino superior da pessoa com deficiência, bem como propõe-se expor o que preconiza as legislações educacionais acerca da política de educação inclusiva e as ações já realizadas pela UFMA em cumprimento ao regramento jurídico.

O estudo tem como opção metodológica o método materialista-histórico dialético, pois para seguir essa trilha preestabelecida há de se considerar as complexas relações sociais desiguais empreendidas no decurso da história da pessoa com deficiência, o que acabou por “legitimar” as categorias que oscilam entre exclusão e inclusão desses sujeitos na sociedade capitalista.

O exercício investigativo exigiu a revisão bibliográfica, aprofundamento do conhecimento acerca dos fundamentos legais do direito à educação da pessoa com deficiência no âmbito do ensino superior e a pesquisa exploratória dos documentos institucionais disponíveis no site da universidade estudada, em ato mais específico, em seu

1 Este artigo foi publicado no III Simpósio Internacional Sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas: democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo. O evento foi realizado Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2 O Núcleo de Acessibilidade passou a ser denominado Diretoria de Acessibilidade, após aprovação da Resolução nº 223- CONSAD, de 19 de novembro de 2019, que atualiza a estrutura organizacional e o correspondente organograma da Universidade Federal do Maranhão.

portal da transparência, a fim de conhecer as ações desenvolvidas pela UFMA, no período de 2017 a 2018, para assegurar a permanência dos alunos com deficiência.

2 | A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

A concepção de democratização da educação superior, mantém estreita relação com o conhecimento e atendimento das legislações que preceituam as formas de acesso e permanência do aluno com deficiência nos estabelecimentos educacionais. No Brasil, a Constituição Federal (1988) assegura a educação como um direito de todos, mas é somente a partir da década de 1990 que dispositivos normativos de natureza infraconstitucional são sancionados com o propósito de regulamentar as ações referentes à permanência dos alunos com deficiência no ensino superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, considerada marco legal para a formulação de políticas públicas educacionais de escolarização das pessoas com deficiência, define a oferta da educação especial preferencialmente no ensino regular para os alunos com deficiência e faz menção às condições apropriadas para educação inclusiva (recursos didáticos, professores capacitados, organização curricular que respeita as singularidades).

Na mesma linha, o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 apresenta avanços em direção do direito à educação da pessoa com deficiência no ensino superior, determinando que as instituições “deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência” (BRASIL, 1999, Art. 27).

Mais tarde a Lei da Acessibilidade, nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Apresenta também conceitos essenciais para a exequibilidade do acesso desses cidadãos à diferentes lugares. Como se observará adiante, os conceitos de acessibilidade orientam estudos e políticas de inclusão do aluno com deficiência no ensino superior.

A efetivação do direito das pessoas com deficiência nada mais é do que a transformação da sociedade para o atendimento de suas necessidades. Nessa tarefa desafiadora o fio condutor para construção da sociedade inclusiva é acessibilidade nas suas mais diferentes formas:

- **Acessibilidade arquitetônica**, sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos;

- **Acessibilidade comunicacional**, sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital);
- **Acessibilidade metodológica**, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação de todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc);
- **Acessibilidade instrumental**, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc);
- **Acessibilidade programática**, sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc) e em normas de um geral;
- **Acessibilidade atitudinal**, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações (SASSAKI, 2005, p.23).

Com o propósito de assegurar condições de permanência das pessoas com deficiência no ensino superior, o Ministério da Educação e Cultura, pela Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, dispôs sobre requisitos de acessibilidade para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de ensino superior. Para que tais instituições possam de fato ser consideradas inclusivas a Secretaria de Educação Superior, em articulação com a Secretaria de Educação Especial determina a observância de critérios a serem cumpridos quanto ao atendimento dos alunos com deficiência física, auditiva e visual.

Em busca de resultados satisfatórios no percurso do processo de inclusão e permanência dos alunos com deficiência desde a educação infantil até o ensino superior, o Governo Federal elaborou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, em 2008, cujo objetivo primordial consiste na ressignificação do atendimento educacional ofertado às pessoas com deficiência. Pode-se entender que:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p. 17).

Em complemento à política de inclusão da pessoa com deficiência, é homologado o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, determinando nas instituições federais de ensino superior, a instituição de núcleos de acessibilidade para “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (BRASIL, 2011, Art.3º).

Compete pontuar que o direito à educação não se encerra no conjunto de dispositivos normativos e conceitos ora apresentados, porque ele se materializa no espaço-tempo educacional utilizado pelas pessoas com deficiência ao longo do seu percurso formativo.

3 | A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: UM ESPAÇO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Em atenção aos documentos normativos voltados para a educação inclusiva, a UFMA assume o compromisso com a oferta do ensino superior para todos que permaneceram historicamente à margem dos sistemas de educação. Tem-se como ponto de partida a Resolução CONSEPE nº 499/2006 e a Resolução CONSEPE nº 501/2006, que regulamentam procedimentos e critérios para a inclusão de negros, egressos de escolas públicas, indígenas e pessoas com deficiência.

Esses documentos colocam a instituição no cenário brasileiro como uma das primeiras universidades a aderir ao sistema de cotas pela adoção da política de ações afirmativas. Cumpre ressaltar que a política se deteve exclusivamente à reserva de vagas (uma vaga por curso para pessoas com deficiência), vez que não deliberava acerca dos itens concernentes a permanência dos alunos provenientes das ações afirmativas (SILVA; MACIEL; RODRIGUES, 2012).

As primeiras ações de inclusão do aluno com deficiência na universidade foram gestadas sob a égide do paradigma da integração que exige do aluno a procura de meios para se adequar ao sistema educativo tradicional. A integração social desses discentes na UFMA ocorreu:

Pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum etc. (SASSAKI, 1999, p 34).

No ano seguinte, 2007, a UFMA aderiu ao REUNI por meio da aprovação do Plano de Reestruturação da Universidade. A dimensão do Compromisso Social postulada no plano expressa a pactuação da instituição com a oferta das condições de permanência mediante a criação do Comitê de Assessoramento e Gestão de Políticas de Acessibilidade (2008), contratação de servidores para darem suporte às Políticas de Inclusão e Acessibilidade e a ampliação da política de cotas (UFMA, 2007). Contudo, essas ações não foram suficientes para consolidar a inclusão das pessoas com deficiência, surgindo a necessidade de empreender outras estratégias para atender as particularidades dos alunos com deficiência que ingressaram gradativamente na instituição.

Posteriormente, deu-se a implementação do Programa Incluir, que traz em sua essência criação e consolidação do Núcleo de Acessibilidade nas universidades federais e a eliminação de barreiras para o atendimento dos requisitos legais de acessibilidade. Na UFMA, o programa contribuiu efetivamente para criação do Núcleo de Acessibilidade e a fomentação de ações quanto ao atendimento e serviços especializados (produção e aquisição de equipamentos assistivos, encontros com a coordenação de cursos, produção de materiais assistivos) e a participação em eventos.

O sucesso dos ajustes tão conclamados pela inclusão social também perpassa pelo planejamento baseado em demandas concretas desses sujeitos. É nesse sentido que a institucionalização das estratégias de permanência do aluno com deficiência por meio da aprovação do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), ambos com vigência de 2017 a 2021, são indícios do discurso inclusivo advogado pela UFMA.

A Política de Inclusão Social da UFMA, incorporada ao PPI preconiza que a inclusão dos alunos com deficiência é mediada pelo Núcleo de Acessibilidade, responsável pela oferta de serviços de atendimentos especializados que são gerenciados a partir das principais demandas suscitadas pelos alunos com deficiência auditiva, visual, física, neurológica/psicossocial, intelectual, transtorno do espectro autista e múltipla deficiência (UFMA, 2017b).

O Projeto Pedagógico destaca que as atividades realizadas pelo Núcleo de Acessibilidade buscam considerar o aluno com deficiência em sua totalidade, ensejando intervenções nas mais diferentes frentes de trabalho: encontros com a coordenação e os departamentos dos cursos que atendem alunos com deficiência; planejamento das ações de sensibilização com a comunidade acadêmica; realização de ações internas e externas; e atendimento socioeducacional (UFMA, 2017b).

A UFMA, em seu atual PDI contempla as ações vinculadas à política de acessibilidade da pessoa com deficiência com os seguintes objetivos: a) vincular o Núcleo de Acessibilidade à Reitoria; b) assegurar permanência exitosa dos alunos com deficiência, bem como, contribuir para que os professores organizem suas aulas; c) capacitar a equipe técnica do Núcleo para melhor atender aos alunos com deficiência; d) possibilitar um

atendimento integral aos alunos com deficiência; e) atender exclusivamente aos alunos com deficiência, público alvo da educação especial; f) possibilitar acesso aos alunos com deficiência nos espaços do Núcleo de Acessibilidade; g) possibilitar atendimento a todos os alunos com deficiência, independentemente de cotas; h) divulgar o trabalho do Núcleo e fortalecer a inclusão na universidade; i) construir o prédio do Núcleo de Acessibilidade; j) ampliar os equipamentos pró- acessibilidade nos Campus da UFMA (UFMA, 2017a).

As concepções e objetivos traçados nos documentos colaboram para a permanência dos alunos com deficiência por defenderem a construção de uma educação ancorada nos preceitos constitucionais de igualdade que considera as necessidades e singularidades educacionais desses cidadãos.

3.1 A permanência do aluno com deficiência: um desafio a vencer frente às barreiras

Os vestígios da transformação da universidade em um espaço inclusivo movem-se também pelo conhecimento das ações já realizadas para o cumprimento das metas estabelecidas no planejamento institucional. Sem pretender esgotar as possibilidades de barreiras existentes e o seu enfrentamento, buscou-se identificar as estratégias de acessibilidade adotadas para minorar as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, programáticas, metodológicas e atitudinais.

No PDI (2017-2021) as estratégias de acessibilidade arquitetônica consistem em: a) criar espaço de atendimento para pessoas com deficiência, em todo o campus da UFMA; b) garantir espaço físico adequado ao Núcleo de Acessibilidade.

A acessibilidade arquitetônica obriga a realização de ajustes na universidade para acolhimento adequado dos alunos com deficiência na sala de aula, bem como na utilização de banheiro, biblioteca, restaurante, acesso ao bebedouro e demais serviços oferecidos. Os relatórios de gestão (2017 e 2018) mostram que a diminuição das barreiras arquitetônicas perpassa pela parceria entre Prefeitura de Campus, Unidades Acadêmicas e Núcleo de Acessibilidade que tem realizado estudos das adaptações físicas e arquitetônicas necessárias para assegurar a permanência do discente na universidade (UFMA, 2018; UFMA, 2019).

A estratégia relacionada à construção do Núcleo de Acessibilidade tem o propósito de criar um espaço acessível para o atendimento das demandas dos alunos com deficiência, em condições apropriadas para intervenção de profissionais. Os documentos institucionais analisados não fazem menção quanto ao andamento das construções do prédio do Núcleo, mas a instituição tinha até o ano de 2019 para cumprir a meta.

O transporte faz parte da garantia do direito de ir e vir dos discentes com deficiência para deslocarem-se dentro do Campus de São Luís. O Núcleo de Acessibilidade juntamente com a Garagem disponibiliza van adaptada para auxiliar o transporte dos universitários com deficiência física (cadeirantes) nas atividades acadêmicas internas (UFMA, 2018).

O atual PDI também expõe as estratégias para acessibilidade na comunicação: a) estabelecer parceria com o Núcleo de Tecnologia e Informação³ da UFMA; b) elaborar material informativo acessível aos tipos de deficiência e ficha de atendimento; c) atender por meio de serviços técnicos e profissionais especializados as necessidades específicas, considerando os tipos de deficiência (visual, auditiva, intelectual e física); d) oferecer cursos semestrais de LIBRAS, Braille e Educação Inclusiva para a comunidade acadêmica.

O Núcleo de Acessibilidade com base nas demandas apresentadas pelos alunos tem se articulado com o NTI para aprimoramento do desenho do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e melhor atendimento das especificidades do aluno com deficiência visual e auditiva (UFMA, 2018). Essas solicitações buscam proporcionar ao aluno com deficiência autonomia durante o processo de ensino e aprendizagem.

A atuação dos Transcritores de Braille proporciona a acessibilidade na comunicação ao realizar atendimentos de ampliação, confecção de textos e outros materiais em Braille para eventos e seminários. Os relatórios de gestão (2017 e 2018) contabilizam 1.436 atendimentos, 12.678 páginas impressas em braille, 4.190 materiais impressos ampliados, 39.115 páginas em arquivo Word ou PDF para posterior leitura com auxílio de leitores de tela (UFMA, 2018; UFMA, 2019).

As atividades desenvolvidas pelo intérprete de LIBRAS são fundamentais para a permanência do aluno com deficiência auditiva ao permitir a comunicação na sala de aula entre alunos surdos, ouvintes e professores. O Núcleo de Acessibilidade conta com a atuação de 9 (nove) intérpretes para atender os discentes vinculados aos cursos de graduação (UFMA, 2018; UFMA, 2019).

Ainda não foi totalmente alcançada pela instituição a estratégia da oferta semestral de cursos de LIBRAS, Braille e Educação Inclusiva, contudo, a Pró- Reitoria de Recursos Humanos- PRH, ofereceu através do Plano de Capacitação dos Servidores, executado no período de 2017 e 2018, o Curso de Libras Básico, com carga horária de 60 (sessenta) horas, propiciando aos servidores a qualificação para a compreensão da Linguagem Brasileira de Sinais a ser empregada no cotidiano do trabalho (UFMA, 2018; UFMA, 2019).

O PDI vigente preconiza como estratégia de acessibilidade instrumental: a) adquirir recursos de tecnologia assistiva para os alunos com deficiência, tais como lupas de mão, notebooks, gravadores de voz.

Os relatórios de gestão (2017 e 2018) evidenciam que a parceria entre o Núcleo de Acessibilidade e o Núcleo de Tecnologia e Informação tem sido essencial para promover a permanência dos alunos com deficiência visual, a partir da instalação de software para assegurar o acesso aos conteúdos acadêmicos, bem como serviços relacionados à manutenção dos notebooks disponibilizados ao aluno com deficiência para melhor desempenho acadêmico (UFMA, 2018; UFMA, 2019).

³ O Núcleo de Tecnologia e Informação- NTI passou a ser denominado de Superintendência de Informação, Sistemas & Tecnologia- IS&T, após aprovação da Resolução nº 223- CONSAD, de 19 de novembro de 2019, que atualiza a estrutura organizacional e o correspondente organograma da Universidade Federal do Maranhão.

O Relatório de Gestão de 2017 revela que, por causa da ausência de recursos financeiros, não foi possível o cumprimento da meta referente à aquisição de lupas de mão, notebooks e gravadores de voz. Também aponta que no mesmo ano não foram recebidos recursos financeiros para subsidiar as ações do Programa Incluir na universidade (UFMA, 2018).

A falta de injeção de recursos financeiros nas universidades ocasiona desdobramentos contraproducentes nas políticas de educação inclusiva no ensino superior gestadas pelo Estado. Os sucessivos cortes de verbas na área da educação provocam a descontinuidade das políticas de acesso e permanência das pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior, representando a inviabilidade de todas as conquistas já efetivadas.

As estratégias de acessibilidade programática constantes no PDI consistem em: a) estabelecer cotas ou mecanismos de ações afirmativas nos diversos programas, serviços, projetos e benefícios da universidade, considerando as especificidades e/ou compatibilidade da deficiência; b) solicitar a ampliação da equipe técnica do Núcleo de Acessibilidade (Psicólogo, Fonoaudiólogo, Pedagogo, Psicopedagogo, Terapeuta Ocupacional); c) organizar equipe multidisciplinar (Médico especialista na deficiência, um Oftalmologista, um Otorrinolaringologista, um Neurologista, um Psiquiatra e um Ortopedista; um Psicólogo e um Assistente social) para perícia de pessoas com deficiência que ingressam por processo seletivo ao curso de graduação.

O Relatório de Gestão (2017) expõe que o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas possui cotas para pessoas com deficiência e essas ações afirmativas na pós-graduação vislumbram a possibilidade de continuidade dos estudos. Quanto à ampliação da equipe, destaca que somente um psicólogo passou a fazer parte do quadro de profissionais. Espera-se que até 2020 um fonoaudiólogo, um pedagogo, um psicopedagogo e um terapeuta ocupacional passem a integrar a equipe técnica do Núcleo de Acessibilidade. Contudo, o cenário de contingenciamento não é nada animador para a concretização da estratégia de ampliação da equipe técnica por via da contratação de novos servidores.

A organização de uma equipe multidisciplinar é fundamental para a realização de perícia de candidatos com deficiência, além de proporcionar o melhor acolhimento por profissionais especializados, possibilitando a identificação das reais necessidades do aluno e melhor processo de inclusão na vida acadêmica. Os relatórios de gestão apresentam resultados parciais quanto ao cumprimento da estratégia, destacando apenas a atuação do Serviço Social no acolhimento e acompanhamento dos alunos.

O PDI (2017-2021) estabelece as seguintes estratégias de acessibilidade metodológica: a) cadastrar os alunos com deficiência no Núcleo de Acessibilidade; b) elaborar estratégia de identificação dos alunos com deficiência que não ingressam por cota específica; c) identificar e analisar o perfil socioeconômico dos alunos com deficiência ingressantes, a fim de orientá-los quanto aos direitos sociais e o acesso às políticas

públicas; d) estabelecer parceria com outras instituições e elaborar encaminhamentos; e) conhecer demandas dos alunos e organizar plano de atendimento; f) informar aos cursos, coordenação e professores, o ingresso da pessoa com deficiência no curso; g) estabelecer contato com os familiares, agendar reuniões e realizar visitas domiciliares.

Os relatórios de gestão (2017 e 2018) esclarecem que durante o acolhimento dos alunos com deficiência, identificam-se as principais demandas sociais, psicológicas, econômicas e pedagógicas. E de acordo com os relatórios mencionados anteriormente, as informações fornecidas pelo Núcleo de Acessibilidade são utilizadas para subsidiar o planejamento das atividades acadêmicas com base na pluralidade e diversidade manifestada diariamente na sala de aula. Trata-se o aspecto metodológico relevante para abrangente contemplação da inclusão no ambiente acadêmico.

Conforme registra os relatórios de gestão em análise, o Núcleo de Acessibilidade realiza contato com os familiares para fornecer orientações quanto ao processo de inclusão do aluno na universidade. Em relação às reuniões periódicas expõe as dificuldades de organizar o calendário junto aos estudantes. No que diz respeito às visitas domiciliares os relatórios indicam que ainda não foram concretizadas (UFMA, 2018; UFMA, 2019).

Os relatórios (2017 e 2018) apontam que a gestão do Núcleo de Acessibilidade faz parte do Comitê Gestor Estadual de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência da Secretaria Estadual dos Direitos Humanos e Participação Popular. A articulação da universidade com órgãos estaduais contribui efetivamente para a interlocução das discussões ocorridas no âmbito da universidade e da comunidade maranhense. Ressalta-se que a parceria da UFMA com outras instituições contribui para a realização de encaminhamentos dos alunos com deficiência e seus familiares, assegurando-lhes o acesso aos programas, serviços e benefícios específicos (UFMA, 2018; UFMA, 2019).

O PDI (2017-2021) apresenta as seguintes estratégias de acessibilidade atitudinal: a) participar em eventos e cursos com temática sobre a inclusão de pessoas com deficiência, por parte da equipe técnica do Núcleo e sua coordenação; b) desenvolver ações de sensibilização no campus em vistas à construção de uma cultura inclusiva.

Os relatórios de gestão em estudo evidenciam que as ações voltadas para acessibilidade atitudinal extrapolam os muros da UFMA, pois documentos registram a participação da equipe do Núcleo em eventos realizados em nível nacional e estadual. Com respeito às ações de sensibilização dentro do espaço universitário, a meta referente ao desenvolvimento de pelo menos duas ações de sensibilização durante o ano de 2017 não foi alcançada (UFMA, 2018).

Contudo, destaca-se a criação da Comissão Setorial de Acessibilidade do Centro de Ciências Sociais- CCSO, em 2017, para a realização de atividades de sensibilização da comunidade acadêmica para romper com as práticas excludentes dos alunos com deficiência, com destaque a Roda de Diálogos, o Bate Papo Inclusivo e o Projeto Sentidos.

4 | CONCLUSÃO

Foi possível perceber que a Universidade Federal do Maranhão busca aprimorar a sua função social quando toma medidas para cumprimento da legislação atinente a garantia do direito à educação de ensino superior da pessoa com deficiência, mediante determinação legal, bem como dos estudantes que reivindicam da instituição via Diretoria de Acessibilidade, antes denominado Núcleo de Acessibilidade, desde o processo de inclusão das pessoas com deficiência no ato da matrícula que recebem orientações sobre o andamento por meio de uma política operacionalizada majoritariamente pela Diretoria.

Ao mesmo tempo a pesquisa evidencia que os impedimentos relacionados às questões arquitetônicas, instrumentais, metodológicas programáticas, comunicacionais e atitudinais, requer a busca de soluções a partir do trabalho colaborativo com os demais setores da universidade, que nem sempre são capazes de assegurar a injeção de recurso humano, financeiro e pedagógico, imprescindíveis para continuidade das ações previstas para interstício de 2017 a 2021.

Nessa empreitada, a UFMA circunscrita no movimento permanente da sociedade capitalista precisa encontrar novos caminhos para consolidação da política de inclusão apreçada em seus documentos institucionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. BRASIL, 1996.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7853 de 24 de outubro de 1989 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências. BRASIL, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. BRASIL, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. BRASIL, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. BRASIL, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. BRASIL, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo da Educação Superior 2017. BRASIL, 2018. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf > Acesso em: 1º jun. 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, WV, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Brasília, v.1, n.1, p.19-23, 2005.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da; MACIEL, Regimeire Oliveira; RODRIGUES, Fernanda Lopes. Ações Afirmativas na Universidade Federal do Maranhão. In: **Cotas nas universidades: análise dos processos de decisão** / Jocélio Teles dos Santos (org.). - Salvador: CEAO, 2012. p. 163-180.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. CONSELHO DE PESQUISA E EXTENSÃO. Resolução nº 499, de 31 de outubro de 2006. Trata da Política de Cotas adotada pela UFMA a partir do segundo semestre de 2007. UFMA, 2006a..

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. CONSELHO DE PESQUISA E EXTENSÃO. Resolução nº 501, de 31 de outubro de 2006. Aprova o número de vagas do Processo Seletivo-Vestibular de 2007. Maranhão (internet). UFMA, 2006b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. Caderno do REUNI- Universidade Federal do Maranhão- REUNI. Maranhão. UFMA, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. Plano de Desenvolvimento Institucional. Projeto de Desenvolvimento Institucional- PDI (2017-2021). Maranhão. UFMA, 2017a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. Projeto Pedagógico Institucional- PPI (2017 a 2021). Maranhão. UFMA, 2017b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. Relatório de Gestão da UFMA 2017. Maranhão. UFMA, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. UFMA. Relatório de Gestão da UFMA 2018. Maranhão. UFMA, 2019.

CAPÍTULO 8

A FUNÇÃO DA ESPIRITUALIDADE E DA RELIGIÃO NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS RECUPERANDOS DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE PARACATU-MG

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 06/05/2021

Renato Paulino Borges

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Paracatu-MG
<http://lattes.cnpq.br/1000293514554146>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo identificar, ressaltar e analisar a importância da espiritualidade e da religião para a ressocialização dos reclusos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) do centro de ressocialização de Paracatu-MG. A APAC de Paracatu originou-se do conjunto de esforços da comunidade civil organizada, da Justiça estadual mineira, da maçonaria, das igrejas cristãs, notadamente da Igreja Católica (Diocese de Paracatu), visando construir um centro de ressocialização de reclusos com base na metodologia fundada pelo jornalista e jurista Mário Ottoboni em notável expansão no Brasil e no exterior. Essa metodologia apaqueana tem como base, dentre outras características, a espiritualidade e a religião e possui relevância na queda drástica de reincidência criminal dos recuperandos egressos. Vale salientar que todos os internos da APAC possuem uma religião ou exercem alguma espiritualidade de uma forma ou de outra durante o período de reclusão ou detenção tendo em vista que, para adentrar na APAC, o recluso, por meio de seus advogados, assinam consentimento e requerimento ao

juiz de execuções penais de que possuem e/ou exercerão a religião ou a espiritualidade dentro da APAC. Metodologicamente far-se-á pesquisa de campo exploratório-descritiva utilizando entrevistas, por meio de questionários semiestruturados, visando identificar os fatos e os fenômenos religiosos apaqueanos, bem como seus reflexos e importâncias na ressocialização dos internos dentro do método fenomenológico. Certamente que diálogos com a educação, a psicologia, a antropologia e a sociologia da religião serão utilizadas. Entre os resultados da pesquisa mostrar-se-á a taxonomia dos fenômenos religiosos apaqueanos, bem como do método APAC para a recuperação e ressocialização dos internos evidenciando, de forma conclusiva, o relevante e imanente campo para as ciências da religião e a indicação de caminhos para a solução de problemas do sistema penitenciário brasileiro.

PALAVRAS - CHAVE: Sistema prisional brasileiro. Religião. Ressocialização.

ABSTRACT: This work aims to identify, highlight and analyze the importance of spirituality and religion for the re-socialization of prisoners from the Association of Protection and Assistance to Convicts (APAC) of the re-socialization center of Paracatu-MG. The APAC of Paracatu originated from the set of efforts of the organized civil community, of the State Justice of Minas Gerais, of Freemasonry, of the Christian churches, notably the Catholic Church (Diocese of Paracatu), aiming to build a center for the re-socialization of prisoners based on the methodology founded by journalist and jurist Mário Ottoboni in a notable expansion in Brazil and abroad. This Apaquean

methodology is based, among other characteristics, on spirituality and religion and has relevance in the drastic fall of criminal recidivism of recovered graduates. It is worth mentioning that all inmates of APAC have a religion or exercise some spirituality in one way or another during the period of imprisonment or detention, given that, to enter APAC, the inmate, through their lawyers, sign consent and request to the judge of criminal executions that they possess and / or will exercise religion or spirituality within APAC. Methodologically, exploratory-descriptive field research will be carried out using interviews, through semi-structured questionnaires, aiming to identify the facts and the Apaquean religious phenomena, as well as their reflexes and importance in the resocialization of the interns within the phenomenological method. Certainly, dialogues with education, psychology, anthropology and the sociology of religion will be used. Among the results of the research, the taxonomy of Apaquean religious phenomena will be shown, as well as the APAC method for the recovery and resocialization of inmates, evidencing, in a conclusive way, the relevant and immanent field for the sciences of religion and the indication of paths for the solution of problems in the Brazilian prison system.

KEYWORDS: Brazilian prison system. Religion. Resocialization.

INTRODUÇÃO

Em seguimento aos trabalhos apresentados por Ribeiro (2018), Santos Júnior (2018), principalmente de Silva Junior (2018) nos anais do IX Congresso Internacional em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), guardadas as respectivas perspectivas, bem como apresentando um novo campo de estudo para a Antropologia, História, Psicologia e a Sociologia da Religião, o estudo do papel da religião na recuperação, ressocialização e reinserção de pessoas apenas pela Justiça Criminal brasileira por meio da chamada metodologia APAC nos diversos centros de recuperação social (CRS) inaugurados no Brasil e no mundo, principalmente no CRS de Paracatu-MG, mostra-se fundamental para a resolução dos graves problemas apostos no sistema penitenciário brasileiro.

Vale dizer que outros países como os Estados Unidos da América (EUA), Peru e Chile também inauguraram centros de recuperação com ambientes cristãos acrescidos de sucesso na recuperação de apenados com a metodologia APAC desenvolvida por Mario Ottoboni e companheiros, bem como por Valdeci Antônio Ferreira nos tempos atuais onde esse método passou a receber reconhecimento e vários prêmios de organismos internacionais e nacionais brasileiros mostrando a eficácia dessa metodologia no cumprimento de pena e baixa reincidência criminal de participantes apenados, dentre outros aspectos.

As Associações de Apoio aos Presos e Condenados (APAC's) inauguradas em mais de 130 (cento e trinta) unidades, no Brasil, são prisões com ambiente religioso cristão e estão presentes em alguns estados brasileiros como Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Ademais, no Estado de Minas Gerais nota-se a criação, funcionamento e a multiplicação exacerbada de unidades apaqueanas. Entretanto, vários outros estados da República Federativa do Brasil,

como o estado de Goiás, por exemplo, ainda não possuem unidades dessas instituições.

Desta feita, as Ciências da Religião, além de apontar a existência, crescimento e pulverização dessas unidades prisionais com base nas espiritualidades e na religião, também têm o papel de verificar como a religião atua na recuperação dos chamados apaqueanos e quais os reflexos essas prisões, com base na religião e nas espiritualidades, possuem nas diversas áreas, setores e estudos que fazem parte dos campos sociais, sociais religiosos e públicos também visando evoluir e melhorar o método APAC.

A ONTOGÊNESE DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E APOIO AOS CONDENADOS E DA LITERATURA APAQUEANA

A inspiração para a criação das APAC's veio da tentativa de diminuir as desolações da população carcerária das prisões da cidade de São José dos Campos que refletiam em rebeliões, dentre outros problemas graves no ano de 1972 (OTTOBONI, 2006, p. 23). Ottoboni (2006, p. 34) afirma que existe uma espécie de círculo vicioso na Justiça criminal, bem como na execução de penas restritivas de liberdade, no Brasil onde o Poder Judiciário prende, não existem tratamentos para os condenados, os alvarás de soltura são expedidos, o criminoso reincide na prática criminal e novamente ocorrem as prisões sem a solução no que se refere à dimensão social da pena exacerbadamente defendida pelo Direito Penal brasileiro. Em várias fontes das chamadas literaturas apaqueanas, conta-se que em uma tentativa de fuga por parte de presos na cidade de Jacareí-SP, em 1981, o próprio jurista Mario Ottoboni (1932-2019), bem como o seu companheiro Franz de Castros Holzwarth (1942-1981), ardentes defensores dos Direitos Humanos, colocaram-se como escudos humanos para evitarem mortes em motim deflagrado, à época, sendo que após o disparo de armas de fogo contra o comboio fugitivo, houve a morte de Holzwarth, bem como de vários presos tendo, Ottoboni, sobrevivido. Esse fato, além de criar, com base em uma perspectiva sociológico-religiosa, um mito de derramamento de sangue ou martírio por parte do ato heroico de Holzwarth, também conferiu a Ottoboni uma liderança para a criação das APAC's com a nomenclatura inicial "Amarás ao Próximo, Amarás a Cristo", migrando, posteriormente para Associação de Proteção e Apoio aos Condenados.

Desta feita, Ottoboni e Holzwarth são apontados como principais fundadores do método APAC que teve suas primeiras unidades em São José dos Campos-SP e Itaúna-MG, multiplicando-se nos estados e municípios acima apostos.

Os livros de Mario Ottoboni são de suma importância para entender a taxonomia do método APAC dentre os quais destacamos: *Vamos matar o criminoso?* (2006)¹ e *Ninguém é irrecuperável: APAC, a revolução do sistema penitenciário* (1997)².

1 *Vamos matar o criminoso?*, publicada em 2001, é a obra em que o autor traz uma abordagem pática e didática mostrando a valorização humana interdisciplinarmente com a mensagem do evangelho cristão visando proporcionar ao apenado tanto o pagamento de pena à Justiça, quanto sua recuperação frente ao crime.

2 *Ninguém é irrecuperável: APAC, a revolução do sistema penitenciário*, de 1997, o autor aponta que o ser humano é maior do que o erro (crime) que cometeu e, por conseguinte, tem total condições de reerguer-se também por meio da

A FBAC³ (2019), no portal <http://www.fbac.org.br>, no link sobre os elementos fundamentais do método APAC, disponível em <http://www.fbac.org.br/index.php/pt/metodo-apac>, acessado em 14/11/2020, traz em um quadro demonstrativo os doze elementos da metodologia APAC, a saber:



Fonte: <http://www.fbac.org.br/index.php/pt/metodo-apac>

Pela observância do quadro, acima apostado, citamos a presença da religião e das espiritualidades especialmente nos elementos fundamentais: Espiritualidade (A importância de se fazer a experiência de Deus) e Jornada de Libertação com Cristo. O que faz das unidades da APAC, ambientes essencialmente religiosos interferindo no comportamento dos parceiros, voluntário e principalmente, dos presos apaqueanos, chamados recuperandos, trazendo, por conseguinte, a fonte primordial da presente pesquisa empírica visando analisar como a religião atua na recuperação dos apenados do método APAC.

religião.

3 FBAC (Fraternidade Brasileira de Apoio aos Condenados) é outra entidade que presta assistência e consultoria administrativa, pedagógica, social e jurídica para as diversas unidades apaqueanas no Brasil e tem sede em Itaúna-MG. Atualmente, a FBAC é presidida por Valdeci Antônio Ferreira, um dos principais colaboradores contemporâneos do método APAC.

A RELIGIÃO E AS ESPIRITUALIDADES NA APAC DE PARACATU-MG

A FBAC, ainda no portal <http://www.fbac.org.br>, agora em outro link sobre as espiritualidades e a religião no método APAC, disponível em <http://www.fbac.org.br/index.php/pt/metodo-apac/religiao>, acessado em 14/11/2020, dispõe que

A espiritualidade é fundamental para a recuperação do preso; a experiência de amar e ser amado desde que pautada pela ética, e dentro de um conjunto de propostas onde a reciclagem dos próprios valores leve o recuperando a concluir que Deus é o grande companheiro, o amigo que não falha. Então Deus surge como uma necessidade, que nasce espontaneamente no coração de recuperando para que essa experiência seja permanente e duradoura.

O Método APAC proclama a necessidade imperiosa do recuperando fazer a experiência de Deus, ter uma religião, amar e ser amado, não lhe impondo este ou aquele credo (FBAC, 2015).

Desta feita, evidencia-se o presente estudo tanto na perspectiva funcionalista ou funcionalista estrutural de David Émile Durkheim (1858-1917) que aponta a origem de solidariedade a partir de uma consciência coletiva criada também pela religião, dentre outros neofuncionalistas, bem como pela perspectiva de Maximilian Karl Emil Weber (1864-1920) que em sua sociologia compreensiva traz bases para a análise do ambiente social em sua estrutura tanto a nível macro, quanto a nível micro sociológico.

Especificadamente, a nível micro sociológico, outros autores serão chamados ao diálogo acadêmico, na presente pesquisa, como o escritor canadense Erving Goffman (1922-1982), principalmente em sua obra *Manicômios, prisões e conventos* (1974)⁴ que traz uma relação entre pessoas não estigmatizadas (normais) e estigmatizadas (marginalizadas por grupos sociais ou pela sociedade em uma visão mais ampla) onde, por sua alçada ocasionam um sentimento de falta de importância e autoconfiança nos indivíduos apenados, por exemplo. Não se pode esquecer, por acréscimo, da obra *Mind, Self and Society* (1934) de George Herbert Mead (1863-1931). Classificado como sendo teórico do chamado “pragmatismo” norte americano, foi influenciado por Goffman com relação a identidades dos indivíduos e grupos sociais. Ressalta-se que autores e teorias serão trazidas ao trabalho mediante a análise qualitativa dos dizeres dos recuperandos entrevistados.

A literatura científica sobre a APAC, com base nas Ciências da Religião, é praticamente nula justificando-se a iniciativa do presente trabalho para a captação do papel da religião na recuperação dos apenados, na visão deles para que também o método APAC possa evoluir. Mostra-se relevante a partir do momento em que a dignidade da pessoa humana, defendida pelos Direitos Humanos, nos presídios, é desvalorizada, bem como

⁴ A obra *Manicômios, prisões e conventos*, de Erving Goffman publicado em 1961, apresenta aspectos de identidade virtual e real dos indivíduos conceituando, ademais, estigmas que trazem reflexos com a ordem social também apontado nos estudos de Durkheim.

a reincidência criminal é alta por parte dos egressos do sistema penitenciário comum⁵ brasileiro.

O presente estudo consiste em pesquisa de caráter exploratório-descritivo, que visa identificar qual é a função da religião na recuperação dos recuperandos da APAC de Paracatu-MG. Os resultados serão apresentados de forma qualitativa e quantitativa, a partir da coleta de informações de fontes primárias e secundárias. A planificação da pesquisa inclui, em primeiro lugar, o levantamento dos dados secundários, para posterior contato com as fontes primárias, a fim de promover a coleta de dados em campo. Será aplicado um questionário semiestruturado, com amostragem definida por tempo de conveniência dos apaqueanos junto ao método APAC (sendo que serão entrevistados aproximadamente 25 recuperandos, mediante sorteio, com mais de um ano cumprindo pena na APAC paracatuense). O instrumento de pesquisa terá 05 (cinco) perguntas abertas, que buscarão evidenciar o papel da religião, pelo método APAC, na recuperação dos entrevistados. Vale dizer que todos os entrevistados são do sexo masculino tendo em vista que o município de Paracatu-MG ainda não possui unidade de APAC feminina. Existe muita rotatividade na APAC de Paracatu-MG. Daí a escolha de apaqueanos que tenham contato com o método APAC por mais de um ano, em regime fechado e semiaberto. Dados como a espécie de crimes praticados, bem como outros dados pessoais e penitenciários sobre os recuperandos como o tempo de pena, serão fornecidos pela direção da APAC de Paracatu-MG que, por sua vez, já subscreveu carta de anuência que será submetida ao juízo de execuções penais de Paracatu-MG, bem como ao Conselho de Ética da PUC Goiás com os devidos cuidados de segredo de justiça, observância e cumprimento das normatizações da Resolução 466/2012, bem como da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa e do Ministério da Saúde brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indubitavelmente, as APAC's e, notadamente a APAC de Paracatu-MG, apresenta-se como um novo campo religioso contendo tanto fatos como fenômenos religiosos que são fundamentais para a recuperação de condenados no sistema penitenciário brasileiro.

Efetivamente sob a ótica de Pierre Bourdieu (1930-2002), as estruturas das APAC's seriam estudadas como processos sociais impessoais, como outra perspectiva da noção de "habitus" e como uma nova gênese de estrutura de campo religioso nos tempos contemporâneos.

O estudo da APAC de Paracatu-MG, bem como das APAC's, no Brasil e no mundo, por conseguinte, abrirá caminhos para o estudo de uma instituição híbrida de caráter privado, mas que presta serviços públicos na execução de pena de condenados no sistema

5 Sistema penitenciário comum é classificado pela FBAC (Fraternidade Brasileira de Apoio aos Condenados), bem como pelas unidades do método APAC (Centros de Ressocialização ou Reintegração apaqueanos) como sendo unidades prisionais que não possuem o método APAC como forma de cumprimento de pena restritiva de liberdade no sistema penitenciário brasileiro.

penitenciário brasileiro, mostrando-se como um novo campo de estudo para as diversas ciências interdisciplinares com o estudo da religião em aspectos e culturas diversas, locais e regionais, que podem trazer soluções para problemas humanitários como os ocorridos nas prisões brasileiras.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 214 p.

DURKHEIM, David Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GOFFMAN, Erwing. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MEAD, George Herbert. **Espiritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social**. Buenos Aires: Paidós, 1972.

OTTOBONI, Mario. **Vamos matar o criminoso? Método APAC**. São Paulo: Paulinas, 2006, 329 p.

RIBEIRO JUNIOR, Eurípedes Clementino. **A necessidade do evangelho no sistema carcerário para viabilizar a real ressocialização**. In: IX Congresso Internacional em Ciências da Religião, 2018, GOIÂNIA, p. 154-158.

SANTOS JUNIOR, Clodoaldo Moreira. **Paulo de Tarso e as suas palavras de salvação aos presos**. In: IX Congresso Internacional em Ciências da Religião, 2018, GOIÂNIA, p. 74-79. Anais.

SILVA JUNIOR, Luiz Antônio. **Pastoral carcerária: fé e luta em prol dos Direitos Humanos e contra a prática de tortura**. In: IX Congresso Internacional em Ciências da Religião, 2018, GOIÂNIA, p. 347-354. Anais.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica Gabriel Cohn. Brasília, DF: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL DE 1967 A 2019 E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO FORTIFICADO

Data de aceite: 21/05/2021

Marina da Silveira e Melo

Doutoranda em Arquitetura na Universidade de Lisboa, Arquitecta e Urbanista pela Universidade CEUMA, Física pela Universidade Federal do Maranhão, Mestre em Geofísica pela Universidade Federal do Pará. Docente da Universidade CEUMA do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Pedro Gomes Januário

Professor assistente na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Licenciado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Título de Investigador, atribuído pela Universidad Politécnica de Madrid. Doutoramento em Arquitectura pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad Politécnica de Madrid. OBATI Research Group, CIAUD Research Center, Lisbon School of Architecture, Universidade de Lisboa.

RESUMO: O património histórico fortificado brasileiro representa um conjunto de marcos temporais das cidades ao longo da trajetória histórica nacional, refletindo um conjunto arquitetónico sem igual no mundo. A salvaguarda desse património foi iniciada na primeira gestão do SPHAN, atual IPHAN. O objetivo do estudo foi observar as políticas públicas brasileiras voltadas ao património histórico fortificado. O artigo reflete um recorte temporal de atuação das

gestões do IPHAN posteriores a fase heroica, assumindo o período de 1967 a 2019. Este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Discute-se sobre **a legislação patrimonial brasileira, a política de preservação, os tombamentos e as ações do IPHAN para esse património. No contexto político patrimonial, apresenta-se ainda iniciativas de documentação do património arquitetónico fortificado como mecanismo de preservação.**

PALAVRAS - CHAVE: Políticas públicas; IPHAN; Património Histórico fortificado.

ABSTRACT: The Brazilian fortified historical heritage represents a set of time frames of the cities along the national historical trajectory, reflecting a unique architectural set in the world. The safeguarding of this heritage was initiated in the first management of SPHAN, current IPHAN. The objective of the study was to observe Brazilian public policies aimed at fortified historical heritage. The article reflects a time frame of performance of the IPHAN administrations after the heroic phase, assuming the period from 1967 to 2019. This work is part of a doctoral research in progress at the Faculty of Architecture of the University of Lisbon. The Brazilian patrimonial legislation, the preservation policy, overturns and IPHAN actions for this patrimony are discussed. In the political heritage context, there are also initiatives to document the fortified architectural heritage as a preservation mechanism.

KEYWORDS: Public policies; IPHAN; Fortified Historical Heritage.

1 | INTRODUÇÃO

O patrimônio fortificado nacional é um testemunho sobrevivente da trajetória humana desde as primeiras incursões europeias, e suas consequência, por meio da colonização; e posteriormente, da independência, do surgimento do Império brasileiro, e da República. Mas, mais do que isso, reflete o período de intensas dificuldades e batalhas que os primeiros luso-brasileiros precisaram travar para se manter no território, o que viria a trazer como consequência a constituição a unidade geográfica e a construção da cultura “brasileira”. **As primeiras fortificações, aquelas de pedra-e-cal, tão afirmadas na primeira gestão do IPHAN, eram um testemunho de uma iniciativa não apenas do reino, mas principalmente, da comunidade que por meio das ordenanças contribuíam para a defesa de suas famílias e do seu lugar.** Um patrimônio construído por pessoas comuns, da defesa do que achavam que era certo, como retrata Castro (2019), após mais de dez anos de pesquisa sobre fortificações. É esse patrimônio que hoje obsoleto, busca-se proteger.

As medidas de salvaguarda do patrimônio brasileiro tiveram origem na década de 1930, em pleno século XX. Foi principalmente nesse período que houve o início dos primeiros tombamentos, pesquisas patrimoniais e culturais, inaugurando uma era de constante busca pela identidade brasileira a partir do que seria considerado patrimônio. O SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), tem sua história intimamente ligada a “cultura” e as “políticas públicas” do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Inicialmente, os primeiros tombamentos privilegiavam as arquiteturas de “pedra-e-cal”, remanescentes da história colonial brasileira, e exemplares que trariam em sua argamassa as raízes do atual povo brasileiro. Entre essas, estava o patrimônio fortificado nacional, as muralhas de defesa dos primeiros núcleos de ocupação colonial.

O presente artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento na Faculdade de Arquitetura, na Universidade de Lisboa. Neste, busca-se observar as políticas públicas voltadas para o patrimônio fortificado a partir de 1967, ano de aposentadoria do primeiro gestor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade. O gestor havia tido uma especial atenção a esse patrimônio, tendo realizado restauros e tombamentos de vários exemplares de arquitetura fortificada colonial. Porém, com o passar das décadas, novos gestores do órgão não teriam a mesma atenção a esse patrimônio arquitetônico. Patrimônio, esse, de imenso valor no que se refere a história das suas cidades. Apenas, com as gestões mais recente, novas iniciativas de manutenção e programas de tombamento para essa tipologia seriam mais efetivamente incentivadas, a partir da candidatura de um conjunto de fortificações nacionais a patrimônio da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

No sentido de fundamentar o discurso, é apresentado uma síntese da legislação

pertinente ao tema. Posteriormente, discute-se a atuação das políticas públicas relacionadas a esse patrimônio por meio das ações de tombamento, entre outras ações de preservação. Nessas também se inclui a documentação do patrimônio.

2 I LEGISLAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

No que se refere especificamente ao patrimônio fortificado brasileiro, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Art. 20 observa que estes são bens da união, devendo ser administrados e preservados pelo Governo Federal, conforme o inciso segundo:

II - As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, **das fortificações e construções militares**, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei (grifo nosso).

Apesar do garante o Art. 20, quase um século antes, ainda durante o império, devido à falta de recursos, muitas das fortificações nacionais com a perda da função de defesa foram abandonadas, e receberam diferentes tutelas, municipais, estaduais e federais. Isso invariavelmente trouxe como consequência a sua condição atual de preservação.

No aspecto patrimonial e cultural, o Brasil conta com uma legislação específica que se confunde com própria trajetória do IPHAN, instituição responsável por proteger o patrimônio histórico e artístico nacional. O instituto completa 84 anos de existência em 2021. Esse, inicialmente surgiu como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na era Vargas, funcionando em caráter provisório a partir de 18 de abril de 1936. Tornou-se oficial com a Lei nº 378/1937 que instituiu a sua fundação como órgão preservação do patrimônio cultural brasileiro, lei que se refere a organização do então Ministério da Educação e Saúde Pública. Posteriormente, teve suas atividades regulamentadas por meio do Decreto-Lei nº 25/1937. Em 1946, passou a ser nomeado como Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), passando a instituto como IPHAN em 1970.

A partir de 1979, o órgão passou por reestruturação interna, sendo seccionado em SPHAN (Secretaria) como órgão normativo e FNPM (Fundação Nacional Pró-Memória), órgão executivo. Em 1990, esses últimos são extintos, sendo suas estruturas integrados ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, a Medida Provisória nº752/1994, transforma o IBPC em IPHAN.

Os conceitos que nortearam a atuação do SPHAN e os outros órgãos correlatos, e norteariam, a atuação do IPHAN sempre mantiveram uma estreita relação com os marcos legais. Nesse contexto, a primeira base legal foi o Decreto-Lei Federal No. 25/1937, que define em seu escopo que: *Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil [...] (Cap. 1, Art. 1).* Essa visão direcionariam as primeiras ações do órgão.

Posteriormente, outros dispositivos legais seriam criados afirmando e dirigindo a ação do instituto. A Constituição Federal (CF) de 1988, seria fundamental para o direcionamento do IPHAN como órgão federal. Dois artigos fundamentais dessa constituição precisam ser mencionados, o Art. 215 e o Art. 216. Os princípios normativos presentes nesses artigos são utilizados como diretriz para a atuação do instituto de patrimônio. O primeiro, Art. 215, esclarece que: *O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais*. Enquanto o segundo, o Art. 216 define que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...].

A Constituição de 1988 ainda estabelece que a proteção, a preservação e a gestão do patrimônio histórico e artístico brasileiro cabe ao poder público, com o apoio da comunidade. Conforme Brasil (2010), até 2010, no que se refere a dispositivos legais, diretos a legislação relativa ao patrimônio cultural brasileiro seria constituída por 11 decretos, 3 decretos-lei, 3 decretos-legislativos e 18 leis. Todos esses específicos ao tema. Além dessas, o documento cita ainda outras leis que tratam o tema de forma pontual, constituindo em normas correlatas, no total de 20 (entre leis, decretos e decretos-legislativos) (BRASIL, 2010). Portanto, há uma instrumentação legal já consolidada desde 1930, para proteger e preservar o que no Brasil é considerado patrimônio.

3 | O IPHAN, OS TOMBAMENTOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PATRIMÔNIO FORTIFICADO

Durante a fase heroica do IPHAN, foram tombadas um total de 24 fortificações a partir de 44 processos iniciados em 1938. A maioria desses, foi tombada como medida de salvaguarda para garantir a sua defesa frente as possíveis destruições ou descaracterizações¹. Essas primeiras fortificações protegidas fizeram parte do primeiro conjunto de tombamentos a partir do entendimento na época do que era patrimônio histórico e artístico nacional. Em síntese, as edificações luso-brasileiras de “pedra-e-cal”, construídas no período colonial.

Apartir 1967 até 2019, um total de dezessete gestores passaram pelo SPHAN/IPHAN, não chegando a “tombar” nem metade do quantitativo de arquitetura fortificada do primeiro gestor. Após a gestão de Rodrigo, no que se refere especialmente as fortificações, pouco foi realizado, apesar ter havido um avanço significativo nas questões patrimoniais. Essas últimas, haviam sido afirmadas por meio de uma legislação federal e de portarias do próprio instituto, além do trabalho de conscientização e educação patrimonial, iniciada na fase

1 Alguns dos tombamentos inclusive protegia edificações já arruinadas, como as ruínas do Forte Velho de Cabedelo na Paraíba.

heroica² do órgão.

Em termos legais a Constituição Federal de 1988, inaugurava uma série de dispositivos que daria forma a proteção e a preservação do patrimônio. A partir do modelo consolidado na primeira fase, as fases posteriores do SPHAN/IPHAN, fase moderna (1968 a 1990) e atual (1990 a 2019), buscaram ampliar as suas ações na criação de uma cultura patrimonial.

As fases seguintes do IPHAN evoluíram o entendimento de patrimônio histórico, o que por sua vez, impactou diretamente a escolha dos bens a serem tombados, e, portanto, protegidos pelo instituto. Tal entendimento estaria diretamente relacionado as suas gestões ao longo do tempo.

A segunda fase, a moderna, teve a frente do órgão as figuras de: Renato Soeiro, 1967 a 1979; Aloísio Magalhães, 1979 a 1981; Angelo Oswaldo, 1985 a 1987; e Augusto Carlos da Silva Telles, 1988 a 1989. A fase atual, teve: Glauco Campello, 1994 a 1999; Carlos Henrique Heck, 2000 a 2002; Maria Elisa Costa, 2003 a 2004; Antonio Arantes, 2004 a 2005; Luiz Fernando de Almeida, 2006 a 2012; Jurema Machado, 2012 a 2016; e Kátia Santos Bógea, 2017 a 2019.

Ao longo de mais de 80 anos de história do IPHAN, até 2017, a instituição havia registrado um total de 68 fortificações, representando aproximadamente 5,48% dos 1241 bens tombados. Dessas, 56 foram tombadas isoladamente e 12, em conjunto. Desse total, 42 foram registradas entre 1937 e 1967, na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, presidente do órgão na fase heroica (BÓGEA; SCHLEE, 2017).

De 1967 a 1979, na gestão de Renato Soeiro, houve apenas cinco registros de tombamento desse tipo de arquitetura. De 1979 a 2016, houve 17 presidentes, sendo registradas 22 fortificações no mesmo período (BÓGEA; SCHLEE, 2017).

Em 2008, na gestão de Luiz Fernando de Almeida, o IPHAN considerou a possibilidade de incluir na Lista Indicativa a Patrimônio Mundial pela UNESCO um conjunto de 41 fortificações. Após a realização de um encontro técnico do IPHAN, do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil, onde foi aprovado um Programa de Preservação de Sítios e Fortificações, além da continuidade do inventário do acervo de artilharia, e execução de um estudo que abrangesse o tombamento das fortificações brasileiras (BÓGEA; SCHLEE, 2017). Dessas propostas, evoluiu a instrução do processo de registro de tombamento do conjunto das Fortificações Brasileiras, o que incluiu o total de vinte e sete bens; sendo sete tombados ainda em 2010. São eles: o Forte da Vila de Óbidos (PA); o Quarto General Gurjão (PA); as ruínas do Forte de Vera Cruz ou do Calvário (MA); os vestígios do Forte de São Joaquim do Rio Junqueira (MS) e a Base de Ladário (MS).

Em 2013, na gestão de Jurema Machado, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Cidades Históricas, foi planejado um investimento de cerca de R\$ 2 Período que compreende a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade a frente do SPHAN (atual IPHAN), de 1937 a 1967. O gestor inaugurou uma série políticas patrimoniais, medidas protetivas e de preservação, tendo sofrido com as resistências e dificuldades da implementação.

60,54 milhões em obras e serviços de recuperação em fortificações (IPHAN, 2019). Entre esses, conforme Bógea e Schlee (2017) a restauração e requalificação de edificações na Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão e Santa Catarina.

Em 2015, ainda na gestão de Jurema, foi atualizada a lista indicativa para patrimônio mundial (UNESCO) incluindo o bem seriado *Conjunto de Fortificações do Brasil*, sendo considerada as 19, já mencionadas anteriormente. Segundo Bógea e Schlee (2017, pp. 31-32), o conjunto se justifica por constituir: [...] *um testemunho material único de um contato produzido entre diferentes culturas do Velho e do Novo Mundo*. Esses bens, encontram-se espalhados em todo território brasileiro, representando uma diversidade de tipologias arquitetônicas, quanto a situação e estratégia de defesa, constituindo um conjunto heterogêneo de exemplares da arquitetura militar luso-brasileira. Ainda refletindo a importância desse conjunto nacional (BÓGEA; SCHLEE, 2017, pp. 31-32):

As fortificações, edificadas em resposta a esses contatos, marcam o sucesso de uma fórmula singular de ocupação do território, em que os moradores do Brasil tiveram um papel mais fundamental do que a ação dos governos das metrópoles do Velho Mundo, ao contrário do que ocorreu em outras colônias européias [...].

Em 2017 é iniciada a gestão de Kátia Bógea a última gestora do IPHAN, segundo presente recorte temporal. Ela continuaria as iniciativas de proteção e preservação do patrimônio fortificado iniciadas pela gestão anterior, inaugurando um novo período de preocupação com o patrimônio fortificado. A frente do IPHAN de 2017 a 2019, leva adiante a proposta do conjunto de fortificações a candidatura a patrimônio mundial da UNESCO.

A partir dessa iniciativa de uma lista indicativa, foram realizados dois eventos fundamentais em 2017: o ICOFORT RIO 2017 no Rio de Janeiro (RJ), e o *I Seminário Internacional Fortificações Brasileiras* no Recife (PE). O primeiro, o ICOFORT³, *International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage*, foi um evento promovido pelo ICOMOS⁴, *International Council of Monuments and Sites*, realizado no Forte Duque de Caxias. O segundo, foi promovido pelo IPHAN em parceria com os Ministérios da Cultura, do Turismo e da Defesa, no Forte das Cinco Pontas. A contribuição desse último foi a Carta do Recife.

A Carta de Recife (IPHAN, 2017), apresenta diretrizes que tem o objetivo de nortear ações de gestão e valoração turístico-cultural, compreendendo um total de dez itens. Entre esses, observa: a promoção do uso sustentável assegurando a preservação do bem e garantindo sua conservação e manutenção; o fomento da gestão do conhecimento com vias a preservar a memória e estimular o turismo cultural; o estímulo a iniciativas de educação patrimonial que favoreçam a apropriação das Fortificações como Patrimônio Cultural; além

3 O ICOFORT é comitê internacional ligado ao ICOMOS e ativo desde 2005. O comitê é constituído por cientistas, técnicos e pesquisadores de vários países.

4 O ICOMOS é uma associação civil ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) através da UNESCO, em funcionamento a partir de 1965.

de outras diretrizes.

Segundo a Carta de Recife, realizado em 2017, essas fortificações *demonstram o histórico esforço para a ocupação, defesa e integração do território nacional*. Todas essas, são fortificações que compreendem estilos e épocas diferentes, são testemunhos históricos da engenharia e arquitetura militar do Brasil colonial, imperial e republicano.

Após essa carta, foi assinada uma posterior, no Forte de São João (Rio de Janeiro, RJ), durante o *II Seminário Internacional Fortificações Brasileiras*, em 2019. O tema do evento foram os desafios para Gestão do Conjunto de Fortificações do Brasil, estabelecendo mais uma vez um termo de compromisso entre organizações públicas nacionais para a preservação, divulgação e gestão dessas. Nesse evento, foi ainda anunciado o novo presidente do ICOFORT, José Claudio dos Santos. Era a primeira vez desde a criação desse comitê que um brasileiro assumia a presidência.

4 | POLÍTICAS PARA A PRESERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO FORTIFICADO

Entendemos que há várias perspectivas do patrimônio histórico e arquitetônico. Uma é o aspecto físico, materializada por meio da arquitetura preservada e garantida a partir dos tombamentos. A segunda, é o registro documental o qual reflete o patrimônio arquitetônico por meio dos relatos, das plantas, dos mapas e da documentação de uma época perdida no tempo. O registro documental é muitas vezes, a única perspectiva possível após a perda física de um bem arquitetônico.

Como salvaguarda, a necessidade de documentação e investigação do objeto a ser conservado ou restaurado foi iniciado no Renascimento, pelo *Quattrocento e na revolução humanista dos saberes e mentalidades, no qual surge o projeto de estudar e conservar um edifício por ser um testemunho da história e uma obra de arte* (CHOAY, 2016, p.28).

No Brasil, o patrimônio documental arquitetônico faz parte de acervos em diversas instituições, sendo algumas dessas: a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Arquivo do Exército, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), os Arquivos públicos estaduais e municipais, entre outros espaços de acervo e arquivos de organizações públicas e privadas. Todas essas instituições, além de outros arquivos internacionais foram consultados para a presente pesquisa.

Partindo desse cenário, entende-se como uma parcela tão significativa desse patrimônio fortificado atualmente não existe mais, está desaparecida ou arruinada. Nessa perspectiva, o registro documental arquitetônico se torna a única forma de resgatar o passado que não é mais material, sendo de grande importância a sua preservação.

Iniciativas de cadastro do patrimônio fortificado existente são ações bastante efetivas para a prevenção e para a manutenção do que há em boas condições atualmente. Na década de 80, houve ações do IPHAN nesse sentido. Bógea e Schlee (2017) informam que: [...] *por meio da Fundação Pró-Memória, foi desenvolvido o projeto de levantamento*

cadastral das fortificações até então protegidas. Esse trabalho, conforme os autores, tem garantido ações pontuais de consolidação e restauro do patrimônio fortificado nacional.

Sejam registros históricos por meio de plantas, iconografia, cartografia, cartas, relatos ou outros; ou um levantamento cadastral arquitetônico do patrimônio atualmente; ambos constituem um testemunho de grande valor do edificado. São retalhos, peças, partes que podem indicar um possível caminho de volta a uma condição no passado, e ao resgate desses monumentos, o que reflete a ideia por traz da inspiração original para o presente estudo.

Em 2006, o Presidente do Conselho Nacional de Arquivos, através da Portaria n. 80, cria Câmara Setorial sobre Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo (Artigo 1.º). No seu artigo segundo, a portaria esclarece que a Câmara: [...] *tem por objetivo realizar estudos, propor diretrizes e normas no que se refere à organização, à guarda, à preservação, à destinação e ao acesso de documentos integrantes de arquivos de arquitetura, engenharia e urbanismo.* A iniciativa foi um passo importante para a preservação do patrimônio documental arquitetônico brasileiro.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o primeiro decreto-lei em 1930 até os dias de hoje, muito foi realizado, discutido e escrito sobre a necessidade de proteção e preservação do patrimônio nacional. O resultado disso está documentado por meio de mais de 55 decretos, decretos-leis, decretos-legislativos e leis, diretas ou correlatas. Isso reflete a evolução de um debate que surge no início do séc. XX sobre a necessidade de proteção do patrimônio nacional.

No discurso, observou-se a evolução das políticas públicas para o patrimônio histórico e artístico nacional, a partir da perspectiva do patrimônio fortificado. Foi ainda observada a evolução política do SPHAN/DPHA/IPHAN, e a sua atuação no que se refere a ações de preservação, tombamentos, e medidas correlatas. Nesse, dois períodos são considerados mais importantes, a primeira gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937 a 1967); e as gestões de Jurema Machado (2012 a 2016), e de Kátia Santos Bógea (2017 a 2019). A atuação do primeiro gestor, em números reflete 62% dos tombamentos relativos patrimônio histórico arquitetônico fortificado nacional. Já as últimas, foram grandes incentivadoras e realizadoras de ações de requalificação, restauro, educação patrimonial; além a promoção de reuniões técnicas e eventos internacionais sobre o patrimônio fortificado.

REFERÊNCIAS

BOGÉA, K.; SCHLEE, A. R. Preservação das fortificações do Brasil: um balanço de 80 anos de proteção do IPHAN. *In: Da Cultura*, Brasília, ano XVII, n. 29, dez. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei Federal N. 25, de 30 de novembro de 1937**: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. **Legislação sobre patrimônio cultural**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_meio_ambiente/manuais/Noticia5575A4733.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

CASTRO, A. H. F. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro**. v. 4. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2019.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp, Estação Liberdade, 2006.

IPHAN. **Fortalezas Incluídas na Lista Indicativa a Patrimônio Mundial**. 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1610/>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

_____. **PAC Cidades Históricas**. 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>> Acesso em: 13 dez. 2019.

CAPÍTULO 10

O CENTRO HISTÓRICO E A EXPANSÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS: PROTEÇÃO, HABITAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

Data de aceite: 21/05/2021

Marina da Silveira e Melo

Doutoranda em Arquitetura na Universidade de Lisboa, arquiteta e urbanista pela Universidade CEUMA, graduada em Física pela UFMA, mestre em Geofísica pela UFPA, e docente da Universidade CEUMA.

Pedro Gomes Januário

Professor assistente na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Licenciado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Título de Investigador, atribuído pela Universidad Politécnica de Madrid. Doutoramento em Arquitetura pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad Politécnica de Madrid. OBATI Research Group, CIAUD Research Center, Lisbon School of Architecture, Universidade de Lisboa.

RESUMO: São Luís do Maranhão está inscrita como Patrimônio Mundial da Humanidade da UNESCO desde 1997, o que reflete a importância do seu centro histórico, contendo milhares de propriedades protegidas nas esferas federal, estadual e municipal. Porém, diversas de suas áreas nas zonas tombadas têm sofrido abandono, degradação patrimonial e marginalização. A evasão residencial e o abandono social do centro são comportamentos comuns nas cidades históricas, tornando complexa a preservação de seus conjuntos

arquitetônicos. O objetivo do presente artigo foi estudar o cenário e as consequências sociais no centro histórico da cidade a partir da redução de imóveis com função de habitação, desencadeada pela sua expansão. Para tanto, apresenta-se uma revisão da história e suas alterações ao longo do tempo principalmente no que se refere a impactos urbanísticos na zona de estudo, sua evolução, expansão da cidade de São Luís e suas consequências.

PALAVRAS - CHAVE: São Luís; Patrimônio Histórico; Exclusão social.

ABSTRACT: São Luís of Maranhão has been inscribed as a UNESCO World Heritage Site since 1997, reflecting the importance of its historic center, containing thousands of protected properties at the federal, state and municipal levels. However, several of its areas in the listed areas have suffered abandonment, property degradation and marginalization. Residential evasion and social abandonment of the center are common behaviors in historical cities, making the preservation of their architectural ensembles complex. The objective of this article was to study the scenario and social consequences in the historic center of the city from the reduction of properties with housing function, triggered by its expansion. To this end, a review of the history and its changes over time is presented, especially with regard to urban impacts in the study area, its evolution, expansion of the city of São Luís and its consequences.

KEYWORDS: São Luís; Historical Heritage; Social exclusion.

1 | INTRODUÇÃO

São Luís, marco de ocupação política territorial, foi a única cidade fundada pelos franceses em território brasileiro. Entretanto, estes foram vencidos cedendo o passo da história aos portugueses, que edificaram um conjunto arquitetônico, paisagístico, e urbanístico, que se tornou uma das maiores no período do império. Tal área, equivalente a cidade primitiva, atualmente, é limitada ao bairro conhecido como “centro histórico”. Nele, há cerca de 1.753 edificações tombadas pelo Governo Federal, através do IPHAN, por meio do Decreto No. 25/1937. A referida região é ainda inscrita como Patrimônio Mundial da Humanidade da UNESCO desde 1997, e tendo, aproximadamente 3.500 propriedades tombadas pelo Governo Estadual através do Decreto do Estado No. 10.089/1986. Dessa forma, não há dúvidas quanto aos seus valores histórico, artístico, arquitetônico, urbanístico e paisagístico atribuídos pelas esferas governamentais a esse acervo oitocentista, o que o torna um bem cultural da humanidade. Tal reconhecimento reflete ainda a importância da cidade de São Luís, e em especial, do seu centro histórico.

Apesar disso, diversas de suas áreas dentro das zonas tombadas e adjacências têm sofrido um abandono natural. Esse padrão de comportamento urbano tem se tornado cada dia mais comum e facilmente observado nos centros históricos brasileiros e de diversos países, notadamente nos que compõem a América Latina (MENA, 2013). Esse está associado a alteração de condição dessas zonas, antes residenciais para áreas comerciais, gerando como consequências sua marginalização e o descaso com o patrimônio arquitetônico.

De acordo com Bonduki (2010), embora o valor patrimonial dos edifícios históricos possa ser considerado um forte fator de atração, a região central é vista como lugar degradado e inseguro, trazendo como resultado a criação de novas áreas residenciais e novas centralidades. Manifesta-se então a ociosidade ou subutilização dos imóveis, beneficiando as ocupações irregulares, invasões, alterações estruturais e destruições, usos não permitidos, entre outros. Alguns exemplos desses cenários no Centro Histórico de São Luís são: os cortiços, os estacionamentos dentro das edificações abandonadas e as descaracterizações das edificações para novos usos, entre diversos outros. Nesse contexto, percebe-se, muitas vezes, na omissão do Poder Público e dos proprietários, um incentivo indireto a degradação do patrimônio construído, principalmente no que se refere aos edifícios de interesse histórico.

O objetivo do presente foi observar o cenário e as consequências sociais no centro histórico de São Luís-MA a partir da redução de imóveis com função de habitação, desencadeada pela expansão da cidade. Para tanto, no sentido de compreender o fenômeno, a seguir, apresenta-se um breve histórico sobre a cidade de São Luís e sua expansão, bem como a situação legal do patrimônio do Centro Histórico. Posteriormente discute-se sobre o atual cenário de habitação e as consequências sociais.

21 CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

Os primeiros contatos com europeus registrados antes da fundação da cidade foram: em 1500, pelo espanhol Vicente Yanez Pinzon; em 1535, pelos portugueses Ayres da Cunha, Fernão Álvares de Andrade e João de Barros (primeiro donatário da Capitania), que naufragaram na costa. Porém, a ocupação da zona com o objetivo de colonização, só se deu em julho de 1612. Uma expedição francesa vinda do porto de Cancale, constituída por três navios e quinhentos homens, sob o comando de Daniel de la Touche, Sieur de La Ravardière (IPHAN, 2008; SILVEIRA, 2013). A primeira ocupação se estabeleceu-se no Forte de Saint Louis, sendo a principal construção francesa, local que daria origem a cidade.

Posteriormente, em 1614, o Governador Geral do Brasil ciente da chegada dos franceses a região, envia uma expedição militar de Pernambuco para expulsá-los. Três anos e quatro meses depois, em 1615, a batalha é vencida por Portugal e Espanha, em 4 de novembro (IPHAN, 2008). É nesse contexto, que o primeiro governador do Maranhão, Jerônimo de Albuquerque determina a organização administrativa de São Luís. Entre uma série de ações, inicia-se o planejamento urbano realizado pelo engenheiro-mor do Estado do Brasil, Francisco Frias de Mesquita, desenvolvido para guiar a futura evolução da cidade.

Segundo o mesmo autor, entre 1580 e 1640, estando a Coroa Portuguesa sob domínio espanhol, a União Ibérica, determina este desenho próprio e específico ao desenvolvimento e expansão do núcleo urbano. E foi a partir desse desenho urbanístico que São Luís se desenvolveu e expandiu por um arruamento organizado numa malha ortogonal adaptada a topografia do terreno, sem hierarquização ou distinção funcional das ruas. O referido traçado é o registro de planejamento urbano mais antigo da cidade, datado de 1640.

Em 1617, é instalada a Câmara Municipal de São Luís. Dois anos depois, a localidade é elevada à categoria de Vila. Nesse mesmo ano, chegam à região as primeiras duzentas famílias de açorianos, que fundam a primeira Câmara Municipal. Posteriormente, entre 1670 a 1680, vieram mais duzentos e dezenove casais açorianos para São Luís (MARTINS, 2000).

À medida que a cidade se expandia em direção ao interior da ilha, seu modelo urbano foi sendo preservado, notadamente entre os séculos XVIII e XIX. Em 1665, o Caminho Grande, ligação do núcleo urbano básico com os aldeamentos e vilas do interior, foi consolidado. A ocupação da cidade, seguiu os padrões das ocupações lusitanas: cidade alta (atividades administrativas, religiosas e militares – Centro do Poder); e a cidade baixa (atividade comercial).

Ao longo do século XVIII, São Luís passa por melhoramentos urbanos. Posteriormente, na segunda metade do século XVIII, o Rei de Portugal D. José I, por meio de seu Primeiro-Ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, com

o objetivo de garantir o fornecimento de matéria-prima para a indústria manufatureira da Metrópole, cria uma série de Companhias de Comércio (MARTINS, 2000).

Em 1808, com chegada da Família Real no Rio de Janeiro, e com a permissão para a instalação das primeiras indústrias têxteis no país se desenvolvem na cidade os primeiros curtumes, impulsionando novamente a urbanização. Ao longo do século XIX, a cidade passou por diversas melhorias na infraestrutura urbana, tais como: o calçamento de ruas, implantação do Cais da Sagração e reurbanização das mais importantes praças.

São Luís é confirmada como capital da província a partir da adesão do Maranhão à Independência do Brasil. Em 1840, registram-se instaladas na cidade: seis fábricas de pilar arroz, duas prensas de algodão, três fábricas de sabão e de velas, oito olarias, seis tipografias, e vinte e duas de cal. Quatorzes anos depois, já em 1854, é criada a Companhia Confiança Maranhense com a finalidade de construir um edifício com várias lojas e espaços para uso comercial para serem alugados, o primeiro modelo do que no futuro seriam as galerias comerciais (IPHAN, 2008; MARTINS, 2000).

Em 1861, é a partir dessa construção comercial e no entorno deste empreendimento que a Praia Grande passa a ser uma área composta por comerciantes abastados. Organizadas, multiplicavam-se as atividades comerciais, entre uma diversidade de ofícios. Alguns ainda presentes na área hoje conhecida como Projeto Reviver. Entre 1850 e 1880, surgem na região as lojas de moda, agências de leilões, farmácias e fábricas.

Em meados do século XIX, registra-se a presença na cidade de: um teatro, várias igrejas, tipografia, um hospital militar, grandes sobrados com até quatro pavimentos e riquíssimos solares.

De acordo com IPHAN (2008), quanto a legislação, os Códigos de Posturas de 1.832, 1.842, 1.866 e 1.893, regularam a expansão do modelo urbanístico, considerando dimensões e larguras pré-estabelecidas pelo traçado original da cidade até o período republicano. Na segunda metade do século XIX, a cidade é expandida naturalmente para outros perímetros urbanos, desenvolvendo-se nos arredores do Caminho Grande que ligava a Praia Grande ao bairro de João Paulo.

Em 1888, com a libertação dos escravos e a conseqüente desvalorização das propriedades rurais, há uma migração grande de pessoas da zona rural para os centros urbanos. Entre 1860 e 1920, com a implantação do parque fabril, ocorre a atualização dos serviços urbanos. Entre 1918 e 1929, com a política de melhoramentos urbanos dos Governos Estaduais e Municipais, a urbanização se desenvolveu consolidando-se em intervenções parciais.

A partir de 1936, a administração municipal assim como outras capitais nacionais, deu ênfase às práticas higienistas no que diz respeito as condições de salubridade das unidades habitacionais. Todas as ações foram realizadas por meio do Serviço de Salubridade das Habitações, tendo como alvos principais os cortiços da cidade. Uma prática higienista adotada regularmente era a demolição de ruínas, também consideradas

focos de proliferação de doenças (IPHAN, 2008).

No início da década de 1940, Neiva de Santana promove a abertura da larga Avenida Magalhães de Almeida que segundo o interventor Paulo Ramos em relatório ao presidente Getúlio Vargas, referente ao exercício de 1940, seria: *outro melhoramento de grande vulto e destinado a modificar por completo a feição colonial de São Luiz* (RAMOS, 1941; apud IPHAN, 2008). No projeto, dezenas de exemplares da arquitetura tradicional luso-brasileira foram destruídos, em um projeto ambicioso que cortava o centro da cidade, praticamente ligando o Rio Anil ao Bacanga. Outra intervenção na dinâmica da cidade, coerente com as diretrizes de um plano de modernização de São Luís, foi a abertura da avenida Getúlio Vargas que avançava para os subúrbios da cidade.

Com a referida intervenção começa o processo de abandono e decadência do Centro Histórico. A transferência de uma parcela da população de alta renda antes instalada na Praia Grande, local nobre do Centro Histórico, é efetivada para seus arredores gerando como resultado a desvalorização da área central. Esse comportamento urbano abre espaço e aumenta o número de cortiços.

Já no período do Estado Novo, segundo IPHAN (2008), uma parte da Praia Grande e do bairro do Desterro foi destinada pelo próprio Governo à “concentração do meretrício”. É então criada uma zona de prostituição legalizada nos arredores da rua 28 de julho. O fato incentiva a saída de muitas famílias que residiam na área, na busca por se afastar da fama do local, criando um perímetro ainda maior de abandono, exclusão social e marginalização. Décadas depois, em função da desvalorização social das edificações e dos sobrados da zona, estes são transformados de boates e bares, ou abandonados. Com o tempo, os mesmos em avançado estado de degradação passam a funcionar como cortiços ou pensões para pessoas de baixa-renda vindas do interior e de outros estados em busca de condições melhores.

A partir de 1958, intensifica-se ainda mais o processo de abandono e declínio da Praia Grande, com o surgimento de novos bairros e os primeiro conjuntos habitacionais. Há também um aumento acentuado da população em função da migração de pessoas de zona rural para a zona urbana na busca por melhores condições e meios de vida.

É nesse cenário que se expande a área de palafitas ocupadas por populações de baixa renda, que de acordo com o mesmo autor, em número superior a 7.000, abrindo mais de 40.000 habitantes em precárias condições de moradia. Essas ocupações irregulares predominam ainda hoje apesar das iniciativas governamentais, no divisor de águas do Bacanga e do Anil, nos arredores da Ponta d’Areia, Ilhinha e em área de mangues em outras zonas da ilha (IPHAN, 2008).

A implementação do sistema viário urbano em fins da década de 1960, especificamente no período de 1967 a 1970, possibilita outro vetor de crescimento. É nesse cenário que as grandes firmas de comércio por atacado desaparecem. O comércio varejista predomina e é direcionando no sentido da Rua Grande, a Rua Oswaldo Cruz. Configurando assim, nos

anos 1970, uma nova expansão urbana, agora em direção ao norte da ilha (IPHAN, 2008).

Nas décadas seguintes chegando aos dias atuais, a expansão se intensifica e continua, considerando a grande quantidade de vazios urbanos ainda presentes na cidade. Naturalmente, as famílias passam a se mudar para as novas zonas com melhor infraestrutura, estimulando a ocupação das edificações do centro histórico para o uso exclusivamente comercial. Nesse contexto, observa-se a cada ano uma redução maior de edificações com o uso residencial nesse perímetro.

3 I PROTEÇÃO E LEGISLAÇÃO PATRIMONIAL DE SÃO LUÍS

No que se refere a proteção, de acordo com IPHAN (2008), historicamente, só em 1955, ocorreram os primeiros tombamentos federais de conjuntos urbanos em São Luís, sendo tombados: *os Conjuntos Arquitetônicos e Paisagísticos da Praça Benedito Leite e da Praça João Francisco Lisboa, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Largo do Desterro, e o Acervo Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias*. Posteriormente, em 1974, os três primeiros são integrados formando um perímetro de proteção incluindo os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão. A região contemplava 978 edificações como o *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís*.

Na década de 80, o Governo do Estado do Maranhão tomba, através do Decreto 10.089/86, a área de entorno do perímetro de tombamento federal. A área compreendia 160 hectares, com aproximadamente 2.500 imóveis, correspondendo ao traçado urbano expandido do século XIX (IPHAN, 2008).

Parte do Centro Histórico de São Luís, em 6 de dezembro de 1997, é incluída pela Convenção do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na Lista do Patrimônio Mundial. Para tanto, duas características foram fundamentais para a inclusão na categoria de Patrimônio Mundial: o seu desenho urbano, preservando o traçado de Frias de Mesquita, e o seu conjunto de arquitetura civil influenciado pelo estilo pombalino.

O centro histórico de São Luís é o único cuja inscrição na Lista do Patrimônio Mundial está fundamentada em três critérios diferentes, entre os conjuntos urbanos brasileiros reconhecidos pela UNESCO, sendo esses: **o testemunho excepcional de tradição cultural; o exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana que ilustra um momento significativo da história da humanidade; e o exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época**. Atualmente, o perímetro de tombamento federal é coincidente com o perímetro inscrito pela UNESCO.

Outras edificações dentro do perímetro de proteção estadual por meio do Decreto Estadual de No. 10.089/1986 que dispõe sobre o tombamento do conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico do centro urbano da cidade de São Luís, foram protegidas

legalmente. Quanto as disposições para proteção patrimonial, estas são estabelecidas no Decreto Estadual No. 12.350/1992.

A cerca das ações municipais, estas ratificam e expandem o perímetro protegido através da legislação urbanística específica, criando em 1992, a Zona de Preservação Histórica (ZPH). Estando essa condicionada a Lei Municipal No. 4.669, referente ao Plano Diretor; e No. 3.253, quanto ao Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano. Nesse sentido, a legislação urbanística municipal considera, em suas ações de planejamento, todo o conjunto urbano envolvido pelo Anel Viário como o centro antigo da cidade formando um núcleo único, a ZPH.

Conforme Lei de Zoneamento de São Luís, Seção XVI, que regulamenta toda e qualquer intervenção na Zona de Preservação Histórica (ZPH), esclarece que só serão licenciadas quaisquer obras dentro desta zona após parecer prévio do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC-MA), Departamento do Patrimônio Histórico e Paisagístico do Maranhão e Prefeitura de São Luís.

4 | HABITAÇÃO, ISOLAMENTO E EXCLUSÃO SOCIAL

Como é observado em São Luís, a descentralização da cidade, através da criação de novas centralidades nos bairros afastados em plena-expansão, dirige o seu desenvolvimento para longe de onde nasceu, ampliando áreas, tornando distantes os acessos, criando uma nova dinâmica de vida. Naturalmente, isola-se o centro tradicional, condicionando-o a degradação, e a adaptação a novos usos.

Os processos de estagnação e decadência são vários. Os proprietários de edificações com boas condições sociais tendem a abandonar o centro histórico, e em alguns casos, a própria cidade. Esses, sedem as edificações a outros com a promessa de cuidado e conservação, ou alugam para comércios, ou simplesmente, os mantém semi-desocupados ou como depósitos, facilitando seu arruinamento. Quando ocorre a ocupação da edificação histórica por famílias de baixa renda; na contramão, não tendo estes recursos para conservar, reformar e reabilitar suas residências e seus pequenos pontos comerciais, conforme exigindo pela legislação (e muitas vezes, “sem conhecimento desta”), ocorre dois cenários. O primeiro, é a manutenção em condições precárias da edificação, muitas vezes mutilando e alterando as características do patrimônio; e o segundo, o posterior, apesar de ocupado, sem manutenção, há sua deterioração natural e/ou arruinamento.

Segundo Mena (2013), quanto maior a deterioração observada no patrimônio, maior será o sentimento de insegurança gerado, aumentando por consequência a “insegurança” real. A degradação gera marginalização. As idealizações negativas associadas a esses locais presentes no inconsciente coletivo acabam por se manifestar em ações, e logo, havendo maiores fatores externos negativos e complexos para a sua conservação. Esse contexto influencia diretamente as escolhas de investimento do setor imobiliário,

contribuindo ainda mais para o isolamento dos centros históricos. Esta é a realidade da maioria do conjunto arquitetônico do centro histórico de São Luís.

A cidade tradicional, o centro histórico, torna-se um “não-lugar” em seu sentido de socialização, uma zona a ser evitada. Esta que antes através de seus espaços urbanos facilitava a interação com “o outro”, no encontro numa rua com os vizinhos, no sentar-se na porta de casa para uma conversa de fim de tarde e no ter seus usos aproveitados por crianças e jovens; vê-se vazia e solitária. Com o tempo, o isolamento dessas zonas, aumenta o sentimento de individualidade, como menciona Alomá (2013, s.p.): *Os vizinhos não se conhecem, as crianças não brincam na rua e nem suas escolas estão no bairro. A vida é feita a portas fechadas, acabando com a socialização.* Como consequência, ocorre a tendência natural de reconhecer esses ambientes e espaços como “crimináveis” e mitificá-los como lugares perigosos, culminando com a sua marginalização natural.

O que acontece no espaço urbano está diretamente relacionado com o uso e a função das edificações que o compõem e sua dinâmica com o entorno. Segundo Alomá (2013), a monofuncionalidade dos centros históricos e áreas centrais, somada ao esvaziamento de habitações, condena a mesma a uma distorção perversa que resulta do desequilíbrio polarizado em função de seu uso em horários determinados. Durante o dia, em horário comercial, essas zonas tornam-se centros caóticos e dinâmicos. Porém quando se fecham os estabelecimentos relacionados as atividades terciárias, comércios e serviços, toda uma zona é condenada a solidão do esvaziamento, ausência quase total de pessoas, contribuindo para um panorama desértico que inspira a sensação de risco, de insegurança e de marginalização. Tal percepção desfavorável acentua a tendência de associar as zonas centrais como lugares inseguros e perigosos, uma zona a ser evitada, e que não mais combina com a habitação.

Esse é o contexto do atual centro histórico de São Luís do Maranhão desencadeado pela redução de usos de edificações como habitação, em consequência da continua expansão da cidade para fora dos limites do centro histórico. A ausência de pessoas e principalmente famílias habitando (residindo permanentemente) nessas zonas, cria um vácuo social, agravado pela sucessiva alteração de condição e uso das edificações restantes. Apesar da grande riqueza arquitetônica e do potencial habitacional da zona central, essa é não vista como um lugar adequado, em comparação com os novos bairros residenciais que apresentam melhor infra

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Histórico tem sido cada dia menos usado como elemento socializador, sendo naturalmente substituído, com o passar do tempo, por um local puramente de atividades do setor terciário, uma consequência direta da redução da condição de habitação dessa zona. Essa alteração de situação resulta em áreas cuja atividade tem horário restrito

de funcionamento, facilitando assim seu esvaziamento social fora do horário comercial e abrindo espaço para seu abandono e marginalização.

Uma zona urbana central degradada provoca rejeição e uma imagem mental associada a insegurança. A evasão residencial e o abandono social do centro são comportamentos comuns nas cidades históricas e torna complexa a preservação de seus conjuntos arquitetônicos, muitas vezes abandonados ou ocupados indevidamente sem manutenção adequada. Tal situação é um paradoxo, considerando que tais áreas são protegidas por lei, mas não tem tal proteção incentivada ou efetivada de forma ampla no sentido de as manter em boas condições de sobrevivência do edificado.

Boa parte de tais construções deve sua preservação ao fato de serem usadas ou terem uma função social ou comercial. Algumas dessas funções alteraram a forma e a distribuição interna dessas construções. Muito do que hoje conhecemos nas plantas de edificações históricas é o resultado de adaptações para uso, e que diretamente favoreceram sua permanência. Requalificar, pertencer e habitar as edificações do centro histórico promove a garantia não apenas da sobrevivência desses imóveis, mas a preservação da memória e da história, que transcende a cidade de São Luís.

Na cidade tradicional, os espaços públicos, originalmente, ofereciam a possibilidade de interação pessoal e proximidade social e física, que os bairros modernos não dispõem. Nesse sentido, a recuperação de imóveis privados em zonas centrais degradadas contribui para a manutenção social, cultural e morfológica dessas áreas, que tem legislação específica de proteção, apesar de muitas vezes não ser aplicada. A reconquista dessas áreas através de uma imagem externa mais positiva vem como uma solução sinérgica com o entorno, favorecendo o conjunto.

REFERÊNCIAS

ALOMÁ, P. R. O espaço público, esse protagonista da cidade. **ARCHDAILY**. 19 dez. 2013. Acessado em: 15 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-162164/o-espaco-publico-esse-protago-nista-da-cidade>>.

BONDUKI, N. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, IPHAN/ Programa Monumenta, 2010.

BRASIL. **Decreto-Lei N.25/1937**: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm>. Último acesso em: 12 abr. 2019.

ESTADO DO MARANHÃO. **Decreto N.10.089/1986**. Dispõe sobre o tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico do Centro Urbano da Cidade de São Luís. São Luís: Estado do Maranhão, 1986.

ESTADO DO MARANHÃO. **Decreto N. 12.350/1992**: Regulamenta a Lei n. 5.082 de 20 de dezembro de 1990, alterada em parte pela Lei N. 5.205, de 11 de outubro de 1991, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Estado do Maranhão. São Luís: Estado do Maranhão, 1992.

IPHAN. **São Luís: Ilha do Maranhão e Alcântara**. Guia de Arquitetura e Paisagem. Ed. bilíngue. São Luís-Sevilha, Junta de Andalucía, 2008.

MARTINS, A. A. **São Luís: Fundamentos do Patrimônio Cultural séc. XVII, XVIII e XIX**. São Luís, SANLUIZ, 2000.

MENÁ, F. C. El patrimonio histórico y la centralidad urbana. In: VELÁZQUEZ, B. R.; COBOS, Emilio Pradilla. **Teorías sobre la ciudad en América Latina**. v. 2. Cidade do México, Universidad Autónoma Metropolitana, 2013.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **Lei Municipal N.3.253/1992**: Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. São Luís: Prefeitura de São Luís, 1992.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **Lei Municipal N.4.669/2006**. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de São Luís e dá outras providências. São Luís: Prefeitura de São Luís, 2006.

SILVEIRA, S. E. da. **Relação Sumária das Cousas do Maranhão**. 9 ed. São Luís: Edições AML, 2013.

CAPÍTULO 11

HOOK, LINE, OR SINKER?: CHOICES IN ARCHAEOLOGICAL EPISTEMOLOGIES - TWO SOUTH AMERICAN CASE STUDIES

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 04/05/2021

John Gabriel O'Donnell

Escola de Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul
(PUCRS)
Porto Alegre - Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/4225435828370939>

Klaus Kristian Hilbert

Escola de Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul
(PUCRS)
Porto Alegre - Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/0704678157445792>

ABSTRACT: Archaeology, in both methodology and theory, presents the serious challenge of attempting to gather meaningful knowledge of past human activity through the gathering of physical evidence and its analysis. This has produced an interesting, and sometimes impassioned, discussion within the discipline regarding exactly how reliably certain conclusions about the past can depend on this process. This paper attempts to promote clarity in the discussion by acknowledging that archaeology has attempted to gain insights regarding both ontologically *objective* (readily measurable) and ontologically *subjective* (human 'experience') realities of the past. Designing better methodology and detangling the theoretical debates could be improved by forthrightly distinguishing between,

rather than mixing, these two types of epistemic goals. This paper uses two specific artifact types commonly found in the South American archaeological record to present its case. A family of unusual conical ground stone artifacts and the more well-documented stone bola are analyzed through both epistemological lenses.

KEYWORDS: South American archaeology, theory of archaeology, epistemology, artifact analysis

HOOK, LINE OR SINKER?: UM CASO DE DIÁLOGO PAN-AMERICANO EM UMA INTERPRETAÇÃO DE ARTEFATOS

RESUMO: A arqueologia, tanto na metodologia quanto na teoria, apresenta o sério desafio de tentar reunir conhecimento significativo da atividade humana passada por meio da coleta de evidências físicas e sua análise. Isso produziu uma discussão interessante e, às vezes, apaixonada dentro da disciplina sobre como exatamente certas conclusões sobre o passado podem depender desse processo. Este artigo tenta promover a clareza na discussão, reconhecendo que a arqueologia tentou obter insights sobre realidades ontologicamente objetivas (prontamente mensuráveis) e ontologicamente subjetivas ("experiência" humana) do passado. Projetar uma metodologia melhor e desembaraçar os debates teóricos poderia ser melhorado distinguindo-se francamente, em vez de misturar, esses dois tipos de objetivos epistêmicos. Este artigo usa dois tipos específicos de artefatos comumente encontrados no registro arqueológico da América do Sul para apresentar seu caso. Uma família de

artefatos de pedra cônica incomuns e a bola de pedra mais bem documentada são analisados por meio de ambas as lentes epistemológicas.

PALAVRAS - CHAVE: Arqueologia da América do Sul, teoria da arqueologia, epistemologia, análise de artefatos.

1 | INTRODUCTION: THE EPISTEMIC VALUING OF ARTIFACTS

Within archaeology, and material culture studies, physical artifacts are the flash point of a beguiling epistemological interaction. When addressing artifacts, a complex emergent relationship is established between the voyeuristic researcher and the object under view — an admixture which causes, in equal measure, both methodological confusion and fascinating theoretical discussion about the limits of scientific and cultural understanding. This paper is a discussion about the process of *valuing* material artifacts aimed towards epistemic endeavors, which can be directed towards any number of cultural, metaphysical, anthropological, aesthetic, biological, or technological inquiries related to, in the specific field of archaeology, the human past. The specific *value* given to any archaeological object is certainly not inherent in the object itself, but a quality determined by the intentions and research goals of the researcher involved. This has been acknowledged many times and in many ways, but here we would like to lay out in a more utilitarian way what the implications are for constructing different kinds of knowledge banks regarding the past — specifically distinguishing between data that is driven towards *ontologically objective* versus *ontologically subjective* realities.

Being situated amongst the archaeological research communities and institutions in southern Brazil, we will use two well-documented, but perhaps not adequately addressed, artifact “types” as examples of how a single object or class of objects could be equivocally valued epistemically by a variety of research approaches and how those various viewpoints of the object, although challenging, could support and enrich one another when arranged in tandem, rather than simply cancelling each other out or becoming deadlocked in a martial spiral of competing interpretations.

Over decades of discussion in theory regarding material culture studies and archaeological interpretation, a tendency has existed to defend a position on either side of the spectrum regarding just how much information could be or should be expected from the material remains of the past. These positions range from the full-throttled semiotic optimism of Clifford Geertz (1973), who sees the potential that artifacts, if understood in *thick description*, could quite literally be read as a language containing its own syntax and vocabulary; to the interpretively frigid position that objects should not be *re-read* into at all, and would be best taken at their face value — in other words, that their initially prevalent features and blatant purpose of use is likely the most instructive information they have to offer: “That a boat, for example, is mostly significant for what it is - that is, being a boat” (Olsen, 2010, p. 23).

Rather than taking a defensive stance on either side of this on-going and circularly symbiotic discussion, this paper asserts that both versions of understanding an object are equally and concurrently valuable but must first be identified to be understood to the fullest effect. They come across as being at interpretive cross-purposes only because they are pursuing different epistemic goals. The confusion and theoretical abrasion caused by their parallel usage can be eased greatly by defining epistemological categories more candidly and not denying the other's validity.

Borrowing an arrangement of terms from philosopher John Searle (2015), there is the very real possibility to gather valid epistemic knowledge of both ontologically *objective* and *subjective* realities. The ontologically objective reality is that collection of data points which exists for all people and non-people equally and universally: measurable qualities, chemical properties, biological processes (births and deaths), the behavior of molecular, celestial and geological bodies, etc. Certain types of archaeological research would certainly be tuned towards gathering as much of this handily measurable information regarding the human past and its associated environments as possible. This research front is a major logistical challenge and costly, but an invaluable body of information for constructing a view of the past that likely resembles some form of reality. It almost goes without saying, but of course even the most well-intentioned and honest pursuit of gathering archaeological data of this "measurable" sort is inundated with research biases, human error, skewed data, loaded language, and absent representation of important evidence that is baked into any research undertaken by folly-prone and institutionally positioned researchers. But that reality does not negate the fact that even information tarnished with the debris of inevitable bias can bring us closer to knowledge; inherent partiality does not necessitate complete abandonment of the project of building up cultural and historical understanding across the archaeological record.

If we can accept that this ontologically objective reality does exist (that, e.g., the height of Mt. Everest, the temperature at which water boils, and the essential functioning of the central nervous system all remain the same across cultural "boundaries"), then what do we mean by the contrast of *subjective realities* and what is their importance? In short, ontologically subjective realities are unique to each individual and, to a lesser extent, to each group of individuals that share cultural or societal links. They are composed of the *inner* experiences, fears, desires, doubts, and values (both conscious and subconscious) that inform our *outer* behavior while we go about our life in the ontologically objective world. It is hard to overstate the exponentially more challenging prospect of pursuing data of individual internalized ontologies but building an epistemically objective study of these subjective individual truths is by no means a de facto impossibility. As Searle (1997) points out, simply because the experience of pain is subjective in nature, it does not give the doctor license to ignore the very real character of that ontologically private experience. He goes even further to claim the *subjective* experience of pain is something distinct from the neural firings causing that state. The same kind of thinking can be applied to archaeological undertaking,

albeit, with much more distance in space and time between the subject (the past individuals represented by scant material remains) and the object (the researcher with their own private ontology as well). While neuroscience is always bringing us closer to demonstrating this *subjective* reality as perhaps a complex combination of *objective* cerebral, chemical, and electrical processes, the archaeologist does not have the luxury of pursuing their subjects in this clinically-derived way. The archaeologist, much like the historian, must be humble enough to only ever *build a case* for their *epistemically objective* descriptions of *ontologically subjective* realities of the past. It is a project without end, and therefore endlessly intriguing.

This ontologically bifurcated positioning is not meant to undermine or mutually exclude the adoption of a multivocal intellectual openness. However, rather than an insistence on developing a bridge “between rationalism (universalism) and romanticism (contextualism)” (Hodder & Hutson, 2003, p. 212), it may help to acknowledge both kinds of data have their own idiosyncrasies and, therefore, require different investigatory tools and terminology. Bruce Trigger (2008, p. 191) understandably regrets that “archaeologists have not yet freed themselves from the cynical privileging of rationalism and evolutionism on the one hand and of romanticism and historical particularism on the other”; but if Searle’s scheme is to be applied archaeologically, we can view this not as a problem of privilege or preference, but simply a matter of pursuing separate bodies of knowledge. The confusion is caused by ignoring the distinction between internal and external realities — realities that constantly play off of and inform each other, both nonetheless require their own unique approach(es).

Starting from this premise, both the ontologically *objective* and *subjective* fields of knowledge would benefit from and indeed demand the harmonies of a multivocal chorus of interpretation. This epistemic cosmopolitanism would enhance the robustness of either branch of ontological inquiry. Nevertheless, by increasing the complexity and layeredness of the interpretation, the organizational challenges would likewise increase, as Trigger makes clear: “Multivocality enhances rather than relieves the need for archaeologists to weed out erroneous assumptions and interpretations and to synthesize divergent viewpoints to produce more holistic explanations of the past.” (Trigger, 2008, p. 202).

The on-going intellectual project to amplify understanding and empathy across historical time and space is laudable and brazen in its ambitions of uniting collectivity and multivocality. Critiques of the project should be readily welcomed, however, as they will only strengthen the epistemically weak links within the humanities and offer opportunities to creatively improve the methods and theories that are in a constantly deepening dialog. But to deny the project itself because final answers will not be readily forthcoming, or biases persist would be a tragic and cynical maneuver. Archaeology is a dialectical discipline, and there is absolutely no shame in working at that level of intractability. It offers a fountainhead of refreshingly never-ending knowledge about the very essence of being human and a refuge of nuance that exists beyond the increasingly binary models of information harvesting and digital dispersal. Its practitioners are often criticized for mythologizing, fetishizing, or

romanticizing their subjects in their pursuit of the past, and certainly this should be avoided as much as honestly possible, but mystery is not a dirty word in the pursuit of layered meanings. At the core of archaeology is exactly this profoundly *mysterious* interplay between humanity, the materiality in which it finds itself, and the remains by which it has expressed itself throughout all time. It is a philosophical pursuit of the physical.

2 | THE FUSIFORM: THE CHALLENGE OF AN ONTOLOGICALLY OBJECTIVE UNDERSTANDING

To pivot off the theory outlined thus far and engage with some bonafide materiality, we approach two case artifacts pulled from the collections of the Museum of Science and Technology at the University. Both represent classes of artifact “types” that are common in excavations throughout the Rio de la Plata Basin (an area that includes sections of Brazil, Argentina, Paraguay, and Uruguay). However, their shared ubiquity in the archaeological evidence of the region does not correspond to a shared level of interpretive agreement amongst the researchers. A family of ambiguously-defined “fishing tackle” conical forms (cigar-shaped carved stones) and, in contrast, the regionally iconic hunting *bolas* (spherical stone ballistics) are enlisted here to illustrate the nonequivalence between efforts to gain either ontologically objective or ontologically subjective knowledge from the material record. The hope is to clarify that each of these research objectives requires distinct strategies and tools.

Our first class of items, a type of regionally well-known cylindrical stone object, (see Figure 1) illustrates the challenge of answering the seemingly straightforward forensic inquiry: *What is this thing, and how or to what purpose was it meant to be used?* This kind of inquiry posits, at the outset, an epistemic position that an objectively correct answer to the question is at least possible enough to justify its asking. It embraces an ontologically objective reality regarding the researcher being able to posit a likely intended *use* of an object but does not make a judgement regarding the ontologically subjective *value* of the object. We can discuss later how the two bodies of knowledge (objective and subjective) can play off of and inform one another, but for now, the two realms of epistemology are intentionally held at arm’s length to sharpen their contrast.

The smoothly polished, diamond-shaped stone artifacts were retrieved from excavation work undertaken in the summer of 1983 at the archaeological site of Itapeva, a shell mound on the beaches of the state of Rio Grande do Sul, southern Brazil (Wagner et. al., 2009). They are from an enormous collection of materials that were gathered and organized with broad research goals of forming a clearer picture of the variety of peoples who have utilized and lived along all the Brazilian coastline over the span of many centuries, approximately between 3.500 and 2.500 BP. Chronology of occupation, methods of fishing and hunting, diet, art, burial practices, demographics and technologies were all possible

points of consideration regarding the objects exhumed from these shell mounds, cleaned, tagged, bagged and eventually housed in the archaeology collections of the University. The particular items under consideration here (five in total, of which two, pictured here, remain intact) are referred to in the official project report as “biconical objects (spindles with or without notches at the ends and in the center)” (Kern, 1983). They average about the size of an adult index finger and weigh about the same as a pocket knife. Most are incised with a series of finely carved rings situated in a group near one end. There is a deeper, more pronounced single ring engraved near the center, which divides the form into two nearly symmetrical halves. The two intact specimens display a small nipple-shaped nub at the end opposite the concentric bands. In this sense they display a clear asymmetry. (See Figure. 1).



Figure 1. The biconical stone items. Photograph: The authors.

In the official Itapeva-site material catalog, which includes general descriptions and tallies for all the thousands of excavated materials from the coastal digs, these objects are referred to as biconical forms used for fishing activities (*fuso de rede*). This shorthand description and proposed usage as fishing tackle, certainly in keeping with the littoral character of the societies under analysis, is universal amongst regional archaeological literature. However, the details regarding the specific use of and design of these items is varied. Explanations include their use as line sinkers directly affixed to oversized fishing hooks, as spindles to wind up fishing line, and as a fishing net weights (*pesos de rede*) for keeping large fishing nets in place. (Thaddeu, 1995; Rafeal Milheira, 2020, personal communication and Jairo Rogge, 2020, personal communication). Clearly all these various

proposed uses, while all related to the activity of fishing, are very different in detail and would likely manifest their unique usage in variance of the object's design. By looking at some modern-day fishing tackle, it's not hard to imagine how the artifacts' association with similar, but distinct, items of the fishing tackle family could be maintained in the literature simultaneously (see Figure 2).



Figure 2. Modern fishing tackle items including line weights and sinkers.

Photograph: Courtesy of Mr. Aren Orsen.

Doubtlessly, the societies located along the coastal zones of Brazil were heavily maritime in their diets, means of transportation, and construction projects. Their architectural legacy is prolific in the thousands of shell mounds (*sambaquis*) that dot the ocean-front of the continent, and even these often massive constructions alone illustrate the indisputable integration with and dependence upon the ocean in their use of aquatically-derived fish and shellfish by-product as primary building material. These were fishermen through and through, and many of the items excavated within their population zones attest to their penchant for a life dependent on the ocean. However, any time multiple explanations co-exist in the archaeological literature for the same items, it is a quandary that begs resolution, and in this case, the potential revelation that perhaps none of the previous explanations fit well with the facts.

It may come as a methodological surprise to hear that a career archaeologist with decades of insight could have a long-held suspicion reignited by a chance encounter with an amateur YouTube video, but that is exactly what transpired with Dr. Klaus Hilbert and the bifiform artifacts discussed in this paper. Hilbert, who oversees and operates the current

archaeology lab and program at the University, ran across a 2011 video clip entitled “Indian Artifacts - Atlatl Weights,” and his hunch regarding the serious misclassification of the bifurms was reinforced when he saw the objects being discussed on screen. In the clip from Tennessee, local hobbyist artifact hounds discuss a particularly rare species of artifact they have run across during their excursions in the local areas. The objects, nearly identical to the fusiform ground stones found along the littoral areas of South America, are identified as *atlatl* weights, and a demonstration of how they were attached and utilized on the hunting spear-throwing devices follows in the video (Tallfeather, 2011).

The atlatl, used in varied forms throughout North and South American hunting communities, required the attachment of oblong, palm-sized weights to a wooden handle to aid in both target accuracy and projectile power. The atlatl remains in use today, both within hunting communities and as a popular hobbyist pursuit, so it is not difficult to see its contemporary use in action and marvel at its effectiveness as a powerful hunting tool or weapon. This is in large part to its ingenious design, which requires the aforementioned stone weights. Jenny Adams’ *Ground Stone Analysis* provides a straightforward explanation of the construction and use of the atlatl device:

An *atlatl* is a composite tool that includes a wooden spear tipped with a stone point and a wooden spear thrower. Ground stone items are sometimes attached to the spear thrower [...]. Recognizing weights and charmstones when they are not attached to a spear thrower is no easy task. Any shaped stone of suitable size could have been attached, but those with suspension grooves are more likely candidates than those without grooves. (Adams, 2002, p. 192)

It’s worth emphasizing that atlatl spear thrower technology, dating in use back to at least 32,000 BP, has been documented in the archaeological record first in Europe, and then throughout the American continents (McClellan & Dorn, 2006). Their component pieces, including the ground *bannerstones* or weights, take on a wide variety of forms, but consistently perform to “help stabilize the dart and keep it moving in a straight line during the critical first moments of casting. Atlatl weights slow down the cast and because of inertia, help the atlatl to keep in line with the cast, the spear accuracy and projectile speed” (Robert Berg, 2020, personal communication).

Dr. Klaus’ unexpected run-in with an enthusiastic YouTuber is a clear illustration of how multivocality can inform archaeological research of the ontologically objective kind. This is not a question of competing narratives regarding the significance or meaning of past events, but an opening of the dialogue beyond the academic to include other sources of expertise. Rather than a lack of seriousness, looking beyond academia speaks to a liberal open-mindedness of embracing the multivocal model of analysis and the ever-adjusting morphology of the accepted archaeological accounts regarding the past. So much more is unknown than known — and that which is known is open to continuous revision, which can come from unlikely voices. The video spurred on the reexamination with a new interpretive

lens with borrowed insights from outside the local research community and academia itself. Klaus immediately recognized the objects discussed in the internet video's resemblance to the ambiguously classified objects in the lab's collections, and the need to revisit the evidence and interpretative record was reignited.

When diving into the re-interpretation regarding the biconical ground stones and their resemblance to the Tennessean pieces from the video, a three-pronged approach was applied: reexamining the objects themselves, reviewing the regional literature, and bringing in more outside voices. The first of these, simply attempting a closer examination of the Itapeva shell mound-site specimens from the collection, yielded some surprising results.

One subtle feature of the pieces that was not clearly conveyed in the Itapeva-site field reports or subsequent excavation literature is that the "conical" forms are not entirely conical! There is one notably flattened side to the pieces that is significant enough to prevent the items from rolling when placed on a flat surface. This also means the "concentric" bands carved into the items (supposed to affix rope or twine) do not travel around the entire parameter of the circular form, but only encompass roughly 270 degrees of the full item. The generally overlooked, but clearly noticeable characteristic, is perfectly in keeping with the expected abrasion of an item that would be affixed to the top surface of horizontal spear-launcher or atlatl and not at all indicative of a free-floating fishing line sinker, a net weight subject to the vicissitudes of water currents, or the uniform circumference expected of a line spindle.

It is important to note that in a 1995 dissertation examining the artifacts from the Itapeva-site excavations, graduate student Vera Thaddeu (1995, p. 118) mentions the polished side of the ground stones and cites the French archaeologist André Leroi-Gourhan (1945) as an authority to explain that this could be from the sinkers' attachment directly to a large fishing hook. So, while the case for the atlatl counterweight explanation is emphasized here, it is always important to bear in mind that alternative, parallel explanations for artifact features continue to exist and maintain a voice in the analysis.

Another physical trait that lends itself to the re-interpretation of the items as atlatl weights is the unique, asymmetrically shaped features at each of the pieces — one side demonstrating a series of closely clustered parallel lines (indicative of string anchoring to the spear thrower) and the other side consisting of a single, bulbous nub, consistent with a potential securing of the spear itself.

Inspired by the unexpected insights offered by the artifact hounds from Tennessee, a deeper journey into the milieu of North American collectors, hobbyists, and contemporary atlatl enthusiasts led into some constructive and interesting exchanges. Robert Berg, who, along with his wife Cheryl, operates the world's largest atlatl-making workshop in Candor, New York, seemed like another good resource to go to. He has been selling, making, lecturing about, and hunting with atlatls for more than thirty years. After watching a video demonstration of Bob Berg using his homemade atlatl to peg an invasive lake carp on the

first attempt, we reached out for his thoughts. Berg's (2020) input was welcomed and in support of Dr. Hilbert's hunch regarding the ground stones: "They are very likely to have been atlatl weights based on the fact that there is a (smooth) side that is formed to attach to something and the sinew lines cut into the stone. The two weights appear to be the right size for balancing a fairly large dart". Other amateur artifact craftsmen and hunters, including reality television outdoor survivalist Matt Graham (2016), have created educational online videos demonstrating the incredible effectiveness of the atlatl technology in use and with the inclusion of stone weights very much alike to the pieces from Itapeva-site.

A practical challenge of the atlatl apparatus for archaeologists is the likelihood that only the stone components of the entire device generally survive into the archaeological record (Scheinsohn, 2016). The bulk of the spear thrower — like wooden artifacts in general — degrade into the earth and are much less likely to be detected in the archaeological record. This is one factor that has made this group of artifacts especially enigmatic and prone to such varied interpretations as fishing items, bodily adornments, and the even less well-defined *charmstones*. As Adams' notes:

The intersection of grinding technology with that of propulsion technology is not a common archaeological topic. However, it must be discussed because there are examples of ground or polished stones attached to atlatls. Questions have been raised asking whether their attachment is functional or ritual. Those identified as *atlatl weights* are considered important to the heft and arc of the spear thrower, and those identified as *charmstones*, to the tool's success. Evidence for distinguishing either type is tenuous. (Adams, 2002: pp. 191-192)

Looking back through excavation literature from archaeology done along the same parts of the coast, we find some interesting field report entries pertaining to similar objects. In the illustrated journals of German amateur-archaeologist Guilherme Tiburtius, artifacts comparable in form, weight, and size to the Itapeva biforms are represented and described (see Figure 3). Tiburtius was performing excavations in the north coast of the state of Santa Catarina in the mid-20th century and publishing his findings in the 1960s. Regarding these specific items, the description of its excavation context is revealing:

[...] the main building was located, higher on the third and smaller shell mound. As the only find, soldiers uncovered, at a depth of two meters and next to a large block of granite, a skeleton. Under the well-preserved skull lay this masterfully crafted green granite pendant. Unfortunately, the lower part was missing. At below the top, a deep, 2 mm wide groove was carved which goes all around the 'head' of the piece. With astonishing skill, the manufacturer had polished the sanded stone body in such a way that a projecting frieze that remained exactly over the center of the body remained. Both friezes are 1.5 millimeters wide and the same height. The whole piece has a fine and shiny surface. According to the strongly contrasting double frieze, the work can only have been carried out with a hand-held device. If you take the upper half as a basis, the piece was about 80 millimeters long. Diameter in the middle of the body without frieze: 22 millimeters. The whole pendant may have weighed about 54 grams. (Tiburtius, 1960, p. 51, our translation)

Here Tiburtius describes in cut-and-dry detail an elaborate burial arrangement with this “masterfully crafted” stone placed directly beneath the skull of the body, which is itself placed directly under an overhanging frieze. Indeed, nothing can ever be proven in the speculative craft of archaeological interpretation, but one would be led to judge this sepulchral arrangement as one of great intentionality and significance. And whether we are more likely to expect the carefully entombed cadaver to be buried alongside either prized and unique *atlatl* spear throwing device or a single fishnet weight is also quite subjective by nature, but still it’s impossible and irresponsible to disregard interpretations for lack of absolutism. Further exploration and comparison of previous burial excavation practices, both locally and transnationally, would be a logical step in supporting either interpretation.

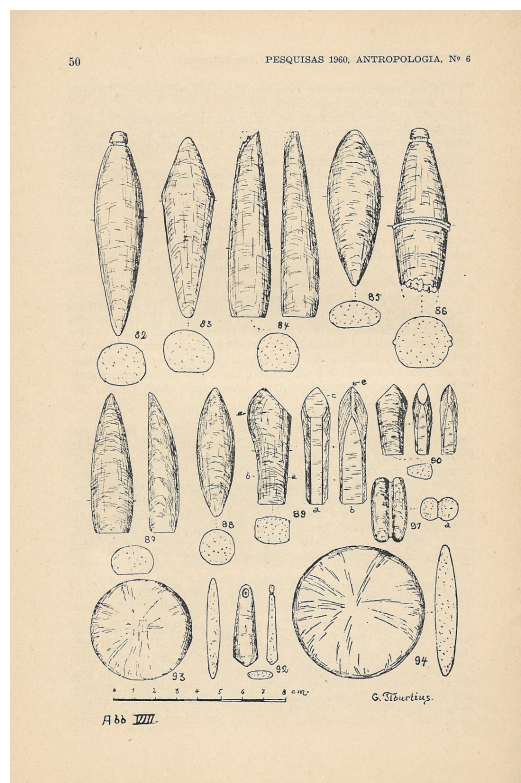


Figure 3. Tiburtius’ drawing of his finds including ‘Item 86’, which was found directly under the skull of an elaborately buried individual. (From Guilherme Tiburtius, *Pesquisas Journal*, 1960).

With the bifurms examined above, we have one class of items that potentially played its role in two very different strategies of food procurement: baited and hanging languidly at sea or explosively launching a spear through the air. Further wear-use analysis, using comparative models, experimental archaeology, fresh finds from forthcoming excavations,

ethnoarchaeology, and perhaps even better chemical analyzes, may essentially close the case on the past utility of these artifacts. But the fact that they have been found alongside their dead owners speaks to something beyond utility, a role played beyond the practice of food procurement and making one's daily bread. This is the realm of subjective reality — the *facts* of the mind. The *data points* of beliefs, fears, and aspirations. With our next case study — a group of items with a well-known and widespread use that needs no further explication — we see that determining an item's utility and its value are two very different artifactual beasts entirely.

3 | THE BOLEADEIRA: EPISTEMIC OBJECTIVITY OF ONTOLOGICAL SUBJECTIVITY

The boleadeira (South American stone projectile) has been an idiosyncratic and locally well-known hunting (and now ranching) tool used throughout the southern cone of South America for many centuries. This specific specimen is most likely the product of either the *churrua* or *guaraní* cultural groups from the area, but its provenance remains unverified (see Figure 4). The bola, whose origins certainly lie with the native populations, has since been adopted by the contemporary gaucho cowboy culture, becoming a local symbol of regional pride and identity. It sits alongside the characteristic baggy clothing, obsession with barbeque, and ubiquitous yerba mate (*Ilex paraguariensis*) or *chimarrão*, as an icon of the culture. These projectiles were used in the act of hunting various fauna of the *pampas* grasslands and surrounding areas, such as the camelid guanaco and the large flightless rhea bird.



Figure 4. Boleadeira. Photograph: Daniele Borges. Available on AMAA Acervos: <http://www.amaacervos.com.br/>

Examining a boleadeira, we find it adorned with white-out correction ink, upon which the script of a black ballpoint pen reads “JJ 8735” — i.e., object “JJ 8735”. The significance of this organizational moniker has been lost as archives have been moved, reorganized and

scrambled over the years. The collection of artifacts that offered up the object “JJ 8735” is in a basement room of the complex of laboratory buildings at the University. The same building also houses collections of rocks and minerals, reptiles, insects, and live fish. This bola came out of a drawer amongst other items, some (incorrectly) labelled boleadoras from the Museum of Science collection.

The case of this boleadeira being registered as an item of “science” seems particularly problematic, considering this item was probably certainly not involved in any *controlled laboratory experiments*, certainly not of the kind attempting to *repeat results*, that is to say “the scientific method”. It seems to have found its way into the Museum of Science collection, along with the other archaeological items, simply for lack of a more appropriate place to go. It could be argued, with equal validity, that this object would be just as appropriately housed in the history, engineering, geology, or philosophy departments, should they have space in their collection drawers for stoney, peach-like projectiles.

The approaches of history and archaeology have much to learn from one another. Apart from the obvious fact that both disciplines are in constant dialog with the present and the past, they also attempt to feed this dialog with the fruit of source material, whose original full sense or intentionality is never a given.

Some mid-20th century thinkers like Jacques Derrida, Roland Barthes, and Michel Foucault have even gone so far as to not only claim the impossibility of useful interpretations of a source’s original intention, but have offered the idea that the search for an original meaning is not even a desirable or useful goal:

[...] one of the more challenging features of postmodern culture has been a deepened skepticism about the traditional humanist project of interpreting texts [*we can insert archaeological remains here in our case!*]. Given this development, it seems well worth asking anew how far it remains defensible to speak...of recovering the motives and intentions of authors [*designers and users*], of ascribing particular meanings to their utterances [*their artifacts*], and of distinguishing acceptable from unacceptable readings of literary or philosophical texts. (Skinner, 2002, pp. 90-91, *italics* are author’s additions)

Setting aside the possibility/impossibility or usefulness/uselessness of the task for the time being, it is the case that history and archaeology *both* rely on physical source material. In the case of history, primarily documents of the written kind; with archaeology, material remains that may or may not include some form of written language. This distinction is enormously important when considering theory and methodology as applied to both subjects. However, because they do both rely on source material, there are techniques, strategies, problems, and potential solutions surrounding best practices and theoretical development that both fields can offer one another.

In the case of a single artifact — in our case object “JJ 8735” — we must address (at the very minimum) two levels of *intentionality* or *sense* of the object: that of the original construction and design (in our case, likely a member of the *charrua* or *guarani* native

population) and also the intentionality and sense of all the subsequent researchers (writers) who have provided their interpretations, analyses, or ideas on the item. In the mode of the historian, we have an *excavation of text*; in the mode of the archaeologist, the *reading of material*. We are always wearing a minimum prescription of two pairs of interpretive lenses. Andrew Jones (2004: 11) simply refers to these as the contrasting physical and textual models of the archaeological record.

The historian, at times, has the distinct advantage over the archaeologist of being *spoken to* by the author (or in the case of archaeology, the one acting upon or with an object) and sometimes directly offered the purported intentions, but even this requires looking outside or around the material source for a more fleshed-out interpretation:

[...] it has been asked whether we can recover the author's intentions from his text without becoming imprisoned in the hermeneutic circle. The answer is that this may indeed be a danger when we have no evidence regarding the intentions other than the text itself; in practice, this is sometimes the case but not always. There may be evidence, unreliable and treacherous but still usable, from the author's other writings or his private correspondence;...The more evidence the historian can mobilize in the construction of hypotheses regarding the author's intentions, which can be then be applied to or tested against the text itself, the better his chances of escaping from the hermeneutic circle [...]. (Pocock, 1985, p. 4)

In terms of ascertaining the original purpose, significance, or *intentionality* of the artifact and its user, we could substitute the historian Pocock's "mobilization of other evidence" for the archaeologist's rightful concern with context and we would be situated comfortably in a parallel discussion of interpretation of meaning between the two disciplines. In the case of object "JJ 8735", the only body of current *context* we have is its fellow "drawer-mates" (the other artifacts in the basement collection) and many other similar artifacts (also designated boleadoras) that have been found and used in the region (a body of contextual data points).

We can begin our survey of potential interpretative languages of object "JJ 8735" in 1949, with the Smithsonian Institute's *Handbook of South American Indians*. Organized and published by the Bureau of American Ethnology, this multi-volume tome has deservedly developed a reputation as a fair representative of the early 20th century tendency to catalog and categorize human behavior typologically rather than offering any sort of explanation for *why* this behavior exists or if there is any *cultural significance* of the behavior beyond its practical use:

The distribution of *bolas* coincides, in part with that of the sling, a coincidence that is not entirely fortuitous, since both weapons are effective only in open country [...] Stone for *bolas* were found archaeologically in Uruguay and its other Brazil, a distribution which coincides with historical data [...] The Bola was principally a hunting weapon, but it became a war weapon that was used with some success against the Spaniards when the Indians discovered how effectively it stopped their horses. (Steward, 1949, pp. 253-254)

Here we have purely descriptive language: what is a bola materialistically, its distribution, and which groups used it and to what purposes. The approach does not provide any space for any inquiry into why this particular device was used in these ways and by these particular groups (the texts mentions more than twenty ethnic groups, spanning halfway up the continent of South America known to have used some variation of the bola). If there were variations in use or meaning of the bola amongst these meticulously cataloged ethnic groups, or if there was any significance to the item for the people that used it, beyond the purely utilitarian, the language here does not concern itself.

To offer an illustration by way of example: the standard 9 ½ inch, 5 ounce, hide-bound American MLB baseball is optimally designed for its particular requirements of performance; but when viewed as an object by most Americans people, the reaction would be of much more emotional or symbolic content (nostalgia, excitement, pride, or even boredom) than a thoughtful reflection on its particular technical qualities and usefulness. To put it another way: I could explain that I *use* my Ferrari for my daily commute to the office, but that would be a very incomplete, if not downright misleading, explanation of why I might possess that particular car and what it might *signify* to me, and the larger society, as an object.

As a hefty counterbalance to the evolutionary, diffusionist language of the inevitability of the existing archaeological record as a naturalistic manifestation of makeable adaptive practices, a wave of theoretical concepts to re-introduce individual agency, choice, and creativity emerged in archaeology (as in many other fields) and also began to be fully critical of the *individualization* of the interpreters themselves:

If the hypothetical deductive scientists of the 'new' archaeological paradigm saw themselves as the ultimate social planners, discovering laws of cultural evolution that would lead us knowingly into the 21st century, we post-processualists have more modest aims. We can predict neither the past, nor the future; in fact, we claim not to know that past at all. Rather, we tell stories about it and discover stories told by previous generations of scholars...But — and this is the important point — we proceed *critically*, seeing how these stories are used and manipulated for present purposes, sometimes condemning the tale, sometimes approving it — always, of course, from a *critical* perspective. (Kohl, 1993, p. 13)

In this regard, it is unlikely one would ever be able to really say if our boleadeira object “JJ 8735” had any special meaning to its previous users or possessors. Maybe some ethnographical information could be twisted into providing some kind of gossamer insight about human-object relationship in that particular time and place, but as far as the specifics go, we are at a loss.

Another strategy, design theory, offers the satisfying “rationality” of processual models, while also allowing for the input and idiosyncrasies of an individual acting behind the object in question; it uses the logic of creative design to explain an item’s characteristics:

As restructured (*as opposed to its use in architecture, engineering and industry*) for ground stone analysis, design theory assumes that tools are made to solve problems deriving from functional, economic, or other realms. The designed differences in form are sometimes brought about by sociocultural constraints such as economy of production, durability, and efficiency. Cost of production issues, such as distance to material source and difficulty of manufacture, often dictate choices of design specifications. (Adams, 2002, p. 8)

Here we have the idea of thoughtful *invention* and the rationality of the engineering of objects being used to explain what objects are found. It also offers the wiggle-room of sociocultural constraints to allow for any characteristics that don't fit the expected results of a fully rational design strategy. Delegating any possible expression of symbolism, creative expression, political meaning, or even personal whims to the footnote of "sociocultural restraints" seems like a pretty unsatisfactory solution to the complexity of human materiality.

As touched upon earlier, we have not one, but two "intentionalities" we have to address in archaeology: that of the object and its creator, and furthermore, that of the archaeologist(s) giving this object a new "public outing," as well as their own personal, professional, political, and logistical influences that might come along for the ride. (That's some stratigraphy!)

Archaeologists define themselves as addressing the *materiality* of human experience (as opposed to the anthropologist, the historian, or the ethnologist), but it still requires language at every step of the way. This fact essentially guarantees the circular semantics of the conversations surrounding and defining the field. Language offers its gorgeously and stubbornly slippery acrobatics (sometimes more combatively "martial arts"-like) into the mix — a contribution to be acknowledged and celebrated, rather than chastised or ignored. Naturally our interpretations may lead us to epiphanies of self-realization and self-criticism, which in many ways is why we collectively pursue history in the first place.

Hopefully the final distillation from the contents of this paper is clear enough: archaeology casts two extremely wide, but distinct epistemic nets. It can be used for collecting data regarding objectively-oriented past events when it behaves as a *natural science* with the human species as its locus. However, it can also approach subjectively-based realities of individuals inner lives and their cumulative inner experiences in the form of an interpretive *cultural science*, unpacking less obvious meanings within the physical manifestations of the archaeological record. Though archaeology has attempted to maintain this balancing act between these two very different bodies of knowledge, this paper proposes the distinction is less problematic when clearly recognized and one of the two epistemic lenses is used, rather than a murky blending of the two.

With the discipline's ambiguity viewed less problematically, archaeology can come to be seen as a methodological and theoretical toolkit for problem-solving on at least two epistemological levels (in practical, academic, political, environmental, historical or philosophical arenas) and not relegated to existing under the presumption that its primary

goal is to narrate prehistory. This will open up the techniques to be used in creative new ways, render unnecessary the theoretical tail-chasing and put archaeology in the central role of providing an intellectually honest bridging between the abstract and the physical – something so many existentially and pragmatically daunting challenges of our era demand.

ACKNOWLEDGEMENTS

The authors would like to thank William J. O'Donnell for his incalculable assistance in editing of both style and substance, Mr. Aren Orson for the photos and enthusiasm, and, also, Dr. Rafael Milheira at the UFPel for his on-going encouragement and academic camaraderie throughout the construction of the paper.

The author(s) disclosed receipt of the following financial support for the research, authorship, and/or publication of this article: This work was supported by CAPES/PROSUC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior) and CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) for funding research on Material Culture Studies.

REFERENCES

- Adams, J. L. (2002). *Ground Stone Analysis: A Technological Approach*. Salt Lake City: The University of Utah Press.
- Geertz, C. (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Book.
- Graham, M. (2016). Atlatl Basics with Matt Graham. 4 min. 29 sec. Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=CILG2o6TcnQ>>. (accessed: 2 March 2020).
- Hodder, I. & Hutson, S. (2003). *Reading the Past: Current Approaches to Interpretation in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jones, A. (2004). *Archaeological Theory and Scientific Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kern, A. A. (1983). *Sub-Projeto: Sítio arqueológico de Itapeva: Análise dos resultados das escavações*. Porto Alegre: PUCRS-CEPA (Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas).
- Kohl, P. L. (1993). Limits to a post-processual archaeology (or, The dangers of a new scholasticism). In N. Yoffee, & A. Sherratt (Eds.). *Archaeological Theory: who sets the agenda?* (pp. 13-19). Cambridge: Cambridge University Press.
- Leroi-Gourhan, A. (1945). *Milieu et techniques*. Paris: Albin Michel.
- McClellan III, J. E. & Dorn, H. (1993). *Science and Technology in World History: An Introduction*. Baltimore: The John Hopkins University Press.

Olsen, B. (2010). *In Defense of Things*. Plymouth: Altamira Press.

Pocock, J. G. A. (1985). *Virtue, Commerce and History: Essays on Political Thought and History, Chiefly in the Eighteenth Century*. New York: Cambridge University Press.

Searle, J. (1997). *The Mystery of Consciousness*. New York: The New York Review of Books.

Searle, J. (2015). Two Versions of Subjective-Objective Distinction & Consciousness (P2 - John Searle). Interviewer: Robert Pollie. 8:50 min. Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=1Vj0CSYE8YY>>. (accessed: 02 July 2020).

Scheinsohn, V. (2016). A Hook on Patagonia: Spearthrowers, bone hooks, and grips from Patagonia. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*, 3(2), 88-102.

Skinner, Q. (2002). *Visions of Politics: Volume 1: Regarding Method*. Cambridge: Cambridge University Press.

Steward, J. H. (Ed.). (1949). *Handbook of South American Indians*. v. 5: The Comparative Ethnology of South American Indians. Washington, D.C.: United States Government Printing Office.

Tallfeather. (2011). Indian Artifacts - Atlatl Weights. 2 min. 53 sec. Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=VTiPc2chSJs>>. (accessed: 18 July 2020).

Thaddeu, V. L. T. (1995). *Inferências sobre o início do povoamento no litoral norte do Rio Grande do Sul: um estudo do sítio da Itapeva (RS-201)*. (MA thesis). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brazil.

Tiburtius, G. (1960). Schmuckgegenstände aus den Muschelbergen von Paraná und Santa Catarina, Südbrasilien. *Pesquisas Antropologia*, 6, 34-64.

Trigger, B. (2008). Alternative archaeologies in historical perspective. In J. Habu, C. Fawcett & J. M. Matsunaga (Eds.), *Evaluating multiple narratives: beyond nationalist, colonialist, imperialist archaeologies* (pp.187-195). New York: Springer.

Wagner, G., Hilbert, K., Bandeira, D., Tenório, M.C. & Okumura, M. M. (2011). *Sambaquis* (shell mounds) of the Brazilian coast. *Quaternary International*, 239, 51-60. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2011.03.009>.

CAPÍTULO 12

ARQUEOLOGIA SOCIAL INCLUSIVA E CONSERVAÇÃO DA ARTE RUPESTRE DOS SÍTIOS BARRO BRANCO I E TEMPLO DOS PILARES – ALCINÓPOLIS – MS

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 04/05/2020

Maria Conceição Soares Meneses Lage

Universidade Federal do Piauí, Curso de Arqueologia
Teresina – PI

Benedito Batista Farias Filho

Universidade Federal do Piauí, Departamento de Química
Teresina – PI

Igor Linhares de Araújo

Universidade Federal do Piauí, Pós-Graduação em Arqueologia-PPGARq
Teresina – PI

Welington Lage

Universidade de Coimbra-PT, CEAACP, WLAGE Arqueologia
Teresina – PI

Danyel Douglas Miranda de Almeida

Universidade Federal do Piauí, Pós-Graduação em Arqueologia-PPGARq
Teresina – PI

Pablo Meneses Lage

Empresa WLAGE Arqueologia
Teresina – PI

RESUMO: O presente trabalho teve o objetivo de realizar atividades de conservação envolvendo a comunidade local e constou da elaboração de um diagnóstico técnico sobre o estado geral de

conservação dos sítios Barro Branco I e Templo dos Pilares, intervenção de conservação a fim de eliminar ou minimizar o efeito dos problemas identificados, principalmente as pichações; apresentar uma proposta de monitoramento para os sítios buscando evitar a reincidência dos problemas e treinar uma equipe local para dar continuidade à manutenção e limpeza no entorno dos sítios. O sítio Barro Branco I é um abrigo sob-rocha contendo pinturas rupestres nas cores vermelhas, amarelas, pretas. O Sítio Templo dos Pilares é um grande abrigo arenítico cujo teto é sustentado por enormes colunas naturais formando um monumento de grande beleza. Possui diversos grafismos pintados e/ou gravados em variadas cores (vermelha, amarela, preta). As camadas pictóricas dos sítios apresentam qualitativamente o ferro, que faz parte do material que dá cor à arte rupestre; o manganês que também é o responsável pela coloração preta; elementos como cálcio, potássio, alumínio, fósforo, silício, cloro e enxofre em sua maioria compõe o suporte rochoso e depósitos de alteração (eflorescências salinas, líquens ou manchas diversas). A identificação da composição químico-mineralógica dos pigmentos pré-coloniais, em sua quase totalidade, indicou a possibilidade de utilização de substâncias orgânicas para controlar o avanço dos líquens sobre os painéis rupestres e em outros aspectos a realização de intervenções mecânicas nas eflorescências salinas pois possuem composição química similar da arte rupestre o que impede o uso de solventes orgânicos como solubilizante. Os trabalhos foram realizados envolvendo o poder público local e a população atual a fim de

garantir melhores resultados. Tais ações aconteceram nas diferentes etapas da investigação, desde a apresentação da proposta, sua realização, apresentação dos resultados obtidos e das ações futuras.

PALAVRAS - CHAVE: Arte Rupestre. Conservação de Arte Rupestre. Arqueometria. Arqueologia Social Inclusiva. Sítio arqueológico Barro Branco I e Templo dos Pilares.

INCLUSIVE SOCIAL ARCHAEOLOGY AND CONSERVATION OF ROCK ART SITES BARRO BRANCO I AND TEMPLO DOS PILARES - ALCINÓPOLIS - MS

ABSTRACT: This work had the objective of carrying out conservation activities involving the local community and consisted of the elaboration of a technical diagnosis on the general state of conservation of the sites Barro Branco I and Templo dos Pilares, conservation intervention to eliminate or minimise the effect of identified problems, in particular graffiti; present a monitoring proposal for sites seeking to prevent the recurrence of problems and train a local team to continue maintenance and cleaning around the sites. The site Barro Branco I is an under-rock shelter containing cave paintings in red, yellow, black colors. The Site Templo dos Pilares is a large sandstone shelter whose roof is supported by huge natural columns forming a monument of great beauty. It has several graphics painted and/or engraved in various colors (red, yellow, black. The pictorial layers of the sites qualitatively present the iron, which is part of the material that gives color to the rock art; manganese, which is also responsible for the black coloration; elements such as calcium, potassium, aluminum, phosphorus, silicon, chlorine and sulfur mostly make up the rocky support and alteration deposits (saline efflorescences, liquens or various stains). The identification of the chemical-mineralogical composition of the pre-colonial pigments, in their almost entirety, indicated the possibility of using organic substances to control the advancement of liquens on rock panels and in other aspects the performance of mechanical interventions in salt efflorescences because they have similar chemical composition of rock art which prevents the use of organic solvents as solubilising agents. The work was carried out involving the local government and the current population in order to ensure better results. These actions took place in the different stages of the research, since the presentation of the proposal, its realization, presentation of the results obtained and future actions.

KEYWORDS: Rock art. Conservation of rock art. Archaeometry. Inclusive social archaeology. Archaeological site Barro Branco I e Templo dos Pilares.

1 | INTRODUÇÃO

O Sítio Barro Branco I está situado na Serra do Barro Branco, em área da Fazenda Santa Maria e se encontra cadastrado no CNSA/SGPA/IPHAN em 14/12/2011, sob o número MS00814. Trata-se de um grande abrigo sob-rocha arenítica contendo predominantemente pinturas em vermelho e suas nuances, mas há também amarelas, bem como algumas representações gravadas. As pinturas são na maioria zoomorfas e encontram-se associadas a representações não figurativas. Como problemas de conservação pode-se destacar o desgaste da rocha suporte, presença de microrganismos como liquens, as galerias de térmitas e algumas pichações em áreas próximas aos painéis rupestres.

O Sítio Templo dos Pilares está localizado no Parque Natural Municipal Templo dos Pilares. Foi registrado no CNSA/SGPA/IPHAN sob número CNSA MS00753 em 11/12/2011. É um grande abrigo arenítico cujo teto é sustentado por enormes colunas naturais formando um monumento de grande beleza. Considerado como um dos mais importantes sítios do estado do Mato Grosso do Sul, contendo milhares de grafismos pintados e/ou gravados, em diferentes representações rupestres. Todavia, o sítio é marcado pela presença de vários problemas de conservação, como infestação de microrganismos, presença de insetos construtores, como galerias de térmitas, presença de microrganismos e pichações.

Os principais objetivos do estudo foram o de realizar diagnóstico técnico sobre o estado geral de conservação dos painéis pré-históricos dos sítios Barro Branco I e Templo dos Pilares, por meio de exames e análises arqueoquímicas dos pigmentos pré-históricos, depósitos de alteração e do suporte rochoso. A partir daí propor e efetuar intervenção de conservação nos painéis de arte rupestre dos sítios a fim de eliminar ou minimizar o efeito das pichações. Tais ações efetuadas com a presença de representantes da comunidade de Alcinópolis para que no futuro possam realizar a manutenção e limpeza no entorno dos referidos sítios. A última etapa do trabalho foi a de apresentar uma proposta de monitoramento para os dois sítios a fim de evitar reincidência dos problemas de conservação e retardar seus desaparecimentos.

2 | PROCEDIMENTO EXPERIMENTAL

O projeto de conservação da arte rupestre dos sítios Barro Branco I e Templo dos Pilares, situados no município de Alcinópolis, capital sul mato-grossense de arte rupestre aconteceram por meio de licitação ocorrida entre a Superintendência Estadual do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no Mato Grosso do Sul e a empresa Wlage Arqueologia em setembro de 2019.

A etapa inicial constou da construção do diagnóstico técnico de conservação dos sítios, seguido da intervenção de conservação e as propostas de ações futuras a fim de auxiliar na preservação dos sítios arqueológicos Barro Branco I e Templo dos Pilares. Cada etapa realizada esteve ligada com a anterior e teve a participação da comunidade do município de Alcinópolis. Por meio do IPHAN-MS, a Prefeitura Municipal de Alcinópolis foi acionada e participou ativamente do projeto, por meio da equipe da Secretaria de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente (SEMUDES). Foram realizados vários momentos com a comunidade, um apresentando o projeto, pesquisadores e equipamentos utilizados para elaboração do diagnóstico técnico: instrumentos usados para medidas de temperatura da rocha e do ambiente, umidade relativa do ar, velocidade do vento, luminosidade, identificação colorimétrica segundo Código Munsell, exames microscópicos, análises arqueométricas de Fluorescência X portátil dos pigmentos rupestres, depósitos de alteração e suporte rochoso.

As amostras selecionadas para o estudo químico elementar e morfológico levou em conta os principais problemas de conservação encontrados nos sítios arqueológicos Barro Branco I e Templo dos Pilares: mancha de cor preta que sobrepõe as pinturas rupestres, eflorescências salinas e líquens. Além dos problemas de conservação foram analisados os pigmentos rupestres presentes no suporte rochoso utilizando a cor (preto, amarelo, vermelho) e suas tonalidades (vermelho claro e escuro) como critério de escolha conforme descrito na Tabela 1.

Sítio arqueológico	amostra	Código
Barro Branco I	Mancha escura	BB04
	Eflorescência salina	BB05
	Líquens	BB09
	Pigmento preto	BB15p e BB13p
	Pigmento vermelho escuro	BB15ve
	Pigmento vermelho claro	BB15vc
Templo dos Pilares	Mancha escura	TP03
	Eflorescência salina	TP11 e TP13
	Líquens	TP05
	Pigmento preto	TP25p
	Pigmento vermelho claro	TP25vc
	Pigmento vermelho escuro	TP25ve
	Pigmento amarelo	TP25a

Tabela 1. Amostras de depósitos de alteração e pigmentos rupestres encontrados nos sítios arqueológicos Barro Branco I e Templo dos Pilares.

As amostras de depósitos de alteração e de pigmentos rupestres foram examinadas *in situ* utilizando um microscópio óptico portátil (Handheld ProScope CSI) com aumento de 30 e 100x. A análise química elementar das amostras dos depósitos de alteração e dos pigmentos rupestres foram efetuadas por meio de um espectrômetro de Fluorescência de Raios X portátil - pFRX (Thermo Fisher Scientific, modelo Niton XL3t Ultra portátil). Os parâmetros instrumentais utilizados para a análise elementar em triplicata realizada sob atmosfera foram: voltagem máxima de 50 kV, corrente de 200 μ A, região de irradiação de 3 mm de diâmetro, tempo de 120 segundos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS ANÁLISES ARQUEOQUÍMICAS

A Figura 1 apresenta os resultados das análises qualitativas elementares das amostras de depósitos de alteração, pigmentos rupestres e suporte rochoso por meio da

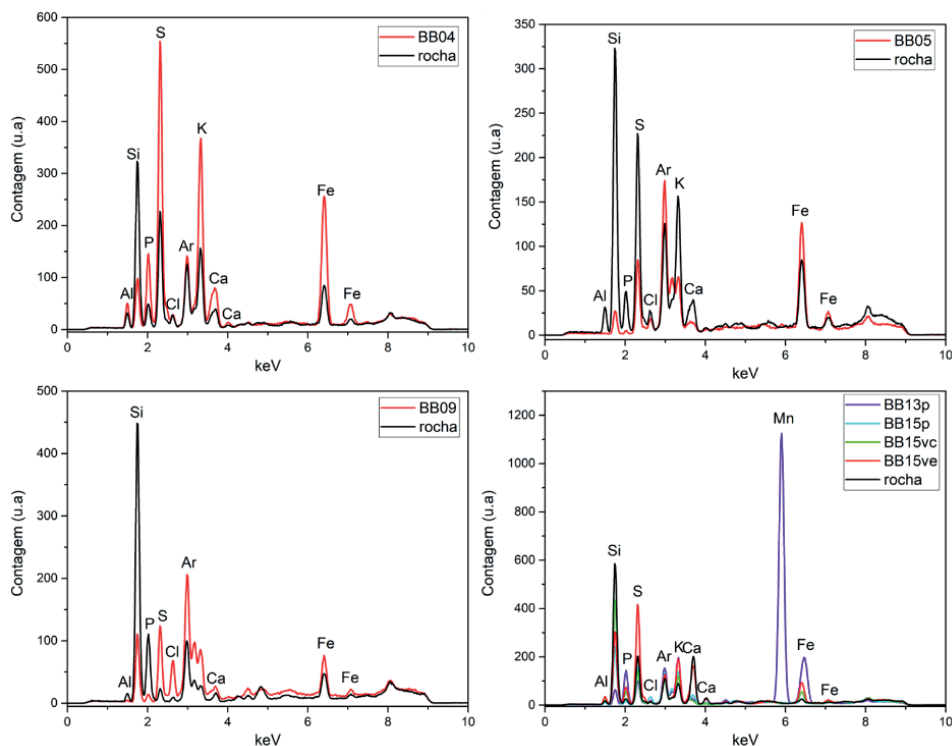


Figura 1 – Composição química elemental das amostras de depósitos de alteração mancha escura (BB04), eflorescência salina (BB05), líquens (BB09) e de pigmentos rupestres (BB13p, BB15p, BB15vc, BB15ve) do sítio arqueológico Barro Branco.

Em relação aos depósitos de alteração, para a amostra BB04 percebe-se que o teor de Fe encontrado na mancha é aproximadamente idêntico ao de vários pigmentos rupestres o que indica que existe uma camada de tinta rupestre sob este problema de conservação. É importante destacar que dois elementos químicos fazem parte da composição da mancha escura: o fósforo, enxofre e potássio. A presença desses elementos em alta quantidade na amostra BB04 é oriundo do problema de conservação de origem orgânica, possivelmente devido ao ambiente úmido e devido a infiltrações, a água escorre pelo paredão rupestre e formam camadas escuras de lodo. A amostra de eflorescência salina (BB05) apresentou teor elemental muito similar ao do suporte rochoso, dando a ideia de ser composto já silicificado pois contém alumínio silicatos (Al, Si). Por fim, apesar dos líquens serem compostos de material de origem orgânica como carboidratos, carotenóides, vitaminas, aminoácidos e proteínas, o objetivo do uso da análise empregando a espectrometria Fluorescência de Raios X foi verificar a presença de material pigmentante sob esse depósito de alteração.

Foi possível detectar o cloro nessa espécie de líquen, que podem estar presentes em suas diversas espécies de metabólitos em posições substituídas de compostos orgânicos.

Em relação as amostras de pigmentos rupestres, conforme pode ser observado na Figura 1, o elemento ferro foi detectado em elevada concentração na amostra referente ao pigmento rupestre vermelho (BB15vc e BB15ve), sendo a diferença de tonalidades devido principalmente ao teor de ferro contido em cada amostra ou ao tamanho de partículas dos pigmentos que compõem a tinta. No pigmento preto (BB13p), o teor de ferro foi similar ao do suporte rochoso, mas apresentou exclusivamente o elemento químico manganês, o que indica que este é o responsável pela pigmentação preta, possivelmente na forma de óxido de manganês. Em relação ao pigmento preto da amostra BB15p a ausência do manganês, reforça a ideia de se tratar da utilização de matéria-prima de origem orgânica, como material carbonizado.

A Figura 2 apresenta os resultados das análises qualitativas elementares das amostras de depósitos de alteração, pigmentos rupestres e do suporte rochoso por meio da espectrometria Fluorescência de Raios X portátil do sítio Templo dos Pilares.

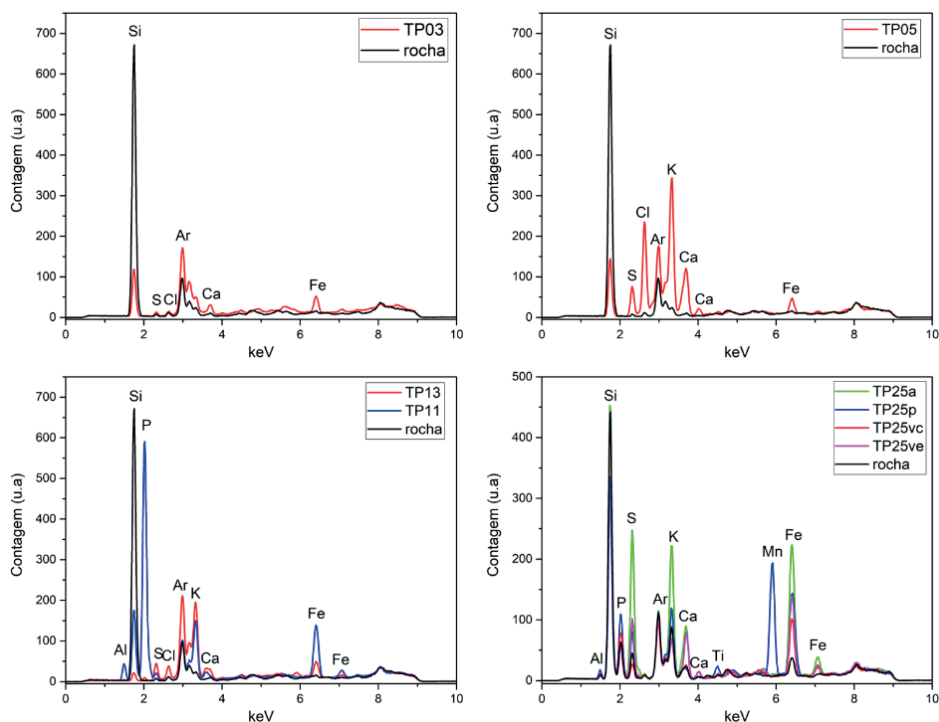


Figura 2 – Composição química elementar das amostras de depósitos de alteração mancha escura (TP03), líquens (BB05), eflorescência salina (TP11 e TP13) e de pigmentos rupestres (BB25a, BB25p, BB25vc, BB25ve) do sítio arqueológico Templo dos Pilares.

Conforme pode observar a mancha de coloração escura (TP03) possivelmente se encontra sobre uma pintura rupestre, considerando que foi possível detectar uma quantidade, apesar de baixa, de material pigmentante a base de ferro. A mancha escura parece ser de origem orgânica, uma vez que os outros elementos detectados estão também presentes no suporte rochoso e são devido aos aluminossilicatos. A amostra TP05 referente aos líquens podem estar sobrepondo pinturas rupestres vermelhas, pois o ferro detectado no depósito de alteração e ausente no suporte rochoso sugere que existe figuras rupestres que foi totalmente encoberto por este problema de conservação. Além disso, o elevado teor de cloro revela se tratar quimicamente de uma espécie de líquen idêntico ao do sítio arqueológico Barro Branco I. Ambas amostras (TP10 e TP13) trata-se de depósitos salinos e conforme se observa no perfil espectral possui composição química elementar diferentes. A amostra TP10 apresenta um elevado teor de fósforo sugerindo ser um material composto de um sal a base de fosfato enquanto que, a amostra TP13 possui composição química similar ao do suporte rochoso, indicando material silicificado.

Por fim, em relação as variedades de cores dos pigmentos rupestres, o elemento ferro foi detectado em elevado teor na amostra referente ao pigmento rupestre vermelho, sendo o responsável por sua pigmentação cujas diferenças de tonalidades deve-se sobretudo a espécie no qual o ferro se encontra. No pigmento preto, o teor de ferro foi superior ao do suporte rochoso e apresentou ainda o elemento químico manganês, o que indica que este é o responsável por sua pigmentação, mas não descarta a possibilidade de uma mistura de matéria-prima para elaboração da tinta.

4 | INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NAS ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO DA ARTE RUPESTRE DOS SÍTIOS

A realização de trabalhos visando à conservação de sítios de arte rupestre demanda uma continuidade, envolvendo, sobretudo, ações de divulgação dos projetos e treinamento de membros da comunidade do entorno dos sítios para realizarem futuros trabalhos de manutenção. Os pesquisadores vão aos ambientes afetados, desenvolvem estudos, executam as intervenções em um prazo determinado e depois retornam a seus locais de trabalho. Quem fica nos sítios são os habitantes atuais e principalmente os condutores de turistas que visitam periodicamente os sítios. Diante de tal fato e visando a realização de tais atividades e contando com a cooperação da Prefeitura Municipal de Alcinópolis, por meio da Secretaria de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente e a Superintendência do IPHAN do Mato Grosso do Sul, a equipe técnica do presente trabalho efetuou ações em diferentes momentos.

A primeira atividade aconteceu durante a etapa de levantamento de dados para compor o diagnóstico técnico de conservação dos sítios Barro Branco I e Templo dos Pilares. No dia 28 de novembro de 2019, na sede da Câmara de Vereadores de Alcinópolis,

a equipe técnica proferiu uma palestra interativa a fim de apresentar o projeto em pauta, os principais problemas de conservação de sítios de arte rupestre e mostrar os equipamentos utilizados nos exames e análises para construção do diagnóstico técnico de conservação dos citados sítios (Figura 3).



Figura 3 – Palestra interativa com a comunidade local do município de Alcinópolis

Participaram da palestra professores e estudantes da rede municipal de Alcinópolis, autoridades locais como secretárias e servidores de Educação e de Ambiente, condutores de turismo, vereadores e moradores do município. Além dos equipamentos terem sido apresentados em áudiovisual, também foram disponibilizados para os participantes manipularem e efetuarem medidas sob a orientação dos pesquisadores. Conforme observa-se na Figura 3, a atividade foi bastante proveitosa e principalmente os alunos e condutores participaram com entusiasmo. Na oportunidade a equipe convidou o público para participar das etapas futuras de intervenção de conservação nos dois sítios selecionados, quando se realizaria um treinamento com eles para dar continuidade em trabalhos de manutenção dos sítios.

A segunda atividade aconteceu durante os trabalhos de intervenção de conservação nos sítios Barro Branco I e Templo dos Pilares. Dois técnicos da Secretaria de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente participaram de todas as atividades desenvolvidas nesses dois sítios (Figura 4).



Figura 4 – Técnicos da Secretaria de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente realizando trabalho no sítio arqueológico

Durante um final de semana uma equipe composta de dez participantes, contendo professores, condutores, servidores municipais e técnicos participaram das intervenções de conservação no sítio Templo dos Pilares (Figura 5).



Figura 5 - Técnicos da SEMUDES em atividade

Enquanto os trabalhos se desenrolavam no sítio Templo dos Pilares o IPHAN do MS e a SEMUDES promoveram um evento de Educação Patrimonial no local, contando como público, professores e estudantes de municípios próximos. A equipe técnica deste projeto foi convidada a participar, apresentando as atividades que estavam sendo executadas (Figura 6).



Figura 6 - Apresentação das atividades de campo para professores e estudantes do município.

5 I RESULTADO DAS INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO

5.1 Sítio Barro Branco I

Em vários pontos dos painéis rupestres haviam problemas como pichação recente em carvão, cachopas de marimbondo, manchas esbranquiçadas, galeria de cupim ativos e inativos, eflorescências salinas e líquens. Nestes casos procedeu-se a aplicação de produtos para combater os líquens; seguida da limpeza mecânica a fim de evidenciar pinturas; captura da rainha das térmitas a fim de afastá-las da área e posterior limpeza mecânica para retirar as galerias de térmitas e a pichação que recobria pinturas. A Figura 7 apresenta o antes e depois das etapas de intervenção de conservação realizadas no sítio Barro Branco I.



Figura 7 – Etapas de conservação com os resultados do antes e depois das intervenções

5.2 Sítio Templo dos Pilares

Em vários pontos do painel rupestre há incidência e líquens recobrendo gravuras pré-coloniais. Trata-se de um tipo diferente de líquens (amarelo) e musgo verde. Foram realizadas aplicações de produtos para combater os líquens e posterior limpeza mecânica. Após a limpeza dos líquens foi evidenciada uma gravura pintada em preto na forma de

círculos concêntricos. Em outra área foi identificado depósito de alteração preto recobrindo gravuras e pinturas vermelhas. Procedeu-se a aplicação de produto para combater os líquens e depois efetuou-se a limpeza mecânica para retirá-los e assim evidenciar várias gravuras e pinturas pré-coloniais. A Figura 8 apresenta as ações de intervenção realizadas e seu antes e depois.



Figura 8 - Etapas de conservação com os resultados do antes e depois das intervenções

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado provocou valiosa melhoria no estado geral de conservação em vários pontos dos sítios Barro Branco I e Templo dos Pilares, o ambiente geral e os painéis rupestres ficaram bem mais limpos e livres de biodepósitos que findariam em acelerar a degradação deles. As tentativas de afastamento dos biodepósitos e dos pontos de infiltração não puderam ser realizados no período, em razão das chuvas, mas foram demarcados e indicadas para serem realizadas futuramente pela equipe local.

Ressalta-se que é imprescindível a realização de trabalhos de monitoramento constante a fim de controlar os problemas existentes, como a infestação pelos líquens e insetos construtores, bem como evitar ao máximo novas infestações. Tais depósitos de alteração findam por encobrir painéis rupestres pré-coloniais, como já acontece nos sítios em questão, principalmente no Templo dos Pilares, no qual gravuras pintadas foram evidenciadas após a limpeza.

As intervenções foram efetuadas seguindo as recomendações das Cartas Patrimoniais da UNESCO, as quais sugerem o uso de técnicas de caráter tradicional e só em determinadas circunstâncias, a aplicação de técnicas modernas, mas com bases científicas e eficácia garantida por experiência acumulada em trabalhos anteriores. A constituição química mineral dos pigmentos pré-coloniais em sua quase totalidade indicou se tratar de composto de origem mineral e portanto ações de intervenção com a utilização de produtos orgânicos para conter os líquens e mancha escura é possível. Vale destacar que em vários pontos estudados a mancha escura e os líquens estão sobrepondo a arte rupestre. Por fim, a realização de intervenções mecânicas nas eflorescências salinas pois além de serem refratários possuem, em sua maioria, composição química similar da arte rupestre o que impede o uso de solventes orgânicos como solubilizante.

REFERÊNCIAS

BRUNET, VIDAL E VOUBE *Conservation de l'art rupestre: deux études, glossaire illustré*, UNESCO, 1985, Paris;

BRUNET J. Presentación de la Conservación del arte rupestre prehistorico en Francia”, *Contribuciones al estudio del arte rupestre sudamericano* nº 4, 1995, SIARB, Bolívia;

CASTRO, S. R. Coletânea de Leis sobre o Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2006. 320p.

FARIAS FILHO, B. B.; LAGE, M. C. S. M.; LIMA, R. A. M. Estudo químico de eflorescências salinas do sítio arqueológico Toca Exú do Jurubeba do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. *QUIMICA NOVA*. , v.40, p.1 - 6, 2017.

LAGE, M. C. S. M. A conservação de sítios de arte rupestre. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33 – Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Brasília: IPHAN, 2007.

LAGE, M. C. S. M.; QUEIROS, A. F.; LAGE, W. Arte Rupestre Pré-Histórica: algumas medidas de conservação In: Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora do MAST, 2017, p. 99-119.

CAPÍTULO 13

“COTIDIANO” DE RONALDO MIRANDA: IMAGINAÇÃO VISUAL E CONSTRUÇÃO DA PERFORMANCE DE CANÇÃO DE CÂMARA COM TEMÁTICA CONTEMPORÂNEA E MÚSICA PÓS- TONAL

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 26/04/2021

Gisele Pires Mota

Universidade de Brasília (UNB), Departamento
de Música
Brasília, DF
<http://lattes.cnpq.br/7731026011519173>

RESUMO: Ao deparar com um texto em prosa com temática contemporânea e com elementos musicais atonais, cantor e pianista devem buscar ferramentas e escolhas interpretativas diferenciadas para construção da performance. Para tanto, a poesia foi clarificada através de ferramentas como as análises poéticas de Antônio Cândido (1984) e Norma Goldstein (2006). Em “Cotidiano” foi usada a Teoria dos Conjuntos desenvolvida por Allen Forte (1973) para análise da música. O principal objetivo da presente investigação é propiciar elementos para criação de uma imagem artística que englobe compreensão poética, entendimento musical e de detecção de possíveis problemas técnicos.

PALAVRAS - CHAVE: canção de câmara brasileira, relação interdisciplinar texto-música, música pós-tonal, imagética visual, performance musical.

“COTIDIANO” BY RONALDO
MIRANDA: VISUAL IMAGINATION AND
PERFORMANCE CONSTRUCTION OF
ART SONG WITH CONTEMPORARY
TEXT AND POST-TONAL MUSIC

ABSTRACT: When faced with a prose text that deals with daily modern life and atonal music, singers and pianists should seek specific tools in order to base their interpretative choices. Therefore, poetry has been clarified through the poetic analysis of Antonio Candido (1984) and Norma Goldstein (2006). Class-Set Theory was used for study of the musical features in “Cotidiano”. The main objective of this research is to provide elements for the creation of an artistic image that incorporates poetic as well as musical understanding of the selected work.

KEYWORDS: Brazilian Art Song, Word and Music Studies, Post-Tonal Music, Visual Imagery, Musical Performance.

A música pode ser um poderoso estímulo para a criação de imagens mentais. JUSLIN e VÄSTFJÄLL (2008) descrevem seis mecanismos de como a música pode provocar emoções (reflexos do tronco cerebral, contágio emocional, imagética visual, memória episódica, expectativa musical e condicionamento evolutivo). Para a performance de canção, um deles particularmente me chama a atenção, a imagética visual que é definida pelos autores como o mecanismo responsável por criar relações entre elementos sonoros e imagens visuais.

A natureza precisa deste processo imagético visual ainda está por ser determinada, mas os ouvintes parecem conceituar a estrutura musical através de um mapeamento não-verbal metafórico entre a música e os chamados “esquemas imagéticos” fundamentados na experiência corporal (...) (JUSTIN e VÄSTFÄLL, 2008: 506)

Enquanto Juslin e Västfjäll se detém na imagética visual da recepção, nesse artigo quero evocar imaginação visual do intérprete como parte integrante da imagem artística da peça, juntamente com a análise musical e poética. Em suma,

imagens mentais tem sido consideradas “gatilhos internos” de emoções (Plutchik, 1984) e pesquisas tem revelado que imagens visuais associadas a diferentes emoções envolvem conteúdos imaginativos diferentes (Lyman & Waters, 1989), bem como diferentes padrões de respostas psicológicas (Schwartz, Weinberger, & Singer, 1981). Percebe-se que o estímulo musical é especialmente eficiente em estimular a imaginação visual (Osborne, 1980; Quittner & Glueckauf, 1983) e alguns estudos indicaram que imagens visuais podem ser eficazes em intensificar emoções na música (Band, Quilter, & Miller, 2001-2002; ver também Västfjäll, 2002, p. 183) (Juslin e Västfjäll, 2008: 15)

Dessa forma, nesse artigo procuro proporcionar algumas ferramentas de estudo textual para construção da personagem assumida pelo cantor bem como para o entendimento da linguagem musical e suas ligações com o texto e com as decisões interpretativas. Foi usada a canção “Cotidiano” de Ronaldo Miranda visto que se inspira em diversas influências tonais e não tonais do século XX e o texto, de autoria de Orlando Codá, possui características do movimento modernista brasileiro, como versos livres, valorização de eventos e temas cotidianos, humor, ironia, e incorporação da linguagem falada na literatura (STERN, 1988).

Mesmo sabendo que “de um modo geral diferentes ouvintes geralmente concordam com a natureza expressiva de uma performance” (JUSLIN, 2003: 276) não será abordada a recepção da canção e sua relação com as sugestões interpretativas aqui colocadas. Esse artigo objetiva mostrar o entendimento musical, poético e imagético como ferramentas para o intérprete “trazer a partitura à vida como um narrador de uma mensagem expressiva essencial,” (RINK, 2001: 217). A construção da performance por meio do estudo poético, da estrutura musical e através da exploração das imagens sugeridas pela poesia e pela música através do exercício imaginativo pode contribuir grandemente para o estabelecimento de uma “narrativa mental-guia” da performance de canção.

O presente texto se estrutura da seguinte forma: primeiramente, a poesia será clarificada através de ferramentas como as análises poéticas de Antônio Cândido (1984), Norma Goldstein (2006) e por meio dessa análise, imagens serão sugeridas. Em seguida, será usada a Teoria dos Conjuntos de Classes de Notas desenvolvido por Allen Forte (1973) e explicitada no livro *Introduction to Post-Tonal Theory* de Joseph Straus para análise da música. Concluindo, serão fornecidas sugestões interpretativas e imagéticas tendo como

base os passos anteriores buscando a construção da performance.

1 | SOBRE O POEMA

Antônio Cândido (1984) afirma que “ler infatigavelmente o texto analisado é a regra de ouro do analista, como sempre preconizou a velha *explication de texte* dos franceses. A multiplicação das leituras suscita intuições, que são o combustível neste ofício.” (p.6). Esse é certamente um primeiro passo para o entendimento do texto.

O poema começa de uma maneira despretensiosa, como um dia de bate-papo entre vizinhos. O poema é em primeira pessoa, o que destaca o caráter lírico do texto. [incluir uma breve nota de rodapé sobre o “Eu lírico” para que esta afirmação faça sentido] A impressão é que a personagem em “Cotidiano” está falando com alguém que conhece, mas por alguma razão não tem mais contato. Ambos os personagens do poema, o narrador e seu vizinho (estando esse último presente ou não cena), eram amigos, ou mesmo amantes. Como a primeira parte do poema é composta apenas de perguntas, o que parece ser um diálogo de perguntas simples se revela um monólogo, uma vez que não há respostas (versos 1-6). A segunda parte (versos 7-14) revela que toda informação conhecida pelo narrador vem em segunda mão: ele só “ouve falar”, não foi um resultado de uma conversa direta. O personagem sabe sobre o trabalho do vizinho (“me disseram que agora tu trabalhas de noite”), sabe que o seu carro enferrujado que não funcionou mais, e sabe também sobre a vida profissional (“me disseram do aumento”). O narrador é ainda consciente de hábitos de sono do seu vizinho (“me disseram que trabalhas de noite/ mas que acordas muito cedo só pra me contrariar”). Tais fatos denotam mais uma vez o distanciamento entre o narrador e esse outro personagem, pois evidenciam a necessidade de um intermediário para o acesso às informações. O pretense vizinho não parece estar em uma situação boa já que parece a barba cresceu, ganhou peso, seu carro morreu, e está trabalhando à noite. No entanto, a distância entre ambos é ainda óbvia, dado que, aparentemente, o única interação que eles têm é o barulho irritante de manhã cedo. Na terceira e última parte (versos 15-19), o poeta deixa claro que o problema que o incomoda não é econômico, nem estético, nem sobre o trabalho noturno, e nem o barulho de manhã. Orlando Codá utiliza perguntas sem respostas e a necessidade de intermediários para retratar a verdadeira temática. O problema está dentro das pessoas, o problema é a solidão contemporânea, é o coração fechado que não permite a entrada de outros.

A poesia, que começou superficialmente, termina com uma imagem intensa dos tempos modernos. O que começa como uma conversa banal, termina com uma declaração surpreendente. A janela fechada e a porta com cadeado simbolizam a inacessibilidade emocional do outro. Pode-se constatar que o texto reúne o ordinário e o surpreendente, o esperado e o inesperado, o patente e o latente.

2 | SOBRE A MÚSICA

“Cotidiano” é a última e mais longa composição do ciclo “Três canções simples”. Quanto à forma, pode ser classificada como binária, com alternância entre secções rápidas e lentas e com o retorno do material introdutório no meio e no fim. Cada uma das duas partes possui quatro subsecções. As subsecções são determinadas de acordo com seu material musical. Embora altamente seccionada, as principais secções mantêm uma simetria aproximada, típica das canções de Miranda: quarenta e nove compassos na secção A, e quarenta e dois compassos na secções B. As subsecções indicadas como “Calmo” são bastante curtas e as como caráter “Obsessivo” dominam a peça (Tabela 10).

Seção	A			
Compassos	1-49			
Subsecções	a 1-10 11-22 “Obsessivo”	b 23-36 (35-36: transição)	c 37-44 (43-44: transição)	d 45-49 “Calmo”
Material musical	Tons inteiros	Pentatônica/ Harmonia quartal	Tons inteiros/ Diatônico	Diatônico (Tonal)

TABELA 1a. “Cotidiano,” seção A

Seção	B			
Compassos	50-92			
Subsecção	a' 50-59 60-73 “Obsessivo”	e 74-80 “Reflexivo”	f 81-83 citação de “Visões”	a” 84-92 “Obsessivo”
Musical material	Tons inteiros	Harmonia quartal	Diatônico	Tons inteiros

TABELA 10b. “Cotidiano,” seção B

“Cotidiano”, também carrega a modernidade evocada no poema através da utilização de técnicas composicionais contemporâneas. É a mais universalista das canções para voz e piano de Miranda (em oposição ao nacionalismo musical) e pode-se observar muitas influências musicais internacionais. Da escola russa, especialmente de Prokofiev, o compositor usa um estilo irônico, sarcástico, com ênfase no aspecto rítmico e percussivo do piano. Do impressionismo francês pode-se ver a preferência por tons inteiros e escalas pentatônicas. Finalmente, da segunda escola de Viena é possível encontrar o uso do atonalismo livre através de conjuntos de classes de notas altamente simétricos.

Mesmo tendo partes fortemente enraizadas no sistema tonal nota-se que na maior

parte da canção tais relações tonais funcionais não existem. Por este motivo, a Teoria dos Conjuntos de Notas de Allen Forte, descrita em seu livro *The Structure of Atonal Music* é usada para uma melhor compreensão da organização musical da canção. Joseph N. STRAUS (2005) afirma que

Compositores da música pós-tonal costumam usar grandes conjuntos como fonte de material intervalar. Ao extrair a totalidade ou a maioria dos pequenos conjuntos a partir de um grande conjunto referencial único, os compositores podem unificar seções inteiras de música. Ao alterar o grande conjunto referencial, o compositor pode criar uma sensação de movimento em larga escala de uma região harmônica para outra. Muitas grandes coleções estão disponíveis, mas quatro em particular têm atraído a atenção de compositores e teóricos: as coleções diatônica, octatônica, hexatônica e de tons inteiros (p. 140).

Miranda utiliza principalmente a harmonia em quartas das coleções diatônica e de tons inteiro em “Cotidiano”. No início, o tetracorde 4-25 (um sub-conjunto da coleção de classe de conjuntos de tons inteiros 6-35) abre a canção, expondo o primeiro material de tons inteiros (Ex. 1).

Obsessivo (♩ = 100)

mf

4-25 (0246)

Exemplo 1: “Cotidiano”, c. 1

O uso de outros de conjuntos também simétricos pode ser constatado nos exemplos a seguir (Ex. 2 e 3).

3-8 (026)

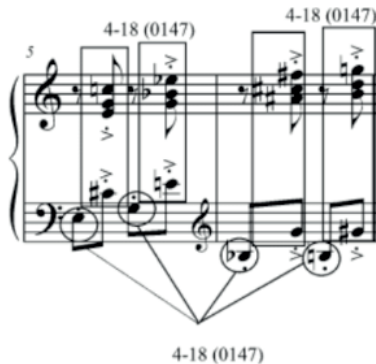
mpz

Exemplo 2: “Cotidiano”, cc. 10-15: 3-8 e 6-Z48 (cuja simetria se produz por espelhamento)

mpz

Exemplo 3: “Cotidiano”, cc. 19-22

Simetria é uma das características da composição de Miranda. Ela pode ser vista no comprimento das frases, no tamanho das seções e no uso de formas mais tradicionais, embora geralmente modificadas. Em “Cotidiano”, os compassos 5 e 6 são exemplos de simetria entre os planos horizontal e vertical. Ambos os vértices usam o tetracorde 4-18 (uma tríade diatônica mais um semitom adicional) como base para o gesto musical (Ex. 4).



Exemplo 4: “Cotidiano”, cc. 5-6

Outra característica de “Cotidiano” é a harmonia quartal. Ela pode ser encontrada na harmonia das seções *b* e *b'* (Ex. 5 e 6) e em conjuntos pentatônicos (Ex. 7 e 8).



Exemplo 5: “Cotidiano”, cc. 26-28, tetracorde 4-23



Exemplo 6: “Cotidiano”, cc. 74-76, tetracorde 4-23

Exemplo 7: “Cotidiano”, c. 24-26

Exemplo 8: “Cotidiano”, cc. 32-33, pentacorde pentatônico 5-35.

Um dos acordes favoritos de Miranda, o trítono-quarta (ou semitom-trítono), classe de conjuntos 3-5 (016), está na harmonia e na melodia como um elemento de unificação (Ex. 9-12).

Exemplo 9: “Cotidiano”, c. 9, tricorde 3-5

Exemplo 10: “Cotidiano”, c. 34, tricorde 3-5

Exemplo 11: “Cotidiano”, tricorde 3-5

Exemplo 12: “Cotidiano”, cc. 29-32, tricorde 3-5

Sugestões para imagética visual e interpretação

Saber que a canção está orientada por em paletas musicais, tais como tons inteiros, cromática e diatônica, fornece ferramentas para uma abordagem específica

para a interpretação. Em vez de tentar encontrar dominantes, tônicas e outros termos de harmonia tonal funcional, os intérpretes podem buscar variedade em diferentes formas de enunciação e mudanças de sonoridade, de ataque pianístico, e de pedalização, utilizando e indo além das indicações do compositor. Além disso, é útil reconhecer a lógica por trás da sequência de blocos de acordes (como no Ex. 4), que pode ajudar a preparar a posição da mão. Finalmente, a transposição da ideia musical que utiliza a mesma relação simétrica entre as notas (Exs. 2 e 3) demonstra como a estrutura harmônica pode ser unificada fornecendo uma ferramenta para entender as ligações entre música e texto bem como facilitar a memorização e uma performance coesa.

Conhecer a parte pianística contribui grandemente para uma performance segura por parte do cantor; e para o pianista, torna-se quase impraticável o acompanhamento da canção sem conhecer, de fato, a parte vocal.

Uma outra característica da música é o seu caráter rítmico, com acentos fortes e sincopados. Por esse motivo, atenção especial deve ser atraída para pedalização e articulação. Em geral, Miranda escreve poucas indicações de pedal, deixando a critério do pianista. Ele geralmente escreve somente quando quer produzir algum efeito especial. Em “Cotidiano” não há nenhuma indicação de pedal. No entanto, como o caráter desta canção é muito rítmico, o pedal deve ser usado com parcimônia, para que não forme uma “nuvem” encobrindo a riqueza das articulações. Nas seções “Calmo” (cc. 45-49) e “Reflexivo” (cc. 74-80), com andamento mais lento (geralmente tonal), o pedal pode ser usado mais generosamente, bem como na citação da canção “Visões” (cc. 81-83) e no final da seção c (cc. 41-44) quando a voz, em *fortíssimo*, precisa do apoio sonoro do piano. Nesta seção chega-se à cadência V-I, estabelecendo uma transição tonal para *d*.

O estilo vocal é *parlato* no início e é alterado para *legato* nas seções mais lentas. Nas seções mais rápidas, o cantor deve se basear fortemente nos padrões da linguagem falada, buscando soar o mais natural possível. Para tanto, sugere-se falar o texto repetidas vezes, buscando o coloquialismo típico da sua construção, e evitar um estilo afetado e rebuscado de pronúncia. Um efeito que Miranda acrescenta a essa música é o glissando. No piano, ele adiciona uma qualidade *giocosa* e sarcástica. Na voz empresta dois tipos de emoções: nervosismo (cc. 23-26), e um tom de lamentação e choro (cc. 75-76 e 78-79).

O cantor pode ter dificuldade em encontrar pontos para respirar cc. 37-43. As semicolcheias são constantes e a pronúncia do texto na velocidade exigida faz com que esta seção seja interpretativamente diferenciada. Há pelo menos duas sugestões para a respiração: c. 40, após a oitava nota, e c.41, após o Sol 5. Este último parece ser mais musical, uma vez que é o fim da sequência melódica. De qualquer maneira, o cantor tem que se sentir confortável, o que depende da habilidade técnica e preferência pessoal.

Miranda confere uma característica irônica, humorística e obsessiva à música. Se entendermos a indicação “Obsessivo” no início como uma marca expressiva e usando a imaginação para criar um subtexto durante a introdução, pode-se imaginar que o narrador

(interpretado pelo cantor), observa aquela pessoa, talvez por trás das cortinas, observando seus hábitos, sua forma física, exercitando uma fixação obsessiva em relação ao vizinho. Durante a introdução, o cantor pode ter essa imagem em mente, e observando que a música começa em *piano* e cresce até chegar no *ff* no c.10, o cantor pode retratar um provável susto de ser pego inesperadamente com a queda abrupta do nível dinâmico (“efeito surpresa”). Em seguida, o narrador se recompõe, e começa a se dirigir diretamente ao vizinho: “Bom dia, como vai você ...” Como já mencionado, essa ideia pode dar ao cantor um subtexto durante a longa introdução e dar início humorístico, ainda que obsessivo, à canção. Como o narrador foi pego de surpresa ele começa a falar nervosamente e sem muito controle. Ele se torna muito animado, como em c. 24 no Fá 5 (“A sua barba cresceu?”), bem como no c. 32, no Fá#5 (“O teu regime acabou?”). Rapidamente, o locutor volta ao “normal”, desculpando-se por si mesmo: “Ou será que eu estou enganado?” (cc. 28-29), “tu parastes com a ginástica?” (cc.33-34). Na seção mais lenta, a personagem parece estar mais calma, mas o cantor pode adicionar um leve toque de irritação, usando o *rallentando* no verso “só pra me contrariar” (cc. 49-50).

Na seção B (cc. 50-92), pode-se imaginar que o tal amigo foi embora (interlúdio do piano) e narrador começa a refletir sobre a porta trancada, assim como o coração de seu amigo. A parte pianística conclui a canção com o mesmo caráter “obsessivo” que começou. Miranda, em seguida, adiciona sua piada final: depois de um glissando ascendente em *ff*, ele termina a música com um *mp* inesperado em staccato semicolcheias, como se estivesse dizendo: “*c’est la vie*”.

Quanto à prosódia, Miranda musicou o texto com forte característica de linguagem falada. No entanto, há três frases que podem parecer incômodas para a plateia e para o cantor: cc. 38, 40 e 80. No compasso 38 e 40, a ênfase na palavra “**ve-lho**” é deslocada para “**ve-lho**”, e “dou um” é deslocado para um “dou”. Vendo que estes dois casos são resultados de a sequência melódica de quartas, é muito difícil imaginar qualquer outra alternativa além de simplesmente tentar pronunciar a sílaba forte corretamente. No c. 80, um acento aceitável seria: “Que **nem** no **teu** co-ra-**ção**.” Na música, o ritmo faz soar como “Que **nem no** teu co-ra-**ção**”, deslocando a acentuação natural da frase e da palavra “coração”. Aconselha-se dar a inflexão adequada da frase, o que não deve ser difícil por ser na seção com andamento mais lento além da indicação de *rallentando*.

3 I CONCLUSÃO

Pianistas e cantores têm a oportunidade de diversificar seu repertório com canções de linguagem musical e poética mais contemporânea. Tais peças demandam ferramentas específicas para sua compreensão e preparação para performance. Usando a canção “Cotidiano” de Ronaldo Miranda com poesia de Orlando Codá como objeto de estudo, pôde-se demonstrar que com o objetivo de construir uma “imagem artística” de uma canção

com linguagem musical contemporânea e poesia com temática atual, procedimentos como 1) investigar aspectos poéticos de modo a construir uma personagem e criar o contexto narrativo, 2) analisar a parte musical (neste caso, utilizando a Teoria dos Conjunto de Classes de Notas de Allen Forte) se mostraram úteis, e 3) a partir de tais procedimentos, criar uma performance baseada não somente nessa análise, mas também nas imagens poéticas e sonoras instigadas por tal estudo. É importante frisar que a familiaridade com a música é condição *sine qua non* para a análise. Tal familiaridade com a música (e não somente com a partitura) foi o ponto de partida para tais procedimentos. Concluindo, pode-se dizer que a partir desta metodologia foi possível embasar escolhas interpretativas e burilar a performance com aspectos dramático-imaginativos, pois, ao utilizar uma abordagem interdisciplinar, alcançou-se uma compreensão mais profunda do objeto musico-poético que é a canção.

ANEXO 1

Cotidiano (Orlando Codá)

1. Bom dia, vizinho!
2. Como vão as coisas?
3. A tua barba cresceu?
4. Ou será que estou enganado?
5. O teu regime acabou?
6. Tu parastes com a ginástica?
7. Me contaram do aumento,
8. do velho carro amassado
9. que um dia enferrujou
10. e não andou nunca mais!
11. me disseram que agora tu trabalhas de noite
12. mas que acordas muito cedo
13. só prá me contrariar
14. Eu que, teu pobre vizinho,
15. de dia não te posso ver
16. Só a janela cerrada
17. e o cadeado na porta
18. que nem no teu coração...

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Antônio. *Na sala de aula: Caderno de análise literária*. São Paulo: Editora Ática, 1984.

FORTE, Allen. *The Structure of Atonal Music*. New Haven: Yale University Press, 1973.

GOLDSTEIN, Norma. *Versos, sons, ritmo*. São Paulo, Editora Ática, 2006.

JUSLIN, Patrik N. "Five Facets of Musical Expression". In: *Psychology of Music*, vol 31 (3), pp. 273-302, 2003.

JUSLIN, Patrik N. e VÄSTFJÄLL, Daniel. "Emotional Responses to Music: The Need to Consider Underlying Mechanisms". In: *Behavioral and Brain Science*, v. 31, n. 5, Oct, p.559-75. Cambridge University Press, 2008.

RINK, John. "Translating musical meaning: The Nineteenth-Century Performer as narrator". In: COOK, Nicholas. *Rethinking Music*. Nova Iorque: Oxford University Press, pp. 217-238, 2001.

STERN, Irwin. "Carlos Drummond de Andrade". In: *Dictionary of Brazilian Literature*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1988.

STRAUS, Joseph, N. *Introduction to Post-Tonal Theory*. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005, 3ª. Ed.

CAPÍTULO 14

INTERDISCIPLINARIDADE: PERSPECTIVAS E DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO NO ENSINO DE FÍSICA ATRAVÉS DA HISTÓRIA E TECNOLOGIAS

Data de aceite: 21/05/2021

Tathiana Moreira Diniz Ribeiro Cotta

Universidade do Estado do Amazonas, Escola Superior de Tecnologia
Manaus - Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/8750502330203655>

RESUMO: Em busca de encontrar uma forma de otimizar o processo de ensino-aprendizagem nos cursos de Engenharia e Meteorologia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, utilizamos a contextualização histórica e aplicações cotidianas para ensinar Física de maneira interdisciplinar. A metodologia foi utilizada para algumas turmas de disciplinas equivalentes à Mecânica Clássica e consistiu-se de aulas expositivas contextualizadas historicamente, além da resolução de problemas envolvendo situações cotidianas, técnicas esportivas e aplicações de engenharia. Essa metodologia foi escolhida com o objetivo de fazer com que o conteúdo da disciplina ficasse mais próximo do cotidiano do aprendiz de modo a tornar pensamento, ações e sentimentos integrados de forma construtiva para uma aprendizagem mais significativa. Para verificar a eficácia da metodologia, foi avaliado o desempenho de um total de 448 alunos distribuídos entre os grupos de controle, em que foi ministrada aula de forma tradicional, e o experimental, para o qual foi aplicada a metodologia. Além disso, os alunos pertencentes ao grupo experimental responderem

questionário a respeito de como a metodologia foi recebida por eles. Os dados mostraram que, na prática, existe uma dificuldade considerável para atingir os objetivos da metodologia. Com a intensão de implementar a metodologia STEAM, concluímos que se faz extremamente necessário uma transição gradativa que requer um processo logo e criterioso para capacitar os alunos a pensar criticamente e sanar as lacunas deixadas pela educação tradicional.

PALAVRAS - CHAVE: Ensino de Física, Contextualização Histórica, Aplicação do Conhecimento.

INTERDISCIPLINARITY: PERSPECTIVES AND DIFFICULTIES IN IMPLEMENTING PHYSICS TEACHING THROUGH HISTORY AND TECHNOLOGIES

ABSTRACT: In order to find a way to optimize the teaching-learning process in the Engineering and Meteorology courses at the State of Amazonas University, we use historical contextualization and everyday applications to teach Physics in an interdisciplinary way. The methodology was used for some classes of disciplines equivalent to Classical Mechanics and consisted of historically contextualized expository classes, in addition to solving problems involving everyday situations, sports techniques and engineering applications. This methodology was chosen with the objective of making the content of the discipline closer to the learner's daily life in order to make thought, actions and feelings integrated in a constructive way for a more meaningful learning. In order to verify the effectiveness of the methodology, the performance of a total of 448 students distributed

among the control groups was evaluated, in which class was taught in a traditional way, and the experimental one, for which the methodology was applied. In addition, students belonging to the experimental group answer a questionnaire about how the methodology was received by them. The data showed that, in practice, there is considerable difficulty in achieving the objectives of the methodology. With the intention of implementing the STEAM methodology, we conclude that a gradual transition is extremely necessary, which requires a prompt and judicious process to enable students to think critically and remedy the gaps left by traditional education.

KEYWORDS: Teaching Physics, Historical Contextualization, Application of Knowledge.

1 | INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido a respeito da introdução de uma abordagem histórica no ensino de ciências nos últimos tempos (DAMASIO e PEDUZZI, 2017). Aliás, essa inclusão é necessária segundo a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). De acordo com esses documentos, ao ensinar ciências dentro de um contexto histórico fica explícito o fato de que o conhecimento é um processo de construção humana que sofre transformações ao longo do tempo. Os conceitos científicos evoluem fazendo também evoluir a sociedade. Esse entendimento torna o aprendiz mais capaz de perceber as implicações sociais da ciência, capacitando-o para desenvolver um pensamento mais crítico, em conformidade com o que é atualmente esperado da educação (BRASIL, 2000).

É desejável que no ensino superior também tenhamos o empenho de formar cidadãos capazes de lidar com as intensas mudanças ocasionadas pelo rápido surgimento de novas tecnologias. Capazes ainda de pensar criticamente, de tomar decisões e de se adaptar às mudanças globais. Além disso, devemos esperar que os estudantes consigam adquirir o entendimento sobre os efeitos sociais causados pelo desenvolvimento tecnológico, que tanto podem trazer consequências positivas quanto negativas. Esses são exatamente os objetivos da metodologia STEAM (Science Technology Engineering Arts Mathematics) integrada, em que ciências, tecnologias, engenharia, artes e matemática são trabalhadas em conjunto (LUND e STAINS, 2015; KELLEY e KNOWLES, 2016; DARE et al., 2018). Para a implementação dessa metodologia as ciências são ensinadas dentro de um contexto que faça sentido para o aluno utilizando as engenharias, tecnologia e as ferramentas matemáticas. O papel das artes é o de humanizar e integrar todo o conhecimento através da criatividade.

O conhecimento, anteriormente fragmentado em disciplinas pelos métodos tradicionais de ensino, deve ser ensinado em conjunto de acordo com a metodologia STEAM. Não que se pretenda extinguir com as disciplinas, cada uma delas continuará possuindo seus objetivos próprios no desenvolvimento das habilidades e competências específicas dos alunos. Mas, elas devem ser ensinadas de modo interdisciplinar (KELLEY, 2016). É necessário haver um esforço coletivo entre os professores para que exista um

objetivo comum e que todas as disciplinas se integrem umas com as outras em algum momento do processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, esse processo não é fácil e se faz necessário ainda muitas pesquisas para a viabilização da interdisciplinaridade no ensino de um modo geral.

Diante do que se espera da educação STEAM, nosso objetivo é de traçar estratégias que realmente façam diferença no processo de aprendizagem dos alunos. Nesse trabalho testamos a contextualização histórica juntamente com aplicações práticas do conhecimento. Avaliamos os resultados obtidos pelas turmas que passaram pela intervenção e comparamos com os resultados existentes das turmas anteriores à aplicação da metodologia. Assim, fomos capazes de avaliar a eficiência e os pontos fracos desse tipo de metodologia no ensino superior e ficou evidente a necessidade de mais pesquisas nessa área, pois as técnicas realmente utilizadas na prática se encontram muito longe de serem totalmente satisfatórias e abrangentes.

Transmitir o conteúdo de uma disciplina utilizando uma maneira interdisciplinar é um desafio tanto para quem ensina e quanto para quem aprende. Nesse contexto, a história pode ser utilizada para trazer as descobertas científicas para uma esfera social, mostrando aos alunos que todo o conhecimento é uma construção humana sujeito a mudanças e redescobertas. A ideia central aqui é que os estudantes se sintam mais motivados e interessados no estudo. Por outro lado, a utilização de tecnologias e engenharia tem o objetivo de mostrar a aplicabilidade do conhecimento adquirido, deixando nítida sua relação como o mundo real. Nosso trabalho relata as dificuldades e êxitos na implementação do ensino interdisciplinar da Física utilizando a história, engenharia de tráfego e tecnologias esportivas.

2 | METODOLOGIA

Por ano, são admitidos 390 alunos nos cursos de Engenharia e Meteorologia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, e todos eles cursam disciplinas equivalentes à Mecânica Clássica no primeiro ou no segundo semestre do ano. Além disso, ainda é oferecida em média uma turma fora de período por semestre para aqueles alunos que foram reprovados anteriormente. Com isso, temos em média 510 alunos por ano cursando disciplinas equivalentes à Mecânica Clássica. Participaram do presente estudo 448 alunos no total em um período de três anos e meio, o que nos fornece uma média de 128 alunos por ano. Essa amostra de alunos foi escolhida aleatoriamente de acordo com a matrícula feita em turmas nas quais ministramos aula. A amostragem aleatória evita diferenças significativas entre o grupo de controle e o grupo experimental, o que tornam os resultados mais precisos (MOREIRA, 2016c).

Dentro desse universo, foram monitoradas onze turmas de alunos no período entre os anos de 2015 à 2018. Nos primeiros semestres de 2015 e 2016 realizamos a etapa de

observação, na qual ministramos disciplinas equivalentes à Mecânica Clássica de maneira estritamente tradicional para seis turmas, totalizando 211 alunos. Esse é portanto o grupo de controle utilizado. Na etapa de intervenção, implementamos a contextualização histórica na abordagem dos assuntos de disciplinas ainda equivalentes à Mecânica Clássica e adicionalmente utilizamos problemas aplicados à engenharia e a técnicas esportivas. Essa etapa foi realizada com o grupo experimental composto por cinco turmas entre o segundo semestre de 2016, o ano de 2017 e ainda o primeiro semestre de 2018, num total de 237 alunos.

Inicialmente foi feita uma análise quantitativa (MOREIRA, 2016b) do percentual de alunos que desistem da disciplina antes de realizar a primeira avaliação do curso. Entendemos que esses valores estão diretamente relacionados ao interesse e à predisposição ao estudo iniciais dos alunos na aprendizagem da disciplina. Analisamos ainda o percentual total de alunos que desistiram do curso antes de completar todas as avaliações. Esse percentual nos fornece uma ideia de como a metodologia afetou o interesse e a predisposição para o estudo dos alunos no decorrer do curso. Finalmente, verificamos o percentual de alunos reprovados na disciplina, que nos dá uma noção geral da eficiência da metodologia empregada. Esse procedimento foi realizado da mesma maneira para as etapas de observação e intervenção. De acordo com Moreira (MOREIRA, 2016c) a forma correta de se fazer a análise dos dados é comparar o desempenho final dos alunos que participaram do grupo de controle e do grupo experimental.

Adicionalmente, foi passado um questionário contendo uma pesquisa de opinião para o grupo experimental com o intuito de se realizar um estudo de caso avaliativo (MOREIRA, 2016c) referente a como a metodologia interdisciplinar foi recebida pelos alunos. A intensão central dessa análise é de interpretar como a predisposição ao estudo e o interesse dos alunos foi afetada diante da contextualização histórica e a aplicabilidade prática dos conhecimentos, e fundamentar a relação entre a desistência e o desinteresse e a falta de motivação para os estudos. Por outro lado, existem alunos que desistiram da disciplina por outros motivos além do desinteresse, no entanto, como as amostras foram escolhidas de maneira aleatória esse efeito deve ser minimizado nesse estudo (MOREIRA, 2016b).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Resultados da análise quantitativa de desistência e reprovação

3.1.1 Período de observação

Na etapa de observação ministramos disciplinas equivalentes à Mecânica Clássica da maneira tradicional para 6 turmas num total de 211 alunos. Verificamos altas taxas de desistência por parte dos alunos. Cerca de 28% deles desistiram do curso antes de realizar

a primeira prova e até o final do curso 51% dos alunos desistiram antes de completar todas as atividades avaliativas. Relacionamos esse alto índice de desistência ao desinteresse pelo assunto por parte dos alunos e à falta de predisposição ao estudo. Os dados verificados durante o período de observação se encontram na Tabela 1.

Ainda em relação ao período de observação, notamos também um alto índice de reprovação, já que do total de 211 alunos, 157 foram reprovados, ou 74%. Entretanto, esse dado deve ser considerado com cautela, pois a grande maioria dos alunos reprovados são aqueles que desistiram do curso e não realizaram todas as atividades avaliativas. O total de alunos desistentes foi de 108, logo apenas 103 alunos seguiram no curso até o final. Assim, o percentual de alunos reprovados por nota, que foi de 23%, não considera alunos desistentes. Os dados a respeito da reprovação também se encontram na Tabela 1.

Item	Quantidade	Percentual
Alunos desistentes antes da realização da primeira avaliação	58	28%
Alunos que realizaram todas as avaliações	103	49%
Alunos desistentes no total	108	51%
Alunos reprovados somente por nota	49	23%
Alunos reprovados no total	157	74%

Numero total de alunos no período: 211

Tabela 1 – Dados referentes à quantidade e percentual de alunos desistentes e reprovados no período de observação

Fonte: Cotta (2021)

3.1.2 Período de intervenção

A intervenção na metodologia de ensino foi feita através da contextualização histórica dos conteúdos e da resolução de problemas reais simplificados envolvendo engenharia de tráfego e tecnologias, em especial técnicas esportivas. Nesse período, ministramos disciplinas equivalentes à Mecânica Clássica para 5 turmas totalizando 237 alunos. As taxas de desistência e reprovação foram observadas para essas turmas com os resultados mostrados na Tabela 2. Percebemos que o percentual de alunos desistentes antes de realizarem a primeira avaliação foi de 14% e que o total de alunos que abandonaram o curso teve um percentual de 41%. Para essas turmas o percentual de alunos reprovados no

total ficou em 79% e considerando apenas o índice de alunos não desistentes reprovados por nota o percentual foi de 38%.

Item	Quantidade	Percentual
Alunos desistentes antes da realização da primeira avaliação	34	14%
Alunos que realizaram todas as avaliações	139	59%
Alunos desistentes no total	98	41%
Alunos reprovados somente por nota	90	38%
Alunos reprovados no total	188	79%

Numero total de alunos no período: 237

Tabela 2 – Dados referentes à quantidade e percentual de alunos desistentes e reprovados no período de intervenção

Fonte: Cotta (2021)

3.1.3 Comparação dos dados obtidos nos períodos de observação e intervenção

O percentual de alunos que desistiram do curso antes mesmo da primeira avaliação caiu pela metade quando comparamos os períodos de observação e de intervenção. Já o número total de desistentes caiu de 51% no período de observação para 41% no período de intervenção. Entretanto, o número total de alunos reprovados por nota aumentou, pois para o grupo de controle esse índice era de 23% e para o grupo experimental foi de 38%, portanto um aumento de 15% no numero de alunos reprovados por nota. A comparação entre os resultados dos dois grupos se encontra na Tabela 3.

Item	Observação	Intervenção
Alunos desistentes antes da realização da primeira avaliação	28%	14%
Alunos que realizaram todas as avaliações	49%	59%
Alunos desistentes no total	51%	41%
Alunos reprovados somente por nota	23%	38%
Alunos reprovados no total	74%	79%

Numero total de alunos no período: 237

Tabela 3 – Comparação entre os valores percentuais obtidos nos períodos de observação e de intervenção

Fonte: Cotta (2021)

3.2 Resultado da análise qualitativa da pesquisa de opinião

No decorrer do curso, para o grupo experimental, foi passado um questionário aos alunos para entender como foi a recepção deles com relação à metodologia empregada. A primeira pergunta foi a respeito da contextualização histórica e 61 alunos responderam. Desses, 85% afirmaram que ao saber como o conhecimento foi desenvolvido através da história o interesse pelo assunto abordado aumentou, veja a Figura 1.

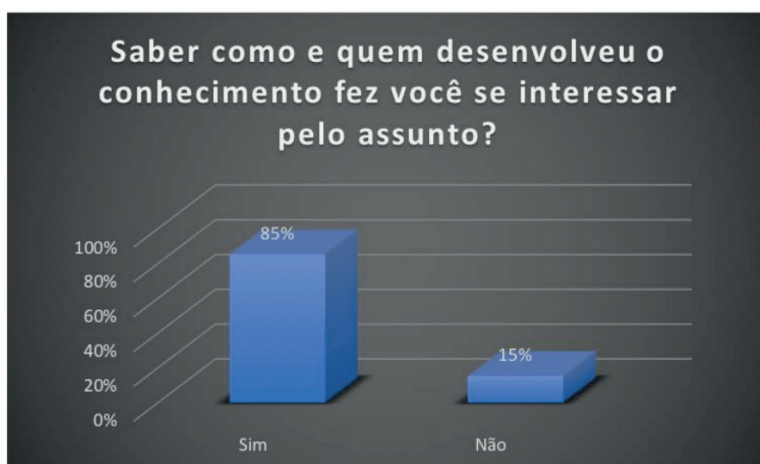


Figura 1 – Interesse dos alunos na contextualização histórica

Fonte: Cotta (2018)

Durante a exposição do conteúdo, problemas de fundo real envolvendo tecnologias foram propostos para que os alunos resolvessem e, posteriormente, indagamos qual teria sido a maior dificuldade no decorrer da disciplina. Para essa pergunta obtivemos 64 respostas, das quais 28% dos alunos entrevistados relataram que a maior dificuldade estava no entendimento dos conceitos, 20% relataram que foi o entendimento dos cálculos, 6% sentiram maior dificuldade na realização dos cálculos e 46% na resolução dos problemas.

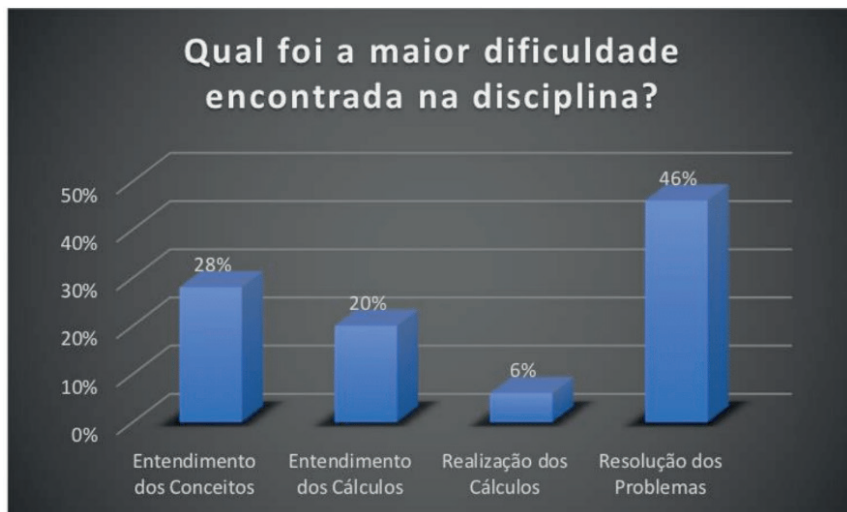


Figura 2 – Maior dificuldade encontrada na disciplina

Fonte: Cotta (2018)

Tendo em vista a dificuldade na resolução dos problemas propostos mostrados no questionamento anterior, perguntamos aos alunos se problemas contextualizados de fundo real envolvendo tecnologias atuais despertavam o interesse em buscar sua resolução e obtivemos 50 respostas. Apenas 9% dos alunos entrevistados relataram sentir tanta dificuldade no entendimento do problema que perderam o interesse em tentar resolver. Por outro lado, 33% dos alunos, se interessaram pelos problemas contextualizados, mas perderam o interesse diante das dificuldades e não conseguiram resolver. Os 58% restantes se interessaram pelos problemas e tentaram resolver até obter êxito.

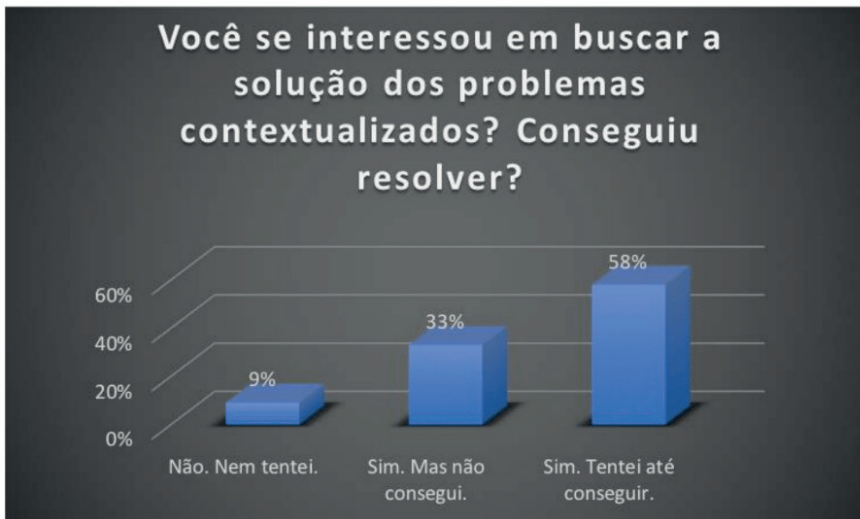


Figura 3 – Interesse na resolução de problemas contextualizados

Fonte: Cotta (2018)

3.3 Discussão dos resultados

Analisando os dados comparativos mostrados na Tabela 3, podemos perceber que a porcentagem de alunos que desistiram antes de realizarem a primeira prova caiu pela metade na comparação entre os grupos de controle e experimental, o que equivale a uma diferença de 14%. Podemos entender que essa diminuição obteve contribuições da metodologia aplicada, especificamente da contextualização histórica, pois está de acordo com a pesquisa de opinião ilustrada na Figura 1. De acordo com as respostas dos alunos, para 85% deles, é motivador saber quem desenvolveu um determinado conhecimento e também saber as dificuldades superadas pelos cientistas do passado nesse processo. Os alunos passam a ver os cientistas como pessoas comuns que se dedicaram a descobertas de novos conhecimentos, causando empatia e aumentando o interesse no estudo. Além disso, esse entendimento deixa claro como o conhecimento é uma construção humana passível de reconstruções, despertando um olhar mais crítico a respeito dos conhecimentos atuais.

Ainda analisando os dados da Tabela 3, podemos notar que o total de alunos desistentes também sofreu uma queda, nesse caso de 10%. Além do interesse e predisposição iniciais para estudo, esses dados também devem levar em conta a dificuldade encontrada na disciplina, pois esse é um fator gera desinteresse nos alunos. Então, de acordo com os relatos registrados na Figura 2, podemos perceber que a maior dificuldade encontrada pelos alunos foi na resolução de problemas. Nesse contexto, muito além de somente resolver o problema foi preciso interpreta-lo para identificar corretamente

as variáveis relevantes à sua resolução. Certamente esse fato gera uma maior dificuldade e justifica em parte as respostas dadas pelos alunos.

Em relação ao aumento da desistência entre o início e o final do curso (Tabela 3), notamos que para o grupo de controle 28% dos alunos desistiram antes da primeira avaliação e o percentual de desistência foi para 51% até o final do curso, um aumento de 23%. Já para o grupo experimental, esses percentuais variaram de 14% para 41%, ou seja, um aumento na desistência de 27%. Comparando o aumento do percentual de desistência para os grupos de controle e experimental encontramos uma diferença de 5% a mais para o grupo o experimental. Assim, precisamos considerar que o aumento da dificuldade encontrada na disciplina também foi um fator relevante para o aumento na desistência.

Por outro lado, ao indagarmos a respeito do interesse na resolução de problemas aplicados, mais da metade dos alunos afirmam que não perderam o interesse em sua resolução, mesmo diante das dificuldades geradas pela contextualização (veja a Figura 3). Apenas 9% dos alunos se sentiram desmotivados a tentarem resolver e não se interessaram pelos assuntos abordados nos problemas. Outros 33%, apesar de interessados, se sentiram desmotivados diante das dificuldades na resolução. Ainda assim, vemos na Tabela 3 que a reprovação por nota teve um aumento significativo de 15%. Então, podemos entender que apesar dos alunos se sentirem mais motivados com relação à contextualização histórica e à realidade dos problemas, muitos não foram capazes de superar as dificuldades geradas pela metodologia e não conseguiram alcançar a pontuação necessária para sua aprovação.

4 | CONCLUSÃO

O ensino tradicional abre muitas lacunas no processo de ensino-aprendizagem. Para ser possível implementar métodos inovadores que visam uma educação STEAM integrada se faz necessário ampliar o conhecimento dos alunos que entram na universidade através das relações interdisciplinares perdidas no ensino tradicional, além de conectar o conhecimento ao mundo real. Mas como esse processo não é fácil, requer muitas pesquisas para otimizar o processo de aprendizagem dos alunos. Nossa contribuição avalia de forma pontual os resultados obtidos na utilização da interdisciplinaridade no processo de ensino-aprendizagem e visa contribuir para viabilizar sua implementação.

Em relação à utilização da história da ciência como recurso didático para o ensino de Física, podemos concluir que é muito eficiente para despertar o interesse dos alunos pelo estudo, já que a desistência inicial diminuiu consideravelmente de acordo com os resultados obtidos. Por outro lado, apesar dos alunos se sentirem interessados em conhecer as pessoas que descobriram o conhecimento e em saber as dificuldades enfrentadas nesse processo, percebemos que a contextualização não deve ser extensa. Isso porque, pode acabar desviando a atenção dos alunos do foco disciplinar desejado. Ou ainda, os alunos podem acabar perdendo o interesse com rodeios históricos desnecessários. A pesquisa

nessa área possui uma grande quantidade de artigos e livros publicados fundamentando essa metodologia, entretanto ainda existem poucos relatos de sua utilização na prática (DAMASIO e PEDUZZI, 2017).

Já a conexão com problemas reais trouxe consigo maiores dificuldades na interpretação dos enunciados dos problemas. Isso fez aumentar a dificuldade que os alunos sentem na disciplina e conseqüentemente aumentar, não só índice de reprovação por nota, mas também a porcentagem de alunos desistentes entre a primeira e a última atividade avaliativa do curso. A realidade dos problemas trás bastante motivação aos estudos para os alunos e por esse motivo sua utilização é muito importante. Entretanto, devemos encontrar alternativas que possibilitem os alunos a superarem a dificuldade gerada pela metodologia para que tenhamos êxito na melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Republica Federativa do Brasil. Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.

DAMASIO, F.; PEDUZZI, L. O. Q. História da ciência na educação científica: para quê? Revista Ensaio, v. 19:e2583, p.1-19, 2017.

DARE, E. A.; ELLIS, J. A.; ROEHRIG, G. H. Understanding science teachers' implementation of integrated STEM curricular units through a phenomenological multiple case study. International Journal of STEM Education. v. 5, n. 4, p. 1-19, 2018.

KELLY, T. R.; KNOWLES, J. G. A conceptual framework for integrated STEM education. International Journal of STEM Education. v. 3, n. 11, p. 1-11, 2016.

LUND, T. L.; STAINS, M. The importance of context: an exploration of factors influencing the adoption of student-centered teaching among chemistry, biology, and physics faculty. International Journal of STEM Education. v. 2, n. 13, p. 1-21, 2015.

MOREIRA, M. A. Comportamentalismo, Construtivismo e Humanismo. Subsídios Teóricos para o Professor Pesquisador em Ensino de Ciências. Porto Alegre: IF-UFRGS, 2016a.

MOREIRA, M. A. Pesquisa em Ensino: Aspectos Metodológicos. Subsídios Teóricos para o Professor Pesquisador em Ensino de Ciências. Porto Alegre: IF-UFRGS, 2016b.

MOREIRA, M. A. Pesquisa em Ensino: Métodos Qualitativos e Quantitativos. Subsídios Teóricos para o Professor Pesquisador em Ensino de Ciências. Porto Alegre: IF-UFRGS, 2016c.

PEDUZZI, L. O. Q.; MARTINS, A. F. P.; FERREIRA, J. M. (org.) Temas de História da Ciência no Ensino. Natal: Editora da UFRN, 2012.

A IMPORTÂNCIA DAS DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO DOS LICENCIANDOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO IFTO- *CAMPUS* ARAGUATINS

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 02/04/2021

Idrlan Alves Batista

Instituto Federal do Tocantins – IFTO
Palmas – TO
<http://lattes.cnpq.br/7701720860864949>

Rafael de Jesus Costa

Instituto Federal do Tocantins – IFTO
Araguatins – TO
<http://lattes.cnpq.br/9996891361725098>

Maiara Sobral Silva

Instituto Federal do Tocantins – IFTO
Palmas – TO
<http://lattes.cnpq.br/2804075168986956>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar as concepções dos licenciandos do curso de Ciências Biológicas do *Campus* Araguatins, do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), quanto a importância das disciplinas da área pedagógica na sua formação acadêmica. A pesquisa é relevante, tendo em vista que a formação acadêmica na área de licenciatura por vezes é vista de forma desigual no que tange a área pedagógica, uma vez que acadêmicos, assim como professores veem uma divisão inexistente, que de forma consciente ou inconscientemente acaba por fragmentar nos cursos de licenciaturas os componentes curriculares específicos da área e as componentes da área pedagógica, considerada pela maioria dos professores

formadores como não importante. Os resultados apresentados expressam que os acadêmicos iniciantes no curso, também, tem essa mesma visão com relação às disciplinas pedagógicas, e essas passam a ser observadas apenas como um complemento ao meio, sem uma devida relevância, podendo ser facilmente retirada da grade horária sem nenhum constrangimento, imaginando não acarretar perda alguma. É perceptível nos resultados que tais disciplinas passam a ser consideradas importantes a medida que os acadêmicos avançam no curso. A importância das disciplinas pedagógicas na formação inicial de professores do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do *Campus* Araguatins, do IFTO, será abordada baseado em pesquisas qualitativas e quantitativas, a fim de contribuir significativamente com as reflexões e ampliação das discussões relacionadas à temática, as quais são o ponto inicial para a construção de alternativas que possibilitem mudanças na atuação de professores formadores de docentes para a educação básica.

PALAVRAS – CHAVE: Específicos, formação, importância, licenciatura, pedagógicas.

THE IMPORTANCE OF PEDAGOGICAL DISCIPLINES IN THE FORMATION OF LICENSES IN BIOLOGICAL SCIENCES OF IFTO- *CAMPUS* ARAGUATINS

ABSTRACT: This work aims to analyze the conceptions of the graduates of the Biological Sciences course at *Campus* Araguatins, from the Federal Institute of Tocantins (IFTO), regarding the importance of the disciplines of the pedagogical area in their academic formation.

The research is relevant, considering that academic education in the area of undergraduate education is sometimes seen unevenly with regard to the pedagogical area, since academics, as well as teachers see a non-existent division, which consciously or unconsciously ends for fragmenting in the undergraduate courses the specific curricular components of the area and the components of the pedagogical area, considered by most teacher educators as not important. The results presented express that the academics who are new to the course, also, have this same view in relation to the pedagogical disciplines, and these start to be observed only as a complement to the environment, without due relevance, and can be easily removed from the timetable without any embarrassment, imagining not to cause any loss. It is noticeable in the results that such disciplines become considered important as the academics advance in the course. The importance of pedagogical disciplines in the initial training of teachers in the Biological Sciences Degree course at *Campus Araguatins*, IFTO, will be addressed based on qualitative and quantitative research, in order to contribute significantly to the reflections and expansion of discussions related to the theme, the what are the starting points for the construction of alternatives that enable changes in the performance of teacher educators for basic education.

KEYWORDS: Specific, training, importance, degree, pedagogical.

1 | INTRODUÇÃO

A formação do educador no Brasil sempre foi colocada em pauta (ALVES 1996) afirma que a formação de um profissional deve ser de caráter amplo, possibilitando o domínio e a compressão da sociedade em que vive a fim de apresentar uma consciência crítica que lhe permita transformar e interferir nas questões que se tratam da educação, escola e sociedade.

Nesse contexto, segundo DALBERIO, BERTOLDI (2012), podemos afirmar que a Formação inicial do professor tem importante papel para a atuação docente, pois é a partir dela que o sujeito em formação constituirá as bases teóricas, práticas e ética para o exercício da profissão. No entanto, se as licenciaturas visam formar educadores, os componentes curriculares da área pedagógica, assim como os componentes da área específica são de vitais importâncias neste processo.

Nesse sentido, no *Campus Araguatins*, do IFTO especificamente no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas existe um rol das disciplinas pedagógicas que são denominadas pelo Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) da instituição como componentes curriculares de Educação e Formação Pedagógica sendo elas: Leitura e Produção Textual, Psicologia da Educação, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, História da Educação, Didáticas, Libras, Educação Especial, Educação Ambiental e Inglês Instrumental (PPC, LIC. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, 2014).

Assim, com base na quantidade de componentes curriculares pedagógicas mencionadas no PPC do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, assim como na carga horária disponibilizada a cada componente é que se questiona aos acadêmicos

iniciantes/1º período e aos veteranos/7º período do referido curso, qual a importância das disciplinas pedagógicas na sua formação acadêmica.

Tal questionamento faz-se necessário, tendo em vista a necessidade de fomentar as reflexões e as discussões em torno desta temática, mesmo sendo notória a preocupação crescente com a dimensão pedagógica, especialmente nas licenciaturas, ainda é perceptível que esta demanda ainda ocupa um lugar secundário dentro dos cursos de formação docente.

Neste trabalho temos como objetivo analisar as concepções de estudantes do 1º e 7º período do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do *Campus Araguatins*, do IFTO, sobre a importância das disciplinas pedagógicas na sua formação acadêmica, assim como identificar nas respostas dos licenciandos os elementos que compõem o papel das disciplinas pedagógicas na formação inicial de um professor de Biologia, bem como o papel do professor na sociedade.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO/ESTADO DA ARTE

No histórico da formação docente a questão pedagógica sempre esteve ausente. (BAZZO, 2007) diz que foi somente no início do século XX que surgiu no Brasil a primeira Universidade concentrada em formar profissionais liberais, cuja concepção de ensino se pautava na transmissão de conhecimento, não existindo a preocupação com a dimensão didático-pedagógica nos preparos das aulas. Com a necessidade de escolarizar a massa operária, entre as décadas de 1920 e 1930, surgiu em 1934 o primeiro curso de licenciatura na Universidade de São Paulo (USP) com o objetivo de oferecer aos bacharéis, das mais diversas áreas, conhecimentos pedagógicos necessários às atividades de ensinar.

No ambiente acadêmico do *Campus Araguatins*, às vezes por um equívoco dos acadêmicos as disciplinas são divididas em específicas da área e as não específicas, de acordo com BOLZAN (2006, p. 357-358), pode-se definir o conhecimento específico como:

[...] conhecimentos sobre a matéria a ser ensinada pelo professor. Constitui-se por elementos conceituais e organizacionais dos conteúdos próprios da disciplina, envolvendo ideias, informações, definições, convenções e tópicos gerais, bem como sua estrutura organizacional. Implica no conhecimento das tendências e perspectivas de seu campo específico, incluindo as diferentes interpretações de um mesmo fenômeno e suas relações pelo professor.

Dessa forma pode-se compreender que o conceito adotado para “específico” vai muito além do que lhe é atribuído, pois o ato de ensinar e aprender dependem de vários outros fatores no ambiente de ensino. Assim cada professor de uma matéria particular ver sua área como específica, à medida que os acadêmicos podem ter diferentes interpretações sobre a mesma.

Com base no pressuposto que a minoria dos acadêmicos ingressam nos cursos

de licenciaturas com conceitos pré definidos que são somente as disciplinas pedagógicas que irão prepara-los para atuar em salas de aula, no entanto, a maioria acreditam que necessitam focar nos componentes curriculares específicos da área, visto que julgam que somente estes vão sustenta-los na sua atuação docente.

Esse entendimento acaba por ser sustentado durante uma boa parte do curso, se não durante todo o curso, visto que de acordo ODA (2012) há indícios de insuficiência quanto ao domínio pedagógico por parte dos professores formadores, como também falta de articulação entre os conteúdos das disciplinas pedagógicas e das disciplinas dos conteúdos específicos.

As disciplinas pedagógicas têm como objetivo promover a reflexão entre teoria e prática e assim subsidiar a ação que requer do professor formador, segundo GAIO *et al* (2013) intencionalidade, planejamento e comprometimento com seu papel de agente social de mudança, que ao transformar uma dada realidade, transforma a si próprio e aos outros.

Com base nessas afirmações é notável que o papel do licenciado quando formado não é somente passar uma gama de conteúdos, mas ir além, visto que agirá como um agente social (FABIANE 2002), que proporcionará uma mudança não apenas no ambiente escolar, mas, em toda a sociedade que entrar em contato.

A partir desses apontamentos surgem vários pontos de vistas referentes às disciplinas pedagógicas nos cursos de licenciaturas, como por exemplo, a ideia de que esses componentes curriculares irão formar acadêmicos apenas dotados de conhecimentos conceituais e outras concepções que irão possibilitar que saiam da graduação com uma visão de que são modificadores sociais.

Luckesi 1994 p.53 corrobora com esse entendimento quando diz que (...) são três as tendências que interpretam o papel da educação na sociedade: educação como redenção, educação como reprodução e educação como **transformação da sociedade** (Grifo nosso).

No entanto, as disciplinas da área específica das licenciaturas precisam ter um elo, uma articulação com as disciplinas pedagógicas e, nesse sentido, trabalhar a interdisciplinaridade que ambas trazem, rompendo assim com o caráter fragmentário da prática educativa do Ensino Superior, herança de nosso contexto histórico. Trabalhar a interdisciplinaridade é ter no planejamento como objetivo o aprofundamento do conhecimento, é promover a dinâmica ao ensino, proporcionando auxiliar uma disciplina a outra, e assim colaborar com a construção de conhecimento teórico-prático necessários para qualificar a prática docente, visto que o papel principal das licenciaturas é a formação inicial de professores.

É notório que a preocupação com a dimensão pedagógica, especialmente nas licenciaturas, cresceu significativamente, porém, ainda é perceptível que esta ainda ocupa um lugar secundário dentro das licenciaturas. É baseado neste contexto que esta pesquisa tem o intuito de fomentar as reflexões e discussões sobre assunto.

3 I METODOLOGIA/MATERIAIS E MÉTODOS

Para a confecção deste artigo foi aplicado um questionário quanti-qualitativo a 20 (vinte) acadêmicos, sendo 10 (dez) do 1º Período e 10 (dez) do 7º Período do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do *Campus Araguatins*, do IFTO, que estão matriculados no período letivo de 2018.1. Considerando o fato de as disciplinas de cunho pedagógico estarem presentes desde o primeiro semestre na proposta curricular do curso, que foi reformulada em 2014 (dois mil e quatorze); considerando ainda o fato desses acadêmicos já terem cursado ou ainda irem cursar uma quantidade de 9 (nove) disciplinas voltadas exclusivamente para a formação de professores, que esta pesquisa proporcionará aos estudantes uma reflexão sobre o panorama atual das disciplinas pedagógicas na relação intrínseca com a formação inicial do profissional docente e assim nos subsidiar a fazer um paralelo entre as concepções dos acadêmicos integrantes e veteranos com relação a importância destas disciplinas na sua formação.

Compete destacar que o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas ofertado no *Campus Araguatins*, do IFTO é específico para a formação de professores, oferecido no período noturno e tem por objetivo segundo o seu PPC de 2014:

Formar licenciados com competências e habilidades nas diversas áreas das Ciências Biológicas, desenvolvendo o interesse pela ciência e pela pesquisa científica, para atuarem na Educação Básica, especificamente no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, com qualidade, ética, profissionalismo e responsabilidade, além de despertar-nos mesmos o interesse em contribuir com o desenvolvimento sustentável regional para dar continuidade em seus estudos.

Levando em consideração os atributos destinados aos cursos orientados à formação de professores como, por exemplo, a formação política, cultural, pedagógica dentre outras, fomentou-nos realizar uma análise baseada na carga deixada/esperada pelas disciplinas pedagógicas no que se remete a formação do licenciando, especialmente aos acadêmicos do 7ª período. Dessa forma, as questões apresentadas aos acadêmicos na íntegra foram:

1. Considerando 1 como totalmente irrelevante e 5 como totalmente relevante, qual nota você atribuiria a importância das disciplinas pedagógicas na formação do licenciado em Ciências Biológicas do IFTO, *Campus Araguatins*?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

2. A respeito da quantidade de disciplinas de cunho pedagógico no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no *Campus Araguatins*, do IFTO, você considera? (1) Suficiente, supre todas as necessidades; (2) Desnecessárias, não precisaríamos de tantas disciplinas nesse âmbito; (3) Insuficientes, precisaríamos de mais disciplinas de cunho pedagógico;

3. Ao seu ver qual o papel das disciplinas pedagógicas na formação inicial de um professor de Biologia?

As discussões baseadas nos questionamentos aplicados aos acadêmicos não proporcionarão uma explicação final, nem tão pouco solucionar os interesses abordados neste artigo, mas servirão como objeto para análise e interpretações que subsidiarão as reflexões e discussões que possibilitem alternativas de possíveis mudanças na atuação discente nos cursos de licenciatura.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante a leitura do Projeto Político Pedagógico do curso (PPC) foi possível identificar o perfil do curso, assim como as diretrizes que orientam a formação inicial de professores que a instituição se propõe a formar. Identificou-se ainda que, embora os componentes curriculares específicos pedagógicos necessitem obter um elo, uma articulação, e nesse sentido trabalhar a interdisciplinaridade que ambas trazem, há uma divisão destas disciplinas no PPC do curso, como, também observou-se que não há referência explícita sobre a articulação entre conhecimentos específicos e conhecimentos pedagógicos.

Os questionamentos voltados à importância das disciplinas pedagógicas no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do *Campus Araguatins*, do IFTO, foi realizado propositalmente com os acadêmicos do 1º período, iniciantes do curso, e com os acadêmicos do 7º período, considerados como veteranos, a fim de fazer um paralelo entre as respostas de ambos, considerando a bagagem de conhecimentos destes estudantes como objeto de estudo.

No primeiro questionamento solicitou-se que os acadêmicos emitissem uma nota de 1 a 5, considerando 1 totalmente irrelevante e 5 totalmente relevante, sobre a importância das disciplinas pedagógicas no referido curso, onde as respostas podem ser observadas nos gráficos a seguir:

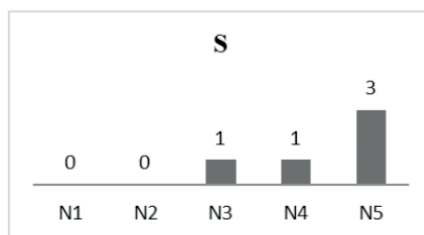
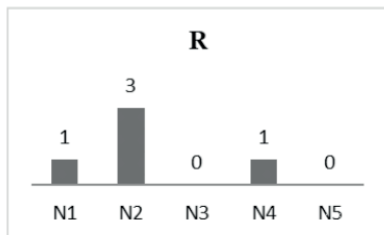


Figura 1 – Resultado da questão 1 do questionário aplicado aos acadêmicos do curso de licenciatura em Ciências Biológicas do *Campus Araguatins*, do IFTO, sendo que R corresponde ao 1º período e S ao 7º Período do curso. Na figura acima a numeração acompanhada da letra N especifica a nota que o acadêmico atribui a relevância e/ou irrelevância da questão. Vale destacar que a quantidade de acadêmicos participantes da pesquisa foram 10 de cada período.

Observa-se que na Figura 1 a maioria dos acadêmicos iniciantes (R = 1º período) do curso veem como irrelevantes as disciplinas de cunho pedagógico na graduação que estão inseridos, atribuindo nota 2 a relevância desses componentes. Enquanto constatou-se que os estudantes veteranos (S = 7º período), em sua maioria, veem como relevantes às disciplinas de formação pedagógica nos cursos voltados a sua formação docente, atribuindo nota 5 a relevância dessas matérias.

Nos resultados apresentados pode-se observar que a importância das disciplinas pedagógicas no curso em questão altera-se conforme o contato que os acadêmicos apresentam com as mesmas, conforme Woods (1999 *apud* Ehrhardt *et al*) a aprendizagem se dá em conjunto e social, e constrói-se a partir das experiências, já que ação humana é cooperativa.

No segundo questionamento os acadêmicos foram indagados a refletirem sobre a quantidade de disciplinas pedagógicas presentes no seu curso de graduação, as respostas podem ser observadas na figura a seguir:



Figura 2 – Resultado da questão 2 do questionário aplicado aos acadêmicos do curso de licenciatura em Ciências Biológicas do *Campus Araguatins*, do IFTO, sendo que (X1) corresponde ao 1º período e (X2) ao 7º Período do curso. Na figura acima (A) corresponde a: Suficiente, supre todas as necessidades; (B) Desnecessárias, não precisaria de tantas disciplinas desse âmbito e (C) Insuficientes, precisaríamos de mais disciplinas de cunho pedagógico.

Na figura acima nota-se que a maioria dos acadêmicos do 1º Período (X1) veem as disciplinas pedagógicas como desnecessária. Enquanto que a maioria dos estudantes do 7º Período (X2), que corresponde a 80% dos entrevistados acreditam que as disciplinas pedagógicas são importantes para a formação docente, sendo que 40% apontaram que esses componentes curriculares estão em quantidade necessárias para suas formações, enquanto os outros 40% acreditam que a quantidade de componentes prevista no curso é insuficiente para a formação docente, sendo necessário mais disciplinas pedagógicas na composição do currículo acadêmico desta licenciatura.

Vale destacar que o descaso inicial com relação a esses componentes curriculares é fomentado pelo não conhecimento dos reais objetivos atribuídos a eles, uma vez que vários estudantes creem que essas disciplinas vão apenas lhes servir como uma receita pronta e inacabada a fim de lhes tornar um professor exemplar e não um mediador na construção do conhecimento.

A visão dos veteranos nos remete a fazer uma análise dos seus apontamentos e destacar novamente que os conhecimentos pedagógico desses acadêmicos são em função do contato que tiveram com essas disciplinas durante o curso, ou seja, as suas observações ao exterior já apresentam uma noção da importância destas para a sua formação inicial. Segundo ORLANDI (2005 *apud* NETO, QUEIROZ, ZANON 2009) os nossos discursos são tomados mediante as relações baseadas em uma observação a exterioridade.

Partindo para as questões qualitativas seguiu-se a mesma metodologia de pesquisa, os acadêmicos deveriam expor o ponto vista deles a respeito do papel das disciplinas pedagógicas na formação inicial de um professor de Biologia. Foram atribuídas as letras X para identificar os acadêmicos do 1º Período e Z os do 7º Período, após as letras foi atribuído um número para diferenciar cada estudante.

3 - *Para você qual o papel das disciplinas pedagógicas na formação inicial de um professor de Biologia?*

X2 - “As disciplinas pedagógicas servem para que os futuros professores possam lecionar orientados pelas disciplinas pedagógicas”.

X5 - “Ao meu ver as disciplinas pedagógicas é a parte que faz com que nosso curso seja uma licenciatura, pois são elas que dão o ensino aos acadêmicos de como da aula, como agir com os alunos, como preparar uma aula. Sem elas não seria possível ser professor, pois sem elas não teríamos a base pedagógica”.

X7 - “Elas são como um manual que vão ensinar os professores a da aula quando estiverem no ambiente escolar”.

X10 - “Antes de entrar nessa licenciatura eu já havia iniciado um curso de bacharelado em outra faculdade, porém por motivos pessoais só consegui cursar até o 4º período, uma coisa que notei e achei muito interessante é que o curso de licenciatura deve proporcionar uma visão aos acadêmicos a fim de eles entenderem o que um professor deve ser verdadeiramente na sociedade. Creio que as disciplinas pedagógicas servem para que os estudantes de um curso de licenciatura possam entender o contexto em que estão inseridos e buscar aplicar a teoria na prática”.

Z3: “As disciplinas pedagógicas ensinam os futuros professores a realizarem os melhores métodos que possibilitarão uma melhor absorção dos conteúdos, forma lúdica/divertida”.

Z5: “Quando entrei na faculdade achava que as disciplinas pedagógicas serviam apenas como um norte de como da aula, mas com o passar do tempo pude notar que sua importância vai muito mais além, pois foi através delas que notei o qual complexa é a educação e que ela não pode ser definida, observei também que ensinar e aprender ocorre de forma totalmente diferente em cada pessoa é isso que as disciplinas querem nos mostrar, elas não são um catálogo, muito menos receita, mas sim uma oportunidade de um futuro professor motivar o questionamento de seus alunos”.

Z6: “As disciplinas pedagógicas servem para proporcionar ao futuro professor os métodos para que eles possam ensinar os conteúdos das melhores formas”.

Z9: “Acho que se me perguntassem essa mesma pergunta logo quando eu entrei na faculdade confesso que minha resposta seria que elas são um manual de receitas que ensina como professores devem da aula, mas hoje no 7º Período às vejo com outros olhos, para mim as disciplinas pedagógicas são de suma importância para a formação de um professor, pois através delas temos uma noção de que o mundo não funciona como uma máquina, mas sim cada um se expressa e age de forma diferente, para mim as disciplinas pedagógicas não devem ser separadas das demais disciplinas pois elas são importantes como qualquer outra e são essenciais para a formação de um excelente professor”.

É possível perceber que para os acadêmicos do 1º Período, exceto o X10, que as disciplinas pedagógicas são vistas apenas como um livro de receita e/ou um manual que vão

proporcionar ao professor uma visão de como dá aula, de uma forma que eles consideram correta e dinâmica. Esses entendimentos apresentam conceitos pré-definidos que eles trazem de experiências passadas extraídas como, por exemplo, do Ensino Fundamental e Médio, em que eles memorizaram a forma como os seus professores da época repassavam os conteúdos e os mesmos eram aprendidos. O posicionamento do acadêmico denominado como X10 apresenta uma visão diferenciada dos demais acadêmicos, embora o estudante também seja do 1º período, já havia frequentado um curso de graduação anteriormente, fator esse que colabora para que sua resposta apresente um conceito diferenciado do papel da disciplina pedagógica na formação inicial do professor de biologia, a qual se aproxima das respostas dos acadêmicos do 7ª período. O que vem corroborar com entendimento de que a importância das disciplinas pedagógicas na formação docente só é vista como relevante à medida que essas disciplinas vão sendo cursadas.

Já a maioria dos acadêmicos do 7º Período depois de terem passado por várias das disciplinas destinadas a formação docente apresentam conceitos diferenciados pautados na experiência que adquiriram no decorrer do curso como, por exemplo, o acadêmico (Z5) que destaca que ensinar e aprender é algo amplo e complexo, e que essas disciplinas não são apenas um catálogo que ensinam futuros professores a lecionarem. Já o estudante denominado como Z9 destaca que as disciplinas de cunho pedagógico não devem ser separadas das demais disciplinas, no bojo da sua resposta ela traz o entendimento de que entre os conhecimentos dos componentes pedagógicos e dos específicos devem haver uma articulação entre si, e assim trabalhar a interdisciplinaridade que há entre essas disciplinas com vistas a contribuir com a formação docente. Nota-se ainda que os acadêmicos denominados como Z3 e Z6 apontam que as disciplinas pedagógicas servem para direcionar os professores a ministrar os conteúdos.

5 | CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apontou a visão dos licenciados do curso de Ciências Biológicas quanto à importância das disciplinas pedagógicas na sua formação docente. Embora os cursos de formação inicial certifiquem ao acadêmico para o exercício da docência, a interpretação da importância das disciplinas pedagógicas são vistas e definidas pelos estudantes dentro dos limites de sua formação. Neste contexto, conclui-se que ao iniciar o curso os acadêmicos trazem consigo uma bagagem inicial com pré-conceitos definidos que não permitem que eles vejam a relevância das disciplinas pedagógicas na sua formação docente. Esse fato ainda persiste, pois durante essa pesquisa os acadêmicos do 1º Período cursavam há quase seis meses o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, embora ainda prematuro, ainda assim interpretam equivocadamente o conhecimento pedagógico, e não dão a importância devida aos componentes curriculares da área pedagógica, proporcionando por sua vez uma lacuna que promove o afastamento entre as áreas específicas da área de formação

docente.

Na visão dos acadêmicos do 7º período, embora os mesmos tenham cursado quase todas essas disciplinas da área pedagógica, estes, em sua maioria, e não em sua totalidade, veem como importante as disciplinas da área pedagógica, o que conclui que estas disciplinas passam a ser vistas como relevantes a medida que vão sendo cursadas pelos estudantes. No entanto, os acadêmicos em geral ainda apresentam alguns desvios de interpretações sobre o real papel a respeito desses componentes, uma vez que não ocorrem ou ocorrem de maneira sutil as articulações entre as disciplinas pedagógicas e as específicas do curso, fator esse justificado para alguns pensadores como, por exemplo, SAVIANI (2009) que afirma que os componentes que abrangem a área pedagógica mesmo após serem inseridas nas licenciaturas, não encontraram um encaminhamento que pudesse ser compreendido como satisfatório, fator esse que justifica a desvalorização tanto pelos acadêmicos, como por alguns professores das licenciaturas.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa têm como objetivo contribuir como objeto de estudo, a fim de colaborar com as reflexões e discussões relacionadas ao tema, assim como contribuir na construção de alternativas que possibilitem mudanças na atuação de professores formadores de docentes.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. **Formação de Professores: pensar e fazer**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

BAZZO, V. **Constituição da Profissionalidade Docente na Educação Superior: Desafios e Possibilidades**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

CARDOSO, R. **Uma introdução à história do design**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo; Edgard Blücher, 2004.

DALBERIO, Osvaldo; BERTOLDI, Paulo. **O Desafio da Formação e da Atuação do Professor**. Ensino em Re-vista, vol. 19, n.1, 2012.

FABIANI, Jean-Louis. **O que resta do agente social?** A análise sociológica frente à exemplaridade biográfica e à diminuição de si. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(1): 33-65, maio de 2002.

GAIO, Isabel Silva; PRETI, Jessica *et al.* **Planejamento como Instrumento Profissional de Transformação**. XI Congresso Nacional de Educação. Curitiba, 2013.

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas**. [Araguatins: IFTO], 2014.

LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da Educação**. São Paulo, Cortez, p. 53-74, 1994.

NETO, Pedro da Cunha; QUEIROZ, Salete; ZANON, Dulcimeire. **As disciplinas pedagógicas na formação e na construção de representações sobre o trabalho docente:** Visões de alunos de licenciatura em Química e Física. Educar; Revistas. Curitiba: p. 75-94. Editora UFPR.

ODA, Welton. **A Docência Universitária em Biologia e suas Relações com a Realidade das Metrôpoles Amazônicas.** Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica). UFSC, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Formação de Professores:** Aspectos Histórico e Teórico do Problema no Contexto Brasileiro. Revista Brasileira de Educação, v, 14, n. 40, jan./abr.2009.

WOODS, Peter. **Aspectos Sociais da Criatividade do Professor.** In: NÓVOA, Antonio Orgs. Profissão Professor: Portugal: Porto Editora, 1999.

CAPÍTULO 16

ESPERANÇA E CONSOLO: UMA HERMENÊUTICA DO LIVRO DE APOCALIPSE PRESENTE NA TEOLOGIA DE MARTINHO LUTERO

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 15/03/2021

Maelite Costa de Araújo

Mestra em Teologia pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP; professora de Novo Testamento da Faculdade Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil – FSTBNB. Recife – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/6998206333247343>

João Inácio Bezerra da Silva

Mestrando em Teologia pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Recife – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/5838251192202820>

RESUMO: A pesquisa trata da esperança e consolo como hermenêuticas do livro de Apocalipse, presente na teologia do reformador Martinho Lutero. Este é um assunto auspicioso para o momento presente, no qual o mundo cristão comemora os 500 anos da Reforma Protestante, reforma que tem sido marcada pelos frutos produzidos no meio cristão e, por isso, de grande relevância. Sendo assim, este trabalho analisará o contexto em que foi escrito o Apocalipse, bem como a mensagem de esperança e consolo como hermenêutica do mesmo e a intertextualidade entre essa mensagem e a teologia do reformador Lutero. A pesquisa possui caráter bibliográfico e tem como objetivo responder a seguinte questão: A mensagem de esperança e consolo pode ser considerada uma hermenêutica do

livro de Apocalipse na teologia de Lutero? Para realizar a análise serão consultados dicionários bíblicos, comentários sobre o Novo Testamento, enciclopédias e livros sobre a teologia de Lutero, artigos da internet, entre outros, porém, especificamente, a mensagem do Apocalipse.

PALAVRAS - CHAVE: Hermenêutica. Apocalipse de João. Teologia de Lutero. Mensagem de consolo e esperança.

HOPE AND CONSOLATION: A HERMENEUTIC FROM THE APOCALYPSE'S BOOK PRESENT IN THE THEOLOGY OF MARTIN LUTHER

ABSTRACT: This study focus on hope and consolation as a hermeneutics from the Apocalypse's book, which is present in the theology of the reformer Martin Luther. It is an auspicious subject in the actual moment, when the Christian world celebrates its 500 years of Protestant Reformation, a reform that has been marked by the fruits it has produced in the Christian circle, and therefore, its great relevance. Thus, this study will assess the context in which the Apocalypse was written, the words on hope and consolation as a hermeneutics of it, and the intertextuality between this message and Luther's theology. This research has a bibliographic character and aims to answer the following question: Can the words on hope and consolation be considered as a hermeneutics of the Apocalypse's book in the theology of Martin Luther? In order to conduct the analysis there will be used biblical dictionaries, comments on the New Testament, encyclopedias, books about Luther's theology, papers, among others, but

specifically, the message of the Apocalypse.

KEYWORDS: Hermeneutics. John's Apocalypse. Theology of Luther. Words on hope and consolation.

1 | INTRODUÇÃO

Vivendo em pleno século XXI, o mundo cristão tem hoje o privilégio de comemorar os 500 anos da Reforma Protestante, numa consolidação histórica de uma atitude de bravura na defesa das Escrituras Sagradas. A data início dessa história cristã foi a de trinta e um de outubro de um mil quinhentos e dezessete, ainda no século XVI. Nesse dia, o monge Martinho Lutero afixou, na catedral de Wittenberg na Alemanha, suas noventa e cinco teses, nas quais proclamou as cinco solas da Reforma: *Sola Fide*, *Sola Gratia*, *Sola Scriptura*, *Solus Christus*, e *Soli Deo Gloria*.

Dessa forma, um assunto auspicioso para este momento de tantas celebrações se baseia em estabelecer uma ponte entre a mensagem de esperança e consolo constante do livro de Apocalipse e a teologia do reformador Martinho Lutero.

A mensagem, seja do evangelho de Jesus Cristo, do Apocalipse, da Igreja cristã nos primeiros séculos, da teologia de Martinho Lutero ou da Igreja do presente século é uma só. Ela se traduz na esperança das infalíveis promessas de salvação e vida eterna a todos os seus seguidores, bem como no consolo para os cristãos perseguidos em todos os períodos e lugares.

Certamente, essa mensagem de esperança e consolo recebida por João, no Apocalipse, também sustentou Lutero no período da Reforma Protestante, podendo continuar se sustentando na fé em Jesus Cristo por todos os cristãos perseguidos.

2 | A MENSAGEM DO APOCALIPSE DE JOÃO NA TEOLOGIA DE MARTINHO LUTERO

As palavras de esperança e consolo registradas no livro do Apocalipse tem seu *Sitz im leben*, no final do primeiro século da era cristã. De acordo com B. Reicke, por volta dos anos 94-95 d.C., o então imperador romano Domiciano envidou uma perseguição geral nas províncias romanas, incluindo nela os cristãos. Afirma Reicke que “Foi nesse período, segundo Eusébio, que João, o do Apocalipse, foi desterrado para a ilha de Patmos”. Essa afirmação corrobora com o registro feito no capítulo 1º, verso 9 do Apocalipse: “Eu, João, irmão vosso e companheiro na tribulação, no reino e na perseverança, em Jesus, achei-me na ilha chamada Patmos, por causa da palavra de Deus, e do testemunho de Jesus”¹.

Em todo o percurso da história da Igreja Cristã surgiram momentos de perseguição, marcando sua história. As Escrituras relatam a perseguição, prisão, crucifixão e morte de

1 **BÍBLIA SAGRADA.** Tradução de João Ferreira de Almeida, Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008, edição revista e atualizada.

Jesus, o fundador do cristianismo. Ainda, relatam o apedrejamento de Estêvão e a morte de alguns apóstolos, enquanto a tradição registra o martírio de outros apóstolos de Jesus. A história também registra a perseguição sofrida pelo monge Lutero, em 1517, na Alemanha.

Escrito num contexto vital de perseguição e tribulação, o livro do Apocalipse apresenta alguns indicativos das mesmas, tais como: o desterro de João em Patmos (Ap 1.9), a execução de Antipas em Pérgamo (Ap 2.13) e o martírio de muitos outros cristãos (Ap 6.9).

No entanto, o livro se inicia declarando ser a “Revelação de Jesus Cristo, cujo Deus lhe deu para mostrar aos seus servos as coisas que em breve devem acontecer e que ele, enviando por intermédio do seu anjo, notificou ao seu servo João” (Ap 1).

No que diz respeito à expressão “mostrar as coisas que em breve devem acontecer”, U. MACK destaca o caráter singular do livro no Novo Testamento, mostrando o direcionamento para frente apontado pela revelação do mesmo, visando o futuro. (2014, p. 183). O autor ainda acrescenta que, em meio a um grande número de símbolos e visões, o livro de Apocalipse tem como característica mostrar e deixar-se contemplar. Essa característica, segundo Mack, é compreensível se considerarmos toda sabedoria racional como incapaz de alcançar o mistério do final dos tempos e também da era vindoura.

A mensagem de Apocalipse é apresentada através de figuras, símbolos e visões. As visões gerais são intercaladas por visões menores. Algumas dessas visões trazem mensagens de esperança e consolo para os cristãos do século I d.C., enquanto outras trazem mensagens do juízo de Deus para com os perseguidores dos cristãos. (MACK, 2014, p.190)

Para os cristãos, a mensagem de esperança e consolo permeia todo o livro. Na visão de Jesus glorificado em meio aos sete candelabros de ouro com sete estrelas na mão direita, João caiu aos pés de Jesus como morto. Em seguida, foi reanimado ao ouvir às seguintes palavras de Jesus: “Não temas; eu sou o primeiro e o último e aquele que vive; estive morto, mas eis que estou vivo pelos séculos dos séculos e tenho as chaves da morte e do inferno” (Ap 1.17-18).

Na visão do trono de Deus, João viu Jesus sentado no trono e sendo adorado pelos seres celestiais e pelos salvos, que proclamavam: “Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo Poderoso, aquele que era, que é e que há de vir” (Ap 4.1). Isto é, o trono não estava vazio e nem Jesus estava sozinho, significando a posse de controle da história em suas mãos.

Por outro lado, na visão do livro selado com sete selos e a do Cordeiro, a questão apresentada é: quem seria digno de abrir o livro e de lhe desatar os selos? Quando o problema parecia não ter solução, surge um ancião para consolar o vidente com as seguintes palavras: “Não chores, eis que o Leão da tribo de Judá, a raiz de Davi, venceu para abrir o livro e os seus sete selos” (Ap 5.5). No entanto, antes de o Cordeiro abrir o último selo, é demonstrado um interlúdio consolador: a visão é a dos “glorificados”,

comunidade representada pelo número 144.000, encontrada ao redor do trono, louvando à Deus. Dizia “Jamais terão fome, nunca mais terão sede, não cairá sobre eles o sol, nem ardor algum. E Deus lhes enxugará dos olhos toda lágrima” (Ap 7.16-17).

Quando da abertura do sétimo selo, antes do toque das sete trombetas, há a aparição de um anjo de pé junto ao altar, com um incensário de ouro e muito incenso para oferecer com as orações de todos os santos. A fumaça do incenso subiu à presença de Deus com as orações dos mesmos (Ap 8-9). De acordo com Mack, essa é uma imagem consoladora, pois confirma a chegada das orações dos salvos até Deus (2014, p.190).

Enfim, Cristo venceu a besta e o falso profeta (Ap 19). Surgem, assim, o novo céu e a nova terra, a nova Jerusalém. (Ap 21). A promessa é fiel e verdadeira: “Eis que venho sem demora” (Ap 22). Assim, da mesma forma, a mensagem do Apocalipse certamente tem trazido esperança e consolo aos cristãos perseguidos em todo o mundo e em todas as épocas. Entre esses cristãos possivelmente encontra-se o personagem Martinho Lutero.

De acordo com J. Gonzalez, durante toda a vida, Lutero foi aprisionado por períodos de angústia e sentiu necessidade de encontrar esperança e consolo no viver. Um desses períodos foi quando ingressou no monastério, em 1505, para cumprir um voto feito a Sant’Ana durante uma tempestade, quando foi atingido por um raio e saiu ileso. Gonzalez explica que Lutero não temeu a própria morte, mas sim a perspectiva de morrer sem estar preparado para isso (2004, p. 30).

De modo semelhante, na ocasião da celebração de sua primeira missa, Lutero declarou por diversas vezes ter sido possuído por um temor, por estar oferecendo nada menos que o corpo de Cristo. Esse temor esmagador de Deus o pressionava constantemente, pois não estava seguro se todas suas ações eram suficientes para alcançar sua própria salvação. No entanto, a angústia sentida por Lutero a respeito da salvação de sua alma, influenciou também em sua teologia e hermenêutica.

Um dos períodos mais angustiantes da vida de Lutero possivelmente foi aquele no qual sucedeu a publicação das “famosas” 95 teses. Essas teses provocaram grande descontentamento político, por tratar de assuntos ligados à economia do império e da igreja. Segundo Gonzalez, essa atitude de Lutero encolerizou o então imperador Maximiliano e o fez solicitar a intervenção do Papa Leão X (2004, p. 50). A perseguição contra Lutero se apresenta de forma mais evidente com a convocação de uma reunião capitular realizada em Helderberg, sob a jurisdição dos agostinianos. Nas reuniões capitulares, as queixas e ponderações eram ouvidas pelos governantes da região, e o resultado das deliberações e sentenças eram transformadas em leis reguladoras, dispostas em capítulos e, portanto, recebiam o nome de “capitular”. A reunião em Helderberg contou com a presença de monges, temerosos por suas vidas. É possível perceber que esses e tantos outros eventos da vida de Lutero o levaram a buscar na Bíblia a força necessária para sobrepujar tais dificuldades.

De acordo com G. R. Osbourne, na obra de Lutero “A escravidão da vontade”, há a proclamação da clareza básica das escrituras em duas áreas: a clareza externa, chamada por ele de aspecto gramatical, e a clareza interna, denominada de aspecto espiritual. Na primeira, as leis da gramática eram aplicadas ao texto, enquanto na segunda, o ato da interpretação é alcançado pela iluminação do Espírito Santo. Isto é, Lutero adota como hermenêutica aquilo que a reforma chamaria de *Sola Scriptura* (2009, p. 33).

O sentido quádruplo da Escritura, consistindo na adaptação do texto bíblico à tradição da Igreja, apresentava os sentidos: literal ou histórico, alegórico ou cristológico, tropológico ou moral e anagógico ou escatológico, largamente utilizados desde a Patrística. Entretanto, este sentido quádruplo foi sendo gradualmente abandonado pelos reformadores, pois acreditavam na existência de um único sentido de interpretação para cada livro da Bíblia. Além disso, Lutero reconhecia que o sentido da interpretação não poderia mais ter como parâmetro a tradição da Igreja nem algum outro argumento filosófico. Sendo assim, para Lutero, a Bíblia é capaz de trazer para si própria a interpretação correta, por meio da iluminação do Espírito Santo. Em outras palavras, a Bíblia interpreta a si própria.

As propostas hermenêuticas dos Reformadores gozam de plena atualidade nos seus conjuntos de teorias, abordagens e metodologias de estudos bíblicos. Destes, destaca-se o método histórico-crítico, oportunizando o surgimento de novas metodologias de análise literária nas quais encontramos raízes dos princípios da Reforma.

Estes métodos foram aplicados pelo próprio Martinho Lutero no prefácio do livro de Apocalipse. Por se tratar de uma revelação da história futura, o monge Lutero acreditava no primeiro passo a ser dado como a tomada dos eventos e catástrofes da história do cristianismo e suas comparações com as imagens e símbolos demonstrados nesse livro. (2003, p. 156)

Lutero deixa de lado interpretações alegóricas ou “espiritualistas” do apocalipse e trata o livro de forma gramatical e histórica. No decorrer desse prefácio, o exegeta analisa cada capítulo, comparando as tribulações do apocalipse com as perseguições do primeiro século, bem como com as heresias que incomodaram a vida da Igreja.

O reformista não era um teólogo de gabinete e não esperava em sua “torre de marfim”, elaborando teorias e formulando hipóteses. Ele sentia na própria pele o peso de suas descobertas e as aplicava à sua vida. Martinho Lutero como Agostinho, pode ser dito como aqueles pensadores cuja teologia está intimamente ligada com sua vida, ou seja, não se pode entender uma separada da outra.

A mensagem de esperança e consolo está presente nos hinos de Lutero, especificamente naquele intitulado “Castelo forte é o nosso Deus”, cuja composição foi inspirada no Salmo 46. De acordo com o livro “Obras selecionadas”, esse hino foi entoado por Lutero em vários momentos de sua vida. O momento mais significativo, porém, foi quando em 1521, a caminho da Dieta de Worms, onde seria julgado, ao avistar as torres do castelo de mesmo nome e temendo pela própria vida, Lutero aquietou seu coração cantando

o hino “Castelo forte é o nosso Deus”, acompanhado pelos monges que caminhavam com ele.

Por conseguinte, é possível ver através da história e de seus escritos a busca de Lutero pela mensagem de consolo e esperança necessitada nas páginas da Bíblia, durante os momentos mais difíceis da vida. Nesse livro, ele teria encontrado para o seu coração a paz fornecida somente por Jesus Cristo. Uma evidência encontra-se no prefácio escrito por Lutero ao Apocalipse de João, quando o monge agostiniano ressalta o valor das Escrituras Sagradas em quaisquer circunstâncias da vida do seguidor de Cristo. Dessa forma, tendo como chave hermenêutica Jesus Cristo, Lutero defende que essas Escrituras devem ser guardadas, respeitadas e praticadas em toda sua pureza (2003, p. 163).

3 | CONSIDERAÇÕES

O assunto escolhido neste estudo, “Esperança e consolo: uma mensagem hermenêutica do livro de Apocalipse presente na teologia de Martinho Lutero”, nos possibilitou aprofundar os conhecimentos atinentes ao Apocalipse de João e aos escritos de Lutero, ambos identificados pela perseguição por defenderem uma causa única: sofrer por amor à Cristo, respaldado na sua Palavra.

Enquanto João foi exilado na ilha denominada Patmos no século I, Lutero foi levado ao castelo de Worms, no século XVI, ou seja, João na Ásia Menor e Lutero na Alemanha. Havia, no entanto, a necessidade de uma tomada de decisão em ser fiel à Cristo e à sua Palavra ou protestar contra as inflamadas setas do maligno. João e Lutero, arriscando suas vidas e sob a proteção de Deus, decidiram ser fiéis àquele que é fiel e verdadeiro e se tornaram expoentes na história da Igreja Cristã.

Concordamos que a mensagem de esperança e consolo não está apenas no Apocalipse de João. Essa é uma chave de interpretação para toda a Bíblia, devendo ser usada por todos os seguidores de Cristo em todos os momentos de suas vidas.

Entendemos, portanto, a necessidade do retorno à leitura e ao estudo do livro do Apocalipse, vista nossa atual sociedade onde a violência é uma constante, onde viver com medo é algo normal, e onde o valor de uma vida é reduzido.

O artigo a seguir não tem a pretensão de esgotar o assunto em foco. Ele é apenas um início para uma reflexão mais profunda sobre a mensagem do Apocalipse para todos os cristãos no tempo e no espaço e sobre a vida e obra de Lutero. Desejamos que o impacto que nos motivou a pesquisar o assunto trabalhado, sirva como ponto de partida para uma análise mais aprofundada desses assuntos.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri. Sociedade Bíblica do Brasil, 2008. Edição revista e atualizada.

GONZALEZ, Justo L. **E até os confins da terra:** uma história ilustrada do cristianismo. São Paulo: Vida Nova, 1995, vl 6.

GONZALEZ, Justo L. **Uma história do Pensamento Cristão.** São Paulo: Cultura Cristã, 2004, vl 3.

LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas.** V.8. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia Editora, 2003.

MACK, U. **Curso bíblico da Sociedade Bíblica do Brasil.** São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.

OSBOURNE, Grant R. **A espiral hermenêutica:** uma nova abordagem à interpretação bíblica. São Paulo: Vida Nova, 2009.

REICKE, B. **História do tempo do Novo Testamento.** São Paulo: Academia Cristã, Paulus, 2015.

SUMMERS, R. **A mensagem do Apocalipse:** digno é o Cordeiro. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1972.

PARA ALÉM DO CORAÇÃO AQUECIDO: FRATURAS E PEQUENAS CRISES NUMA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA COM JOHN WESLEY

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 14/05/2021

Álvaro Nunes Larangeira

Rede de Pesquisa Jornalismo, Imaginário e Memória – REDE JIM.
<http://orcid.org/0000-0002-7849-398X>.

Tarcis Prado Junior

Universidade Tuiuti do Paraná – Curitiba/PR.
<https://orcid.org/0000-0002-6252-696X>.

Moisés Cardoso

Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) – Blumenau/PR
<http://orcid.org/0000-0003-2447-756X>.

Franco Iacomini Júnior

Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) – Guarapuava-PR.
<http://orcid.org/0000-0003-2617-4888>.

RESUMO: Em maio de 1738 numa reunião ordinária, ao ouvir a leitura de um comentário sobre a carta de Paulo aos Romanos, por Martinho Lutero, John Wesley, fundador do movimento metodista, sentiu o coração “estranhamente aquecido” e então teve a certeza que realmente fora salvo por Cristo. Esta experiência religiosa pode ter também uma dimensão estética e é esse o objetivo que se propõe este estudo: pensar a experiência de John Wesley como uma experiência estética nos termos de Greimas sobre a ideia de “fraturas”, e Gumbrecht com as “pequenas crises”. Trata-se de uma pesquisa

exploratória nos seus objetivos e utiliza-se das pesquisas bibliográfica e documental como procedimentos técnicos. Consideramos que John Wesley teve, além de religiosa, também uma experiência estética.

PALAVRAS - CHAVE: estética; metodista; John Wesley; Greimas; Gumbrecht.

IN ADDITION TO THE HEATED HEART: FRACTURES AND MINOR CRISES IN AN AESTHETIC EXPERIENCE WITH JOHN WESLEY

ABSTRACT: In May 1738, at an ordinary meeting, on hearing a commentary on Paul's letter to the Romans by Martin Luther, John Wesley, founder of the Methodist movement, felt his heart “strangely heated” and then he was sure that it really was saved by Christ. This religious experience may also have an aesthetic dimension and this is the purpose of this study: to think of John Wesley's experience as an aesthetic experience in Greimas's terms on the idea of “fractures”, and Gumbrecht with “small crises”. It is an exploratory research in its objectives and uses bibliographical and documentary research as technical procedures. We believe that John Wesley also had an aesthetic experience as well as a religious one.

KEYWORDS: aesthetics; Methodist; John Wesley; Greimas; Gumbrecht.

1 | INTRODUÇÃO

Dentre as diversas denominações do protestantismo chamado histórico, os metodistas

são um dos grupos mais influentes no mundo e o sexto em número de membros (PEW RESEARCH CENTER, 2011). Diversas personalidades são ou foram adeptas da igreja, dentre os quais o cantor Ray Charles, a primeira-ministra britânica Margareth Thatcher e o líder Nelson Mandela, entre outros. A igreja inspirada por John Wesley conquistou num curto espaço de tempo milhares de seguidores e no Brasil, por exemplo, conta com 340 mil membros (IBGE, 2012, p. 149). Além disso os metodistas são controladores de diversas universidades mundo afora, além de hospitais e fundações importantes.

Estudiosos da estética, os teóricos Greimas e Gumbrecht mostram como as experiências estéticas podem adquirir dimensões bastante sensíveis e na ordinaridade da vida comum. O primeiro aborda a questão chamando de fraturas tais eventos e o segundo as chama de pequenas crises. É sob esse prisma que a experiência do coração aquecido de Wesley vai ser analisada neste artigo.

Este estudo está distribuído em três seções, além desta introdução e considerações finais. Em *O movimento metodista: da rigidez das bands ao coração aquecido*, descrevemos como o metodismo nasce de pequenos grupos com seu líder inspirador John Wesley e como uma experiência religiosa que ele teve em maio de 1738 mudou todo o curso de sua vida e do então incipiente movimento metodista; com *Fraturas (Greimas) e pequenas crises (Gumbrecht)* mostramos como a estética é vista por esses teóricos; e finalmente com *Experiência estética do coração aquecido* mostramos como, para além de uma experiência religiosa, o acontecimento de John Wesley foi uma experiência estética.

2 | O MOVIMENTO METODISTA: DA RIGIDEZ DAS BANDS AO CORAÇÃO AQUECIDO

O movimento chamado metodista se iniciou no século XVIII com grupos de estudos sobre a bíblia e temas religiosos por obra de John Wesley, um pastor da igreja anglicana na Inglaterra. Apesar de a história conferir a John o protagonismo da “fundação” do metodismo, não é possível “determinar o começo verdadeiro de um movimento que surgiu espontaneamente e sem qualquer projeto ou preconceção (HEITZENRATER, 1996, p. 33). Ele não fundou uma igreja, tampouco queria deixar sua denominação de origem, mas as *bands* (grupos de estudo das escrituras) começaram a tomar corpo e, principalmente, nas universidades inglesas, estudantes se reuniam para estudar a palavra de Deus. A ideia de reunir pequenos grupos para o estudo aprofundado das Escrituras vinha da experiência dos pietistas alemães, que tinham entre suas ênfases práticas o cultivo da vida espiritual, que incluía a leitura sistemática da Bíblia, abstinência de bebida e jogo, oração e moderação nas vestes, na comida e na bebida (COSTA, 1999, p. 7). Os pietistas também adotaram o estudo em grupos pequenos, que eram chamados de *collegia pietatis* (CAIRNS, 1995, p. 327). Modelo semelhante foi aplicado também pelo movimento cristão de Hernnhut, que Wesley visitou, na Morávia (CAIRNS, 1995, p. 329). Nos grupos instituídos por Wesley, as pessoas se reuniam semanalmente “para falar de quanto Deus era real na vida delas,

confessar os pecados mais constantes e difíceis, explicar como Deus estava lidando com elas por meio da Palavra e falar do progresso na vida de oração” (KELLER, 2014, p. 91).

Tanto os pietistas, que tiveram como seus principais líderes Philip Spener e Auguste Francke, ainda na segunda metade do século XVII, como Wesley traziam para uma reação ao racionalismo e ao formalismo que se haviam instalado nas igrejas protestantes. Após a efervescência reformista do século XVI, a burocracia havia se instalado nas igrejas, ao lado de um ideário deísta que se alinhava com as visões científicas e filosóficas da época. Na Inglaterra,

os sermões na Igreja Oficial eram geralmente apenas longas homilias sobre trivialidades morais. O alto clero era regamente pago enquanto o baixo clero, com o pequeno salário anual de 20 a 50 libras, dificilmente poderia ser eficiente. Muitos deles dependiam parasitariamente do senhor local e se envolviam em esportes grosseiros e em rodas de bebidas. A moral, por conseguinte, atingiu o seu ponto mais baixo (CAIRNS, 1995, p. 328).

Como reação a esse estado de decadência, diversos movimentos surgiram na Europa e também na América do Norte, buscando uma vida de maior sintonia com os ideais cristãos. No caso metodista, essa busca se traduzia em um destaque importante para a doutrina do perfeito amor, segundo a qual o amor de Deus poderia encher tanto o coração do crente que ele acabaria por expulsar o pecado e produzir no indivíduo a santidade absoluta (CAIRNS, 1995, p. 330).

Como essas *bands* tinham regras bastante rígidas para o roteiro dos estudos e o cumprimento dos horários era imperativo nos grupos, as pessoas que deles participavam eram chamados de “os metódicos”, os metodistas – o nome, aliás, era pejorativo e foi cunhado pelos contemporâneos de John e seu irmão, Charles, na Universidade de Oxford (SALGARD CUNHA, 2018, p. 3). Wesley até criou um documento chamado de Regras Gerais, em que propunha um código de conduta cristã, no qual recomendava a todos os membros do movimento algumas práticas de vida (KLAIBER e MARQUARDT, 1999, p. 467): “não praticar o mal; zelosamente, praticar o bem; atender às ordenanças de Deus”. E Wesley ia mais longe ao sugerir uma vida regrada (metódica):

Fundamentada nestes princípios, a Igreja confia que os metodistas preservem a sua tradição e continuem a ser reconhecidos como pessoas de vida regrada; os metodistas são: moderados nos divertimentos; modestos no trajar; abstêmios do álcool como bebida; empenhados no combate aos vícios; observadores do Dia do Senhor, especialmente dedicado ao culto público, ao cultivo espiritual, pelo estudo da Bíblia e ao descanso físico; observadores dos preceitos da Igreja e dos meios de graça que ela oferece, participando dos ofícios divinos e da Ceia do Senhor; praticantes do jejum e da oração individual e em família; honesto em negócios; fraternais nas relações de uns com os outros; tolerantes e respeitadores das ideias e opiniões alheias; praticantes das boas obras; benfeitores dos necessitados; defensores dos oprimidos; promotores da instrução secular e religiosa; e operosos na obra de evangelização (KLAIBER e MARQUARDT, 1999, p. 468).

Em 1738, Wesley sentiu-se chamado a renovar a Igreja Anglicana e a sociedade em que vivia, buscando a vivência de santidade individual e social. A mensagem de conversão individual e transformação da sociedade fez o movimento metodista crescer na Inglaterra e resultou na fundação da Igreja Metodista. Teologicamente uma das marcas metodista é a crença na Graça preveniente (ou preventiva).

A graça é a disposição benevolente de Deus para com o ser humano, sua misericórdia a favor do ser humano, abrindo a possibilidade para a salvação. Quando dizemos “somos salvos pela graça de Deus”, significa que somos salvos pela misericórdia de Deus posta em ação a nosso favor. Wesley acreditava que a graça salvadora (ou preveniente, como ele a chamava) estava em atuação no coração de todos os seres humanos, ao lado de sua consciência. É a própria presença de Deus em ação, por sua misericórdia, procurando levar o ser humano ao arrependimento (METHODISTA.ORG, 2013).

O movimento metodista teve grande impacto sobre a sociedade inglesa e também nas colônias americanas – que, algumas décadas depois, se organizariam como os Estados Unidos. Os metodistas se opuseram ao consumo de álcool, à guerra e à escravidão e tiveram influência na reforma das penitenciárias, na alfabetização e no atendimento de saúde (CAIRNS, 1995, p. 330-331). Na seção seguinte mostramos o pensamento de Greimas e Gumbrecht sobre a experiência estética com a finalidade de apresentar esses novos conceitos para o desenvolvimento deste trabalho.

3 I FRATURAS (GREIMAS) E PEQUENAS CRISES (GUMBRECHT)

A comunicação estética se realiza no plano visual – é a ilha inteira, completamente desfigurada, que o sujeito “vê” – e ainda somente no que é eidético; a cor aqui nunca intervém [...] o deslumbramento atinge o sujeito e transforma sua visão: encontramos-nos diante de uma estética do sujeito (GREIMAS, 2002, p. 26).

Assim, a própria apreensão é concebida como uma relação particular estabelecida, no quadro actancial, entre o sujeito e um objeto de valor. Essa relação não é “natural”; sua condição primeira é a parada do tempo, marcada figurativamente pelo silêncio que bruscamente sucede ao tempo cotidiano, representado como um ruído ritmado (GREIMAS, 2002, p. 25). Ou seja, no nosso dia a dia somos todos surpreendidos por momentos que captam – e raptam – nossa atenção, fazendo com que esqueçamos, momentaneamente, da nossa ordinariedade da vida (por vezes para o bem, outras, para o mal) para momentos singulares, singelos, prosaicos.

A ilustração da gota d’água caindo na bacia tem um quê de metafórico no exemplo de Greimas. A estética do momento surge como se clamando por vida, pulso, *anima*, na rotineira engrenagem de nosso dia a dia. A gota d’água na bacia representaria o despertar para a percepção de que a vida poderia ser melhor se esses pequenos momentos de felicidade (fraturas) fossem vividos em sua plenitude – mesmo que só por alguns instantes.

Apesar desses momentos, as fraturas, segundo Greimas, são períodos fortuitos, que escapam e jamais podem se fixar em nossa cotidianidade.

Poder-se-ia esperar que o evento estético, que não é senão um “relâmpago passageiro”, se inserisse no discurso da cotidianidade: a um amplo exame dos minuciosos programas da jornada precedente segue-se o desaparecimento progressivo da coisa extraordinária que lhe aconteceu, e Robinson se perde “no encadeamento das pequenas tarefas e da sua etiqueta” (GREIMAS, 2002, p. 26).

No entanto, o autor nos dá uma esperança em relação a esses momentos pois para ele (GREIMAS, 2002, p. 27) a nostalgia dirigida ao porvir comporta conotações eufóricas: “era possível mudar sem decair”; “a larva havia pressentido, em um breve êxtase, que um dia ela voaria”. O autor chama isso de “nostalgia da perfeição”, que no plano especial tem a forma de uma “outra ilha”, entrevista por um instante, mas oculta na “tela da imperfeição” que constitui a “mediocridade de suas preocupações” (GREIMAS, 2002).

Para Greimas (2002, p. 27), a espera precede figurativamente o evento e é nesse momento que o devir surge como mais importante que o que de fato poderá se constituir.

Em *Da Imperfeição*, Greimas (2002) trata também da figura do *guizzo*¹, utilizando o personagem de Ítalo Calvino, o senhor Palomar². No trecho apresentado ele descreve a cena de Palomar avistando na praia uma moça com o seio nu deitada na praia e sua atitude frente a esta paisagem:

Como bom filósofo da vida cotidiana, ele não deixa de se interrogar sobre a atitude a tomar ante a vista de um seio nu, que é uma coisa agradável de olhar, um objeto estético e, ao mesmo tempo “aquilo que na pessoa é específico do sexo feminino” e que, por isso, coloca problemas de moral social (GREIMAS, 2002, p. 31).

Enquanto a sensorialidade, em Michel Tournier, tem-se um “deslumbramento feliz” (GREIMAS, 2002, p. 35), em Calvino (com o personagem Palomar) o encantamento vem da fascinação do objeto (o seio nu da mulher na praia). Mais adiante Greimas analisa o poema “Exercícios de Piano” e destaca dois argumentos estéticos: a experiência da jovem diante do parque e; no plano da enunciação (enunciada), a apreensão, pelo recurso do devaneio, das formas organizadas de nosso imaginário (GREIMAS, 2002, p. 42). Então, diz o autor, o corpo do poema é dividido em duas partes aproximadamente iguais. A primeira, descreve a espera do advento da “realidade”, e a segunda, seu rechaço, enquanto a visão do “parque”, objeto estético por excelência, intercala-se entre ambas.

Se nas outras narrativas analisadas Greimas aborda a luz e a fascinação do objeto, por meio da sua observação, neste poema, ele coloca a taticidade como experiência

1 Expressão do italiano que Greimas apresenta como intraduzível, que designa algo rápido e surpreendente. Greimas (*Op. cit.*, p. 35) compara o *guizzo* ao “tremeluzir do pequeno peixe saltando da água, como um raio argênteo e brilhante, que, em um instante, reúne o cintilar da luz com a umidade da água”. A tradução brasileira de Ivo Barroso (ver nota abaixo) usa a expressão “sobressalto” como uma aproximação para o português.

2 CALVINO, I. *Palomar*. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo, Companhia das Letras, 1984, p.14-15.

estética. Aqui a jovem deseja se encontrar com o objeto mas o repele por, talvez, medo. Diz o autor: “A impaciente espera de uma realidade a advir é, portanto, para a jovem ao piano, o desejo de uma conjunção ‘real’, com o objeto. Para o poeta, a única realidade é, evidentemente, de ordem onírica” (GREIMAS, 2002, p. 22).

Objeto estético único, efêmero, percebido uma única vez na vida: sua aparição se deve, ademais, a uma convergência de circunstâncias e não a uma disposição particular do sujeito. É no próprio instante em que ele penetra na sala que a vela é acesa pela empregada e que se produz a fratura, comparável ao *guizzo* calviniano, revelando o objeto estético em todo o seu esplendor (GREIMAS, 2002, p. 49).

Gumbrecht (2006) chama de pequenas crises os momentos em que o fluxo do cotidiano é interrompido por acontecimentos envolvendo objetos que durante muito tempo nos foram familiares e, de repente e sem qualquer motivo visível, ganham uma aparência estranha ou causam um sentimento de estranheza. O autor ilustra esse conceito a partir da sua experiência ao fazer a barba.

Acontece comigo, mais ou menos uma vez por semana, que, ao fazer a barba de manhã, as minhas orelhas aparecem como um acréscimo alheio ao meu rosto, na maneira com que aparecem no espelho. Sua forma se torna estranha, quase grotesca; elas parecem supérfluas e desnecessárias em relação à sua função. Às vezes sinto um embaraço por sua causa, mesmo não havendo ninguém olhando para mim (GUMBRECHT, 2006 p. 55).

A experiência estética nos mundos cotidianos, apesar de apontar para um novo estado universal do mundo, sempre será uma exceção que, de maneira totalmente natural e de acordo com cada situação individual, desperta em nós o desejo de detectar as condições (excepcionais) que a tornaram possível (GUMBRECHT, 2006). O autor então propõe algumas situações em que essas crises no cotidiano podem acontecer.

A primeira delas é o exemplo do papel higiênico nos hotéis mundo afora. Em muitos desses estabelecimentos, o pessoal da limpeza deixa o papel dobrado, bem ao estilo *origami*, para que o hóspede talvez sinta que aquele local é diferente do da sua casa, como se representasse uma quebra na sua rotina numa versão bastante prosaica. Gumbrecht (2006 p. 51) tem uma pista mais pragmática sobre esses ornamentos: seria uma forma de os funcionários preverem quando fosse preciso uma nova troca de rolos. No entanto, os ornamentos podem desencadear um tipo de experiência estética que se impõe como uma interrupção dentro do fluxo da nossa vida cotidiana. Quer dizer: a vida comum, nas mais simples situações, pode suscitar momentos em que a rotina é quebrada por objetos, cores, formas, barulhos, sensações – enfim, movimentos sinestésicos que podem proporcionar experiências estéticas das quais as pessoas sempre se recordarão.

A segunda situação que o autor aborda em seu texto é o exemplo do movimento “Nova Objetividade”, muito discutida entre os protagonistas do Bauhaus, onde o valor estético de um objeto estaria na sua forma voltada a sua funcionalidade.

Trata-se da convicção de que um máximo de adaptação da forma de um objeto à sua função produziria necessariamente o mais alto valor estético. “Quanto mais funcional, mais bonito”, teria sido o lema apropriado (GUMBRECHT, 2006 p. 51).

E a terceira situação que Gumbrecht aborda no texto é o cenário (o “*frame*”) em que algo se desenvolve e que tem o poder de transformar o valor das coisas banais em estéticas como, por exemplo, o que chamamos de “comida chique”, “roupa da moda” e elegância na solução de problemas matemáticos complexos. Para ele (GUMBRECHT, 2006, p. 52), o que esses tipos de “experiência estética na vida cotidiana” compartilham é sua condição de “excepcionais” dentro de um contexto maior. Mas elas são diferentes entre si na medida em que cada uma depende de uma constelação diferente de circunstâncias (poderíamos dizer também: na medida em que cada uma pertence a uma outra modalidade de crise).

Gumbrecht ainda cita Kant, fazendo alusão aos “prazeres desinteressados”, prazer que independe dos propósitos e das funções que perseguimos nos nossos mundos cotidianos (2016, p. 53). Para o filósofo alemão (de acordo com Gumbrecht), a experiência estética produz sentimentos íntimos, uma “finalidade sem fim”.

Para Gumbrecht (2006, p. 54), o conteúdo da experiência estética seria definido pelos sentimentos íntimos, as impressões e as imagens produzidas pela nossa consciência – enquanto inacessíveis aos nossos mundos historicamente específicos. A impressão de uma “finalidade sem fim”, por exemplo, de um “Ser desvelado” ou de um objeto e seu conceito e sua “aparência”, uma vez que são desvinculados do seu contexto. Diferentemente desse conteúdo, os objetos da experiência estética seriam as coisas suscetíveis de desencadear tais sentimentos, impressões e imagens: o templo grego, no ensaio de Heidegger, por exemplo; ornamentos de papel de parede e o mar para Kant; e, de acordo com Seel, qualquer objeto. As condições da experiência estética são circunstâncias situacionais historicamente específicas nas quais a experiência estética estaria baseada. “Desinteresse”, por exemplo, isto é, a distância diante de todos os propósitos práticos, que vem sendo adotado como uma condição universal da experiência estética (mesmo que, ao que tudo indica, tenha se tornado pressuposição na cultura ocidental somente desde o século XVIII).

Os conteúdos da experiência estética se nos apresentam como epifânicos, isto é, eles aparecem repentinamente (“como um relâmpago”) e desaparecem de repente e irreversivelmente, sem nos permitir permanecer com eles ou estender sua duração (GUMBRECHT, 2006, p. 55). Ou seja, como o próprio autor estabelece na sua ideia de produção de sentido, a epifania é tripartite, envolvendo a emersão, espacialidade e ocorrência, pois no momento em que o objeto da experiência estética surge e provoca a sensação (intensidade), esta parece vir do nada. Desse modo, este aparecimento é materializado, o que exige uma dimensão (ou perspectiva) espacial e então, finalmente, o caráter de evento da epifania também segue uma certa lógica trinária: se ocorrer, não se sabe quando e qual intensidade terá, mas se surgir, sempre desaparecerá. “[...] a temporalidade em que sentimos [...] será sempre a temporalidade de um momento”

(GUMBRECHT, 2010, p. 143).

Por fim, o autor conclui seu texto sobre as pequenas crises mostrando que a experiência estética de fruir uma música erudita moderna, ou – no exemplo que ele mesmo nos fornece (p. 63) – certas formas de jazz altamente sofisticadas podem exigir um grau tão grande de conhecimento sobre a música que essa experiência estética poderia até provocar a exclusão social.

O efeito de presença, de proximidade, que certos objetos, situações ou pessoas, poderiam proporcionar, em condições de excepcionalidade (no caso deste artigo, a condição ordinária de estar numa reunião, um culto “banal”) do automatismo da vida cotidiana configura o valor estético a essa interação, como destaca Gumbrecht (2010):

[...] a dimensão de presença predominará sempre que ouvimos música – e, ao mesmo tempo, é verdade que algumas estruturas musicais são capazes de evocar certas conotações semânticas. Mas, por menor que em determinadas circunstâncias mediáticas se possa tornar a participação de uma ou da outra dimensão, penso que a experiência estética – pelo menos em nossa cultura – sempre nos confrontará com a tensão, ou a oscilação, entre presença e sentido (GUMBRECHT, 2010, p. 139).

4 | EXPERIÊNCIA ESTÉTICA DO CORAÇÃO AQUECIDO

Em 24 de maio de 1738, enquanto ouvia o prefácio de Lutero para a Epístola aos Romanos, John Wesley sentiu o coração estranhamente aquecido. Em seu diário ele escreveu:

À noite eu fui de má vontade à sociedade na Rua Aldersgate, onde alguém estava lendo o prefácio de Lutero para a Epístola aos Romanos. Cerca de um quarto para as nove, enquanto ele estava descrevendo a mudança que Deus opera no coração pela fé em Cristo, eu senti meu coração estranhamente aquecido, senti que acreditava em Cristo, apenas em Cristo para a salvação, e uma segurança me foi dada que Ele havia levado meus pecados, sim os meus, e me salvado da lei do pecado e da morte (HEITZENRATER, 1996, p. 80).

A experiência peculiar de Wesley foge aos padrões de experiência religiosa definidos por Rudolf Otto (2007). Em lugar do *mysterium tremendum et fascinans*, uma sensação de acolhimento e conforto. Não é o “excitado enlevo” que deixa a pessoa fora de si (OTTO, 2007, p. 75). Embora Wesley testemunhe do sobrenatural, não há elementos exuberantes ou místicos, mas uma certeza simples. Na dimensão religiosa, para além de confirmar ali que Deus o amava acima de todas as coisas, a experiência de Wesley foi uma ruptura na ordinaridade de seu cotidiano. Até ali o fundador do movimento metodista já havia cavalgado por praticamente toda a Inglaterra e já tinha também estado na América do Norte em missão evangelística. Wesley já tinha a convicção da salvação de sua alma e pregava isso em diversos lugares, porém sua epifania acontece numa ocasião trivial, numa

situação que ele já havia estado milhares de vezes, ouvindo um texto que já lera bastante, ou seja, nada especial envolvia aquele momento, mas assim mesmo, “quase sem querer”, ele percebeu que Deus o amava acima de tudo. Ou seja, o que aconteceu com Wesley foi como “a vela acesa onde se produz a fratura, comparável ao *guizzo* calviniano, revelando o objeto estético em todo o seu esplendor” (GREIMAS, 2002, p. 49). Ou, evocando Gumbrecht, o “coração aquecido” foi o momento em que ele fez a barba e percebeu uma pequena “deformidade” no seu rosto e que aquilo o fez perceber o que até então não havia se dado conta, apesar de sempre se olhar no espelho. Wesley percebeu então sua “deformidade” quando, na verdade, constatou que o ordinário da vida é o verdadeiro milagre, a constatação solar de que Deus o amava.

Podemos também associar essa experiência de Wesley às sensações nos termos que Deleuze e Guattari (2009) evidenciam em relação à pintura, para quem “pintamos, esculpimos, compomos, escrevemos com sensações”, e por que não estendermos isso ao “pregamos” por meio delas? No entanto, na ordinariedade da vida muitas vezes deixamos vazios “que se conectam à fugacidade da obra do pintor [sermão do pastor] e dos segundos de contemplação que poderiam durar uma eternidade” (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 167-168) mesmo os blocos de sensações, mesmo as obras de arte, têm suas fissuras (DELEUZE e GUATTARI, 2009), que nelas se pode fazer algo que, no caso de Wesley foi por onde (e para onde) sua sensação de “ter tido seus pecados perdoados” se tornou ali, na rua Aldersgate, realidade. Ali Wesley, que já tinha a vocação missionária (“o mundo é minha paróquia”), certificou-se ainda mais da necessidade da missão, que, em seu caso, emergiu pelo reforço da sua revelação (de Deus para Wesley e dele para Deus, no sentido de por meio da sensação promover um encontro com o Todo-Poderoso naquela experiência “estético-religiosa”:

Conforme o testemunho bíblico, é da própria natureza de Deus revelar-se. Não encontramos, na Bíblia, um conjunto de verdades sobre o mundo divino, ou a natureza de Deus, do qual teríamos informação a partir da natureza. O que sabemos de Deus está indissolúvelmente ligado à sua livre decisão de vir ao encontro do mundo e do homem (KLAIBER e MARQUARDT, 1999, p. 36).

A experiência de Wesley desvelou para o fundador do metodismo que de fato Deus está no dia a dia, numa leitura chata de um texto sagrado e essa epifania não aconteceu em algum culto de orientação (neo)pentecostal ou de algum ambiente que desse vazão a esses tipos de arroubos. Não! Wesley viu a singeleza da presença de Deus numa fratura do seu cotidiano, numa pequena crise, em algo trivial, singelo, em consonância com a simplicidade que o movimento metodista pregava, inclusive em relação ao vestir-se: “limpeza, simplicidade e modéstia no vestir” (HEITZENRATER, 1996, p. 217).

Para Gumbrecht, a experiência estética se dá pela oscilação do efeito de presença e de sentido e Wesley passa por esse momento quando emerge um sentido para uma ocasião tão trivial como aquela em que ele vivenciava em 24 de maio de 1738 na rua

Aldersgate, Inglaterra. Ali ele sentiu a presença de Deus, para além de entender e acreditar que o Todo-Poderoso o amava incondicionalmente. Naquele momento Wesley teve uma experiência estética porque entrou no interstício entre a presença e o sentido de Deus. Aquela foi sua epifania. Uma experiência estética.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a experiência de alguém como Wesley no âmbito teológico é abordar e tensionar conceitos da própria área (teologia), mas ir além dessa área de conhecimento, adentrando nas ciências sociais e mais particularmente na estética, é ousado por tratar de um tema sensível à própria área, mas que pode auxiliar a refletir sobre novos caminhos da própria fé e, também, da ciência.

Aproximações como esta que fizemos neste estudo podem inclusive estabelecer pontos de conexão entre a estética e a teologia, pensando a primeira como sentido do termo *original aesthetics* em sua relação com a sensação da segunda, com fins de compreender em que medida uma experiência religiosa pode também ser vista ou espelhar uma experiência estética.

Dessa forma podemos nos questionar, num exercício de fé e ciência: Deus para Wesley estaria nas fendas dos blocos de sentimentos (DELEUZE e GUATTARI, 2009), metaforicamente mimetizado pela experiência de 24 de Maio? Talvez, pois para Wesley Deus se revela nos momentos mais simples da vida.

REFERÊNCIAS

CAIRNS, Earl. **O Cristianismo através dos séculos – Uma História da igreja cristã**. Tradução de Israel Belo de Azevedo. São Paulo: Vida Nova, 1995.

COSTA, Hermisten. Pietismo: Um desafio à piedade e à Teologia. **Fides Reformata**, n. 1, vol. 4, 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **?Quê es la filosofia?**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2009.

GREIMAS, Algirdas. **Da Imperfeição**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

GUMBRECHT, Hans. Pequenas crises. Experiência estética nos mundos cotidianos. In: GUIMARÃES, C. et al. (orgs.). **Comunicação e Experiência Estética**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2010.

HEITZENRATER, Richard. **Wesley e o povo chamado metodista**. Tradução de Cleide Zerlotti Wolf. São Bernardo do Campo: Editeo, 1996.

IBGE. **Censo 2010 – Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

KLAIBER, Walter; MARQUARDT, Manfred. (1999), *Viver a Graça de Deus*: um compêndio de teologia metodista. Tradução de: Helmuth Alfredo Simon. São Bernardo do Campo: Editeo, 1999.

NOSSA HISTÓRIA. **IGREJA METODISTA**, 2013. Disponível em: <<http://www.metodista.org.br/nossa-historia>>. Acesso em: 06 maio 2021.

OTTO, Rudolf. **O sagrado**: os aspectos irracionais na noção do divino e sua e sua relação com o racional. São Leopoldo: Sinodal/EST; Petrópolis: Vozes, 2007.

PEW RESEARCH CENTER. *Christian Movements and Denominations*. 2011. Disponível em <<http://www.pewforum.org/2011/12/19/global-christianity-movements-and-denominations/>>. Acesso em: 06 maio 2021.

SALGÅRD CUNHA, Emma. **John Wesley, Practical Divinity and the Defence of Literature**. London: Routledge, 2018.

SOBRE OS ORGANIZADORES

ANTONIO CARLOS DA SILVA - Economista e Cientista Social formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de León (Espanha), com estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal). Professor universitário e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSal, Interdisciplinar, CAPES 4). Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSal/CNPq), com uma abordagem crítica sobre as categorias: Estado, Poder, Democracia, Direitos Humanos, Políticas Públicas, Desenvolvimento, Crise e Ética. Integrante do Instituto Jurídico Portucalense, Portugal, na área de Democracia e governança para o século XXI. Experiência em gestão universitária, ensino de graduação e pós-graduação (Stricto Sensu), extensão e investigação em redes. CV: <http://lattes.cnpq.br/2735855153608701> ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1584-7784>

VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI - Historiadora e professora universitária. Pós-doutorado em Direitos Humanos e Tempo Presente pela Universidade de Salamanca, Espanha (CAPES e CNPq). Doutorado em Humanidades - Universidade de León, Espanha. Na área acadêmica, é professora e pesquisadora sênior da Universidade Católica do Salvador no Doutorado e Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Fundadora e integrante do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq). Investigadora associada do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto (Portugal), onde foi professora visitante (CAPES, 2019/2020). Membro da Associação Portuguesa de Sociologia, Associação Nacional de História (Brasil) e da Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD/ Universidade do Algarve, Portugal). CV: <http://lattes.cnpq.br/6538283866214716> ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5689-8206>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Antropologia 105, 106, 148

Arqueologia 8, 131, 132, 149, 150, 151

Arquitetura 23, 57, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 125, 126, 130

Arte Rupestre 8, 149, 150, 151, 155, 156, 161, 162

B

Biologia 187, 190, 192, 193, 194, 196

C

Centro Histórico 8, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129

Cidades 112, 113, 116, 120, 121, 129

Conhecimento Científico 49

Coronavírus 58, 62, 64, 65, 66, 68, 82, 83, 92

COVID-19 3, 32, 41, 69, 70, 74, 75, 78, 79, 83, 85, 91, 92

Crise Sanitária 68, 69

D

Didática 96, 107

Direitos Humanos 7, 1, 2, 32, 39, 42, 43, 46, 47, 53, 54, 56, 62, 68, 73, 75, 77, 78, 80, 81, 87, 92, 102, 107, 109, 111, 215

E

Economia Política 1, 5, 7, 11, 15, 41, 61

Educação Inclusiva 8, 93, 94, 95, 97, 100, 101, 103

Ensino 5, 8, 9, 47, 49, 55, 56, 57, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 103, 174, 175, 176, 178, 183, 184, 187, 188, 189, 193, 194, 195, 215

Ensino Superior 8, 49, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 103, 175, 176, 188

Estado 3, 4, 5, 8, 9, 10, 12, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 35, 37, 42, 43, 44, 68, 69, 70, 71, 73, 76, 77, 81, 82, 83, 85, 87, 90, 91, 94, 101, 106, 107, 111, 115, 122, 123, 125, 126, 129, 149, 151, 161, 174, 176, 187, 206, 209, 211, 212, 215

Ética do cuidado 32

Exclusão social 8, 121, 125, 127, 211

Extensão Universitária 7, 46, 47, 49, 50, 56, 57

F

Física 9, 48, 54, 87, 89, 90, 96, 98, 99, 100, 112, 118, 121, 129, 171, 174, 176, 183, 196

G

Gênero 1, 4, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 43, 47, 48, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 92, 215

H

Hermenêutica 9, 197, 200, 201, 202, 203

Humanidades 3, 32, 38, 39, 131, 215

I

Identidades 16, 20, 23, 24, 36, 39, 109

Imagética Visual 163, 164, 170

Interdisciplinaridade 9, 70, 174, 176, 183, 188, 190, 194

Iphan 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 150, 151, 155, 158, 161

J

Justiça Social 1, 2, 68, 70

L

Lei Maria da Penha 46, 48, 50, 56

Liberdade 5, 9, 28, 44, 53, 70, 71, 86, 87, 88, 107, 110, 120

M

Metodologias 5, 201

Mulheres 5, 7, 1, 40, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 215

Música 9, 163, 164, 166, 167, 170, 171, 172, 211

N

Nagorno-Karabakh 7, 16, 17, 18, 19, 21, 30, 31

P

Pandemia 7, 41, 58, 59, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 91, 92

Patrimônio Histórico 8, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 127, 129, 151, 161

Performance 9, 21, 112, 145, 150, 163, 164, 165, 170, 172, 174, 186

Pessoa com Deficiência 93, 94, 95, 97, 98, 102, 103

Pessoas Idosas 7, 41, 68, 69, 70, 75, 78, 79, 81, 83, 86, 87, 91

Poesia 43, 163, 164, 165, 172

Políticas Públicas 8, 9, 23, 41, 51, 54, 55, 70, 73, 80, 86, 87, 91, 94, 95, 96, 101, 112, 113, 114, 115, 119, 215

Precariedades 7, 32, 41, 43

Protestantismo 204

R

Religião 8, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 213

S

Sistema prisional brasileiro 105

Sítio arqueológico 147, 150, 153, 154, 155, 157, 161

T

Teologia 9, 197, 198, 200, 201, 202, 213, 214

Teoria Crítica 1, 4, 13, 14, 32, 44

Transdisciplinaridade 46, 47, 50, 51, 53, 56

U

UNESCO 113, 116, 117, 121, 122, 126, 161



V

Violência Doméstica e Familiar 7, 46, 47, 49, 50, 53, 54, 55



Ciências Humanas:



Caráter Polissêmico e
Projeção Interdisciplinar

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br



Ciências Humanas:

Caráter Polissêmico e
Projeção Interdisciplinar

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br